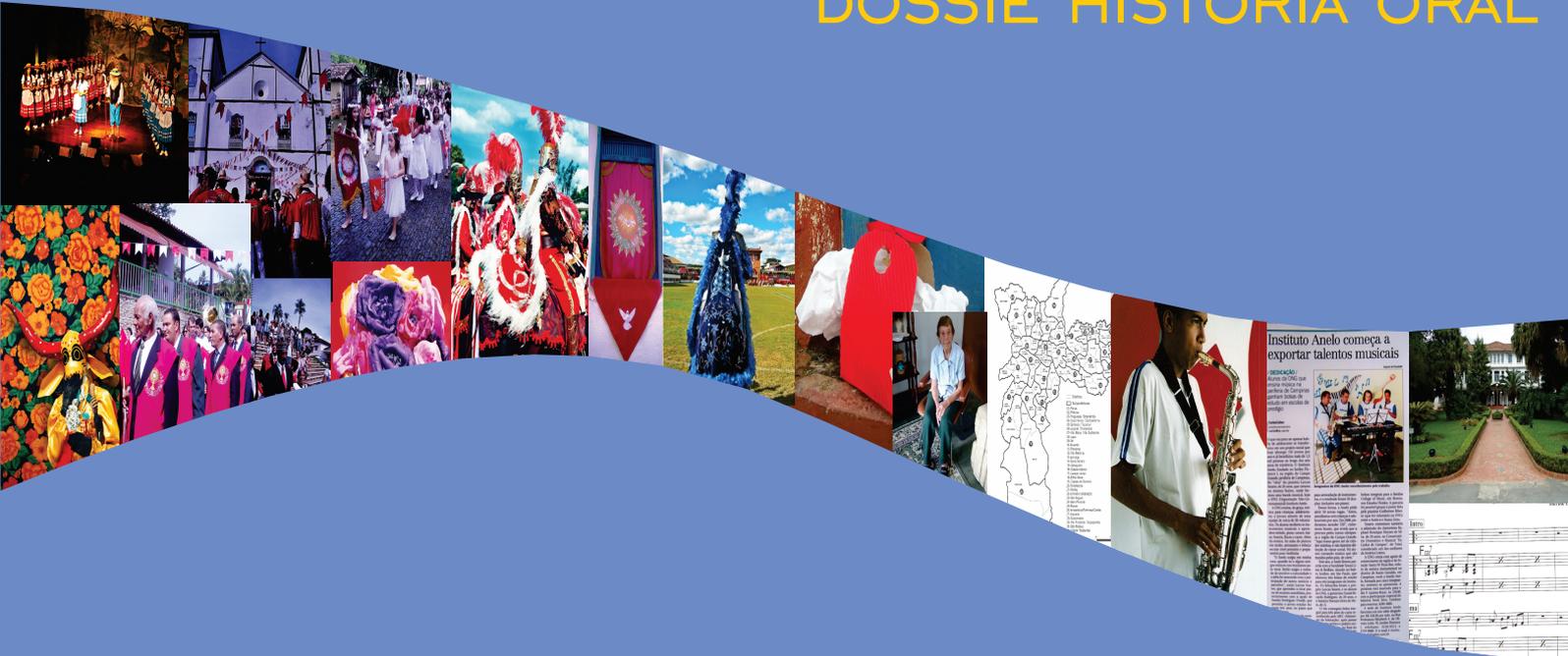


# Resgate

VOL. XXI, NºS 25/26 - JAN./DEZ. 2013

## REVISTA INTERDISCIPLINAR DE CULTURA

### DOSSIÊ HISTÓRIA ORAL



CENTRO DE MEMÓRIA  
UNICAMP

## Apresentação

Este número especial de *Resgate – Revista Interdisciplinar e Cultura* – reúne textos apresentados nos Grupos de Trabalhos do X Encontro Regional Sudeste de História Oral, que teve como temática “Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos”. Este evento bianual é uma programação da Associação Brasileira de História Oral – Diretoria Regional Sudeste, que em sua décima edição contou com a coorganização do Centro de Memória-Unicamp e foi sediado na Universidade Estadual de Campinas, em setembro de 2013. Os textos aqui reunidos foram originalmente apresentados e debatidos nos nove Grupos de Trabalhos deste Encontro e foram selecionados pelos seus coordenadores, que compuseram este fórum.

Trata-se de textos cujo significado para os pesquisadores de história oral é extremamente potente, e que se projeta para outras áreas. Isso porque a história oral se consolida cada vez mais não apenas no campo historiográfico, mas nas humanidades e na cultura acadêmica como um todo, oferecendo-lhes contribuições vigorosamente estimulantes. Referimo-nos às potencialidades da história oral no que diz respeito à ampliação dos sujeitos e das suas dimensões não apenas racionais, mas também sensíveis. Quantas produções de saberes a contrapelo só são possíveis quando se ousa alargar os campos da pesquisa, incorporando o imponderável das vozes muitas e muitas vezes silenciadas?

O tema “educação das sensibilidades” é aqui tomado como historicamente situado, portanto, como imagem que é, ao mesmo tempo, produto e produtora das relações socioculturais, nas quais a dimensão de sujeitos históricos se amplia. Ou seja, esta ampliação de perspectiva de análise ocorre tanto sob o ponto de vista pessoal, como social, potencializando captá-los como pessoas portadoras não só de visões racionais, mas, também, de percepções sensíveis. Pessoas que se constituem em relações conflituosas, dinâmicas, muitas vezes ambivalentes.

Tal escolha temática representa, portanto, uma possível *chave* de entrada para a problematização do cenário urbano que caracteriza hoje o que o filósofo Anthony Giddens intitula “alta modernidade”. Nela vivenciamos processos sociais plurais, complexos, ambivalentes, de “educação das sensibilidades” – educação aqui concebida como plasmada não só de maneira formal ou não formal, mas, também, informal, geradora, em grande parte das vezes, de tanta violência! Violências estas que em movimentos reflexivos produzidos coletivamente podem engendrar a problematização das relações sociais na conexão com as práticas de educação das sensibilidades. Nesse sentido, entendemos sensibilidades como sinônimo ampliado de percepção do mundo historicamente situada – enredada, portanto, em práticas de dominação e/ou resistência, que as narrativas orais são tão generosas em ajudar a desvelar.

O conjunto de textos reunido neste dossiê é uma demonstração exemplar disso. Pode-se dizer que ele se organiza em dois grandes blocos temáticos. O primeiro desses blocos trata de histórias, memórias e identidades locais: abriga textos que empregam a história oral de forma criativa, para conectar a história local tanto a anseios humanos como um todo quanto a coisas coletivas em planos regional/nacional. O segundo bloco do dossiê demonstra de maneira mais evidente a ampla diversidade temática do campo da história oral, permitindo que ele seja também entendido como um mapeamento amplo das sensibilidades.

O dossiê é aberto pelo texto *Tradição oral e patrimônio imaterial: O papel da memória na luta por políticas públicas na comunidade de Canárias, Maranhão*, que relata os esforços de Marta Gouveia de Oliveira Rovai em uma pesquisa de memória e patrimônio cultural imaterial que inclui a população ribeirinha dos estados do Piauí e do Maranhão. A principal atividade econômica desta comunidade, a pesca, enseja uma série de atividades colaterais: não apenas o comércio local, mas a produção de bens como redes, artesanato e doces, intrincados a valores e costumes locais. Todo esse conjunto de práticas, ofícios e hábitos é assunto do texto de Rovai, que se vale de noções como as de tradição oral, lugares de memória e trabalho colaborativo para desenvolver uma reflexão aguda capaz de comportar a inserção do próprio pesquisador em meio às iniciativas para promover políticas públicas que permitam que tradições e memórias ressoem para além de seus locais de origem e transformem-se em trunfos para seus geradores.

Claudia Patrícia de Oliveira Costa e Nilson Henrique de Araujo Filho, em *Experiências possíveis no âmbito da História Oral: Memórias da emancipação do município de Queimados – RJ*, relatam o trabalho sistemático de registro de depoimentos de antigos moradores da cidade de Queimados, na Baixada Fluminense, que vem

ocorrendo desde 2009, bem como seu tratamento e análise. Enfocando os relatos de lideranças de uma importante associação comunitária da região, os autores discutem como são elaboradas as lembranças sobre o movimento de emancipação que buscou desvincular a cidade, em 1980/1990, de Nova Iguaçu; os argumentos colocados em favor dessa posição; e conectam tudo isso a manifestações maiores, no âmbito político/social, no país.

Em *Participação política na periferia Leste de São Paulo: Memória de antigos moradores (1940-1980)*, Adriana Santiago Rosa Dantas e Graziela Serroni Pedrosa trabalham em uma perspectiva complementar, oferecendo uma contribuição sólida aos estudos sobre a Zona Leste de São Paulo, que vêm se avolumando nos últimos anos. Com base em histórias orais recolhidas em Ermelino Matarazzo, as autoras discutem temas importantes para a região como um todo: a migração, a favelização, o processo de industrialização. Elas tratam, especialmente, da formação das Sociedades de Amigos de Bairros e dos movimentos por moradia, que demonstram uma complexa negociação entre agentes e suas demandas, no espaço público.

De certo modo concluindo este primeiro bloco do dossiê, Gustavo Esteves Lopes, em *Presença da História Pública em Comunidades Locais: Políticas Culturais e Exercício de Cidadania no Contexto de Repertórios de Ação Coletiva - a Experiência Recente do "Centro de Memória de Hortolândia - Prof. Leovigildo Duarte Júnior"*, também relata sua experiência como historiador e gestor do Centro de Memória de Hortolândia, destacando os dilemas dessa articulação dupla e os desafios de suas atividades práticas. Ele oferece, ainda, uma chave conceitual de muito interesse para se pensar esse tipo de atuação – a história pública –, remetendo a referências teóricas importantes, como a de “autoridade compartilhada”, trazida por Michael Frisch.

A partir de então, não apenas os temas se multiplicam, como também as abordagens sobre o método. Em *Brasília nos filmes da Novacap*, Ana Lúcia de Abreu Gomes utiliza como fonte de informação entrevistas de arquivo a fim de compreender representações sobre a construção da capital do país, lembrando, assim, que a metodologia de história oral também pode se remeter a entrevistas feitas por outros pesquisadores. Em *Fontes digitais para a pesquisa em memória social: Dois estudos de caso*, Rosali Maria Nunes Henriques e Rafaella Prata Rabello exploram de maneira mais enfática uma questão metodológica: ao lado do uso de entrevistas de história oral, elas verificam como a memória espacial e sentimental sobre a cidade de Juiz de Fora se projeta em um grupo da rede social Facebook, com mais de dois mil membros. Trabalhos como estes relembram os desafios permanentes colocados para os pesquisadores de história oral e, de modo geral, para aqueles que lidam com estudos do tempo presente.

A incorporação da história oral em estudos sobre a saúde pode ser exemplificada em *Memórias sobre os cuidados: A tuberculose e o modelo senatorial no início do século passado*, de Cristiane P. C. Lacaz, Lúcia Pedroso da Cruz e Maria Helena S. Bagnato. Em uma trilha que tem se mostrado bastante frutífera, as autoras utilizam entrevistas para obter informações a respeito dos tratamentos, dos cuidados e do tipo de atenção social dirigida ao tuberculoso no século XX. O foco das autoras, no caso, recai sobre o Sanatório Vicentina Aranha, primeira instituição do tipo inaugurada na cidade paulista de São José dos Campos, em 1924.

A criatividade e a expressividade perpassam os dois artigos seguintes. Fernando Costa Cordovio vale-se não apenas de entrevistas, mas de outros recursos audiovisuais coletados ao longo do processo de pesquisa e aproveitados para a própria obtenção de novos dados, em um movimento contínuo, com a finalidade de compreender os processos educativos tal qual significados por jovens músicos frequentadores de uma ONG da cidade de Campinas, em seu *Percurso metodológico: História oral de jovens músicos instrumentistas em Campinas (SP)*. Fora da perspectiva da profissionalização e do mercado de trabalho, Amanda Alexandre Ferreira Geraldes trata, em *Máscara, flores e divinos: A cultura material da Festa do Espírito Santo de Pirenópolis/GO*, de outra realidade espacial, mas que remete a tradições e festejos nacionalmente espargidos. Ela utiliza a história oral, a iconografia e a cultura material para analisar os significados simbólicos da Festa do Divino para a comunidade que dela participa; a relação do espaço e dos objetos com a construção de uma memória coletiva; a conexão entre os indivíduos e os grupos com o espaço público no qual os ritos e festejos são apresentados.

O espaço público volta a ser um tema importante em mais dois artigos do dossiê. Vanessa Generoso Paes, em *Narrando a diáspora: Deslocamentos e fluxos populacionais de bolivianos para o Brasil*, Vanessa Generoso Paes filia-se a uma larga tradição no campo da história oral – os estudos migratórios – e estuda uma colônia que tem atraído a atenção dos pesquisadores mais recentemente: os bolivianos. O diferencial de seu trabalho

consiste em focalizar famílias, retomando assim uma das mais antigas linhas de trabalho com relatos orais, que remete a autores como Oscar Lewis. Andréa Souza Marzochi, em *Procedimentos metodológicos de pesquisa com jovens infratores: A importância da história oral*, informa ainda sobre a linha de história oral seguida em seu trabalho registrando a trajetória de jovens internados na Fundação CASA.

Este número se encerra com dois artigos nos quais a palavra pertence ao professor, ao educador. Caroline Pacievitch, em *Professores narradores: Potenciais e desafio da pesquisa sobre formação de professores de História (2000-2013)*, realiza uma valiosa investigação a respeito do papel das fontes orais em pesquisas sobre formação de professores de História, tendo selecionando doze dessas pesquisas para uma análise verticalizada que oferece pistas instigantes sobre a proximidade entre os estudos de história oral e a educação. Fecha o dossiê o texto *Na travessia da profissão docente: Aproximações e limites do ofício docente em Minas Gerais (1960-1970)*, de Mauro Passos, um estudo que, como se complementando o anterior, mostra, na prática, como um único depoimento (no caso, o de uma professora pública mineira) pode oferecer insights reveladores para quadros de relações mais amplas que envolvem questões como profissionalização, vocação, autonomia e interferência do Estado.

Como se nota – e como os artigos, em si, comprovarão – a diversidade de abordagens continua sendo uma marca do campo da história oral feita no Brasil. Ela replica, assim, a diversidade mesma de seus objetos. Convidamos o leitor a apropriar-se destes textos, tecendo-os em uma nova teia de sensibilidades. Boa leitura!

*Maria Elena Bernardes e Ricardo Santhiago (orgs.)*

# Tradição oral e patrimônio imaterial: o papel da memória na luta por políticas públicas na Comunidade de Canárias, Maranhão

Oral tradition and intangible heritage:  
the role of memory in the fight for public policy in the  
Community of Canárias, Maranhão

*Marta Gouveia De Oliveira Rovai*

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), professora-adjunta da Universidade Federal de Alenas (Unifal), pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO/USP) e Núcleo de Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade (CCI), da Universidade Estadual do Piauí

## Resumo

Este artigo trata de pesquisa com comunidades de pescadores da ilha das Canárias, na região do Delta do Parnaíba, Maranhão. O ensino às novas gerações de técnicas, histórias e mitos, seus festejos e associações são manifestações não apenas de tradições que se perpetuam, mas têm se mostrado também estratégias coletivas de adaptação ou resistência contra o avanço de dificuldades de sobrevivência impostas pela especulação imobiliária e o turismo desenfreado nos chamados “espaços paradisíacos”. Nesse sentido, a organização dessas comunidades para a conservação de seus ritos, práticas e conhecimentos são mecanismos de conscientização e de reivindicação política em busca do reconhecimento e da conservação de sua cultura imaterial e, conseqüentemente, da criação de políticas públicas de caráter participativo e democrático.

**Palavras-chave:** memória – cultura imaterial – políticas públicas

## Abstract

This article treats of the research on communities of fishermen of the Canarias's Islands, in the region of the Parnaíba's Delta, Maranhão. The teaching of the techniques, myths and stories to the new generations, their celebrations and associations are ----- not only of traditions that perpetuate, but it has been shown also collective strategies of adaptation and resistance against the grown of difficulties of survival caused by immobiliary speculation and unbridled tourism in “heavenly spaces”, as they are called. Therefore, the organization of these communities for the conservation of their rites, practices and knowledge are mechanisms of awareness and political demand in search of recognition and conservation of their incorporeal culture and, consequently, in search of the creation of participatory and democratic public politics.

**Keywords:** memory – imaterial culture – public politics

## Introdução

No ano de 2013, desenvolvi um trabalho de pesquisa com alunos da Universidade Estadual do Piauí, membros do Núcleo de Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade (CCI), sobre memória e patrimônio cultural material/imaterial na ilha das Canárias, município de Araisos, no Maranhão. Nessa região forma-se o Delta do Rio Parnaíba, que faz a divisa entre este estado e o Piauí e cuja paisagem natural conta com várias outras ilhas, muitas dunas e igarapés. A região pertence à Área de Preservação Ambiental (APA) como Unidade de Conservação de Uso Direto, criada pelo governo federal, e está sob cuidados do Instituto Chico Mendes (ICMBio), órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra).

Ali vivem pescadores, barqueiros, artesãos e catadores de caranguejo, numa profunda relação com as águas do mar e do rio, a partir das quais tiram seu alimento, constroem seu cotidiano, seus medos e sonhos. No Rio Parnaíba navegam, transportam pessoas, levam e trazem mercadorias e também vislumbram o futuro de seus filhos nas cidades próximas – Ilha Grande e Parnaíba, no Piauí – em busca de escolas, postos de saúde e outras formas de trabalho.

A população vive essencialmente da pesca, da cata de caranguejo e da produção de artefatos que auxiliam em seu ofício ou que são comercializados nas cidades vizinhas, como forma de sustento de suas famílias. Barcos, redes, vassouras, balaios, cofos e tarrafas, além de todo artesanato com palha de buriti ou carnaúba e de doces de caju, fazem parte do dia a dia dos moradores, que podem ser vistos reunidos na praça ou na porta de suas casas, partilhando seus saberes e afazeres. A feitura da rede, o artesanato com a palha e a madeira, a referência aos mitos e à religiosidade que se misturam em suas narrativas, tudo faz parte de um patrimônio cultural que se manifesta na memória e na tradição. Novas gerações rodeiam seus pais e avós para assisti-los e aprender com eles, dando significado ao que ainda permanece unindo e fortalecendo a identidade comunitária.

Nos últimos anos, essa população ribeirinha tem assistido a uma série de mudanças socioambientais que tem alterado, em parte, sua maneira de trabalhar, morar e viver, suas relações com a natureza. O turismo crescente provoca expectativas de melhoria na vida econômica e, ao mesmo tempo, o processo de avanço das dunas de areia que têm assoreado o rio devido ao desmatamento, promove temores quanto à intervenção de pessoas fora da comunidade no meio ambiente e em sua cultura tradicional.

### **A pesquisa com memória e patrimônio imaterial/intangível**

Em 1989, a Unesco elaborou a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura e Tradição Popular, levando em conta a importância dos modos de viver, saberes e fazeres das comunidades tradicionais, consideradas “tesouro da humanidade”.<sup>1</sup> No ano de 1993, declarou que as comunidades portadoras da tradição deveriam ser salvaguardadas por sua fragilidade diante dos empreendimentos capitalistas que se apropriam de sua produção, comercialização e até mesmo do direito autoral sobre os bens criados. A Unesco considerou que os portadores desse patrimônio pudessem continuar transmitindo-o às novas gerações, produzindo-o e decidindo sobre seus usos, significados e funções, e que o Estado deveria ter papel fundamental na criação de políticas públicas que garantissem esse processo.

Nesse sentido, o governo brasileiro instituiu, em 2000, o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), sob a orientação do IPHAN<sup>2</sup>, abarcando paisagens naturais, artes, ofícios, expressões, festas e lugares a que a memória social atribui sentido, pertencimento, afetividade e raízes. A oralidade passou a ser considerada, dessa forma, importante elo entre as gerações, pela qual a tradição poderia ser transmitida e valorizada.

A memória expressa por membros de grupos tradicionais, no que diz respeito à produção e à apropriação de seus saberes, fazeres e hábitos, permite uma noção muito mais ampla de herança cultural do que a concepção restrita de patrimônio atribuída aos monumentos materiais e coloca nova perspectiva sobre a decisão do

1 Documento da Unesco, de 2003, ratificou e defendeu a salvaguarda do patrimônio imaterial das chamadas populações tradicionais, englobando-a ao patrimônio mundial.

2 O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi criado em 1937, durante o governo do presidente Getúlio Vargas, preocupado com o levantamento de monumentos que pudessem representar a “cultura nacional”.

que deve ser conservado e preservado. Para José Reginaldo Santos Gonçalves (2005), a divisão entre patrimônio material e imaterial, na vivência cotidiana, é inexistente, e a escolha pela sua continuidade não deve seguir apenas critérios de especialistas, muitas vezes externos à própria comunidade. O patrimônio deve ser entendido como algo muito mais dinâmico e vivo, referência cultural de pertencimento e unidade; senão corre-se o risco de impor sobre a coletividade uma ideia de tradição e de memória abstrata e arbitrária, que não corresponde à experiência, aos seus anseios e valores, promovendo sua rejeição. Sobre isso, o autor afirma:

O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (...) e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público. (GONÇALVES, 2005: p.19)

A ressonância sobre a qual fala Gonçalves remete ao reconhecimento, por parte da comunidade, dos bens materiais ou intangíveis como manifestação de sua cultura e de seu entendimento de mundo. Isto significa que a ideia de patrimônio implica não apenas a concepção de posse, mas os sentidos e valores constituídos pelas relações e experiências coletivas. Não cabe ao intelectual decidir, a priori, o que importa preservar para determinado grupo, mas entender o que é patrimônio para seus membros, quem são os sujeitos que partilham seus saberes e afazeres; e como se dão a circulação, a apropriação e o acesso das pessoas àquilo que elas mesmas produziram.

Por isso, houve a necessidade de observação atenta ao cotidiano dos moradores das Canárias por parte dos membros do Núcleo de Pesquisa Cidade, Cultura e Identidade, além das conversas em grupo e individuais para “mergulhar”, em parte, na experiência dos trabalhadores ligados ao mar e ao rio. O projeto de história oral permitiu que ao longo do ano pudessemos exercitar os ouvidos e os olhos, na tentativa de perceber as trocas geracionais, os momentos de aprendizagem na areia, na água e nas embarcações.

Esse tipo de investigação qualitativa exigiu períodos de permanência e convivência com a coletividade, além de entrevistas abertas, temáticas, com estímulos aos narradores. Mais do que fatos, foi preciso uma análise sobre os discursos dos narradores, com suas marcas: silêncios, reticências, distorções, mentiras, esquecimentos, valorizações, negociações e resistências. Em diferentes momentos, pudemos observar gestos e comportamentos rotineiros que nos revelaram não apenas a materialidade dos ofícios com a palha, a madeira ou a pesca, mas também as significações simbólicas, estéticas e sociais de seus usos, as relações sociais e de gênero, a religiosidade, os festejos, os lugares de memória e de pertencimento.

Os relatos dos ribeirinhos mostraram o desejo coletivo de que certas práticas permaneçam em seu cotidiano, não apenas como hábito, e sim como referências culturais que os constituem como indivíduos singulares que se recriam socialmente e dão sentido ao mundo<sup>3</sup>. Assim são as festas dedicadas aos santos João e José, padroeiros da comunidade, os encontros para a troca de conhecimento e para o trabalho solidário, como a feitura ou o conserto das redes.

A oralidade e a observação têm papel fundamental nas relações de aprendizado entre as gerações, sendo os mecanismos pelos quais essa gama de conhecimento é repassada. O trabalho com a pesca e suas atividades correlatas apareceu nos relatos dos pescadores entrevistados como aspecto central dessa memória e da identidade das Canárias. No olhar atento e diário das novas gerações, que muitas vezes acompanham os adultos enquanto tecem redes e tarrafas, ou realizam a pesca diária, é que meninos e meninas se familiarizam com as atividades, assimilando-as e reproduzindo-as nas brincadeiras. As conversas informais entre pais/avós e filhos/netos, nas casas ou nas praças, exercem a função de preencher as lacunas deixadas pela observação.

Para Amorozo, o diálogo entre as gerações é de fundamental importância, no sentido de conservar essas práticas tradicionais:

Em sociedades tradicionais, a transmissão oral é o principal modo pelo qual o conhecimento é perpetuado. O co-

<sup>3</sup> “Referências são as edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura.” In: Iphan. Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Fev./2000.

nhecimento é transmitido em situações, o que faz que a transmissão entre gerações requiera contato prolongado dos membros mais velhos com os mais novos. (AMOROZO, 1996: p. 11)

O que os entrevistados por vezes evidenciaram, no entanto, foi o fato de que esses momentos de diálogos mais demorados e profundos estejam se escasseando, uma vez que a temporalidade mais veloz e os novos desejos de consumo atraem os jovens para outras práticas e estes pouco manifestam interesse em ouvir os mais velhos. A pesca artesanal, por exemplo, praticada pela maioria dos moradores das Canárias, restringe-se cada vez mais aos adultos, embora garanta a sobrevivência e represente a maior parte da renda das famílias. Segundo Diegues (1999), essa atividade ainda representa no Brasil uma das mais importantes para a vida prática e para a geração de conhecimentos que ajudam a construir a identidade coletiva das comunidades pesqueiras. Os ribeirinhos

praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. (DIEGUES, 1999: p.11)

Esse aspecto pode ser percebido na maior parte das narrativas dos moradores das Canárias, apresentando a pesca de peixes e camarões, ou mesmo a coleta de caranguejos, como fonte principal de renda, compondo a base alimentar familiar, e também possibilitando o convívio e a aprendizagem constante, além da garantia de futuro aos seus filhos. Embora desejem que os mais jovens valorizem seus saberes artesanais, muitos pais reconhecem a necessidade de que eles estudem, trazendo, inclusive, benefícios à comunidade a partir de seus conhecimentos acadêmicos e técnicos.

Mesmo reconhecendo o valor da universidade como algo importante, os entrevistados demonstraram satisfação e orgulho ao narrarem sobre seus afazeres em torno daquilo que sabem e que gostariam que fosse reconhecido e conservado não só pelos mais novos, mas também pelas organizações – ICMBio, Incra, Ibama e ONGs – que interferem na vivência da ilha com seus projetos ambientalistas.

A tecnologia trazida “por instituições de fora” colaborou para a introdução de embarcações motorizadas, no lugar dos barcos a vela, ajudando também na rapidez maior quanto ao transporte de pessoas – principalmente turistas que chegam à região – e à agilização da pesca. Essa nova dinâmica fez com que a maioria da população abandonasse os roçados de arroz e se dedicasse quase exclusivamente à pesca e atividades artesanais ligadas a ela, como a produção da tarrafa, da rede, da caçoiera, do curral, do jiqui, do landoá e do puçá, guardados em tendas nos quintais das casas, feitas com barro ou madeira e cobertas por palha de carnaúba.

A maior parte dessas atividades é realizada por adultos, a maioria nascida na própria comunidade das Canárias, apontada por eles como um limite à oportunidade de outras formas de sobrevivência. Pelo contrário, os jovens acabaram tendo novas opções em cidades próximas, principalmente por meio de políticas públicas, como o aumento de vagas nas universidades da região, o acesso ao transporte fluvial e o estímulo ao desenvolvimento do turismo, por projetos da Embratur, como “O Roteiro das Emoções” no Delta do Rio Parnaíba. Os conhecimentos ligados à pesca, entretanto, ainda continuam a ser transmitidos entre as gerações, o que pode ser observado pelo fato de que os jovens, embora tenham a tendência a sair das Canárias em direção à Ilha Grande e Parnaíba, no Piauí, em busca de outros empregos ou da continuidade de seus estudos, também confeccionam seus próprios instrumentos, pescam ou ajudam seus familiares na manutenção das práticas artesanais. Nas praças, nas margens do Rio Parnaíba ou na porta de suas residências, dão continuidade a um saber coletivo e familiar.

## A tradição oral e cultura imaterial/intangível

A narrativa em torno dos saberes e fazeres torna o sexo masculino um “grupo autorizado” a falar sobre essas práticas, num quase “enquadramento” de memória e dos conhecimentos tradicionais, como diria Michael Pollak (1992), com exceção para algumas poucas mulheres que, embora possam saber sobre a pesca e o artesanato, não são consideradas conhecedoras das técnicas<sup>4</sup>. De modo geral, as atividades da pesca e das embarcações são tradicionalmente desempenhadas pelos homens, que pouco permitem que suas esposas

4 Michael Pollak (1992) afirmou que em certas comunidades, alguns grupos tendem a construir um discurso coletivo autorizado, colocando-se como porta-voz de uma memória reconhecida. Considero que não se trata de “enquadramento” de memória, pois isso pressupõe a fixação de uma memória, que é sempre viva, mas uma tentativa de preservar uma versão.

falem sobre elas. O grupo de pesquisadores chegou a presenciar, inclusive, cenas em que maridos proibiam suas companheiras de nos darem entrevistas, considerando-as incapazes para fazê-lo.

As catadoras de mariscos e caranguejos, as vendedoras de peixes e/ou artesanatos e as artesãs costumam ajudar seus maridos, pescadores, a salgar o produto da pesca, a tecer redes e produzir tarrafas e outros artefatos, mas não são estimuladas a sair pelo mar, seja pelo perigo que ele representa ou pelo fato de considerarem que suas funções devam restringir-se à casa e aos trabalhos domésticos. O rio mais doce e suave, no imaginário dos pescadores, pode ser, em certas circunstâncias, espaço feminino; o mar, considerado traiçoeiro e grandioso, é lugar exclusivo dos homens.

Isso é revelador também de uma forma de entender o mundo e de uma conduta coletiva que merecem ser pensados como tradição, compreendidos não por ser algo dado e sim permanência em meio a uma série de mudanças que atingem o cotidiano das famílias. As relações de gênero, entendidas como construções contínuas de poder, emergiram nas narrativas no sentido de que o sexo feminino começa a questionar a submissão “naturalizada”.<sup>5</sup>

Além da pesca e das embarcações, os entrevistados e as entrevistadas demonstraram que sua sobrevivência depende também de outras práticas cotidianas ligadas ao extrativismo. A fim de construir os barcos, suas casas, as cercas dos quintais, assim como assar alimentos – que muitas vezes são feitos para o comércio – extraem a madeira da região. Com ela fazem o carvão de seus fornos, extraem as palhas para a cobertura de casas e barracões e as raízes com as quais desenvolvem medicamentos naturais e frutos para alimentação diária.

A observação e o diálogo com os colaboradores nos permitiram perceber a socialização dos saberes e técnicas em torno da exploração do babaçu e do buriti, de onde extraem o óleo e aproveitam a palha para fazer cordas, tapetes e escovas, e da carnaúba, esta última chamada como “árvore da vida”, da qual, segundo seus relatos, tudo se aproveita.

Além dos ofícios, suas narrativas também revelaram histórias fantásticas que permeiam as atividades empreendidas no rio e na comunidade. Personagens místicos, tradicionalmente lembrados por velhos e crianças em rodas de conversa, emergiram como elementos da identidade das Canárias: pequenos monstros que saem dos cajueiros; figuras sem forma que aparecem durante as pescarias para atrapalhá-los; vozes que conversam com os pescadores e os amedrontam. Assim como eles, são famosos na memória coletiva o “cabeça-de-cuia”, amaldiçoado por sua mãe e que aparece nos rios para assustar as mulheres; o “lobisomem”, que aparece na comunidade também em forma de outros animais, como porco e que alguns membros conseguem apontar como encarnados em seus vizinhos; a misteriosa mulher que chora com o filho nos braços em algumas noites; e, enfim, “o gritador”, homem que provoca medo e também risos sobre sua performance nos rios e nas ruas.

Contadas em roda, essas histórias são sempre legitimadas pela confirmação do companheiro, narradas de forma coletiva, em que falas são complementadas, entre expressões de medo e risos. Delas extraem-se ensinamentos aos mais novos sobre os perigos do mar e sobre a coragem dos pescadores, assim como a importância da proteção divina.

A mística, a religiosidade e as festas foram lembradas como mecanismos de unidade entre os ribeirinhos. Os festejos atraem membros de outras regiões, em busca da participação na celebração religiosa ministrada por padres que vêm de Araiões. A igreja se localiza na praça central, local em que os pescadores também costumam se encontrar para tecer e consertar suas redes, para beber e conversar, enquanto seus filhos brincam. Ali, além da missa, ocorrem danças no final da noite, a procissão e o leilão, quando religião e diversão se confundem. No leilão, em especial, segundo os entrevistados, cada família costuma doar animais, como porcos e galinhas, comidas como pães e bolos, ou até mesmo pequenos artefatos produzidos por eles ou heranças de parentes, para que sejam leiloados e o dinheiro seja revertido à Igreja. A prenda – que eles chamam de “joia” – muitas vezes é resgatada pelo próprio doador, o que significa para eles contribuir duas vezes com a comunidade.

Ainda há outra festividade importante que é a comemoração do aniversário das Canárias no dia 14 de novembro, evento organizado pela Associação de Moradores e pela Associação de Pescadores locais. Nesse momento, também acontecem a celebração da missa, algumas gincanas e uma regata de canoas das quais participam pescadores de várias regiões ao redor, atraindo povoados vizinhos e turistas.

<sup>5</sup> Embora considerado importante, esse aspecto não será discutido em profundidade aqui, pois desviaria o sentido da temática proposta por esse artigo.

A religiosidade nos festejos é aspecto presente em todas as narrativas, tornando-se marca coletiva. Em meio a tantas identidades possíveis, num mundo marcado por apropriações, aceleração do tempo e intromissão de pessoas que não pertencem à comunidade nestas festas, os narradores procuraram apontar uma memória coletiva de solidariedade como signo de seus hábitos e convivência, assim como elemento de resistência, mostrando o que Zygmunt Bauman (2005) chama de um pertencimento solidário, em oposição à dissolução do espírito fraternal dado pelo tempo capitalista que individualiza e fragmenta.

As entrevistas permitiram perceber que a cultura imaterial não está dissociada da produção de bens materiais, apropriados e significados pelos moradores dessa região, buscando valorizar o caráter vivo e contínuo, tirando-os de sua condição de invisibilidade histórica. Falar do rio e da natureza circundante é chamar a atenção para a relação intrínseca entre o ambiente e os narradores, assim como natureza e cultura não se opõem, mas se integram e se influenciam dialeticamente. Essa relação é ininterrupta e é reinventada a cada geração já que ambas são dinâmicas e vivas. Como afirma Sandra C.A. Pelegrini,

Não se pode negligenciar a complexidade adquirida pela temática do patrimônio natural, quando esta se articula à noção de paisagem, uma vez que ela incorpora as relações do homem com o meio, e ainda sugere que os “modos” ou “gêneros” do viver humano produzem “paisagens culturais”. As singularidades relacionais entre as culturas e o meio ambiente definem, conforme os fundamentos da geografia cultural, os traços da própria paisagem e a distinguem de outros espaços, determinando o seu *geni'us loci*, ou seja, a “alma do lugar”. (PELEGRINI, 2006a: p.63)

Desta forma, trabalhar com patrimônio cultural material e imaterial não é considerar natureza e cultura como aspectos antagônicos, mas sim engendrados num contínuo processo de transformação. Os bens imateriais permanecem na memória e têm sentido na identidade coletiva na medida em que mantêm vínculos identitários. Ao relatarem sobre sua convivência com a beleza e o perigo do Rio Parnaíba e do mar, sobre a produção dos barcos, o artesanato com a carnaúba e como os filhos colocam em prática o aprendizado de tecer redes desde a mais tenra idade, os sujeitos reconhecem na paisagem, na história e no tempo o elo emocional e as experiências que os fazem se sentir parte de uma dinâmica específica da população ribeirinha.

Segundo Diegues, o “conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração” (1999, p. 31). Mais do que isso, os relatos sobre os saberes e fazeres mostram o interesse em debater sobre a conservação ou não de certas tradições na comunidade.

## Narrativas de vida, história pública e políticas públicas

De acordo com os postulados da Carta de Macchu Picchu, formulada em 1997, as práticas de preservação e conservação de patrimônios das comunidades tradicionais deveriam levar em conta as transformações que afetariam suas experiências e saberes. Sobre isso, Sandra Pelegrini que

as tarefas de conservação e restauração deveriam inserir-se no processo de desenvolvimento urbano, abarcando soluções legais capazes de inibir a contaminação ambiental, incrementar a disponibilização do solo urbano, visando satisfazer as necessidades coletivas e estimular o transporte público em massa. Ao admitir que a identidade de uma cidade não era determinada apenas pela sua estrutura física, mas também por suas características sociológicas, o documento propunha que se preservasse e conservasse não apenas o patrimônio monumental, mas que se assumisse a defesa do patrimônio cultural conservando os valores (...) de fundamental importância para afirmar a personalidade comunal ou nacional e/ou aqueles que têm autêntico significado para a cultura em geral. (PELEGRINI, 2006b: p.60)

Nesse sentido, o patrimônio passou a ser entendido como todo conhecimento que uma sociedade produz e possui de si mesma, assim como as formas de se conceber e de se posicionar diante de outras, sua maneira de existir, acreditar, manifestar seus saberes, organizar suas cerimônias coletivas, suas festividades, a manutenção de suas tradições, o uso de suas técnicas e experiências, enfim, tudo aquilo que tem significado e dá sentido à sua vida individual e à identidade coletiva.

Pescadores (as), barqueiros, artesãos e artesãs demonstraram posicionamento político diante de órgãos, de especialistas e intelectuais que intervêm continuamente na vivência e nos significados do mundo natural e sobrenatural da comunidade, por meio de políticas públicas que, segundo eles, deixaram de con-

siderar necessidades emergenciais na ilha, como a invasão das dunas em suas casas, a falta de atendimento médico (apenas alguns dias durante e nenhum no final de semana), a ausência de postos de saúde e a frágil estrutura das escolas.

Desde os primeiros encontros, um elemento emergiu das narrativas dos moradores das Canárias: a necessidade de que a comunidade seja ouvida para a solução de problemas que afligem seus habitantes. O objetivo da pesquisa que era, em princípio, realizar um inventário do patrimônio imaterial e ambiental, passou a considerar também as questões políticas que perpassavam os relatos sobre o sentido do que se desejava ver conservado, a interferência de órgãos públicos e particulares na dinâmica de suas vidas, mais do que a tradição de certas práticas e da preservação do meio ambiente para os moradores.

A escuta, portanto, passou a considerar não apenas critérios de observação e análise de manifestações culturais, do trabalho e das festividades, mas levou em conta a sensibilidade para perceber como o tempo, o gênero, o papel social e geracional e a política poderiam interferir nas memórias, nas negociações possíveis entre a coletividade, em que determinadas narrativas acabavam por se sobrepor a outras. Trabalhar com história oral significa ouvir com delicadeza também sobre as frustrações e desejos constantemente construídos e negociados pela comunidade.

Na convivência com pescadores, artesãos e barqueiros, foi possível perceber a existência de posicionamentos políticos quanto ao significado das políticas públicas ali estabelecidas pelos órgãos como Ibama e Incra, no sentido de organizar determinados usos e costumes dos ribeirinhos e direcionar suas relações com a natureza. Os relatos apontaram, por exemplo, para o impedimento de continuarem a pescar em determinadas épocas e a restrição ao uso da madeira para a construção de casas, sem a consulta ou o debate coletivo.

Mais do que um inventário, de caráter quantitativo, a tradição oral e as histórias de vida salientaram a preocupação qualitativa, levando em conta as subjetividades, as relações emocionais com a história e a memória coletiva, com a produção de bens materiais, com o meio ambiente, elementos continuamente recriados e fortalecedores da identidade das Canárias.

Zygmunt Bauman (2005) afirmou que habitar um lugar não é o suficiente para que as pessoas se sintam pertencentes a uma comunidade e a um território cultural e que as explicações acadêmicas, governamentais ou do senso comum, exteriores à vivência cotidiana, podem se mostrar estranhas aos próprios membros de um determinado grupo. Ao narrarem sobre suas experiências, a identidade vai se delineando, muitas vezes por meio do rompimento ou da rejeição a definições exógenas e deterministas com relação aos sujeitos que contam. A escuta atenta proporcionou perceber que os colaboradores pedem para si a oportunidade para se autodefinirem e apontarem aquilo que para eles importa debater, proteger e exigir.

Um dos problemas apontados por eles está relacionado ao fato de que a renda de parte dos grupos tradicionais das Canárias depende, em parte, da captura do caranguejo *uçá*. O ICMBio, ligado ao Ibama, realiza projeto de remanejamento dessa atividade nos manguezais<sup>6</sup>. O fato de boa parte desses trabalhadores ser muito pobre e de ter pouco acesso a serviços sociais básicos, como saúde e educação, coloca-os numa relação de dependência muito grande com relação a essa prática. Por não serem organizados em associações, como os pescadores são, e por terem escolaridade baixa, são muitas vezes marginalizados pela própria comunidade.

O limite dado ao trabalho realizado por eles pelos órgãos que se preocupam com a extinção dessa espécie de caranguejo nem sempre é bem-visto ou compreendido pelos catadores como algo que vá contribuir para a melhoria de sua vida. Muitas vezes, enxergam a presença dos representantes de Organizações Não Governamentais e representantes do governo como ingerência indevida sobre suas vidas. Como não são registrados em associações de trabalhadores, a tendência é que eles não tenham garantidos os seus direitos, como por exemplo o benefício dado aos pescadores pelo governo federal em períodos de defeso, ou seja, quando os peixes precisam se reproduzir e a pesca é proibida.

A presença de atravessadores, devido ao desenvolvimento do turismo que exclui a comunidade, foi outro fator constantemente apresentado como problemático. O crescimento de bares e restaurante à beira do Rio Parnaíba faz com que a demanda por peixes, caranguejos e mariscos aumente, atraindo mercadores que pagam valores muito baixos aos moradores das Canárias pelo resultado de seu trabalho. A hiperexploração, sem nenhuma regulamentação do comércio e do turismo de base na região, é amplamente criticada pelos entrevistados.

6 Projeto do ICMBio Ministério do Meio Ambiente. *Conservação e Uso Sustentável Efetivos de Ecossistemas Manguezais no Brasil (PIMS 3280)*. Projeto do Atlas nº 00055992. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Fundo para o Meio Ambiente Mundial. Ministério do Meio Ambiente (MMA) da República Federativa do Brasil.

Além desse aspecto, os narradores abordaram outros problemas como o acesso restrito à terra, que não pode mais ser vendida na região de preservação, e a proibição quanto à extração de madeira para fazer o carvão e a construção de casa de alvenaria, o que, segundo o Incra, contribuem para o desmatamento que provoca o assoreamento do Rio Parnaíba pelo avanço das dunas. Essas interferências externas são interpretadas por alguns moradores como prejuízo a sua vida, rompendo uma tradição da comunidade, como determinações autoritárias. São decisões políticas que nem sempre encontram ressonância na comunidade, ciente de sua exclusão no processo decisório e também dos benefícios da chamada preservação.

Outros elementos foram apontados pelos narradores, demonstrando a ausência de políticas públicas democráticas, que correspondam de fato a suas necessidades: a falta de água tratada para consumo, tendo que recorrer aos poços com água salobra, o que adoce principalmente crianças e velhos. A chegada da energia elétrica, um benefício reconhecido por todos que até pouco tempo utilizavam a lamparina a querosene, também tem seu ponto negativo, como o distanciamento provocado entre vizinhos, que passaram a se preocupar com a televisão, celulares e com os computadores. A dissolução da tradicional conversa ao pé do portão, assim como a ingerência econômica sobre suas festas religiosas, foi vista como um problema que afeta laços de companheirismo e solidariedade dos narradores, marca identitária que se quer conservar.

A abertura do comércio com refrigeradores, a criação de pousadas para turismo e o congelamento de comida – dentre eles o próprio peixe – foram problemas que os narradores levantaram, relacionando-os à chegada de pessoas de fora, com valores diferentes daqueles transmitidos pela oralidade e convivência coletiva. O aumento da violência, as mudanças nos costumes e na qualidade dos alimentos, com o acesso a comidas enlatadas e congeladas, sem que haja alterações nas políticas públicas quanto a questões da saúde, também põem em dúvida a ingerência externa sobre suas vidas.

Os entrevistados apontaram para a divisão política na direção das associações de moradores e pescadores e na aceitação ou não dos encaminhamentos propostos por especialistas que, para eles, estão fora de sua experiência cotidiana. O que fica claro até o momento é o desejo de serem ouvidos, sugerindo a realização de reuniões e a criação de oficinas, pelas quais possam se manifestar quanto ao futuro de suas práticas. Ao aceitarem o diálogo conosco sobre suas vidas, expressaram a vontade de que pesquisadores atuem como mediadores entre comunidade e especialistas, no sentido de ampliar as formas de pensar seu patrimônio cultural e suas necessidades de sobrevivência. Cobraram não só a posição do Estado, mas também da Academia enquanto espaço de erudição e reflexão política. Manifestaram o desejo de que suas histórias sejam conhecidas, publicizadas, a fim de que se garanta um processo mais democrático quanto à tomada de decisões e benefícios.

## Considerações finais

A história oral pode promover um trabalho em colaboração, participativo, em busca de narrativas que nos revelem modos de vida, sentimentos de pertença, vontades de preservar certos elementos identitários dos ribeirinhos e, por conseguinte, as demandas por políticas públicas que possam ir ao encontro de suas necessidades e singularidades. Registrar diferentes histórias, práticas e saberes em suas diversas versões, transmitidos coletivamente, pode significar dar amplo conhecimento público, registrar memórias para conservar saberes e ampliar a participação das comunidades nas decisões sobre suas próprias vidas.

Cada relato dos pescadores, catadores de caranguejo, marisqueiras e artesãos deve ser entendido na relação com o espaço, o ambiente, as pessoas, os elementos concretos e simbólicos, o imaginário sobre o rio, a terra e o mar, sua relação com a vida que se constrói todos os dias, a vida que se constitui ao seu redor, a linguagem e valores que se constroem a partir do meio ambiente. Suas preocupações apresentam racionalidade diferenciada, muitas vezes, de intelectuais que pensam a questão da preservação ambiental descolada das demandas sociais e da sobrevivência comunitária.

Os moradores entrevistados mostraram, em sua maioria, que o saber tradicional e o técnico/acadêmico não podem, em momento algum, ser comparados – por se tratarem de origens diferentes – mas nem por isso podem ser pensados separadamente na reflexão sobre as políticas públicas que atendam às necessidades populares.

Num contexto de apropriação industrial, padronização e comercialização de bens das comunidades tradicionais e de não reconhecimento de sua autoria coletiva, a memória e a narrativa dos pescadores tornam-se ato de afirmação da própria história e de uso das palavras como denúncia, escolha e necessidade. Poder verbalizar sua realidade significa empoderamento, selecionando e decidindo sobre o que é importante para ser publicizado e preservado.

O trabalho com a memória coletiva, a cultura intangível e a tradição oral, envolvendo a decisão sobre qual patrimônio se quer conservado, assim como o que deve ser mudado no cotidiano, pode resultar na construção de políticas públicas que contribuam para a cidadania dos habitantes das Canárias, preocupados com a manutenção daquilo que significa suas vidas e com o crescimento da intervenção externa sobre elas sem consultá-los.

Os narradores não são informantes, são intérpretes de seus próprios bens e valores, realizam leituras, nomeiam e agregam importância aos seus afazeres. Para reconhecer o patrimônio é preciso, antes, conhecer, inventariar e tornar público o que eles desejam conservar. Também pensar sobre a prática de empoderamento da comunidade, seu reconhecimento como agrupamento, como pessoas que fazem história e pensam sobre ela. São sujeitos pensantes, que não apenas nos fornecem dados sobre a história do lugar, as tradições e a vivência, como aconselham, significam cada prática e as relações em torno delas. Ouvir-los implica romper com a posição de onisciência intelectual e a separação entre aqueles que narram e informam (os entrevistados) e aqueles que analisam (os intelectuais das instituições).



Fotos: Acervo do Grupo Cidade, Cultura e Identidade (Uespi)

Como afirmou Alessandro Portelli (1996), os fatos selecionados pela memória e narrados trazem consigo leituras e versões de mundo, que se iniciam nas palavras do narrador e não na análise acadêmica do pesquisador. As marcas apontadas pela coletividade das Canárias como passíveis de valorização e como parte intrínseca de suas vidas mudam a perspectiva e o critério sobre os bens a ser conservados e as necessidades a ser atendidas, para além daqueles atribuídos pelas instituições governamentais e especialistas. Não cabe a estes últimos a exclusividade para decidir sobre o que, por que e como proteger.

Diante das demandas comunitárias os critérios de raridade, urgência, autenticidade e universalidade, utilizados para entender o patrimônio, ganham novas leituras a partir das referências culturais, ligadas à afetividade e ao pertencimento das comunidades. Os bens imateriais podem ser inventariados e registrados, mas se não fizerem parte da vivência e não significarem continuamente na coletividade, não sobreviverão; sofrerão a diluição no tempo e na memória. Dar visibilidade, mapear o território em que os afazeres se dão, a identificação dos bens valiosos aos diferentes grupos sociais nas Ilhas das Canárias, deve ser resultado da interação participativa e democrática, para a qual a história oral deve contribuir.

## Referências bibliográficas

- AMOROZO, M. C. M. 1996. A abordagem etnobotânica na Pesquisa de Plantas medicinais. Em Di Stasi LC (Org) *Plantas medicinais: arte e ciência, um guia de estudo interdisciplinar*. EDUSP. São Paulo.
- BAUMAN, Zygmunt. 2005. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DIEGUES, A.C. et al. (Org.). 1999. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.
- GONÇALVES, José R. Santos. 2005. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun, p. 15-36.
- IPHAN. 2000. *Inventário Nacional de Referências Culturais/INRC*. Brasília: Iphan. <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=13493&retorno=paginaIpha>
- PELEGRINI, Sandra C. A. 2006a. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, v.26, n.52, São Paulo: Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. 2006b. O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil. *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, p.54-77.
- POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10), p. 200-212.
- PORTELLI, Alessandro. 1996. A Filosofia e os Fatos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.59-72.

# Experiências possíveis no âmbito da história oral: memórias da emancipação do município de Queimados – RJ<sup>1</sup>

Possible experiences within the oral history:  
memories of the emancipation of the city of Queimados – RJ

*Claudia Patrícia de Oliveira Costa*

Professora da rede estadual do Rio de Janeiro. Mestranda do Programa de Pós Graduação em  
História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Uerj)  
cliouerj@yahoo.it

*Nilson Henrique de Araujo Filho*

Especialista em História do Rio de Janeiro pela Universidade Federal Fluminense (UFF)  
e professor das redes estadual e particular, no Rio de Janeiro  
nhaf.nilson@bol.com.br

## Resumo

As questões que envolvem as relações entre memória e história têm ocupado espaço significativo nos debates acadêmicos recentes, particularmente no contexto da renovação experimentada no campo da História Política. O caráter recente da emancipação da cidade de Queimados, na Baixada Fluminense, nos instiga a pensar possibilidades para a escrita dessa história identificando, nessa discussão, um terreno profícuo para um debate mais amplo sobre as vozes que defenderam a autonomia queimadense. Para isso, propomos o registro audiovisual e a posterior análise crítica das transcrições dos depoimentos colhidos das lideranças da Associação de Amigos para o Progresso de Queimados (AAPQ), entidade criada com o objetivo de organizar o movimento emancipacionista que culminou no plebiscito de 1990.

**Palavras-chaves:** Memórias – História Local – Queimados

## Abstract

The relationship between memory and history have occupied significant space in recent scholarly debates, particularly in the context of the renewal of political history. The recent emancipation of the city of *Queimados*, in the *Baixada Fluminense*, leads us to think possibilities for writing this history, so identifying a fruitful ground for a wider debate about the voices that defended the autonomy queimadense. Thus we make the record audiovisual and subsequent critical analysis of the transcripts of the interviews conducted with the leaders of the *Associação de Amigos para o Progresso de Queimados (AAPQ)*, an entity created for the purpose of organizing the emancipation movement that culminated in the 1990 plebiscite.

**Keywords:** Memories – Local History - Queimados

---

<sup>1</sup> Texto apresentado sob forma de comunicação, durante o X Encontro Regional Sudeste de História Oral, no Simpósio Temático Diálogos Contemporâneos: fontes orais e visuais nas pesquisas sobre memória.

O historiador português, Fernando Catroga, chama a atenção para a constante tensão entre memória e historiografia, argumentando que, durante muito tempo, verificou-se um esforço para demarcar as oposições entre essas duas esferas. Segundo essa perspectiva, a história se diferenciava da memória pelo seu caráter cientificista, buscando estabelecer parâmetros analíticos que solapassem as mistificações das recordações e distanciassem cada vez mais sujeito e objeto. Entretanto, como o próprio autor conclui, as questões que envolvem as relações entre memória e história têm se revelado muito mais complexas, extrapolando as oposições binárias entre emoção/razão, verossimilhança/realidade ou subjetividade/objetividade (CATROGA, 2001: 39-40). Ao longo do século passado, diversos trabalhos se constituíram como referenciais para discutir tais questões. Sob essa perspectiva, destaca-se a obra de Maurice Halbwachs, na qual este autor afirma que as memórias individuais são sempre permeadas pelo contexto social. A obra de Halbwachs, cuja primeira publicação remonta à primeira metade do século XX, opera uma interessante distinção entre o que o autor chama de *memória histórica* e *memória coletiva*. Para Halbwachs, enquanto a primeira se caracteriza pela artificialidade, assumindo uma função didático-social definida, a *memória coletiva* é espontânea e, intrinsecamente, ligada à oralidade, integrando, portanto, um repertório de memórias individuais, visando à perpetuação de valores ancestrais que mantivessem a coesão de dado grupo (HALBWACHS, 1990).

No avançar dos debates, já em fins do século XX, destacaram-se as contribuições expressas pelas pesquisas do historiador Pierre Nora (1984) e do sociólogo Michael Pollak (1989 e 1992). Partindo do referencial constituído pela obra de Halbwachs, esses autores procuraram aprofundar os estudos sobre as memórias e propor novas abordagens teórico-metodológicas para as questões que envolvem a intrincada relação entre memória e história. Enquanto Nora buscou, em sua análise, discutir a materialidade das memórias, apostando nas representações da história expressas em museus, monumentos e os chamados *lugares de memória*, Pollak procurou analisar os complexos *trabalhos de enquadramento das memórias*.<sup>1</sup> Para o sociólogo austríaco, interessa avaliar as tensões e as disputas ocorridas antes que as memórias possam adquirir qualquer tipo de materialidade e, para isso, aposta na coleta e na análise de depoimentos orais. Ao debruçar sobre tais depoimentos, Pollak nos estimula a pensar sobre os recortes do passado operados pelas memórias, dando espaço para que se discuta a dimensão política da memória. Entendemos que tal perspectiva presume o individual e o coletivo como domínios que estão continuamente interpolados, o que nos aponta o valor das análises que problematizem essa dinâmica. Se, por um lado, questionam-se as relações de oposição entre memória e história, a partir das questões suscitadas por essas pesquisas ao final do século XX, entende-se como necessário o enfoque das memórias em sua dimensão mais conflituosa. Essa perspectiva implica que se reconheça a força da memória, não só na coesão de grupos, como no desmantelamento e na reconfiguração de coletividades, em um permanente esforço pela construção de identidades.

Dessa forma, inferimos que as discussões, que põem em questão as tensões entre memória e história, têm ocupado espaço significativo nos debates acadêmicos que adentraram o presente século, particularmente no contexto da renovação da História Política. Essa renovação, posta em curso ainda a partir da segunda metade do século XX, buscou distanciar-se das abordagens reconstrucionistas, que caracterizaram a História Política durante o século XIX. Assim, a História Política Renovada manifestou, entre outras tendências, a busca de abordagens pluridisciplinares, apontando novas possibilidades de interpretação do campo político, como nos indica a revalorização das narrativas, a partir da década de 1970.<sup>2</sup> A partir da ampliação das abordagens teórico-metodológicas, percebemos que essa revalorização das narrativas dialoga, intrinsecamente, com a adoção da História Oral como metodologia aplicada aos estudos históricos. A introdução da coleta de dados para pesquisa, extraída a partir da realização sistemática de entrevistas de campo, demarca uma aproximação significativa entre a história e a antropologia, como preconizara Pollak em seus referidos artigos. No mundo anglófono, essa aproximação remonta ainda a década de 1940, a partir da experiência da Universidade de Colúmbia em “gravar as memórias de personalidades importantes da história norte-americana” (THOMPSON, 1992: 89). Contudo, orientando-se pela própria dinâmica que permeou os debates historiográficos

1 “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.” (POLLAK, 1989: 9)

2 Segundo Javier Gil Pujol, o chamado “retorno linguístico” (linguistic turn) se insere no contexto da reabilitação da História Política, em face do “fracasso ou esgotamento da prática historiográfica seguida pelos Annales e pela história marxista.” Destacamos, todavia, que esse retorno à narrativa introduziu questionamentos e críticas, distanciando daquela perspectiva antiga, na qual a narrativa visava ao mero relato, tido como forma de revivificar o fato (PUJOL, 1983: 68-69).

nas décadas subsequentes, os profícuos contatos entre história e antropologia logo buscaram dar conta de uma gama de novos objetos, que permaneciam excluídos ou invisíveis, mesmo depois das inovações introduzidas pelos *Annales*, carreados pelos pressupostos de uma abordagem social. Nesse sentido, ainda segundo o sociólogo britânico Paul Thompson:

A história oral (...) lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Estimula professores e alunos a se tornarem companheiros de trabalho. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época (THOMPSON, 1992: 44).

Ao refletir sobre a asserção de Thompson e as questões que envolvem memória e história, nosso trabalho propõe o registro audiovisual e a posterior análise crítica das transcrições de depoimentos colhidos dos moradores mais antigos da cidade de Queimados, na Baixada Fluminense. Levando em conta o caráter recente da emancipação queimadense, deparamos com precárias referências, no que tange os *lugares de memória* na cidade. Tal constatação levou-nos a apostar na possibilidade de pensar a escrita da história de Queimados a partir das vozes que defenderam sua autonomia. Essa abordagem busca analisar os *trabalhos de enquadramento das memórias* ainda em curso, mesmo decorridas pouco mais de duas décadas da conquista da autonomia política-administrativa desse município. De acordo com os pressupostos de Pollak, entrevemos que os processos que envolvem os *enquadramentos das memórias* podem ser lentos, pressupondo tanto continuidades quanto rupturas. Assim, inferimos que, para que se possam ser criados e reconhecidos os *lugares de memória*, é necessário que o *enquadramento das memórias* tenha sido responsável pela criação de um sentimento identitário, que agregue dada coletividade em torno de símbolos e lugares reconhecidos e referenciados pela maioria.

De tal forma, nossas pesquisas tiveram início a partir de depoimentos orais, que vêm sendo colhidos desde o ano de 2009 até a presente data. Nos últimos anos, no entanto, o enfoque recaiu sobre as lideranças da Associação de Amigos para o Progresso de Queimados (AAPQ), entidade criada com o objetivo de reorganizar o movimento emancipacionista após um plebiscito frustrado, por falta de quórum, em 1988. As ações da AAPQ foram significativas para dar representatividade ao movimento e organizar o plebiscito de 1990, que obteve a emancipação de Queimados. Para esse grupo mais restrito, que contou com oito líderes<sup>3</sup>, as entrevistas foram realizadas a partir do eixo de indagações atinentes à *origem do depoente, seu engajamento político, Queimados como distrito, o movimento emancipacionista, argumentos mobilizados pró-emancipação, o fracasso do plebiscito de 1988, participantes da emancipação e Queimados emancipada*. Uma vez cedido os direitos de uso de áudio e vídeo pelo próprio depoente, os registros são transcritos. Após a transcrição, aplicamos a esses textos uma leitura baseada na *Análise do Discurso*, como preconizada por Leonor Arfuch. Essa abordagem procura levar em conta as seguintes questões: a produção dialógica do sentido do  *dizer*, as dificuldades da construção de um relato de vida; a análise das modalidades enunciativas, de forma que não as reduzam, nem tampouco as desestruturem; a polifonia ou a confrontação de vozes e relatos simultâneos, bem como a sensibilidade para perceber, nos hiatos, esquecimentos e silêncios, indícios relevantes para acessar as memórias do entrevistado (ARFUCH, 2010: 267).

Conformando essa abordagem ao trabalho de pesquisa desenvolvido no curso de Pós-Graduação em História (nível mestrado) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/Uerj), sob a orientação da professora Márcia de Almeida Gonçalves, esboçamos a seguinte grade de análise dos documentos:

O enquadramento de cada uma das entrevistas, na grade esboçada acima, contribui significativamente para o cotejo das informações mobilizadas pelos depoentes. Dessa forma, busca-se equacionar a tensa relação entre a objetividade, exigência do discurso historiográfico, e as subjetividades, que são marcas incontesteis do discurso oral.

A partir de então, as entrevistas são mobilizadas no sentido de analisar as elaborações de passado, operadas pelos depoentes em suas memórias. Com foco na defesa do ideal emancipacionista, os depoentes

3 Esses eram os oito líderes, ainda vivos, quando do começo desse trabalho: Carlos de França Vilela, Ismael Lopes de Oliveira, José Methódio Lima, Josias de Souza Mattos, Luiz Alonso Sanz, Luiz Gonzaga de Macedo, Maria de Fátima de Oliveira Barragán e Valtecir Gomes Leal. Dentre esses, José Methódio Lima já é falecido.

## Identificação do documento:

Emissor	Local de fala do emissor justificativa da escolha	Receptor	Período/local em que foi dado o depoimento	natureza do discurso	Transcritor e revisor
Nome do depoente	Enquadramento político-social atual do depoente e como o próprio define seu papel nas lutas pela emancipação	Para quem foi concedida a entrevista	Data e local em que a entrevista foi realizada	Discurso oral	Quem transcreveu e quem revisou o texto da entrevista

## Categoria temática:

Tema:	Enunciado:	Objetividade/Subjetividade
Assunto abordado pelo depoente no trecho transcrito. Para a análise do corpus documental selecionado para essa pesquisa, foram abordados os seguintes temas: <i>origem do depoente, Queimados como distrito, engajamento político, movimento emancipacionista, argumentos pró emancipação e Queimados emancipada</i>	Transcrição do trecho da entrevista, na qual o depoente aborda tal tema	A mensagem central, evidente na fala do depoente, em diálogo direto com o contexto histórico em que ele se insere. Igualmente, são observadas e analisadas as possibilidades interpretativas para a fala do entrevistado, levando em conta suas emoções, hesitações e deslizos, levando-se em conta sua experiência pessoal evocada para narrar os episódios do movimento emancipacionista. As observações desse campo proporcionam a reflexão sobre o diálogo entre teoria e metodologia, a partir dos conceitos elaborados por Michael Pollak, a saber: <i>Memória Oficial e Memórias Subterrâneas, enquadramento das memórias, silêncios, esquecimentos e testemunhas autorizadas a narrar.</i>

revelam quais aspectos do passado foram e são recortados com o objetivo de justificar a autonomia queimadense ante Nova Iguaçu. Reiterando que a construção das memórias é um trabalho que demanda uma intrínseca relação com a história, em um processo permanente de debates, disputas e negociações, inserimos essas falas em um contexto mais amplo, a saber: a gradual transição democrática brasileira, decorrida durante a década de 1980 e que, para alguns autores, ainda não se esgotou.<sup>4</sup> Acreditamos que as lutas pelo retorno da democracia no Brasil, evidenciadas em movimentos como o “*Diretas já!*”, foram de grande importância para a emergência das reivindicações emancipacionistas em Queimados. Apropriando-se dos discursos que visavam à superação de um passado, dito opressor, a população queimadense passa a reivindicar, na década de 1980, sua desvinculação de Nova Iguaçu. Entre a frustração queimadense em 1988 e a consulta plebiscitária que resultou na emancipação em 1990, além da criação da AAPQ, ressaltamos a promulgação da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, em 1989, bem como a elaboração da Lei Complementar Estadual nº 59, em janeiro de 1990. A Lei Complementar Estadual nº 59 foi particularmente interessante, na medida em que alterou as exigências para a criação de novos municípios, incentivando a rearticulação do movimento emancipacionista em Queimados.<sup>5</sup>

4 Sobre o debate acerca da dinâmica que permeou o processo de abertura e democratização no Brasil, ver as teses na área da Ciência Política: AVRITZER, 1995; KERBAUY, 1999; ARTURI, 2001; KINZO, 2001; CODATO, 2005. Verifica-se, também, o recente interesse dos estudos históricos pelo tema, nas abordagens de AGGIO, 1996; CARVALHO, 2001; FICO, 2004; MACIEL, 2009.

5 “As exigências para a criação de Municípios foram, então, bastante abrandadas: a população mínima passou a ser igual à do Município de menor número de habitantes; consolidou-se a renda mínima igual a 5 milésimos por cento da arrecadação estadual; e o resultado do plebiscito, que antes era de 50% mais 1 dos eleitores habilitados, baixou para 50% mais 1 dos que houvessem comparecido, desde que estes totalizassem mais de 50% do colégio eleitoral. Ou seja, com a nova matemática, a aprovação baixou para 25% mais 1 do universo total. (...) Tendo em vista experiências anteriores, vinculou o percentual de eleitores, em relação à população, em 20% (o dobro dos 10% previstos anteriormente na legislação federal); impediu a interrupção da continuidade territorial do Município de origem; dobrou para 400 o número mínimo de casas no centro urbano; impôs a preexistência de instalações próprias para o funcionamento dos órgãos públicos do novo Município; e estabeleceu que este tenha limites com pelo menos dois Municípios.” (NUNES, 1992: 20).

De acordo com o jornalista Jorge Nunes, com a promulgação dessa nova lei:

As exigências para a criação de Municípios foram, então, bastante abrandadas: a população mínima passou a ser igual à do Município de menor número de habitantes; consolidou-se a renda mínima igual a 5 milésimos por cento da arrecadação estadual; e o resultado do plebiscito, que antes era de 50% mais 1 dos eleitores habilitados, baixou para 50% mais 1 dos que houvessem comparecido, desde que estes totalizassem mais de 50% do colégio eleitoral. Ou seja, com a nova matemática, a aprovação baixou para 25% mais 1 do universo total. (...) Tendo em vista experiências anteriores, vinculou o percentual de eleitores, em relação à população, em 20% (o dobro dos 10% previstos anteriormente na legislação federal); impediu a interrupção da continuidade territorial do Município de origem; dobrou para 400 o número mínimo de casas no centro urbano; impôs a preexistência de instalações próprias para o funcionamento dos órgãos públicos do novo Município; e estabeleceu que este tenha limites com pelo menos dois Municípios (NUNES, 1992: 20).

O autor ressalta, ainda, que os avanços observados nas legislações federal e estadual forneceram dispositivos que, ao reforçarem o federalismo brasileiro, acabaram por facilitar o surgimento de novos municípios. Esses argumentos são apresentados no decurso de uma publicação para a Coleção Tiradentes, iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, sob a coordenação do deputado Paulo Duque. Esse deputado desempenhou papel de destaque no processo de emancipação queimadense, como se discutirá adiante. O quarto volume da coleção, de autoria de Nunes, é integralmente dedicado à criação dos novos municípios no Estado do Rio de Janeiro e foi publicado em 1992, portanto, ainda em plena efervescência dos movimentos emancipacionistas fluminenses,<sup>6</sup> como um “balanço” da atuação de Duque, nesse sentido.

Assim, amparados na nova legislação, os argumentos mobilizados nas falas das lideranças da AAPQ para defender a necessidade de emancipação recaem sobre o atraso de Queimados, na condição de Segundo Distrito de Nova Iguaçu. Tratava-se de buscar a legitimidade da emancipação, tomando como base aspectos identitários atrelados às configurações econômicas e sociais do local, em contraposição ao suposto descaso da administração iguaçuana. Nessa perspectiva, destacamos algumas falas:

Uma cidade com aspecto de **pobreza absoluta**, sem nenhuma expectativa do que hoje observamos a cidade. Não, não tinha nenhuma rua pavimentada. Nenhuma, nenhuma, **nenhum aspecto de progresso, de desenvolvimento**, não tinha. Era estrada de chão, de barro, conduzindo até a Pneus General. (...) A pavimentação, em Queimados, era da antiga padaria do Geraldo Xavier, onde tem uma passagenzinha, uma pontezinha ali, até a esquina, do final da praça... (MACEDO, 2009, grifos nossos)

Queimados era um distrito de Nova Iguaçu, não sei se Segundo Distrito, mas era muito atrasado, não tinha nada aqui, nem taxi, aqui não tinha! Tinha um carro preto que fazia um táxi, pra ajudar, mas nem achava o táxi, não tinha nada aqui. (...) As ruas. Muita lama, é, é, **Queimados era muito atrasado** mesmo, sabe? Não! Era o centro de Queimados mesmo! Só tinha uma rua de paralelepípedos ali, que é aquela principal do lado de cá, a, a Irmãos Guinle, a Tinguá: tudo, tudo era tudo terra, barro, entendeu? (MATTOS, 2012, grifos nossos)

Então ficava muito difícil, **as coisas ficavam tudo em Nova Iguaçu**, a gente tem que **desenvolver Nova Iguaçu primeiro, para depois ir para periferia**. É o que tá acontecendo em Queimados: nós estamos desenvolvendo o centro e estamos andando para o interior. E lá era assim, até chegar aqui você já tava morto e, e, não ia acontecer nada. Você, que é mais novo, eu já era, que já sou mais velho. Então isso que fomentou o **abandono, o desleixo da cidade: a gente aqui largado** de tudo quanto é maneira, gente morrendo aí sem saúde, sem nada. Que mal ou bem, hoje, você tem uma saúde

<sup>6</sup> Destacamos que, entre os anos de 1985 a 1988, foram criados cinco novos municípios no estado do Rio de Janeiro. Esses municípios são: **Arraial do Cabo**, desmembrado de Cabo Frio e criado pela Lei nº 839, de 13 de maio de 1985; **Italva**, desmembrado de Campos e criado pela Lei nº 999, de 12 de junho de 1986; **Paty do Alferes**, desmembrado de Vassouras e criado pela Lei nº 1254, de 15 de dezembro de 1987; **São José do Vale do Rio Preto**, desmembrado de Petrópolis e criado pela Lei nº 1255, de 15 de dezembro de 1987 e **Itatiaia**, desmembrado de Resende e criado pela Lei nº 1330, de 06 de julho de 1988. De 1989 até 1992, outros doze municípios, entre esses Queimados, foram criados no estado do Rio de Janeiro: **Quissamã**, desmembrado de Macaé e criado pela Lei nº 1419, de 04 de janeiro de 1989; **Cardoso Moreira**, desmembrado de Campos e criado pela Lei nº 1577, de 30 de novembro de 1989; **Belford Roxo**, desmembrado de Nova Iguaçu e criado pela Lei nº 1640, de 03 de abril de 1990; **Guapimirim**, desmembrado de Magé e criado pela Lei nº 1772, de 21 de dezembro de 1990; **Queimados**, desmembrado de Nova Iguaçu e criado pela Lei nº 1773, de 21 de dezembro de 1990; **Quatis**, desmembrado de Barra Mansa e criado pela Lei nº 1787, de 09 de janeiro de 1991; **Varre-Sai**, desmembrado de Natividade e criado pela Lei nº 1790, de 12 de janeiro de 1991; **Japeri**, desmembrado de Nova Iguaçu e criado pela Lei nº 1902, de 02 de dezembro de 1991; **Comendador Levy Gasparian**, desmembrado de Três Rios e criado pela Lei nº 1923, de 23 de dezembro de 1991; **Rio das Ostras**, desmembrado de Casimiro de Abreu e criado pela Lei nº 1984, de 10 de abril de 1992; **Aperibé**, desmembrado de Santo Antônio de Pádua e criado pela Lei nº 1985, de 10 de abril de 1992 e **Areal**, desmembrado de Três Rios e criado pela Lei nº 1986, de 10 de abril de 1992 (Cf.: NUNES, 1992: 57-68, grifos nossos).

que você pode dizer que tá 100% em relação àquela época. **Você não tinha nada, você tinha que levar para Nova Iguaçu ou lá para baixo** e às vezes morria aqui mesmo. Não tinha uma casa de saúde, não tinha nada. Nós temos aí a Bom Pastor, hoje, nós queimadense podemos até não dar valor, mas ela é de grande valia para Queimados... (VILELA, 2012, grifos nossos)

Por exemplo: lá onde eu morava, que o Guilherme [primeiro filho do depoente] nasceu, é, a luz era de cabine, uma luz muito fraca, muito fraca, luz de cabine, o que era quase que comum aqui em Queimados, o uso de cabine. Você vê: **ali é praticamente é centro, mas a luz de cabine. Imagine aí na periferia!** As ruas, também não existiam ruas no sentido da pavimentação... (SANZ, 2012, grifos nossos)

Constatamos significativo grau de compreensão, por parte dos entrevistados, das discrepâncias do desenvolvimento social e econômico entre centro e periferia. Esse modelo de desenvolvimento não é característico da Baixada Fluminense somente. Ampliando a escala de observação, podemos entendê-lo como um modelo assumido ao nível nacional, desde a década de 1970, ainda sob o regime ditatorial. O historiador Alberto Aggio e a cientista política Maria D'Alva Kinzo ressaltam que, apenas nos primeiros anos do regime civil-militar, houve um esforço pela contenção das taxas de inflação e estabilização da economia. Nesse caso, o chamado “milagre brasileiro” teria sido produto dessa estabilização, posta em prática entre os anos de 1964 e 1967, e da política desenvolvimentista que, nesse contexto, consagrava o Estado na posição do grande empreendedor. Assim, se a década de 1970 assinalou um recrudescimento no aparelho repressivo do Estado, por outro lado, essa década também marcou a difusão da ideia do “milagre brasileiro”. Tal premissa era pautada em uma política de desenvolvimento nacionalista, dando ênfase à industrialização brasileira, inicialmente à produção de bens de consumo. Posteriormente, em nítida articulação com o panorama mundial bipolarizado pela Guerra Fria, passou-se à produção de bens intermediários e de capital (AGGIO, 1996 e KINZO, 2001).

Um dos efeitos do “milagre” foram os investimentos pesados na industrialização da região sudeste do país, tornando muito atraentes os grandes centros urbanos aí localizados. No caso de Queimados, essa constatação encontra respaldo na análise da origem dos entrevistados: no total de oito entrevistas, apenas um depoente é oriundo da Baixada Fluminense, tendo nascido no município de Nova Iguaçu, do qual Queimados era distrito.<sup>7</sup> Contudo, a família desse depoente, bem como os demais entrevistados, são provenientes da região nordeste e do próprio interior da região sudeste, inseridos no contexto mais amplo das grandes migrações, motivadas pela seca e pelo recrudescimento das disparidades sociais no interior do Brasil, dirigindo-se a cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Essa dinâmica de migração interna possui dupla face: por um lado, o esvaziamento das zonas rurais e, por outro, o inchaço e o crescimento desordenado dessas grandes cidades. Forma-se, então, um movimento encadeado que tende a reforçar e reproduzir tais condições socioeconômicas, posto que, se a migração se justifica a partir do recrudescimento das desigualdades sociais, em regiões interioranas e com carência de investimentos por parte dos governos, ela aprofunda essas desigualdades nas grandes cidades, onde os recursos e as oportunidades estão longe de contemplar todos. No que concerne a Baixada Fluminense, região que, pela proximidade com o município do Rio de Janeiro, tende a absorver esse transbordo populacional, o fenômeno da migração é objeto de discussão na pesquisa do geógrafo Marcus Rosa Soares. Segundo esse autor, notadamente a partir da década de 1950, com a decadência da citricultura na Baixada Fluminense,

Os novos moradores que se dirigiam para a região, em sua maioria, eram migrantes que estavam à procura de melhores condições não de vida, mas de sobrevivência com relação às adversidades de suas regiões de origem. Grande parte desses migrantes são oriundos de estados da região Nordeste [sic], do Espírito Santo e de Minas Gerais (SOARES, 2000: 71).

Assim como Soares, o também geógrafo Manoel Simões contemplou em suas pesquisas o estudo dos fenômenos que envolvem a construção das identidades geopolíticas na Baixada Fluminense, pautado nessas questões. Na percepção de Manoel Simões, a precariedade de recursos, que se constatava então, foi responsável pelo estreitamento de redes de sociabilidade que, desde esse momento, passaram a aglutinar parentes, amigos, vizinhos, em prol de melhorias para a localidade e a construção de habitações. Concordamos com o

<sup>7</sup> No decurso de sua fala, Ismael Lopes de Oliveira revela que os pais chegaram a Queimados pouco antes de seu nascimento, vindos do nordeste, a convite de um tio, já estabelecido em Nova Iguaçu.

autor, que afirma que a formação e a consolidação dessas redes foram fundamentais para a formação de um tipo embrionário de identidade que, mais tarde, foi significativo para as reivindicações emancipacionistas<sup>8</sup> (SIMÕES, 2006: 125-132).

De fato, se nas memórias das lideranças entrevistadas predominam narrativas que atribuem a migração e o assentamento em Queimados aos fatores econômicos e sociais,<sup>9</sup> há destaque também para os laços de amizade, como nos permite entrever a fala de Luiz Alonso:

Com o tempo, eu fui criando conhecimento com amigos aqui, que eu fui me afastando lentamente do Estácio. Até que chegou a um ponto que deixei de ir sábado e domingo. Creio até que eu deixei de ir para o Estácio em função do futebol, eu passei a jogar bola aqui em clubes em Queimados e com isso fui me afastando do, de sábado e domingo no Estácio. (...) Quando você fala impressão [sobre Queimados, na década de 1960], eu tenho que puxar ou buscar na memória. Mas naquela ocasião era até uma festa você sair do Estácio e vir em Queimados. Era uma festa! (...) Se você parar e colocar na tela da sua imagem: Queimados antigo e o Queimados de hoje, há, substancialmente uma mudança, mas há aquelas saudades que você tem... (SANZ, 2012)

Tal constatação é expressa na fala desse entrevistado, na medida em que suas memórias sobre Queimados, comparadas aos relatos dos outros sete depoentes, introduzem aspectos menos críticos e mais saudosistas em relação ao passado. Contudo, a partir da análise dessas informações, pode-se depreender que as condições precárias contribuíram para a formação de cidades-dormitórios que caracterizou e, em grande medida ainda caracteriza, parte das cidades da Baixada Fluminense.<sup>10</sup> Mesmo em meados da década de 1970, quando a repercussão da crise mundial do petróleo afetava o Brasil e os evidentes sinais de “crise do milagre,” as mesmas políticas econômicas se mantiveram, entretanto, como destaca, mais uma vez, Alberto Aggio, “a modernização vivida pelo País nestas três décadas fez com que agravassem velhas contradições sociais, ao mesmo tempo que engendrou outras tantas de natureza novíssima” (1996: 55). O autor assinala, entretanto, alterações na estrutura demográfica do Brasil, que deixava de ser, paulatinamente, um país agrário. O desenvolvimento da Baixada Fluminense e sua desordenada urbanização nesse período é sintomático do acirramento das desigualdades sociais, mantidas por esse modelo de “modernização conservadora”.

Assim, em face de tal contexto, inferimos, no processo de construção das memórias dos entrevistados, a elaboração de uma imagem de si que demarcasse Queimados em oposição ao *outro*, representado por Nova Iguaçu. Ao desenvolver o conceito de *outro*, o sociólogo Michael Pollak pressupõe que “ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função de outros” (POLLAK, 1992: 204). Tendo em vista as tensões políticas e econômicas postas em evidência pelo processo de transição democrático brasileiro, acreditamos que o estabelecimento de critérios de alteridade tenha sido a primeira estratégia utilizada, consciente ou inconscientemente, pelas lideranças, no intuito de reivindicar a emancipação.<sup>11</sup>

Ao definir Queimados, em relação ao *outro*, Nova Iguaçu, a ênfase recai sobre os poucos investimentos públicos locais. Expressões como *pobreza absoluta, nenhum aspecto de progresso ou desenvolvimento, muito atrasado, precário, totalmente abandonado, desleixo e largado* são utilizadas pelos depoentes para caracterizar Queimados, a partir de suas lembranças, quando lá chegaram. Esse ressentimento teve ocasião para vir à tona, depois de mais de duas décadas de *silenciamento*, imposto pela repressão intrínseca ao regime autoritário. Por outro lado, identificamos também o

8 “Assim, a autoconstrução pode vir a ser o embrião de movimentos sociais mais organizados, como os das associações de moradores que deram origem ao MAB no final dos anos de 1970 na Baixada Fluminense.” (SIMÕES, 2006: 131)

9 Nos depoimentos de Luiz Gonzaga de Macedo, Maria de Fátima Barragán, José Methódio Lima, Valtecir Gomes Leal, Carlos de França Vilela e Josias de Souza Mattos, a questão da migração, orientada pela busca de melhores condições de vida, é citada explicitamente. Em Ismael Lopes de Oliveira, a questão é apenas sugerida, quando este depoente afirma que seus pais chegaram a Queimados a partir do convite de um tio, que já havia se estabelecido em Nova Iguaçu há muito tempo.

10 Segundo o geógrafo Marcus Rosa Soares, cidades-dormitórios “são aquelas cidades onde a maior parte de sua população trabalhadora se desloca de suas periferias em direção às áreas comerciais e industriais localizadas em outro município. Este fluxo migratório corresponde às chamadas migrações pendulares, realizadas cotidianamente por milhares de trabalhadores brasileiros.” (2000: 74)

11 “Esse último elemento da memória – a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento – mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes” (POLLAK: 1992: 204, grifos do autor).

uso de signos da modernização e progresso postulados pela ordem instituída, apropriados como forma de adicionar argumentos que sustentassem os discursos emancipacionistas. Assim, à construção negociada da identidade queimadense em oposição àquela iguaçuana, foi acrescido o argumento da arrecadação fiscal obtida com a instalação do citado Parque Industrial, ao final da década de 1970. A fala de Josias Mattos e Luiz Gonzaga de Macedo são, mais uma vez, emblemáticas para a construção desse discurso:

Queimados, rapaz, tinha uma renda muito grande, o Parque Industrial tinha vinte e tantas indústrias de médio e grande porte em Queimados. Lá. Lá. Hoje eu não sei como está. Queimados tinha uma renda muito grande. Então, eu tenho até, eu tenho o Diário Oficial que foi publicado. Por isso que digo pra vocês que eu fiz trabalho junto com a Secretaria de Governo do Estado de, de Finanças, eu tenho, eu tenho, em algum lugar aqui em casa a cópia do Diário Oficial que diz isso aqui, que faz que se nos tivesse mais quinze décimos de rendimento não passaria, porque abalaria o, as finanças do município mãe (MATTOS, 2012).

Só foi possível a independência de Queimados, motivada pela estrutura que se criou dentro do distrito, Segundo Distrito que era Queimados, e foi o Distrito Industrial e essas duas fábricas ali, que potencializou de tal ordem, trouxe o mercado financeiro pra cá. (MACEDO, 2009).

Dessa forma, os protestos emancipacionistas se alimentavam de argumentos que relacionavam Queimados ao desenvolvimento e ao progresso, na medida em que essa expressiva arrecadação não se revertia em melhorias locais. Como afirmou Carlos Vilela, os recursos eram, primeiramente, aplicados na sede do município, restando muito pouco ou quase nada para os distritos mais afastados, em um mecanismo local de reprodução da lógica que, como visto, vigorava ao nível estadual e federal. Ao evocar e difundir tal premissa, as lideranças davam o primeiro passo no sentido de construção de uma identidade queimadense: delimitavam sua alteridade diante de Nova Iguaçu. Essa é uma das chaves para a compreensão do movimento emancipacionista queimadense, bem como as memórias elaboradas por suas lideranças, mais de duas décadas depois da emancipação, entretanto, certamente, não é a única.

Embora o município de Queimados tenha passado a existir como entidade politicamente autônoma a partir da eleição da primeira prefeitura no pleito de 1991 e empossada em 1992, acreditamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, no sentido de construir possibilidades para uma *identidade* queimadense. Um exame minucioso das falas dos entrevistados, nos leva a pensar que tais identidades extrapolam as questões socioeconômicas, evocadas no começo do movimento. Além disso, trata-se de um processo de contínua construção, que não se esgotou quando da emancipação, em 1990.

Assim, a partir da ancoragem no arcabouço teórico proposto por Michael Pollak em conjunto com a aplicação da leitura das narrativas, proposta por Arfuch, buscamos, no decorrer dessa pesquisa, contemplar outras questões, atinentes ao processo de *enquadramento das memórias*. Por entender o trabalho *de enquadramento da memória* como um processo permanente e aberto a contínuas negociações, admitimos que, no caso queimadense, esse fenômeno venha se desdobrando em dois momentos-chave: o primeiro, quando as *memórias subterrâneas* das elites locais foram mobilizadas e enquadradas para legitimar a emancipação frente à Nova Iguaçu. O segundo, em pleno desenvolvimento, revela as disputas em torno das *testemunhas autorizadas* (POLLAK, 1989: 10) a narrar os fatos que envolveram o movimento emancipacionista: quais nomes devem ser lembrados e quais devem ser silenciados? Que fatos são relevantes e quais devem ser esquecidos? Por quê?

Ao esboçarmos respostas para esses questionamentos, adentraremos o terreno sensível das divergências pessoais e/ou político-partidárias. Dar conta dessas questões, certamente, faz parte das nossas indagações e se constitui no grande desafio dessa pesquisa. Igualmente, nos interessa investigar os possíveis porquês para o interesse renovado por deixar registradas suas memórias pessoais, manifesto pelos entrevistados. Os *trabalhos de memória* se desdobram em múltiplas direções, em contínua construção, apontando para experiências que estreitam cada vez mais suas relações com a história e suas possibilidades de escrita.

## Entrevistas:

BARRAGÁN, Maria de Fátima de Oliveira. Entrevista concedida a Nilson Henrique de Araújo Filho. Nilópolis, 13 nov. 2009.

- LEAL, Valtecir Gomes. Entrevista concedida a Nilson Henrique de Araujo Filho. Queimados, 07 nov. 2009.
- LIMA, José Methódio. Entrevista concedida a Nilson Henrique de Araujo Filho. Queimados, 04 nov. 2009.
- MACEDO, Luiz Gonzaga de. Entrevista concedida a Nilson Henrique de Araujo Filho. Queimados, 31 out. 2009.
- MATTOS, Josias de Souza. Entrevista concedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa e Nilson Henrique de Araujo Filho. Queimados, 07 abr. 2012.
- OLIVEIRA, Ismael Lopes de. Entrevista concedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa e Nilson Henrique de Araujo Filho. Queimados, 16 mai. 2013.
- SANZ, Luiz Alonso. Entrevista concedida a Claudia Patrícia de Oliveira Costa e Nilson Henrique de Araujo Filho. Queimados, 21 abr. 2012.
- VILELA, Carlos. Entrevista concedida a Nilson Henrique de Araújo Filho. Queimados, 15 abr. 2012.

## Referências bibliográficas

- AGGIO, Alberto. (2013). Regime militar e transição democrática: um balanço do caso brasileiro. In *Revista Estudos de Sociologia*, v. 1, n° 1. Disponível em: [www.seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/121](http://www.seer.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/121) Acessado em 20/04/2013.
- ARAÚJO FILHO, Nilson H. de. (2010). *Emancipação do município de Queimados: breve ensaio*. Niterói, RJ. Monografia de Especialização: Lato Sensu em História do Rio de Janeiro/UFF.
- ARFUCH, Leonor. (2010) *O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad.: Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Eduerj.
- ARTURI, Carlos S. (2001). O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. In *Revista de Sociologia e Política – Dossiê Transição Política*. n°. 17, Curitiba, Nov. – p.p.: 11-31.
- AVRITZER, Leonardo. (1995). Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, MG, v. 10, n.28. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs\\_00\\_28/rbcs28\\_09.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicações/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm) Acessado em 27/06/2012.
- CATROGA, Fernando. (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CODATO, Adriano Nervo. (2005) Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. In *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 25, nov. – p.p.: 83-106.
- FICO, Carlos. (2004) Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47. – p.p: 29-60. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acessado em 23/04/2013.
- HALBWACHS, Maurice. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.
- JELIN, Elizabeth. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- KERBAUY, Maria Teresa M. (1999). Transição democrática: a difícil construção da cidadania. In *Perspectivas*, São Paulo, 22. – p.p.: 129-136.
- KINZO, Maria D’Alva G. (2001). A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. In *São Paulo em perspectiva*, v. 15, n° 4, out/dez. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf](http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf) Acessado em 13/04/2013.

- MACIEL, David. O transformismo na substituição da institucionalidade autoritária pela institucionalidade democrática (1985-1990) In *Projeto História*, São Paulo, n° 38, jun. – p.p.: 79-95.
- NORA, Pierre (org). (1984). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- NUNES, Jorge C. P. (1992). *Criação de Municípios no novo Estado do Rio de Janeiro*. Coleção Tiradentes, Vol.: 04. Rio de Janeiro: ALERJ.
- POLLAK, Michael. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.: 2, n°.: 3. – p.p.: 3-15.
- \_\_\_\_\_. (1992) Memória e identidade social. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.: 5, n°.: 10. – p.p.: 200-212.
- PUJOL, Javier Gil. (1983). Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la historia política. In *Pedralbes*, n° 3, Barcelona. – p.p.: 61-88.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. (2006). *A cidade estilbaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado PPGG/UFF.
- SOARES, Marcus Rosa. (2000). *Ordens, desordens e contra ordens territoriais em Queimados – RJ*. Niterói, RJ. Dissertação de Mestrado. UFF/PPG.
- THOMPSON, Paul. (1992). *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

# Participação política na periferia leste de São Paulo: memória de antigos moradores (1940-1980)

Political participation in periphery of São Paulo: memory of former  
residents (1940-1980)

*Adriana Santiago Rosa Dantas*

Linguista pela Universidade de Campinas e mestra em Estudos Culturais pela Universidade de São Paulo

*Graziela Serroni Perosa*

Professora doutora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo

## Resumo

Este artigo discute a participação política à luz de um distrito da Zona Leste de São Paulo, Ermelino Matarazzo, a partir do relato de antigos moradores que atuaram na região. Esta análise microssocial permitiu reconhecer a mudança de atores localizada no tempo e no espaço, relacionada a processos que acompanharam a formação da periferia paulistana como a industrialização, a migração, a autoconstrução, a favelização. Pretende-se demonstrar os diferentes atores e suas respectivas demandas que caracterizaram a participação tanto nas Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) quanto nos movimentos por moradia entre as décadas de 1940 a 1980.

**Palavras-chave:** participação política; periferia; Zona Leste; SAB, movimento por moradia.

## Abstract

This article discusses the political participation of former residents who have worked of a district of East Zone of São Paulo, Ermelino Matarazzo. The microsocial approach allowed us to recognize the change of actors located in time and space, related to processes that accompanied the formation of the outskirts of São Paulo as industrialization, migration, and the development of slums. We intend to demonstrate the different actors and their demands on the participation of both the Societies of Friends of Neighborhoods (SABs) and in housing movements between the decades of 1940 to 1980.

**Keywords:** political participation; periphery; East Zone; SAB, housing movement.

A periferia leste da cidade de São Paulo foi palco de muitas mobilizações populares ao longo da segunda metade do século XX. A participação política dos atores esteve imbricada ao processo de crescimento desordenado da cidade de São Paulo, o qual foi acompanhado de diversas carências de infraestrutura, catalizadores da mobilização popular. Muitos estudos têm contemplado as diversas associações ao longo do século XX, que se mobilizaram por um sistema público que atendesse saneamento básico, iluminação, educação e moradia (Andrade, 1989; Caldeira, 1984; Duarte, 2008; Duarte & Fontes, 2004; Iffly, 2010; Gohn, 1991; Sposito, 2002; 2010).

Neste artigo, discutiremos esta participação política à luz de um distrito da Zona Leste de São Paulo, Ermelino Matarazzo, a partir do relato de antigos moradores que atuaram na região. Esta análise microsso- cial permitiu reconhecer a mudança de atores localizada no tempo e no espaço, relacionada a processos que acompanharam a formação da periferia paulistana como a industrialização, a migração, a autoconstrução, a favelização. Pretendemos demonstrar os diferentes atores e suas respectivas demandas que caracterizaram a participação tanto nas Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) quanto nos movimentos por moradia entre as décadas de 1940-1980.

Este texto rediscute parte da dissertação de Dantas (2013). Naquela pesquisa, foram realizadas 18 entrevistas com antigos moradores de Ermelino Matarazzo que participaram da configuração do distrito após sua industrialização. Alguns excertos de entrevistados serão aqui utilizados como parte dos dados apresentados. Os nomes foram trocados. Para análise, utilizamos como referenciais teóricos textos das Ciências Sociais, da História Social, do Urbanismo e da Geografia, caracterizando a interdisciplinaridade metodológica na análise. O artigo está dividido em quatro partes: 1. “Os movimentos sociais na periferia leste do século XX”, que visa dar um panorama das SABs e dos movimentos por moradia entre 1940 e 1980; 2. “O distrito de Ermelino Matarazzo” consiste em breve panorâmico histórico de como foi formada a região; 3. “A participação política em Ermelino Matarazzo” apresenta os diferentes atores situados no tempo e no espaço; 4. Encerra-se com as “considerações finais”.

## Os movimentos sociais na periferia leste do século XX (1940-1980)

A população do município de São Paulo em 1940 era de um pouco mais de 1 milhão de habitantes. Esta população dobrou de tamanho em 1950, chegando a 2.198.096. O crescimento se acelerava cada vez mais, constando que em 1960, São Paulo já tinha 3.781.466 habitantes, sendo 49,41% não naturais. Esta porcentagem já caracterizava o crescimento da capital paulista, que se deu primeiramente pela imigração no início do século XX e a migração interna já em seus meados. Em 1980, a população era de 8.443.226 contando com 50,90% não naturais. Já na década seguinte, dos 9.646.185 habitantes de São Paulo, 38,28% eram não naturais, porcentagem que se manteve também no ano 2000 (Histórico Demográfico do Município de São Paulo, 2013). O ritmo de migração começou a diminuir a partir dos anos de 1990, período em que a cidade teve seu saldo migratório negativo. (Perillo, 1996; Pasternak & Bógus, 2005). Na atualidade, podemos verificar que a expansão populacional para o leste foi a mais significativa ao compararmos dados da Prefeitura de São Paulo em 2010:

**Tabela 1: POPULAÇÃO POR ZONA EM SÃO PAULO**

Zona	População	%
Leste	3 998 237	36
Sul	3 586 020	32
Oeste	2 323 745	21
Norte	914 395	8
Central	431 106	3
Total Município	11 253 503	100
Fonte: Infocidade (2013): População Recenseada em 2010.		

Tal crescimento populacional trouxe consigo diversos problemas de infraestrutura na cidade, principalmente porque não esteve atrelado a políticas públicas de habitação. O direito à moradia nem sempre esteve

presente na concepção dos novos moradores ou do poder público. Conforme Bonduki (1994), a questão habitacional não era atribuída ao Estado até 1930. Pela ideologia do início do século XX, o setor privado era o principal responsável por esta questão. Pelos dados acima, podemos perceber que o crescimento populacional trouxe também novas demandas sobre esta pauta na cidade. No período do pós-guerra de 1945-1964, a participação da população irrompeu de forma significativa no poder público com a ideia de que ele era o “novo” responsável pela questão habitacional. Neste período, a ação dos agentes populares surgiu com poder de barganha em cidades recém-industrializadas como São Paulo (Gohn, 2001, p. 90-91). Isto porque a cidade crescia pelo processo de periferização, o qual pode ser entendido como o incentivo de deslocar a classe trabalhadora, mesmo que não confessa como política de Estado, para os arredores da cidade (Mautner 1999; Rolnik, 2003; Grostein, 2004).

Os primeiros políticos a se beneficiarem destas novas conjunturas sociais eram os chamados populistas. Weffort (2003) assinala que a “mobilização social” da época populista foi caracterizada por um período em que vários setores sociais da população ficaram disponíveis para a política. Isto foi possível porque vários processos se imbricaram naquele momento, como a urbanização, as migrações, a expansão dos meios de comunicação em detrimento do meio rural em que grande parte da população era analfabeta, portanto, excluída da participação política.

A precariedade com que a cidade crescia permitiu que políticos como Adhemar de Barros e Jânio Quadros se valessem destes problemas como plataforma eleitoral (Skidmore, 2010). O movimento de associações de bairros, atrelado à figura de Jânio Quadros, surgiu nos anos de 1930 como contraponto ao adhemarismo. Em São Paulo, Jânio Quadros aproveitou-se da estrutura das SABs, as quais estavam sendo organizadas em diversos bairros, inclusive cedendo terrenos para criação de novas sedes. Como “Jânio Quadros foi um dos primeiros a levar as questões sobre luz elétrica, transporte, moradia, escola, creche, saneamento básico, calçamento, etc. para dentro da Câmara Municipal” (Duarte & Fontes, 2004, p.100), essa estratégia permitiu a mobilização da massa popular detentora de boa parte dos votos na cidade de São Paulo.

Naquele período, quem tinha capital para comprar grande parte dos terrenos na periferia os revendia, dividindo-os em lotes. No decorrer do tempo, com o aumento da infraestrutura destas regiões provenientes das lutas populares, o preço dos lotes aumentava consideravelmente, impossibilitando a compra para quem não tinha poder aquisitivo para tal. Nas palavras de Kowarick, “tratava-se de um *laissez-faire* urbano”, produtor de enorme especulação imobiliária” (Kowarick, 2009, p.165). Como resultado, os antigos operários que compravam seus terrenos nos entornos das fábricas não tinham o mesmo poder de compra nos anos seguintes. O resultado consistiu na formação de favelas no final da década de 1970. Para Kowarick (2009), a formação das favelas se daria pelas décadas de 1980.

A participação política na periferia remete a uma luta da classe trabalhadora que se transmuta, na história da cidade de São Paulo, em uma luta pelo direito à cidade, no que se refere à moradia. Para Maricato, “trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, frequentemente, buscaram a favela como forma de moradia” (Maricato, 2003, p.153). É o que a autora chama de “produtivo excluído”. Mesmo ainda sendo uma força de trabalho utilizada na cidade, esses trabalhadores são excluídos da cidade legal. Conforme a autora, tais trabalhadores foram deixados de fora deste mercado imobiliário privado, mas permite-se que eles ocupem lugares ilegais na cidade, sem políticas públicas eficientes para habitação.

Alguns estudos apontam que a Zona Leste foi palco de uma singular luta por moradia na cidade de São Paulo (Andrade, 1989; Menezes, 2007; Iffly, 2010). O contexto político era a ditadura militar após o golpe de 1964. Este momento histórico proporcionou a reunião de diferentes modelos ideológicos: a Igreja (ideais cristãos), estudantes (a revolução), partidos políticos (revolução ou mesmo estruturação política), conforme Andrade (1989). Como já se tratava da favelização, os movimentos sociais se focalizavam no direito à habitação. Parte da Igreja que adotava este posicionamento tinha como doutrina a Teologia da Libertação no Brasil. Para Menezes (2007), seu argumento doutrinário era baseado na história do êxodo do povo judeu no Antigo Testamento, liberto da escravidão do Egito. Enquanto a mídia denominava “invasões”, a Igreja da região denominava “ocupações” como referência direta ao êxodo bíblico em que o povo de Israel marchava para ocupar a terra prometida, evidenciando o caráter político-estratégico da ação (Iffly, 2010, p.171-186). As mobilizações

se davam a partir da atuação das comunidades eclesiais de bases (CEBs). “As CEBs passam a representar a ação pastoral da Igreja, valorizando o papel do leigo – o homem do povo – na renovação da Igreja, proposta pelo Concílio Vaticano II” (Menezes, 2007, p.26).

## O distrito de Ermelino Matarazzo

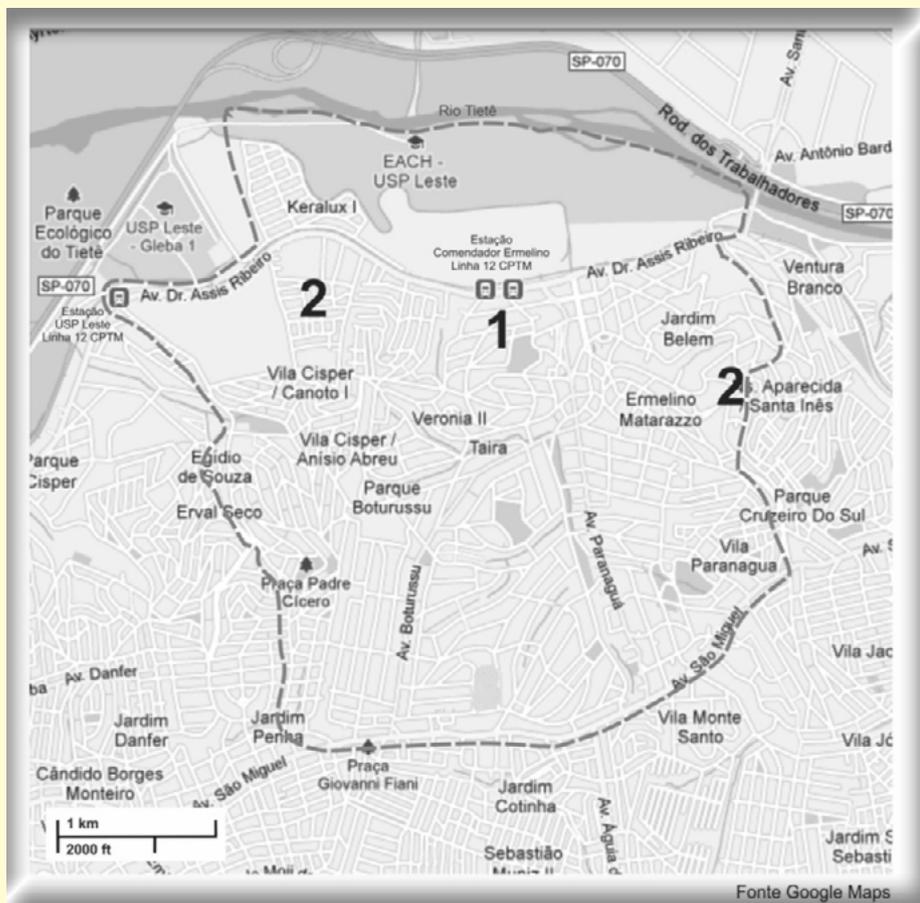
No início do século XX, Ermelino Matarazzo era um pequeno núcleo considerado rural com grandes descampados e densas vegetações à margem do rio Tietê. Era possível tomar banho no rio, pescar e ver animais nativos na região. Também era composta por chácaras de pequenos produtores rurais que abasteciam a cidade, dirigidas por imigrantes portugueses e japoneses. Havia também olarias cujas chaminés ainda fazem parte do cenário local (Caldeira, 1984, p. 33; Paiva, 2004, p. 54).

Naquela época, a região era de propriedade da família Matarazzo, um dos grandes industriais de origem italiana. A ferrovia Central do Brasil passava por aquelas terras, e em 1926 instalou-se uma variante denominada Comendador Ermelino, em homenagem ao filho do Conde Francisco Matarazzo, que morreu em um acidente de carro na Europa. Antes mesmo da instalação da estação de trem, a família Matarazzo já desejava expandir seus negócios, vendendo suas terras, segundo uma matéria da *Folha da Manhã* de 1925:

O “Jardim Matarazzo” ocupa uma área de 120 alqueires, 50 dos quais situados na várzea, junto ao Tietê, foram reservados para a edificação de grandes fábricas que as Indústrias Reunidas F. Matarazzo vão em breve instalar ali, a começar por um estabelecimento de cerâmica. Os 70 alqueires de colina é que foram divididos em lotes segundo uma planta bem calculada e já aprovada pela Prefeitura.

A prospecção da família Matarazzo se realizou. A divisão dos lotes da várzea para a indústria e as partes da colina para os loteamentos se concretizaram. As grandes glebas baratas permitiram a instalação de diferentes indústrias na região de várzea. Em 1941, a Celosul foi a primeira indústria de Ermelino Matarazzo, que, mais tarde, se tornou uma cooperativa denominada Copercell em 1991. Ela estava situada à margem da linha férrea, na variante Comendador Ermelino Matarazzo.

A região fazia parte de São Miguel Paulista e era apelidada de Ermelino Matarazzo devido à estação



Mapa 1: Distrito de Ermelino Matarazzo

do trem. Ela se tornou um bairro oficialmente em 1959 (Fontes, 2008, p. 127). Mais tarde, os limites dos distritos municipais foram definidos pela Lei nº 11.220/1992, quando São Paulo passou pelo processo de “distritalização”, que juntou bairros e vilas em 31 distritos; em 2013 mais um distrito foi desmembrado, somando-se 32 ao todo. Assim, as fronteiras atuais de Ermelino Matarazzo podem ser vistas no mapa ao lado:

O ponto 1 no mapa corresponde à estação de trem Comendador Ermelino Matarazzo e à antiga indústria Celosul. Uma das primeiras intervenções da Indústria Matarazzo foi construir uma vila operária, para funcionários de alto escalão. Para Kowarick (1993), a estratégia do empresário era justamente trazer os operários para morar no entorno da indústria para reduzir os custos e, in-

clusivo, justificar um salário mais baixo. Assim, a construção da moradia era um bom investimento. Pouquíssimos funcionários tiveram acesso à vila operária, por isso, os trabalhadores compravam lotes e construíam a sua casa própria. Assim, também em Ermelino Matarazzo, “tornaram o trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução a forma predominante de assentamento residencial da classe trabalhadora” (Mautner, 1999, p. 248). A partir de 1940, com a instalação da Celosul, o distrito recebeu grande população de operariado e profissionais liberais, como comerciantes, para atender estes novos moradores.

O fenômeno do loteamento/autoconstrução foi intenso até o final da década de 1970, quando os terrenos começaram a ficar muito caros para os trabalhadores locais. Naquele período, começou-se a formar as primeiras favelas (ponto 2 no mapa). As ocupações de terras aconteceram ao longo dos primeiros bairros e das indústrias, como a Vila Nossa Senhora Aparecida, o Jardim Keralux e o Pantanal, que tem como extensão a União de Vila Nova, já no distrito vizinho de São Miguel Paulista. Em outras palavras, ao redor da vila oficial (ponto 1 no mapa), formada pelo loteamento, estavam sendo formadas ocupações por moradores que não podiam mais comprar terrenos pelo alto preço da terra. Essa difícil situação também teria contribuído para a luta por parte dessas famílias para conseguir a efetivação de suas documentações sob a tutela da Igreja Católica que foi muito ativa ao abrigar esses movimentos populares em seu seio (Andrade, 1989; Iffly, 2010).

Estes dois momentos, representados pela “região dos loteamentos” (ponto 1) e a “região das ocupações” (ponto 2), tiveram contextos sociais e políticos diferentes. Por este motivo, foi possível verificar como a participação política dos atores foi se modificando ao longo do tempo e do espaço. As SABs e os movimentos por moradia tiveram diferentes atores que se explicam pelas conjunturas sociais, históricas e políticas pelas quais passavam a cidade de São Paulo entre 1940 e 1980.

## A participação política em Ermelino Matarazzo

Depois da chegada da Celosul, Ermelino Matarazzo passou de uma região rural para urbana, no entanto, a infraestrutura básica era bastante precária. Como resultado, os novos moradores criavam associações sob o mote de busca de melhorias, especialmente no contexto político de cunho populista da década de 1950. Marcelo, um dos antigos moradores da região 1 dos loteamentos, assim relembra:

O bairro de Ermelino Matarazzo sempre foi muito ousado, muito forte em sociedade, sabe? Nós tínhamos no início uma Sociedade Amigos de Bairro muito forte onde muitos comerciantes antigos ajudavam, então tinha um grupo de pessoas que participavam e reivindicavam as coisas. Muitas pessoas aqui que já faleceram lutaram pelo bairro bravamente para conseguir asfalto, conseguir luz. Nós mesmos, a luz aqui, não tinha luz também na década de 70, nós fundamos uma sociedade amigos do Jardim Matarazzo que foi fundada aqui dos moradores.

Marcelo nasceu no interior de São Paulo, e seus pais eram italianos. Ele foi fazer faculdade em São Paulo, formando-se em Química. Chegou em Ermelino em 1962 para trabalhar em um cargo de chefia na Celosul. Como relata o entrevistado, Ermelino sempre foi muito forte em associações. Ele mesmo ajudou a fundar a SAB de Jardim Matarazzo. Outros bairros de Ermelino também tinham suas sociedades, como a principal a de Ermelino Matarazzo, assim como do Parque Boturussu e do Jardim Verônia. Nem sempre elas trabalhavam em conjunto, pois havia disputas de campo de atuação. Na verdade, o interesse de cada SAB era trazer melhoria local para o bairro que ela representava.

No caso de Ermelino Matarazzo, a liderança das SABs fazia parte de uma “elite” local que tomava a frente das reivindicações, dentre eles funcionários mais antigos e influentes do Matarazzo, como Marcelo, ou mesmo comerciantes, como Mateus. Este chegou criança a Ermelino Matarazzo, neto de italianos que foram trabalhar na colheita de café no interior de São Paulo. O pai de Mateus foi para a capital trabalhar na Nitro Química, importante indústria do distrito vizinho de São Miguel Paulista (Fontes, 1997). Mais tarde, aprendeu o ofício de alfaiate e foi trabalhar em Ermelino Matarazzo por causa da nova indústria, a Celosul, inaugurada em 1941. Levou a família para região em 1949. Quando Mateus cresceu, tornou-se sócio do pai alfaiate para instalar uma loja de roupas prontas, expandindo seu comércio. Mateus relembra de sua participação:

*Aqui todas as entidades que tiveram aqui, eu participei. Eu não sou político, mas eu gosto de fazer política. Então estou sempre envolvido com serviços sociais. (...) Geralmente, um grupo de comerciantes, a maior parte era grupo de comerciantes, a gente se reunia para reivindicar*

*algumas coisas. Comerciante, profissional liberal, isso era o forte das associações que a gente tinha para reivindicar as coisas. Só que para reivindicar as coisas você tem que ter mais gente, gente influente para você ter força. Porque você vai sozinho pedir uma coisa para o governo ele nem te atende. Você vai lá com uma comissão representando o comércio, você marca uma audiência, você é recebido porque é interesse do político receber você, entendeu? Porque é uma entidade que tem força. (...) Posto policial, segurança pública, escolas, transporte, a gente sempre reivindicou escolas, a gente continua reivindicando até hoje. No caso, na época do Carvalho Pinto, ele se dedicou muito à educação. Então era uma porta aberta para você ir reivindicar uma escola para o bairro que estava precisando. Então fazia uma associação, fazia um abaixo-assinado; ia lá no planalto (sic) do governo. Ia lá reivindicar, às vezes não surgia em nada, não virava em nada, mas às vezes virava, entendeu? E a gente acabava conseguindo. Era iluminação pública, posto de saúde, entendeu?*

Em sua reformulação do passado, Mateus justifica o porquê da hierarquização de profissionais liberais para representar os moradores diante do Estado. O poder de barganha popular estava calcado na influência que os representantes populares poderiam ter diante do poder público. Assim, as SABs eram “constituídas, em geral, por uma incipiente classe média do bairro – pequenos comerciantes, funcionários públicos, militares de baixo escalão, professores primários, um ou outro profissional liberal” (Sposito, 2002, p. 222).

Apesar desta hierarquização interna entre os habitantes de Ermelino Matarazzo, as reivindicações ao poder público eram tomadas em uma posição classista, isto é, era a classe trabalhadora se organizando em busca de direitos como moradores de uma localização carente de infraestrutura. Na verdade, como se constata em Ermelino Matarazzo, a mobilização neste período foi de grande importância para a consolidação do distrito. Houve, por exemplo, a aproximação das SABs de Ermelino com o governador Carvalho Pinto (1959-1963), como indica Mateus, para conseguir estabelecimentos escolares para a região. Naquele período, pós-janismo, foram instaladas três escolas estaduais no distrito de Ermelino Matarazzo, com destaque à escola Condessa Filomena Matarazzo, que oferecia o Curso Clássico/Científico, o equivalente ao Ensino Médio atual. Uma escola secundária na periferia na década de 1960 revela um vanguardismo na educação local (Sposito, 2010).

Para Duarte (2010), as SABs “eram parte de uma rede que compunha um fortíssimo e multifacetado *movimento social* no pós-guerra, que incluía também outras organizações de bairro, como clubes de futebol, dança, associações musicais” (Duarte, 2010, p.253). O autor questiona o não uso histórico da categoria “movimentos sociais” para as SABs, muitas vezes não definidas como tal na literatura sobre o tema. Em Ermelino Matarazzo, as SABs tiveram importante papel na instalação das escolas públicas desde 1956, inclusive no período da ditadura. De 1956 a 1964, foram instaladas quatro escolas públicas, incluindo uma de Segundo Grau (antigo Ensino Médio), e no período da ditadura, foram seis estabelecimentos (Dantas & Perosa, 2012). Estes dados demonstram a complexidade da participação política destes moradores na esfera local. Além da educação, Carvalho Pinto foi associado ao tempo em que a água encanada chegou a Ermelino como relembra Marcelo:

*Aí, na época do Carvalho Pinto que veio a água. [Antes da água encanada] Fazia os poços, tinha a água, depois secava, afundava mais, depois desbarrancava. Era uma tristeza. Depois eu pus bomba com luz elétrica, tirava água naquela manivela. Na Vila Matarazzo, eu tinha água, nós pegávamos água do Tietê e tinha um tratamento de água. Naquela ocasião, fazia tratamento dessa água, mas o Tietê era limpo praticamente né. Mas tinha que passar numa pedra de carvão, depois alguns produtos químicos, cloro, etc, porque servia para beber. A vila toda era abastecida pela água ali do Matarazzo.*

Essas associações, como atestou Iffly (2010), eram organizadas em vista dessas dificuldades estruturais da região. No caso da água, era comum entre os moradores fazer poços artesanais para conseguir água em suas casas. Outra peculiaridade consistia no fato de a Vila Matarazzo ser abastecida pela água do rio Tietê, tratada a partir da Celosul. Mas este benefício chegava apenas nas localidades próximas à linha do trem, e o bairro já tinha se expandido, sendo necessária a intervenção pública no abastecimento de água.

Um fato muito peculiar da região dos loteamentos, decorrente das associações, consistia na organização de festas populares como a Festa de Primeiro de Maio e a Festa das Nações. Marcelo relatou o seguinte:

Essa sociedade conseguiu muitas coisas, pessoas que lutaram bravamente. Ela conseguia fazer uma Festa de Primeiro de Maio em Ermelino Matarazzo. Naquele tempo, eu também participava das comissões, que era espetacular. Era a maior festa de Primeiro de Maio que se tem notícia aqui em São Paulo. Faziam desfiles com escolas, ginásios que vinham do centro, colégios religiosos, vinham escoteiros, corpo de bombeiros. Tinha o corpo de bombeiros daqui e tinha o de lá, quase que fazia rivalidade com o da central porque a fábrica aqui era uma fábrica de alta periculosidade e a fábrica no

meu setor eu trabalhava com setor de explosivos. Mas houve um desfile aqui com carros de bombeiros, os governadores. Ermelino sempre foi bem-servido de sociedade, e nessa sociedade se reivindicava.

A festa de Primeiro de Maio era o evento cultural mais importante de Ermelino Matarazzo. Também era uma vitrine para os políticos que participavam no apoio à festa, pois no evento tinha participação de honra nos pronunciamentos. Conforme o livro de memórias feito pela comunidade local, “o diferencial dos festejos de Primeiro de Maio de Ermelino Matarazzo em relação aos de outras localidades: [era] a entrega das reivindicações pela própria população” (Augusti, 2012, p.109). Era, portanto, uma festa política. Havia uma grande mobilização por parte dos organizadores como a Eliane. Ela veio do interior de São Paulo adolescente, após a morte de seu pai, e se empregou na Celosul trabalhando na cooperativa de alimentos da antiga fábrica. Foi morar em Ermelino em 1949, com a mãe e as irmãs. Casou-se com um funcionário da administração, tornando-se mais tarde dona de casa. Ela participava ativamente das SABs e era uma das organizadoras da festa, como relata:

No tempo do Maluf era do partido progressista, acho que tinha outro nome antes de ser progressista. Então a gente apelava para eles para ajudarem, sempre tinha quem ajudava, principalmente esse Primeiro de Maio. A gente ia para fazer esse Primeiro de Maio, a gente começava em outubro e ia em tudo quanto que é lugar e no palácio do governo. Eu fui muitas vezes, sempre tinha um governador. A gente ia lá pedir para fazer, para poder fazer o Primeiro de Maio, para ganhar as coisas, ganhava redes, bolas. Era no centro cultural que a gente ia para pedir as coisas, tudo.

Segundo Gohn (1991), as SABs foram desarticuladas no período militar, ressurgindo articuladas com a Igreja Católica. No interior de Ermelino, percebe-se que os dois momentos se fizeram distintos principalmente por causa dos atores envolvidos. Muitos dos comerciantes locais não participaram daquele momento posterior, assim como a luta por moradia na região trouxe novos protagonistas que não pertenciam ao grupo de comerciantes e moradores mais estabelecidos, que já tinham sua casa própria. À medida que se conseguiam os benefícios, as associações também foram diminuindo seu campo de atuação. Novas conjunturas no final da década de 1970, associadas à especulação imobiliária, às mudanças econômicas, políticas e trabalhistas delinearum um novo momento em Ermelino Matarazzo quanto à forma de moradia, que foi assim resumido por Marcelo:

Então, o que ocorre num lugar que está em ascensão, em progresso? As imobiliárias já pegam todos os lotes e depois põem o preço que elas querem e nem todo mundo pode pagar. Então, forcem a pessoa a ir para os barrancos, para os pantanais. Mas por que mora no Pantanal? A pessoa que fala assim não sabe quanto custa um terreno em Ermelino Matarazzo. E se eu tivesse chegado do interior e não tivesse condições de morar aqui, eu também teria ido morar no Pantanal.

A descrição de Marcelo resume de forma didática como acontecia a especulação imobiliária, cujas regras do jogo eram definidas por quem detém a propriedade de terrenos. Mesmo com dificuldades, os primeiros moradores, tanto da chefia, quanto operários da linha de produção, quanto comerciantes locais, conseguiram comprar seus terrenos no Jardim Matarazzo ou no Jardim Belém entre a década de 1940 e 1960. Outros foram para o “Pantanal”, uma das favelas que cresciam ao redor destes núcleos. Estas formações seriam as franjas das franjas. Em outras palavras, seria a periferia no interior de uma região que já é periférica, indicando uma das fronteiras da diferenciação interna do distrito, a partir do espaço ocupado. Em termos objetivos, algumas foram “urbanizadas” a partir de invasões, construções clandestinas, sem regularização, sofrendo constantes ameaças de serem expulsos a qualquer momento.

A partir dos relatos de algumas moradoras, foi possível compreender um pouco melhor a relação entre movimentos sociais, Igreja Católica e os migrantes que chegavam a partir de 1970. Em outras palavras, a participação política naquele período começava a se diferenciar da ocorrida na região dos loteamentos porque a demanda das reivindicações se modificava. É importante destacar que a migração de nordestinos se intensificava no local. Anteriormente, os moradores mais antigos de Ermelino Matarazzo, líderes das SABs, eram na sua maioria paulistas, descendentes de imigrantes europeus. Cada vez mais novos moradores, oriundos do Nordeste, chegavam à região em busca de novas oportunidades e acabavam se instalando irregularmente.

Uma das primeiras favelas de Ermelino Matarazzo tem nome de santa, a Santa Inês. Sua extensão, a favela Nossa Senhora Aparecida, também. A religiosidade da comunidade e a intervenção da Igreja Católica

explicariam a predileção por assim nomeá-las. No final da década de 1970, conforme Andrade (1989), as lutas por moradia em Ermelino Matarazzo e São Miguel Paulista se intensificaram motivadas por moradores que compraram lotes de terrenos, mas não conseguiam receber a escritura definitiva, no entanto, a partir da diferenciação interna de Ermelino Matarazzo, é possível perceber que a situação de compra de lotes em uma região mais consolidada era diferente da de quem vivia no fio da clandestinidade, como os moradores de barracos e sua preocupação de perder tudo a qualquer momento, como aconteceu na região de ocupações. Anita veio do Piauí e chegou a São Paulo em 1977. Seu esposo era motorista e eles tinham três filhos. O preço do aluguel estava muito alto quando souberam da ocupação que acontecia na Santa Inês e decidiram encontrar um lugar para morar lá:

*Eu cheguei aqui já morava muita gente, mas tudo em barraco de tábuas. Não tinha nenhuma casa de material assim, que o pessoal tinha medo de fazer e a prefeitura vir derrubar. Como derrubaram umas ali, junto da escola. Naquele tempo que derrubaram eu já estava aqui. Fizemos tudo de material, aí o trator veio e derrubou tudo. Aí ficamos no barraco de tábuas.*

A antiga Favela Santa Inês, que agora é Comunidade Santa Inês, foi uma das primeiras regiões ocupadas em Ermelino Matarazzo. Menezes (2007) afirma que os movimentos populares de moradia sob a tutela da Igreja Católica ocuparam terrenos inativos da prefeitura: “Hoje, a antiga ocupação chamada de Favela Santa Inês é urbanizada e conta com a gestão paroquial de Pe. Ticão” (Menezes, 2007, p. 29). Assim, o protagonismo da Igreja Católica faz parte deste momento histórico das décadas de 1970 e 1980.

O Padre Ticão, cujo nome é Antonio Marchioni, nasceu em Urupês, interior de São Paulo. Estudou em São Carlos e foi parar em São Paulo para estudar Teologia porque queria se aproximar de Dom Evaristo Arns, um dos idealizadores das CEBs. Começou a atuar na Zona Leste no final dos anos de 1970. Em 1982, chegou à Paróquia São Francisco de Assis em Ermelino Matarazzo, onde completou 30 anos de ministério em 2012.

Em Ermelino Matarazzo é possível localizar geograficamente onde estiveram os focos das mobilizações. Há uma mudança de agentes e também de objetos para tais associações. Por um lado, as SABs buscavam melhorias para o bairro como iluminação, saneamento básico, escolas, por volta dos anos de 1950 e 1960. Já no período da ditadura, especialmente a partir dos anos de 1970, os movimentos formaram associações para buscar o direito à moradia, já impossível de ser adquirida pela própria valorização obtida nas décadas anteriores. Nas SABs, os agentes consistiam em profissionais liberais da região com poder de influência com o poder público. Quando um dos participantes, o Mateus, foi questionado se as reuniões das SABs aconteciam na igreja, ele respondeu o seguinte:

*Olha, naquela época não! Porque as reivindicações com força da igreja mesmo foi depois que o padre Ticão veio. Porque tinha uma rotatividade de padres, um ficava dois anos, aí saía, vinha outro. Então o padre Ticão, quando veio, ele veio e ficou. E uma das maiores qualidades dele é brigar por serviços públicos, né, serviços para o bairro.*

Antes da chegada do padre Ticão, as associações estavam por conta das SABs ou agremiações parecidas. Iffly (2010) propõe uma diferença entre esta época no populismo, para as ações mais estratégicas, principalmente por moradia, no período pós-ditadura. O Brasil já sinalizava a abertura política na época da chegada do padre Ticão, que teve uma forte participação nas lutas por moradia, chegando a ser preso por conta disto. Outra moradora do Jardim Matarazzo, a Eliane, muito ativa nas SABs também indica esta diferença de atores:

*As lutas [por moradia], para falar a verdade, elas foram com o Ticão. Ele que começou a ter essas lutas para as casas. Aí começou. Eu não entrava nesse meio, não. Eu só comecei a entrar quando foi para a USP, porque na Vitória Simionato tem a Saem, que é a sociedade de amigos. A gente frequentava lá. A gente ia lá. Quando tinham essas coisas, a gente ia, mas não era sempre não, principalmente moradias, a gente não acompanhava, mulher geralmente não acompanhava.*

Como a entrevistada relatou, ela frequentava a Sociedade de Amigos de Ermelino Matarazzo (Saem). Segundo ela, mulheres não acompanhavam este tipo de luta por moradias, no entanto, segundo o próprio padre, a maioria que lutava nesses movimentos por moradias eram as mulheres, como a conhecida líder da região, a dona Neusa. Ela é falecida, mas é possível ver seu depoimento sobre as lutas por moradia no documentário **Ermelino é Luz** (2009).

Na verdade, essa diferença está relacionada aos atores envolvidos. As mulheres da região dos loteamentos pouco participavam de reuniões sobre um lugar cuja clandestinidade e ilegalidades estavam em jogo por se tratar de uma “invasão”, como aconteceu na região das ocupações. Mas nem por isso deixavam de participar de alguma reunião em busca de outras melhorias, como foi o caso da USP Leste, a Escola de Artes, Ciências e Humanidades (Each), cuja instalação teve forte participação popular da região (Perosa, Santos e Menna-Barreto, 2011).

É possível afirmar esta separação entre os antigos reivindicadores das SABs e os novos movimentos “adotados” pela Igreja Católica. Neste último caso, havia novas demandas de novos atores, que precisavam também exercer influência ante as autoridades. Tal negociação estava sendo realizada com e/ou pela a Igreja e não mais pelas lideranças das SABs. Uma das entrevistadas chamada Dora, saiu de uma região rural no interior da Bahia aos nove anos de idade para vir morar com parentes que já estavam em Ermelino Matarazzo. Chegou a São Paulo em 1970. Ao perguntar como foi o surgimento da comunidade Nossa Senhora Aparecida, ela explicou o seguinte:

*Foi invasão. Naquela época, o padre (...) estava em frente dos trabalhos, estava à frente junto com nós. Então o terreno estava todo desocupado, era só mato. Então tinha seu Santo, tinha as outras meninas, como é que era? Eu nem lembro mais. Aí naquela época nós juntamos, o padre sabia que o terreno era da prefeitura, aí a gente juntou todo mundo, um grupo de pessoas, igual tem as invasões agora, invadimos e construímos um barraquinho, cada um construiu um barraquinho.*

A “invasão” precisava ser orquestrada. Era necessária uma liderança local para reunir várias famílias, enfim, ter uma estratégia. Neste caso, uma liderança citada foi Seu Santo e, dentre “as meninas”, ela citou mais tarde Dona Neusa, que esteve à frente da luta por moradia. Pelos relatos, pudemos ver o papel ativo das mulheres na liderança dos movimentos por moradia na região. As hierarquias no interior das mobilizações eram complexas, alvo de disputas como relata Anita sobre o seu Santo:

*Ele ajudava as pessoas, trabalhava na comunidade, nas igrejas aí, pra ajudar as pessoas. Então as pessoas não tinham onde morar, eles arranjavam um cantinho pra morar. Ele foi uma pessoa muito boa que ajudou muita gente aqui. Aí terminou que assassinaram ele. A minha casa mesmo, uma parte nós compramos. Eu e minha prima, nós dividimos, ela numa parte e eu na outra. Aí como nós tinha mais filhos, aí quando o finado Santo tirou eles daqui e botou lá na outra rua de cima né. São Salvador, não sei como é que chama lá. Aí ficou um pedaço dela que caiu. Aí ele falou, esse pedaço não vamos dar pra ninguém, nós vamos dar pra essa família que tem muito filbo, muita gente que acaba que a casa é pequena. Aí veio a assistente social concordou e deram pra nós.*

Anita foi pessoalmente ajudada pela liderança de seu Santo, por isso ele era visto como uma pessoa boa aos seus olhos. O fato de ele ser assassinado demonstra que sua atuação não era bem quista por todos. Havia também nas mãos do seu Santo poder de decisão para indicar qual pessoa poderia morar ou não em algum lugar, sendo um elo entre a assistente social e os moradores. Para Iffly:

A população pobre empregou diversas estratégias nos anos 1980, algumas vezes consistindo em métodos aceitos pelas autoridades, outras ilegais. Muitas vezes, buscou fazer ouvir suas reivindicações, mas, quando o poder público não lhes deu ouvidos, também recorreu à ação direta. Enquanto o meio mais comumente empregado durante o período populista foi o abaixo-assinado, apresentado às autoridades por algum político, os movimentos pela moradia na década de 1980 inovaram de diversas formas. As ocupações de terras constituem uma forma de ação coletiva desconhecida no espaço urbano – talvez mesmo no repertório nacional (pode-se, a rigor, considera-las como importação de práticas já empregadas no campo, apesar de diferenças importantes). (Iffly, 2010, p.179)

Para a autora, esse tipo de ação orquestrada, legal ou não, assemelhava-se à ação do movimento dos sem terra empregada no campo. Por isso, a autora toma as ocupações de terras como uma ação coletiva inovadora. Ao mesmo tempo, a Teologia da Libertação, cuja doutrina entendia a terra como um direito, confrontava diretamente a especulação imobiliária, que tem ditado as regras na cidade. Por causa desse tipo de visão da Pastoral da Terra, da qual padre Ticão fazia parte, sobre a apropriação do solo urbano, uma investigação por parte da polícia federal foi iniciada contra o padre (Iffly, 2010, p. 178; Menezes, 2007). Dora lembrou:

Porque nós não tínhamos casa, não tínhamos onde morar, então a gente juntou um monte de gente, tinha uns moradores que já moravam aqui em barraco também. Fizemos uma turma e invadimos o terreno. Aí depois o padre entrou em contato com a prefeitura e conseguiu um papel que consta que a gente mora aqui, nós não temos posse. Mas ele lutou muito com nós, ele foi até preso por causa disso aí, dessa invasão.

Um dos grandes temores dos moradores era o medo de perder seu investimento em construção de alvenaria por isso viviam em barracos de tábuas. A intervenção da Igreja foi crucial para eles naquela época. Conforme já dito anteriormente, o objetivo da Igreja na Zona Leste, não era apenas defender os moradores de favelas dos problemas iminentes, como o despejo, demolição dos barracos, mas levar tais moradores a “reconhecer os seus direitos enquanto indivíduos” (Andrade, 1989, p. 62). As entrevistadas da região das ocupações confirmaram a importância da atuação da Igreja para a regularização das favelas. Conforme o depoimento de Anita:

*Essas urbanizações foram feitas depois que ele veio pra igreja aqui, é que foi feito esse calçamento. Chegou luz. Não tinha água, não tinha esgoto. Pegava água de poço. A luz era emprestada, quando dava seis horas, desligava as lâmpadas. Não dava nem pra iluminar dentro de casa. A gente ligava e queimava os nossos aparelhos tudo. Depois que ele começou a lutar pela gente aqui, entrou luz, a Eletropaulo. Aí foi começar a fazer a urbanização, veio esgoto, chegou água da Sabesp, a gente teve água em casa. Mas antes, a gente pegava tudo água do poço.*

## Considerações finais

Como procuramos mostrar, os agentes de Ermelino Matarazzo tiveram papel importante no que diz respeito à participação política entre as décadas de 1940 e 1980, no entanto, os movimentos sociais aconteceram por agentes e demandas distintas, localizadas em regiões que tinham diferentes características. As SABs surgiram em Ermelino Matarazzo após a instalação da indústria Celosul em 1941, marco do crescimento da região. Essas associações lutaram por melhoria de infraestrutura como luz, saneamento básico, escolas. Elas foram lideradas por moradores que já tinham sua casa própria, os quais eram majoritariamente profissionais liberais, que buscavam a consolidação da urbanização no poder público, a qual acontecia sem uma intervenção significativa dos governos municipais e estaduais. A partir da década de 1970, as ocupações de terra já se tornavam uma realidade no distrito. Estes novos atores consistiam, em sua maioria, em migrantes internos que chegavam a São Paulo em busca de novas oportunidades de emprego. Estes moradores, que ocuparam terrenos nos arredores dos bairros mais consolidados, tiveram que lutar não só por infraestrutura, mas principalmente pelo direito à moradia. Naquele contexto, atores das SABs recuaram, pois a natureza das reivindicações já ultrapassavam seus interesses. A participação da Igreja Católica se tornava, então, mais intensa. Sua importância se deu como mediadora diante do poder público, como também um locus de formação política para a população de Ermelino Matarazzo sobre o direito à moradia.

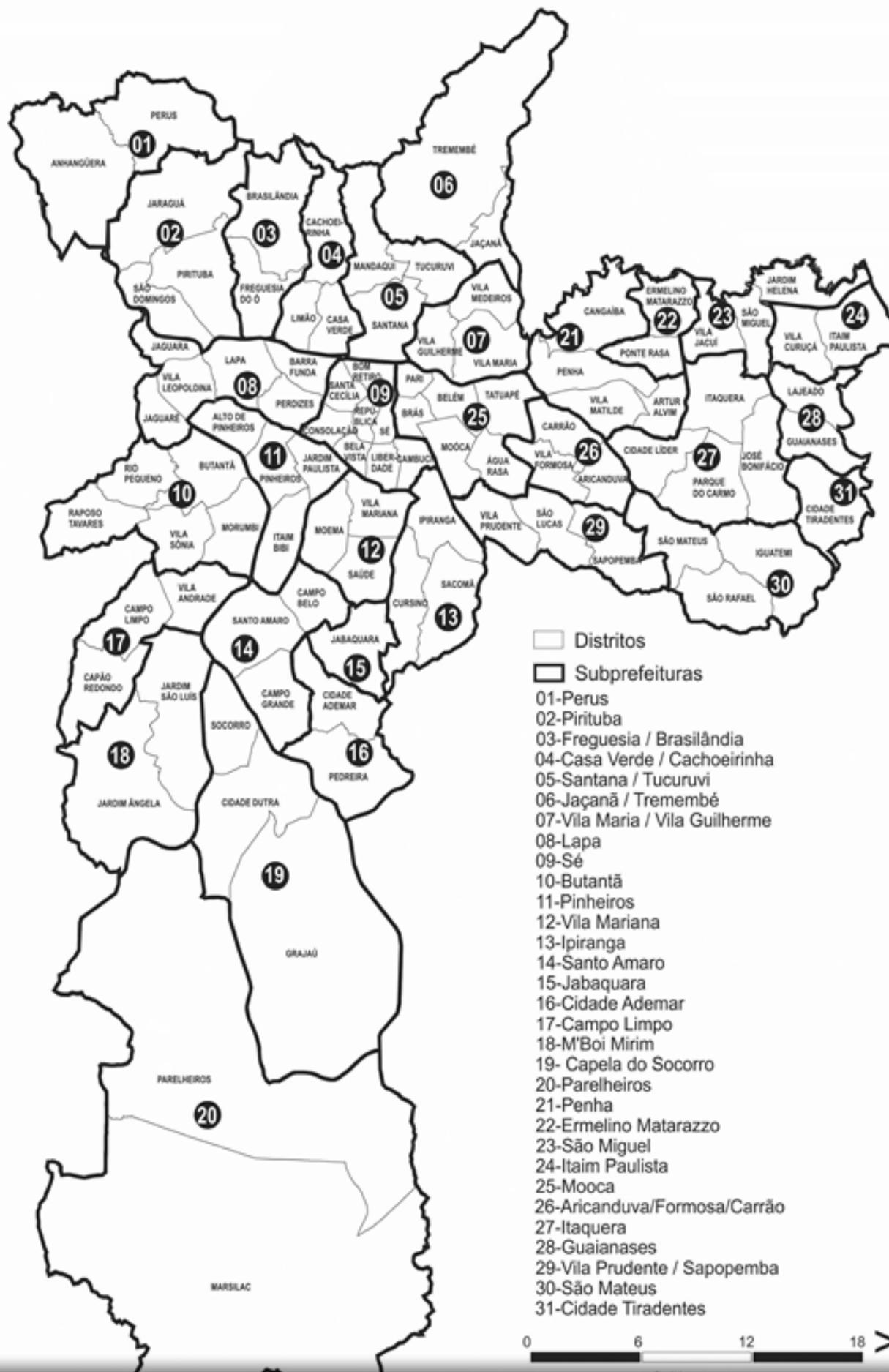
## Referências bibliográficas

- ANDRADE, C. L. 1989 *As lutas sociais por moradia de São Paulo: a experiência de São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- AUGUSTI, W.A.(ed.). 2012. *Memórias de Ermelino Matarazzo: um bairro paulistano, seu povo, sua gente*. São Paulo: Ed. Do Autor,
- BONDUKI, N.G. 1994. Origens da Habitação Social no Brasil. *Análise Social*, v. XXIX (127), (3º), 711-732.
- CALDEIRA, T. 1984. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense.
- DANTAS, A.S.R.D. 2013. *Por dentro da quebrada: a heterogeneidade social de Ermelino Matarazzo e da periferia*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ & PEROSA, G.S. 2012. Expansão escolar na periferia de São Paulo: o caso de Ermelino Matarazzo. *Confluências Culturais*, (online) Joinville/SC, n. 1, v.1.
- DUARTE, A.L. 2008. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, julho-dezembro, v. 21, n. 42.
- \_\_\_\_\_ 2010. Algumas Considerações Sobre O Uso Da Categoria *Movimentos Sociais*. *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (Unicamp) v.17, n.29.

- \_\_\_\_\_ & FONTES, P. 2004. O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953). *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth* (Unicamp), v.11, n. 20/21.
- ERMELINO é luz. Direção Pedro Dantas. Produção Maristela Grossi. Roteiro em conjunto com os alunos da vídeo-oficina Laboratório Documental de Construção da Poética Cotidiana. Mixagem e Masterização de Som: Denis Soria. Finalização: Ricardo Matias. São Paulo: PUC-SP, TV PUC São Paulo, Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2009, 1 DVD (36 min), português, colorido, NTSC, Stereo 2.0. Coleção: II Edital História dos Bairros da prefeitura de São Paulo- Secretaria Municipal de Cultura.
- FOLHA DA MANHÃ, 1925. *Jardim Matarazzo*. 6 de junho de, p. 7.
- FONTES, P. 1997. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume.
- \_\_\_\_\_ 2008. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)* – Rio de Janeiro: Editora FGV.
- GOHN, M.G. 1991. *Movimentos Sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola.
- \_\_\_\_\_ 2001. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 4ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola.
- GROSTEIN, M.D. 2004. Periferias: loteamentos ilegais e formas de crescimento urbano. In: C.M. CAMPOS, L.H. GAMA, V. SACCHETTA (org.) *São Paulo, metrópole em trânsito: percursos urbanos e culturais* / – São Paulo: Editora SENAC.
- HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em <[http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico\\_demografico/index.php](http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php)> Acessado em 26 de agosto de 2013.
- IFFLY, C. 2010. *Transformar a metrópole: Igreja Católica, territórios e mobilizações sociais em São Paulo 1970-2000*. São Paulo: Editora UNESP.
- KOWARICK, L. 1993. *A espoliação urbana*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ 2009. *Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Editora 34.
- MARICATO, E. 2003. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*. 17 (48).
- MAUTNER, Yvonne. 1999. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: *O Processo de Urbanização no Brasil*. C. DEÁK, S.R. SCHIFFER (orgs.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,
- MENEZES, R.T. 2007. *Memória em Papel: o Jornalismo Popular e a Memória Coletiva*. São Paulo, SP. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- O ESTADO DE SÃO PAULO, 18 de janeiro de 1972. Caderno Geral, p.36;
- PAIVA, O.C. 2004. *Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru, SP: Edusc.
- PASTERNAK, S. & BÓGUS, L.M. 2005. Migração na Metrópole. *São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4, p. 21-47, out./dez.
- PERILLO, S.R. 1996. Novos Caminhos da Migração no Estado de São Paulo. *São Paulo Em Perspectiva*, 10(2).
- PEROSA, G. S. & SANTOS, G.A. & MENNA-BARRETO, L. 2011. Desafios da democratização do Ensino Superior. A USP no lado leste da cidade. In: *Memória e Diálogo: escutas da Zona Leste, visões sobre a história oral*. / R. SANTIAGO e V. B. MAGALHÃES (org). São Paulo: Letra e Voz: FAPESP.
- ROLNIK, R. 2003. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp.
- SKIDMORE, T.E. 2010. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras,
- SPOSITO, M.P. 2002. *O povo vai à escola. A luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. 4ª Ed. São Paulo: Edições Loyola,
- \_\_\_\_\_ 2010. *A ilusão Fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec,
- WEFFORT, F.C. 2003. *O populismo na política brasileira*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Anexo 1

Subprefeituras e Distritos  
Município de São Paulo



# Brasília nos filmes da Novacap

## Brasilia in movies Novacap

*Ana Lúcia de Abreu Gomes*

Professora adjunta do curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília

### Resumo

Com este artigo, pretende-se apresentar uma possibilidade de leitura dos cinejornais produzidos durante a construção de Brasília e as implicações desse exercício de leitura para construção da imagem da capital brasileira em seus anos subsequentes. Por meio da análise dos filmes – que contaram com apoio do Estado pelo Decreto 21.240 de 1932 –, o texto leva a refletir sobre o processo político de construção de uma capital moderna para o Brasil. As abordagens teórico-metodológicas, no que se refere ao uso de imagens como fontes para a construção do conhecimento histórico, indicam a importância de dar a conhecer os processos que geraram determinado conjunto documental.

**Palavras-chave:** cinejornais, construção de Brasília, uso de imagens

### Abstract

With this article, we intend to present an interpretative possibility of newsreels produced during the construction of Brasília and the implications of this reading exercise for building the image of the Brazilian capital in their subsequent years. Through the analysis of the films - which had the support of the State Decree 21,240 1932 - the text leads to a reflection on the political process of building a modern capital for Brazil. The theoretical and methodological approaches, with regard to the use of images as sources for the construction of historical knowledge, indicate the importance of publicizing the processes that generated particular set of documents.

**Keywords:** newsreels, construction of Brasília, use of images

Proponho, aqui, nesse Simpósio Temático sobre *As cidades de cada dia: olhares sobre a cidade moderna*, refletir sobre o processo político de construção de uma capital moderna para o Brasil: Brasília, uma cidade que no final dos anos 1950 já existia sem ter sido construída. Escolhi fazê-lo por meio da análise de filmes produzidos oficialmente, os chamados cinejornais que, no Brasil passaram a contar com o apoio do Estado por meio do decreto 21.240 de 1932. Por meio deste instrumento legal, antes dos filmes de longa-metragem era obrigatória a apresentação de um informativo de cerca de dez minutos. Essas características levaram a uma abordagem do cinejornal como uma forma de jornalismo por meio da experiência estética do cinema. (MAIA, 2006: 09)

Alguns historiadores já debruçaram de forma bastante competente sobre as vinculações dos cinejornais da Novacap com o Governo Juscelino Kubitschek (RODRIGUES, 1996; BIZELLO, 2008) explorando a dimensão de propaganda do governo durante os pouco mais de três anos de construção da nova capital. Meu objetivo com este presente artigo, portanto, é de outra natureza: pretendo apresentar uma possibilidade de leitura dos cinejornais produzidos durante a construção de Brasília e as implicações desse exercício de leitura para construção da imagem de Brasília em seus anos subsequentes.

As abordagens teórico-metodológicas, no que se refere ao uso de imagens como fontes para a construção do conhecimento histórico, nos indicam a importância de dar a conhecer os processos que geraram determinado conjunto documental: suas condições sociais de produção, circulação e recepção. Isto porque a produção e circulação tanto de textos quanto de imagens são sustentadas por determinados processos e agentes sociais que, em seu cotidiano, elaboram textos orais, escritos, imagéticos, mobilizando uma série de princípios estéticos, retóricos, argumentativos no curso de sua interação social.

Sobre as condições de produção desses cinejornais, é importante ressaltar que no início dos anos 1980, a Fundação Nacional pró-Memória elaborou um catálogo específico sobre os cinejornais produzidos pela Novacap para documentar a construção de Brasília. A feitura do catálogo era uma forma de proteger e veicular esse conjunto de filmes que tratavam do período da construção da nova capital. Além da decupagem dos cinejornais, a Fundação Nacional pró-Memória transcreveu um conjunto de entrevistas com os cinegrafistas responsáveis pela filmagem de parcela desses filmes, o Sr. José Silva<sup>1</sup> e o Sr. Sálvio Silva. O texto do catálogo que introduz este conjunto de entrevistas afirma:

Em 1957, sendo Israel Pinheiro o presidente da Novacap, a firma ‘Libertas Filme’, de Belo Horizonte, formada pelos cinegrafistas e sucessivamente transformada em ‘Alvorada Filmes’ e ‘S.S.S. Produções’, foi contratada para filmar o andamento dos trabalhos da construção da Nova Capital.”(ALVIM, s/d: 47).

Outras produtoras também foram contratadas para a produção de filmes, como é o caso da firma de Jean Manzon, a firma carioca Persin Perrin Produções<sup>2</sup>, a firma paulista Produções Cinematográficas Leides Rosa, a gaúcha Brasfilm, além, é claro da própria Agência Nacional.

Todo esse esforço e gasto financeiro com a produção de filmes é esclarecido com o depoimento de Sálvio Silva, filho de José Silva, ao relatar um episódio ocorrido em 1958 após a produção do primeiro filme colorido sobre a construção de Brasília. Ele conta que Israel Pinheiro o procurou determinando que ele exibisse o referido filme em Minas Gerais. Ainda segundo o cineasta, havia muita pressão contrária à construção de Brasília e era necessário então divulgar o que estava sendo feito. Sálvio Silva afirmou então ter feito projeções em várias cidades de Minas Gerais. Segundo suas informações, havia uma política de exibição dos filmes firmada entre a Novacap e a União Cinematográfica Brasileira<sup>3</sup>, empresa responsável pela distribuição de parte significativa dos filmes que eram apresentados no país.

1 José Silva obteve um cargo de funcionário público do governo mineiro por meio de sua amizade com Israel Pinheiro, onde exerceu o cargo de Chefe de Diversões Públicas do Estado. Cf. RODRIGUES, 1990: 97.

2 Responsável técnica pela produção do documentário “As primeiras Imagens de Brasília”.

3 A União Cinematográfica Brasileira (UCB – Distribuidora de Filmes) foi criada em 1945 e era propriedade do Grupo de Empresas da família Severiano Ribeiro. A UCB foi a mais influente distribuidora de filmes nacionais até o final da década de 70 do século passado.

Há, também, nas cartas encaminhadas ao presidente JK, diversos pedidos específicos de cópias de filmes para serem veiculados pelo Brasil. É o caso da correspondência de um missivista fluminense que argumenta que nem todos têm acesso à revista ou ao cinema e solicita ao presidente Juscelino “(...) arranjar para passar [na sua região] o filme que amostré (sic) sobre a estrada Belém Brasília e sobre a construção da capital.” Ele assume a responsabilidade de exibir o filme ao ar livre para “(...) operários e pequenos lavradores que ficarão tão entusiasmados quanto eu.” (NEIVA, 2008: 204)

Neste texto transcrito acima, pode-se inferir que a despeito da falta de infraestrutura elétrica para a instalação de cinemas em inúmeros municípios e localidades do país, havia uma assistência significativa aos cinejornais da Novacap, até porque a veiculação de curta-metragens nacionais era regulamentada por legislação correspondente como já citado.

A Revista Brasília também dá notícia da veiculação de filmes no exterior. Na revista nº 20, de agosto de 1958, pode-se encontrar na página 16 a seguinte referência:

Filmes em Lisboa

Perante numerosa assistência, figuras de relevo da sociedade portuguesa e do governo, o Escritório Comercial do Brasil nesta capital exibiu no salão de projeção da residência do industrial João Rocha dos Santos o filme: “As Primeiras Imagens de Brasília”. (Revista Brasília, 1958: 16)

E mais, quando o entrevistador da Fundação Nacional Pró-Memória pergunta sobre a ausência nos filmes de operários e pessoas comuns em detrimento das autoridades, Sávio Silva esclarece os objetivos de um cinejornal: “Era um jornal de tela, de atualidades, e a preocupação era, realmente, oficial.” (Idem)

Não sabemos ao certo o número de cinejornais que foram produzidos pela Novacap. Há uma estimativa entre 24 e 38 cinejornais. Dos 24 a que tivemos acesso, todos eram em preto e branco com duração variável de 5 a 15 minutos. Os de 15 minutos se referem às comemorações do aniversário de Juscelino Kubitschek (Brasília nº 20) e às festividades de inauguração da Nova capital (Brasília nº 23). Além desses dois cinejornais, outros 3 versavam sobre temas específicos: o Brasília nº 01 registrava aspectos da Primeira Missa em Brasília, produzido pela Libertas Filme com duração de dez minutos, o Brasília nº 5, dedicado à visita do presidente de Portugal a Brasília, também da Libertas Filme, com duração de oito minutos; o de nº 16 é totalmente dedicado às comemorações do 1º de maio em Brasília, produzido pela Alvorada Filmes com 11 minutos de duração; o de nº 19 com 5 minutos dedicado ao 1º aniversário da Base Aérea de Brasília; o 21 e o 22 dedicados a mostrar aspectos da produção e do abastecimento de Brasília, ambos com dez minutos.

Em entrevistas recolhidas pelo Arquivo Público do Distrito Federal em seu Programa de História Oral, Sávio Silva nos informa que os filmes eram editados com frequência, o que pode ser constatado por meio da significativa repetição de cenas em vários desses cinejornais. Avalio que se possa estimar que pelo menos 50% das imagens dos cinejornais consultados sejam repetidas reiteradas vezes, só variando a locução. Por isso, e este é outro aspecto importante a se ressaltar, as imagens, nesses cinejornais, não necessariamente aparecem vinculadas à locução. Elas têm uma independência em relação à narração que cabe ser estudada. Sabe-se que havia muitas dificuldades técnicas para a captação direta de som. Segundo José Walter Nunes (2005: 56), apenas no final dos anos 1950 e início dos 1960 é que o gravador NAGRA já se encontra disponível no mercado. Portanto, os cinejornais desse período têm apenas locução. No caso dos discursos de Juscelino ou de outra autoridade, o profissional responsável pela locução do filme é que narra a fala presidencial, como no caso do Brasília nº 16 em que todo o discurso de JK no primeiro de maio é repetido, na íntegra, pelo narrador.

O uso das produções cinematográficas, demonstrado pelo depoimento dos cineastas contratados pela Novacap, é clara: a imagem é capaz de retratar a realidade e, portanto, aquilo que é filmado e depois apresentado é tomado pelo que *realmente* aconteceu. O filme — assim como a fotografia, como imagens técnicas que são — está associado ao seu referente, possuindo, assim, um caráter indiciário, ou seja, a marca que uma presença deixou na película quer fotográfica, quer cinematográfica. Além deste aspecto, e talvez por causa dele, é muito comum tomar as narrativas, a organização disposta pela narrativa visual como inscrita na própria lógica do mundo, da realidade, como se ela existisse independentemente do homem que lhe atribui sentido.

E mais, afora esta crença há como que um acordo tácito entre espectadores de um filme que se pre-

tende documentário e aquele que o produziu: se vou ao cinema para ver um documentário, está implícito que aquilo que verei realmente aconteceu, diferente de um filme de ficção por exemplo. Nas palavras de João Moreira Salles:

Diante desses filmes, realizador e espectador estabelecem um contrato pelo qual concordam que tais pessoas existiram, que disseram tais e tais coisas, que fizeram isso e aquilo. São declarações sobre o mundo histórico, e não sobre o mundo da imaginação. Para que o documentário exista é fundamental que o espectador não perca a fé nesse contrato. (SALLES, 2005: 58)

Portanto, o documentário — e aqui especificamente o cinejornal — já pressupõe que se a empresa produtora e a que veicula dizem que aquilo é um cinejornal, este fato já determina as expectativas daquele que irá ver o filme. Lembremos a singela associação entre documentário e documento como prova de uma determinada realidade. Paulo Menezes, nessa mesma linha, nos adverte também que

(...) para a esmagadora maioria do público, mesmo o versado nas lides das ciências sociais e das teorias do cinema e comunicações, o filme é uma expressão do real, mais ou menos fiel, mas sempre real, o que não deve de nenhuma maneira ser desprezado se tentarmos pensar o cinema e o filme documental como elementos da cultura e expressão das formas, conceitos e preconceitos com os quais construímos o mundo e nos posicionamos dentro dele. Não podemos nos esquecer, neste momento, do alerta que nos fez Bazin e que a mente culta costuma não encarar com seriedade que mereceria. ‘O fenômeno essencial na passagem da pintura barroca à fotografia não reside em um simples aperfeiçoamento material [...], mas em um atributo psicológico: a satisfação completa de nosso apetite pela ilusão por uma reprodução mecânica da qual o homem está excluído. A solução não estava no resultado, mas na sua gênese’. O que ele aqui ressalta, em consonância com Merleau-Ponty, é que esse pressuposto psicológico da percepção é anterior ao que podemos sobre o filme pensar. É com esse pressuposto que vamos ao cinema. Pensamos sobre o filme depois. E é antes deste lapso temporal, evidentemente maior para uns do que para outros, que os mecanismos de ilusão cinematográfica se instauram e constituímos os primeiros sentidos a partir das provocações que as imagens do filme nos sugerem. (MENEZES, 2005: 81)

Portanto, textos, filmes, fotografias, depoimentos orais só adquirem significado quando se afere a sua possibilidade efetiva de verossimilhança e interação com o real (RICOEUR, 1997: 329), ou seja, só quando fazem *sentido*. Sendo assim, vejamos:

Após a assistência atenta dos cinejornais aqui apresentados, creio não ser equivocado dizer que tanto em sua narrativa imagética como textual eles se organizam de forma a apresentar um determinado *antes* e um *depois*. À medida que as obras avançam esse *depois* as acompanha.

Destacaria, neste momento o cinejornal Novacap número 10 por dois aspectos: primeiramente chamo a atenção para a locução final do vídeo que traz explicitamente na fala do narrador essa relação entre a natureza preexistente e que vai sendo transformada em civilização. Assim, em seus minutos finais, pode-se ouvir a seguinte locução:

As vastas extensões antes virgens e mudas sofreram uma transformação completa. Em menos de dois anos, brota do chão, como milagre da natureza, uma cidade nova em folha, que vai regurgitar de vida, marcando um novo passo no desenvolvimento do país. Brasília é produto de esforços reunidos: o empenho do governo, o amor de uma multidão de pioneiros entre administradores, técnicos e operários e, antes de tudo, a confiança de que se está criando as bases de uma nova civilização.<sup>4</sup>

As imagens veiculadas neste cinejornal apresentam um contraste expressivo entre a cidade sendo construída, em primeiro plano, e o plano de fundo sempre “manchado de desertos”.<sup>5</sup> Logo no início deste mesmo cinejornal, o objetivo é apresentar a inauguração da Rodovia Brasília-Anápolis. O contraste entre a modernidade que chega com a estrada com as áreas adjacentes que aparecem como plano de fundo chamam a atenção e esgarçam tanto a modernidade que chega quanto o sertão que se vai. A locução do narrador privilegia a questão do desenvolvimento e da modernidade que a Rodovia Brasília-Anápolis trará, o que contrasta violentamente com as imagens de uma vastidão e de um horizonte indelévelis.<sup>6</sup>

4 Cinejornal Brasília nº 10. - Alvorada Filmes/Novacap – Duração 10’.

5 Cinejornal Brasília nº 10 - minuto 4:50.

6 Cinejornal Brasília nº 10 - minuto 3:50.

O antes veiculado por esses cinejornais, o passado apresentado remete sempre a um espaço sertão. A semântica atribuída a esse sertão é polissêmica, acompanhando o imaginário do sertão ao longo da história brasileira: é o paraíso, é o purgatório, é o inferno. Como paraíso, Brasília acentuaria ainda mais a autenticidade do Brasil; como purgatório e inferno, sua construção significaria a redenção do povo brasileiro.

Uma das principais referências históricas do Brasil – para muitos, nossa certidão de nascimento – é justamente um documento que nos olha do exterior: a Carta de Pero Vaz de Caminha. Sua apresentação das terras encontradas pelos portugueses faz referência a aspectos tanto do litoral quanto do sertão.

(...) Esta terra senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos visto, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda é chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia calma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos pareci muito longa...(CAMINHA, 1943: 239-240)

Este sertão descrito por Caminha aparece representado em vários cinejornais do período: é recorrente a referência a uma Brasília “terra dadivosa, em que se plantando tudo dá”<sup>7</sup>.

Nas páginas finais dos primeiros números da Revista *Brasília*, pode-se aferir também o uso de fotografias que mostram um sertão paradisíaco com árvores copadas, rios encachoeirados, dentre outras imagens que nos remetem à diacronia da palavra sertão significando, naquelas páginas, um Paraíso Terreal. Deve-se lembrar que a existência de água em profusão e o clima ameno são símbolos firmados na semântica do Paraíso. É Euclides da Cunha que afirma que o Rio Amazonas havia se convertido em

(...) mundo maravilhoso. (...) A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas, lembrava [...] uma página inédita e contemporânea do Gênesis.(...) <sup>8</sup>

As imagens apresentadas nas fotografias do período da construção de Brasília, assim como nos filmes e nos cinejornais produzidos no período<sup>9</sup>, nos remetem às sensações de tranquilidade, abundância, frescor. Essa terra dadivosa, sonhada e profetizada por Dom Bosco em 1883 existiria entre os paralelos 15° e 20°. Seria uma civilização em terras onde escorreria leite e mel. Esse é um dos temas presentes no cinejornal produzido pela Agência Nacional e intitulado *Brasília Profecia de São João Bosco*. Esse filme começa apresentando uma placa em que se encontra reproduzido um texto sobre a profecia de Dom Bosco.

Profecia de São João Bosco (30 de agosto de 1883)

Entre o paralelo 15° e 20°, em um sítio onde se formava um lago, surgirá a Grande Civilização, a Terra Prometida, donde manam leite e mel. Uma inconcebível riqueza se estabelecerá. Essas coisas sobreviverão na 3ª geração.”

Brasília é um sonho secular que está surgindo em ritmo febril como na maravilhosa visão profética de São João Bosco. Simboliza esplendidamente o dinamismo, a inteligência e o patriotismo do homem brasileiro.<sup>10</sup>

A S.S.S. Produções, contratada pela Novacap, produziu pelo menos dois cinejornais cujo tema era exclusivamente “A produção e o abastecimento em Brasília.”<sup>11</sup>. Neles, aparecem imagens de jardins com flores, aspectos de cachoeiras e, na sequência, imagens de canteiros de hortaliças, com toda a produção hortifrutigranjeira das áreas do entorno do que viria a ser Brasília.

Essa semântica paradisíaca para o sertão está presente em uma parte significativa do repertório de textos e imagens que tiveram como fonte os viajantes estrangeiros que se embrenharam pelos sertões do Brasil, desde a chegada dos portugueses a essas terras até fins do século 19.

7 “Brasília: profecia de Dom Bosco” – Agência Nacional - minuto 6:30.

8 Discurso de posse de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, cadeira nº 7 (18 de dezembro de 1906).

9 Cinejornal “Barragem Saia Velha” e Cinejornal “As Primeiras Imagens de Brasília” – Minuto 4:00.

10 Brasília – Profecia de São João Bosco. Produção Agência Nacional – Duração 7 minutos.

11 São os cinejornais da Novacap de números 21 e 22. Ambos com 10 minutos de duração cada.

Essa visão paradisíaca das terras americanas era proveniente de diferentes imaginários europeus. Um dos elementos desse imaginário associa-se ao fato de que a pouca dadivosa natureza europeia era um sinal das consequências do Pecado Original e da natureza decaída do homem a partir de então. Sobre a degenerescência dela decorrente, Keith Thomas nos fala:

O Jardim do Éden era um paraíso preparado para o homem, no qual Deus conferiu a Adão o domínio sobre todas as coisas vivas (Gênesis, I, 28). No princípio homens e bestas conviveram pacificamente. Os homens provavelmente não eram carnívoros e os animais eram mansos. Mas com o pecado e a Queda, a relação se modificou. Ao rebelar-se contra Deus, o homem perdeu o direito de exercer o domínio fácil e incontestado sobre outras espécies. A terra degenerou. Espinhos e cardos nasceram onde existiam apenas flores e frutos. O solo fez-se pedregoso e árido, tornando-se necessário um trabalho árduo para seu cultivo. (THOMAS, 1988: 22)

A necessidade de trabalho que a natureza europeia requeria era, para os católicos europeus dos Tempos Modernos, a antítese do Paraíso, encontrado na natureza dadivosa das terras americanas.

De que se trata esse Paraíso? Um jardim perfeito com vegetação e animais dóceis, clima ameno que muitos europeus afirmavam ter encontrado em suas viagens às terras americanas, características que estão presentes nos discursos sobre a construção da nova capital.

Essa narrativa sobre o Brasil pode ser encontrada em diversas versões e em diferentes épocas constituindo o que Marilena Chauí chama de “imagem mítica fundadora”. Segundo ela, pode-se encontrar essas imagens

(...) na obra de Rocha Pita, que afirma explicitamente ser aqui o Paraíso Terrestre descoberto, no livro de Afonso Celso, nas poesias nativistas românticas, na letra do Hino Nacional, na explicação escolar da bandeira brasileira e nas poesias cívicas escolares como as de Olavo Bilac. Compreendemos agora o sentido mítico do auriverde pendão nacional. De fato, sabemos que, desde a Revolução Francesa, as bandeiras revolucionárias tendem a ser tricolores e são insígnias das lutas políticas por liberdade, igualdade, fraternidade. A bandeira brasileira é quadricolor e não exprime o político, não narra a história do país. É um símbolo da natureza. É o Brasil-jardim, o Brasil-paraíso. (CHAUÍ, 2001: 62)

Não é outra a narrativa daqueles anos da construção de Brasília. As palavras são do cardeal de São Paulo Dom Carlos Carmelo Vasconcelos Mota na cerimônia da Primeira Missa rezada no Planalto Central em 3 de maio de 1957:

(...) O cenário é todo esse Brasil imenso, aqui presente na personalização dos seus grandes filhos e aqui representado por esse panorama telúrico ainda virgem e por este horizonte visual ilimitado, e dilatado ainda pela nossa fantasia até nos confins do território nacional através de seus oito e meio milhares de quilômetros quadrados. [...] Foi feita pelo senhor toda essa maravilha da natureza que neste planalto os nossos olhos contemplam embevecidos.(...)

E conclui:

(...) Na Bíblia se lê como plantou Deus no meio do Paraíso terreal a miraculosa árvore da vida. Brasília é a árvore da vida nacional providencialmente plantada no planalto central de nossa Pátria. Que as bênçãos de Deus e da Virgem Mãe de Deus façam com que Brasília cresça, floresça e frutifique em perene primavera da vida nova do Brasil. *Incipit vita nova*. (REVISTA BRASÍLIA, 1957: 13-14)

A associação entre as terras brasileiras e o paraíso ressaltou a natureza como uma de nossas características identitárias. Reiterando esta dimensão, Dr. Antônio Pimentel, membro da Missão Cruls, define assim a região do Planalto Central brasileiro:

É exuberante a fertilidade do solo; a salubridade proverbial; grande abundância de excelente água potável; rios navegáveis; extensos plainos sem interrupções importantes; soberbas madeiras de construção de suas grandes florestas; abundância de preciosos minerais e essências diversas; elevação do terreno determinando um menor grau de secura atmosférica e uma temperatura mais fresca do que a primeira vista se poderia supor, em face da sua latitude geográfica; tudo, enfim, que tem as mais estreitas relações com os progressos materiais de uma grande cidade, e com o bem estar de seus habitantes. (CRULS, 2003: 238)

Outro exemplo de sobrevivência e de releitura desse espaço-sertão-Brasília associado a esse imaginário do Mundo Novo e do Paraíso é o samba de José Rosas com Jorge Veiga do ano de 1958 (grifo meu):

“Ai Brasília, Brasília é um mundo novo  
 Você precisava ver JK falando ao povo.  
 Vou me embora e não levo saudade da Guanabara,  
 Vou me embora pra Brasília  
 Pois Brasília é jóia rara.  
 Aquilo é um paraíso, Leoni me falou  
 Me leva, me leva, seu presidente que eu vou.”

Juscelino Kubitschek também associa Brasília à Terra de Promissão em inúmeras ocasiões. Nesta, que reproduzo abaixo, o motivo é por oferecer uma alternativa de vida digna a todos os brasileiros:

Divulgando-se a notícia de que havia trabalho para todos em Brasília, avolumavam-se cada semana as levas de trabalhadores que lá chegavam. Vinha gente de todas as regiões do país. Era uma verdadeira torrente humana, que os caminhões canalizavam para o Planalto. Pobres de todas as latitudes em busca da Terra da Promissão. (KUBITSCHKEK, 1957: 81)

A imagem da *viagem* é igualmente recorrente nos filmes produzidos ao longo do período da construção de Brasília. Chamo a atenção especialmente para o filme *O Bandeirante*, produzido por Jean Manzon<sup>12</sup>. Nele, por volta do terceiro minuto, apresentam-se imagens de “caravanas de candangos (que) marcham para o Planalto Central”<sup>13</sup>, como a locução faz crer. A música de fundo, impactante, é de autoria de Heitor Villa Lobos<sup>14</sup>. Há que se ressaltar, também, que as imagens são grandiosas: as tomadas em close dos candangos ou da realização do seu trabalho produzem um impacto visual que gera empatia do público com o esforço dos brasileiros para a construção da cidade. Esse padrão visual, em close e em grande formato, já era utilizado nas revistas e no cinema desde os anos 30 e estimulava a visão e a observação do público e dos leitores.

As imagens fotográficas também trazem o registro da chegada dos candangos para participar da construção de Brasília, atendendo ao *chamado patriótico*. Pode-se comparar tal *odisseia* ao purgatório, a uma passagem cujo objetivo é o regresso aos fundamentos de nossa história, ao interior, ao coração do país onde o “Brasil é mais Brasil”. Juscelino Kubitschek afirmou que seu governo tinha a consciência que estava empreendendo

(...) a continuação de uma viagem que se iniciou com a chegada da frota de Cabral à Bahia, que prosseguiu com Mem de Sá para o Rio de Janeiro, que se alargou imponente na caminhada das Bandeiras e que agora, para alta e merecida honra de minha vida, retomo com o pensamento na integração do Brasil em si mesmo para a posse do povo brasileiro do seu próprio e imenso território. (REVISTA BRASÍLIA, 1957: 01)

E dá continuidade ao tema da viagem mais adiante, nessa mesma mensagem, avaliando que esse empreendimento é nada mais nada menos do que “(...) o prosseguimento da viagem da nacionalidade até Brasília.” (Idem.)

Da mesma forma que a serpente habita o Paraíso (CHAUÍ, 2001: 66), o sertão, ao ser significado como purgatório, adquire sua carga contrária, de redenção, como se todo o sofrimento nos levasse a alcançar o Reino dos Céus. (DEBS, 2007: 120) Como o Cristianismo postula, sofra na terra para conseguir entrar no Reino dos Céus: esses são os bem-aventurados. É Jacques Le Goff que nos instrui:

12 Jean Manzon produziu mais de 700 documentários de curta-metragem para exibição em salas de cinema; muitos deles eram resultado de encomendas feitas ou por empresas ou pelo próprio governo. Jean Manzon, ao chegar ao Brasil, trabalhou inicialmente no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) no governo Vargas; até 1952, sua principal ocupação foi a de fotógrafo da revista *O Cruzeiro*, até que, a partir desta data, montou sua própria produtora cinematográfica.

13 Filme *O Bandeirante*. Produção Jean Manzon, minuto 3:00.

14 Heitor Villa Lobos compôs a música apresentada neste trecho do filme para a produção cinematográfica de Hollywood intitulada “A Flor que não morreu” (1959), do diretor Mel Ferrer.

O deserto é efetivamente um espaço ambiguidade: o monge encontra lá o demônio de um modo que pode dizer-se inevitável, porque o demônio no deserto está em sua casa; mas o monge encontra também no deserto, de certo modo, o Deus que lá veio procurar. A noção de deserto oscila entre uma concepção paradisíaca e uma concepção de prova. (LE GOFF, 1990: 41)

Mas houve igualmente outra ressignificação do vocábulo sertão: nas palavras de Juscelino e de tantos outros, Brasília era em enfrentamento, um problema, era uma “guerra redentora”<sup>15</sup> “(...) estonteante, patriótica batalha [...] cuja vitória está marcada para o dia 21 de abril de 1960.”<sup>16</sup> Nos jornais como *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa* e todos os veículos de imprensa da rede dos *Diários Associados*, as críticas eram mais contundentes e as fotografias foram um outro campo de batalha, numa verdadeira guerra de imagens na mídia impressa. São inúmeras as reportagens que exibiam fotografias tiradas das obras que reforçavam a ideia de sertão como ausência de civilização. Uma delas se intitulava “Prédio do Congresso” e tinha como segunda legenda: “dentro do mato”. (Jornal Tribuna da Imprensa, 17/02/1960)

Em *Grande Sertão - Veredas*, Guimarães Rosa afirma que o “(...) sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo quando vier, que venha armado!” Ou ainda, como na música de Fagner “(...) Pulsando num segundo letal, no Planalto Central, onde se divide o bem e o mal”<sup>17</sup>.

Alguns jornais da época da construção de Brasília, cujas linhas editoriais eram contrárias à transferência da capital, expressavam esse imaginário do sertão como uma terra sem lei. O jornal *O Globo* relaciona diretamente certas práticas vigentes, naquele contexto, à ausência de civilização:

Ambiente de Jagunçada e Prepotência em Brasília (...) Ou Brasília começa, desde já, a civilizar-se, ou não suportaremos, por mais tempo esse ambiente de jagunçada e prepotência que favorece alguns poderosos em detrimento dos trabalhadores. Que a voz da imprensa moralize Brasília (...) a Novacap, encarregada de manter inclusive o policiamento da futura capital do país ... está investindo na função de policial indivíduos completamente desprovidos de condições para tanto, analfabetos, pode afirmar-se, truculentos, e que estão cometendo uma série de arbitrariedades. (O GLOBO, 20/05/1958)

Vejamos outro trecho do jornal *A Hora* de 14 de junho de 1958 que também abordava a questão:

Os criminosos de Brasília são remetidos para a cidade de Luiziana. Afirma-se que presos em flagrante e enviados para aquela comarca no dia seguinte aparecem tranquilos nas ruas da Cidade Livre, em colóquio com a polícia. Esta é a chamada guarda da Novacap. Tem 51 integrantes, dos quais apenas três são goianos e seis mineiros. O restante é composto de nordestinos. Ganha, cada um 5 mil cruzeiros, além de adicionais. Extremamente violenta encaminha quase todos os dias as suas vítimas para o hospital e dizem, por brincadeira, naturalmente, que no exame de seleção o comandante – um coronel reformado da polícia carioca – exige apenas que o candidato levante um saco de 70 quilos para provar se tem ou se não tem força. Um dos últimos atos violentos da guarda da Novacap foi o espancamento de um trabalhador. Acabaram furando-lhe os olhos e ficou por isso mesmo. (RIBEIRO, 2008: 56-57)

Ora, se o sítio escolhido para a construção da nova capital precisava encarnar o significado do sertão-atraso, do sertão-inferno era para que Brasília pudesse ser o símbolo da modernidade, do progresso, da civilização. Como assevera Joanildo Buriti, “(...) no Brasil, não há modernidade sem sertão.

No caso de Brasília, expressão do modernismo arquitetônico, a dissociação entre cidade e natureza se faz ainda mais presente, afinal, quanto menor a força da natureza sobre os homens, mais nos aproximamos da civilização e nos afastamos da barbárie. Em programa da rádio Mayring Veiga, denominado “Parada Nacional”, que abordava aspectos da construção de Brasília, a fala do locutor realiza o conteúdo moderno da nova capital ao associar a imagem do Rio de Janeiro à natureza em oposição à moderna Brasília.

Nesse colosso universal, toda essa enorme massa de terra, que se distribui por 5 regiões da América do Sul é o território brasileiro (...) E este pontinho aqui, mais para o sul e para o leste, a orla marítima do Brasil, é a nossa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com a sua natureza, onde tudo desafia a imaginação do homem, que a escolheu para

15 Filme: “As Primeiras Imagens de Brasília.” – Duração – 10’.

16 Filme “Brasília Terra de Todos Nós” - Duração 15’ – minuto: 4:00

17 Música de Fagner “Cavalo-ferro” interpretada por Ednardo.

capital da República dos Estados Unidos do Brasil. (...) Capital da República até o dia 21 de abril de 1960, quando por força do decreto (...) cederá as honras e as responsabilidades da sede do Governo Federal a Brasília, cidade planejada, feita pela mão do homem, em pleno coração do território, no Planalto Goiano, que espera receber o impulso dos brasileiros vindos de todos os quadrantes, para possuir de fato, a terra, ansiosa por se entregar ao trabalho do homem, que, como um conquistador apaixonado vai terminar o longo noivado dos brasileiros com as riquezas do Brasil central e com o progresso do país. Verdadeira marcha para o Oeste. (RODRIGUES, 1990: 70)

Procurei demonstrar que a transferência da capital do país para o interior de Goiás não foi um processo simples. Estava-se decidindo para onde iria a capitalidade da nação e, conseqüentemente, a identidade de todos nós. Gerson de Macedo Soares apresenta de forma bastante contundente o problema:

Com a ida da Capital Federal para o interior, lá para o planalto goiano, construída Brasília, este atual Distrito Federal que vai ser? – Estado autônomo? Território? Município de outro Estado? – De qualquer forma, passará a ser província ou parte da Província.

Brasília capital, seus filhos e habitantes passarão a ser os Senhores Federais, os da Corte, como se dizia no Império, os da Capital Federal, depois de novembro de 1889. E os outros todos, entre os quais os filhos deste atual Distrito Federal? – Ah! Ai é que está! Isso é o que me invoca! Os atuais filhos do atual Distrito Federal, isto é, os cariocas, que já foram da Corte e hoje ainda são Distrito Federal, passarão a ser ... provincianos! Sim, senhor, no duro – Pro – vin – ci – anos!

E é isso que me apoquento e me invoca: eu também, carioca da gema, passar a ser Provinciano depois de ter nascido Federal! Ui! (SOARES, 2008: 222)

Defendo, portanto, que práticas que envolveram o uso do vocábulo sertão naqueles anos da construção de Brasília e as representações que engendraram, estiveram profundamente associadas à questão da identidade da nação, inclusive porque manipularam temas e questões muito caros a todos nós brasileiros como o território, o mito do Brasil Paraíso, a dicotomia dos dois Brasis: um no sertão e outro no litoral. Acredito que o peso da semântica da palavra sertão, estabelecida na diacronia de seus múltiplos usos, recuperados pelo Governo JK, estabeleceram para aquele lugar Brasília uma carga semântica tal, que impediu que Brasília representasse, naqueles anos subsequentes a sua construção, a capitalidade da nação.

## Referências bibliográficas

- ALVIM, Clara de Andrade. (coord.) *Os Cine-jornais sobre o período de construção de Brasília*. Brasília: MEC – SEC – Sphan/pró-Memória, s/d.
- BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek*. Campinas, Unicamp, 2008 (Tese de Doutorado).
- CAMINHA, Pero Vaz . Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel datada de Porto Seguro em 1 de maio de 1500. In: CORTESÃO, Jaime (org). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CRULS, Luiz. *Relatório Cruls: Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2003.
- DEBS, Sylvie. *Cinema e Literatura no Brasil. Os Mitos do Sertão: emergência de uma identidade nacional*. Fortaleza: Interarte, 2007.
- KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975
- LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1990,
- MAIA, Paulo Roberto de Azevedo. *Canal 100: a trajetória de um cinejornal*. Campinas, Unicamp, 2006 (Dissertação de Mestrado).

- MENEZES, Paulo. “O Nascimento do Cinema Documental e o processo não Civilizador.” In: MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.
- NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a capital: cartas a JK (1956 – 1961)* Brasília, UnB, 2008 (Tese de Doutorado).
- NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.
- Revista Brasília*. Rio de Janeiro: Novacap. n. 20, agosto, 1958.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança. A Experiência dos Trabalhadores na Construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1997.
- RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, Propaganda e Imaginário Social na Construção de Brasília*. Brasília, UnB, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- SALLES, João Moreira. “A Dificuldade do Documentário.” In: MARTINS, José de Souza (org.) *O Imaginário e o Poético nas Ciências Sociais*. Bauru: Edusc, 2005.
- SOARES, Gerson de Macedo. “Provinciano!” *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1957. In: SANTOS, Michelle dos. *A Construção de Brasília nas tramas de imagens e memórias pela imprensa escrita (1956-1960)*. Departamento de História, Universidade de Brasília, 2008 (Dissertação de Mestrado).
- THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

# Fontes digitais para a pesquisa em memória social: dois estudos de caso\*

## Digital sources for research in social memory: two case studies

*Rosali Maria Nunes Henriques*

Bacharel em História, mestre em Museologia, doutoranda em Memória Social pelo PPGMS/Unirio, bolsista da Capes. Orientadora: Vera Dodebei  
rosalih@gmail.com

*Rafaella Prata Rabello*

Graduanda em Letras, Bacharel em Comunicação Social, mestranda em Comunicação pelo PPGCOM/UFJF.  
Orientadora: Christina Ferraz Musse

### Resumo

Este texto discute como a internet, principalmente as redes sociais, tem mudado a forma como os jovens lidam com os processos da memória. Destacamos nesta comunicação os processos de lembrança e esquecimento na internet, analisando o surgimento do Facebook e como as ações de postar, curtir e compartilhar fazem parte do cotidiano dos jovens nativos digitais. Este trabalho tem como objetivo analisar o uso do Facebook como fonte de pesquisa na área de memória social em duas pesquisas distintas: a primeira delas diz respeito à memória da cidade de Juiz de Fora, MG, por meio dos registros de postagens no Grupo “Antiga Juiz de Fora”, no Facebook. O segundo estudo tem como objetivo analisar o comportamento dos jovens diante dessa nova tecnologia.

**Palavras-chave:** Memória; Facebook; Internet; Nativos Digitais

### Abstract

This paper discusses how the internet, especially social networking has changed the way of young people deal with memory processes. Featured this communication processes of remembering and forgetting on the Internet, analyzing the Facebook and how the actions of posting, enjoy and share are part of everyday life of young digital natives. This study aims to analyze the use of Facebook as a source of research in social memory in two separate surveys: the first concerns the memory of the city of Juiz de Fora, MG, through the records of posts in Group “Former Judge Out “on Facebook. The second study aims to analyze the behavior of the youth front of this new technology.

**Keywords:** Memory, Facebook, Internet, Digital Natives

---

\* O trabalho foi apresentado no X Encontro Regional Sudeste – História Oral Campinas, 10 a 13 de setembro de 2013.

## Introdução

Procuraremos desvelar as múltiplas representações de Juiz de Fora expostas nas fotografias “postadas” pelo grupo, baseadas na memória e no imaginário das pessoas, como referências fundamentais para a habitação desta “cidade imaginária” reconstruída na rede social. Um dos objetivos da pesquisa é observar como a imagem da cidade é construída e reconstruída por meio das memórias individuais das pessoas do grupo. Para isso, devemos perceber de que modo é atribuída a identidade de Juiz de Fora ao analisarmos os comentários, os compartilhamentos, as “postagens” e as áreas de interesse dos participantes do grupo.

A segunda abordagem diz respeito ao uso do Facebook como espaço de registro da memória cotidiana pelos jovens nativos digitais. Iremos analisar como as redes sociais estão se tornando uma espécie de “lugar de memórias”, incentivando a divulgação e a preservação da memória social. O principal objetivo deste estudo é discutir as relações entre a memória e a internet e entender como os nativos digitais lidam com as questões de lembrança e esquecimento na rede mundial de computadores. Ao estudar o conteúdo postado nas redes sociais, analisamos que tipo de conteúdo está sendo preservado e se o conceito de preservação poderá ser utilizado no caso das redes sociais, cujo objetivo original não é a preservação da memória, mas a convivência social entre os grupos.

### Memória e esquecimento na internet

A internet tem modificado a forma como as pessoas lidam com o mundo. A evolução da internet trouxe para o ambiente acadêmico mais um desafio: a produção de fontes digitais para as pesquisas. E a memória social, tal como, em outros campos das Ciências Humanas, tem se valido das fontes digitais para o entendimento do contexto atual. Nesse caso, resta aos cientistas sociais entenderem como trabalhar metodologicamente este novo tipo de fonte. Não temos a pretensão de esgotar o assunto, mas apresentar os resultados dessas duas pesquisas efetuadas em duas instituições diferentes e em duas áreas diferentes de pós-graduação, mas que têm em comum o uso do Facebook como fonte na pesquisa de memória social.

Antes de discutirmos a relação entre memória e internet, não podemos deixar de levantar algumas questões essenciais para o campo da memória. Uma delas é a dicotomia entre lembrança e esquecimento nos processos de memória. Lembrar é também uma forma de esquecer. Em eventos traumáticos, como o Holocausto, por exemplo, o desejo de deixar registrados os fatos tais como eles aconteceram faz parte do processo de tentar esquecer o que se passou e evitar que se repitam. Primo Levi (2004) alerta para o desejo do esquecimento de muitos dos sobreviventes dos campos de concentração nazistas, no que ele denomina de memória da ofensa, no entanto, ele afirma que esta memória está sempre ancorada no contexto dos fatos e não é cópia fiel dos mesmos. Um dos riscos ao analisar as memórias de determinado autor é esperar que os fatos por ele narrados sejam cópia exata dos acontecimentos. Não se trata de reproduzir os fatos, tarefa praticamente impossível, mas lembrar do que se passou. E isso é a memória. Ela é seletiva e, portanto, como Levi mesmo afirma, falaz.

O desejo de driblar o esquecimento é o *leitmotif* de quem registra sua memória. Esse desejo também motiva as memórias familiares e pessoais registradas em obras, às vezes clássicas como em Marcel Proust e Pedro Nava, às vezes de forma mais rudimentar por meio de diários íntimos. Esse desejo de deixar sua memória registrada pode ter vários motivos, mas o principal deles é driblar a morte e o esquecimento. Ao deixar registrada sua memória, o homem está legando aos seus descendentes sua história, pois “*Escrever é fazer recuar a morte, é dilatar o espaço da vida*” (SARAMAGO, 2010: 193).

A memória não é simplesmente um mecanismo com botão de liga e desliga, que nos faz lembrar apenas do que nos interessa. Andreas Huyssen (2000) aponta que não há uma oposição entre memória e esquecimento, mas que ambas são partes do mesmo processo. Por isso, preferimos usar a expressão lembrança no lugar de memória, pois entendemos que a memória é mais ampla e abrange não somente o processo de recordação (lembrança), mas também o de esquecimento.

### O Facebook e as possibilidades de interação no espaço virtual

Atualmente, podemos notar que o Facebook está se tornando uma ferramenta muito eficaz na comunicação de um determinado projeto ou grupo de trabalho. Nesse sentido, os sites e os *blogs* têm cada vez mais cedido espaço para as redes sociais, não só pela sua abrangência, mas pela possibilidade de interação com um maior número de pessoas.

O fenômeno das redes sociais *on-line* é bem recente e nasceu de uma tendência natural do crescimento da *internet* em relação à criação de espaços de participação dos usuários. O Facebook foi criado em 4 de novembro de 2004 por Mark Zuckerberg e outros alunos de Harvard com objetivo de conectar estudantes dessa universidade e, posteriormente, se estendeu a outras universidades de Boston, dos EUA, Europa e finalmente se espalhou para o mundo inteiro. Possui atualmente 845 milhões de usuários ativos no mundo, sendo que 65 milhões desses usuários estão no Brasil. O Brasil é atualmente o país com o maior crescimento do Facebook, tendo atingido 30 milhões de usuários novos em 2012<sup>1</sup>. Conforme pesquisa Nielsen, divulgada em outubro de 2011, o Facebook já ultrapassou o Orkut em número de usuários no Brasil, tornando-se a rede social *on-line* favorita dos brasileiros.

Em setembro de 2011, o Facebook lançou uma nova versão em que o usuário cria e alimenta a sua própria linha do tempo. A ideia é criar um espaço de registro dessa memória do passado, mas também do presente. Mark Zuckerberg, criador do Facebook, durante o evento de lançamento deste novo aplicativo fez a seguinte afirmação: “*Criamos um jeito de contar todas as histórias importantes de sua vida em uma única página*”<sup>2</sup>. A ideia é que a vida de qualquer pessoa do Facebook possa ser disponibilizada na linha do tempo, tornando a rede social um espaço de memórias. Continua Zuckerberg: “*É a história de sua vida e tem três pedaços. Seus aplicativos, suas histórias e um jeito de expressar quem você é. Queremos fazer do Timeline um lugar que você se orgulha de chamar de ‘casa’*”.

Ao disponibilizar esta nova versão, o Facebook assumiu um papel de aglutinador de registros das memórias das pessoas, no entanto, como em qualquer instituição ou empreendimento comercial, o objetivo inicial do Facebook não era o de suportar as memórias das pessoas, mas criar um espaço de socialização. É lícito afirmar que o Facebook está se tornando um “lugar de memórias” ou de um livro de caras (*face*), um livro de memórias? Segundo Marion Strecker (2012), o Facebook está se tornando uma espécie de “Catálogo da Terra Inteira”<sup>3</sup> com as histórias e fotos que as pessoas vão voluntariamente alimentando na rede social. Este catálogo aglutinaria as experiências das pessoas, suas memórias e suas narrativas sobre o mundo.

Com a ajuda de seus usuários e por meio do aplicativo linha do tempo, o Facebook está adquirindo um perfil de uma grande enciclopédia de histórias e memórias, memória do momento presente e memória dos momentos passados. Seria uma espécie de museu de si mesmo. A evolução das redes sociais nesta direção era previsível, uma vez que a tendência da Web 2.0 é transformar cada pessoa em autor, criando seu próprio *broadcast*, tornando-se o centro de uma ferramenta de comunicação cada vez mais voltada para o indivíduo e suas individualidades. Segundo Paula Sibilia (2008), este foco no indivíduo e suas representações na internet teve início com os blogs, passa pelas redes sociais, mas encontra seu terreno mais fértil no *Second Life*<sup>4</sup>, no qual é possível viver uma vida completamente diferente da sua.

## A Juiz de Fora que habita na memória: uma cartografia sentimental da cidade

Juiz de Fora é uma cidade que sempre teve uma veia memorialista muito forte. Pedro Nava, maior expoente do memorialismo no Brasil, nasceu na cidade e dedicou boa parte de sua obra a remontar os fragmentos de uma Juiz de Fora do seu tempo. Em sua obra, ele retrata o cotidiano e a vida da cidade do início do século XX, de uma Juiz de Fora imaginada, de ruas, casas e lugares. Para a escritora Rachel Jardim, também nascida na cidade, a memória dos cheiros e ruídos está presente nesta ressignificação imaginária da cidade.

Ao “postar” fotos antigas no Facebook, o grupo criado em torno do tema “Antiga Juiz de Fora” cria um laço comum: o da ressignificação espacial da memória da cidade, suas ruas, suas instituições e seus lugares. Tal como a Juiz de Fora que persiste na memória de Pedro Nava e de Rachel Jardim, também a Juiz de Fora presente no Facebook, é uma Juiz de Fora imaginária e imaginada. Essa memória visual e ao mesmo tempo lírica é atizada pelas fotografias apresentadas, permitindo a manipulação e a reprodução de imagens.

Mesmo assim, a utilização do álbum atende sua finalidade tradicional: reescrever a história da cidade por meio de interações que revelam afetividades. Elas são fruto da lembrança e do esquecimento das pessoas em

1 Essas informações sobre o Facebook foram coletadas no site <http://www.tecmundo.com.br/facebook/35709-brasil-foi-o-pais-com-maior-numero-de-novos-usuarios-do-facebook-em-2012.htm>. Consultado em 8/6/2013.

2 Frases retiradas da fala de Zuckerberg na matéria sobre o lançamento da linha do tempo em 22 de setembro de 2011, informação disponível em Globo Tecnologia. <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-apresenta-linha-do-tempo-para-registrar-vida-do-usuario-no-site.html>

3 Catálogo da Terra Inteira (ou “*Whole Earth Catalog*”) é um nome de um catálogo publicado entre os anos de 1968 e 1972 por Stewart Brand.

4 *Second Life* é um ambiente virtual e tridimensional, criado em 1999 e no qual as pessoas interagem através de *avatars*.

relação à urbe pretérita. Os habitantes buscam encontrar no álbum as figuras, tempos e espaços que constituem a pequena história pessoal de cada membro, mas que pertencem à memória coletiva da cidade. Podemos afirmar, baseando-nos em Maffessoli (2006), que um grupo fechado age sobre o estigma de uma tribo. Dessa forma, pessoas de diferentes zonas da cidade, classes sociais, profissões, expressam sua subjetividade nesse novo território virtual. Existe um uso social da foto de reprodução eletrônica com cópias que podem ser alteradas no Photoshop.

Ao escolher trabalhar com um grupo na rede social Facebook, optamos por utilizar uma nova ferramenta de comunicação e interação entre as pessoas. Segundo dados divulgados pelo Facebook sobre sua versão brasileira, são postados ao mês 460 milhões de fotografias nessa rede social<sup>5</sup>. Esse número expressivo atenta para a necessidade de análise dos materiais expostos nesta plataforma utilizada por milhões de brasileiros. Esse álbum do grupo com imagens que constituem a identidade visual da cidade não é apenas memória, é também ruína e rastros. Os rastros são a essência da memória. E os rastros, segundo Paul Ricoeur, “estão no presente. Nenhum deles exprime ausência, muito menos anterioridade” (RICOEUR, 2007: 434). No banco de imagens são resgatadas paisagens que se transformaram no passar do tempo ou não existem mais. Nessa pesquisa, nos interessa entender a dinâmica do Facebook enquanto espaço de prática social que é reflexo do cotidiano e, principalmente, como o grupo “Antiga Juiz de Fora” atua no reavivamento dessa memória sentimental da cidade de Juiz de Fora.

O sentimento memorialista de reviver uma Juiz de Fora a partir das fotografias “postadas” pelo grupo traz uma aura cultural de uma cidade que habita no imaginário de seus habitantes. Esse afeto devotado a Juiz de Fora é um signo que precisa ser decifrado, especulado, desdobrado na busca de encontrar as figuras, tempos e espaços que constituem as pequenas histórias que marcaram a cidade.

Esse *boom* que vem se apresentando nas redes sociais por grupos do Facebook, *blogs*, sites que desejam tratar do assunto revelam essa condição de angústia pela preservação da memória como resposta a aceleração do tempo, a fugacidade do contemporâneo. Guiamos a pesquisa na perspectiva de que a memória reside não apenas nos registros do passado, mas na resignificação do presente. E que a Juiz de Fora, do grupo “Antiga Juiz de Fora”, talvez, possa ser ao mesmo tempo uma Juiz de Fora do presente, ao registrar a memória do passado.

Para analisar a concepção da memória espacial e sentimental do grupo “Antiga Juiz de Fora”, a pesquisa deverá focar na coleta de informações do grupo no Facebook: fotos, datas, publicações, comentários, opção “curtir”, compartilhamentos, legendas. As fotografias serão analisadas como suporte de memória. Os Estudos Culturais e da Sociologia da Cultura serão usados para interpretar as manifestações visuais e escritas do grupo, além é claro dos autores clássicos sobre a memória (já citados ao longo do texto). Será feita uma análise de conteúdo “postado” pelos membros, com o objetivo de entender as “cidades imaginadas” por cada membro do grupo.

Por questões metodológicas, iremos nos restringir a analisar as imagens históricas da cidade, desprezando quaisquer outros conteúdos que não se encaixem no perfil delimitado. Para a análise do material, vamos utilizar o programa Evernote<sup>6</sup>, um *freeware* que possibilita criar “clipagens” na internet. Cada “post” com fotografias antigas será “clipado” e receberá uma “tag” que permitirá agrupar por categorias, locais e sensações as “postagens”. A partir do material coletado, faremos uma análise de cada tipo de conteúdo e recriaremos uma cartografia sentimental da cidade. Se necessário for, poderemos aplicar um questionário aos membros do grupo.

## A internet e os jovens nativos digitais

Dentre as inúmeras possibilidades de estudar memória e *internet*, uma das questões que gostaríamos de abordar é a relação dos nativos digitais<sup>7</sup> com a *internet*. Mas, ao discutir o uso da *internet* pelos nativos digitais, queremos saber como esta nova geração lida com questões como, por exemplo, preservação do patrimônio e da memória no ambiente

5 Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/os-numeros-do-facebook-no-brasil/> Acesso em: 09 de set de 2012.

6 “Evernote é um conjunto de softwares e serviços projetados para tomar notas e arquivar informação na *internet*. A nota pode ser um pedaço de texto formatado, uma página completa ou trecho página, uma fotografia, um memorando de voz ou um manuscrito”. [www.wikipedia.com](http://www.wikipedia.com) consultada em 21/8/2012.

7 Nativos digitais é uma expressão criada pelo educador canadense Marc Prensky (2001) para definir as pessoas que nasceram após o advento da internet, do celular e do MP3. Quem nasceu anteriormente a este período seria um imigrante digital, pois teve que aprender a lidar com esta tecnologia em sua fase adulta. Neste estudo, optamos por definir o universo de nativos digitais abrangendo jovens com idades entre 15 e 25 anos.

virtual. O fato de dominarem uma tecnologia, muito mais que seus pais e seus professores, não significa necessariamente que dominem as discussões sobre essa mesma tecnologia. Estamos em sintonia com Livingstone (2011, 13), quando ela afirma que “*dominar uma tecnologia significa manejar não só o hardware, mas tudo o que a internet oferece a seus usuários*”. É preciso entender os processos mentais por trás do desejo e da vontade de preservação da memória, seja na *internet* ou em outros espaços da vida. Assim, podemos indagar, o que essa geração pensa sobre o que deve ser preservado.

Embora o objetivo inicial da pesquisa não fosse o uso das redes sociais pelos nativos digitais, aos poucos os estudos empreendidos durante o doutorado nos levaram a querer estudar o fenômeno dessas redes sob o ponto de vista hipotético de depositárias de fragmentos de memória. A partir desse enfoque, escolhemos enfrentar a questão da efemeridade e os tempos da memória na *internet* como ponto de partida do meu estudo. Mas o que é efemeridade? Como se configuram os processos de lembrança e esquecimento nas redes sociais? Podemos afirmar que a memória na *internet* é efêmera?

Os pressupostos que movem a pesquisa são os de que as TICs<sup>8</sup>, principalmente a *internet*, têm mudado a forma como as pessoas se relacionam com a memória. Podemos dizer que os processos de memorização e rememoração continuam os mesmos de outros tempos, mas que hoje existem ferramentas com as quais os nativos digitais trabalham os registros de memória na *internet* e que modificam os tempos da memória. As narrativas de memória sempre foram sobre um passado, a partir de um presente e para um determinado futuro, pois, segundo Walter Benjamin (1994: 211), “*A reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração*”. Desde os mais primitivos tempos, passando pelos *griots*<sup>9</sup>, pela tradição oral, pela história oral ou em diários de meninas, as narrativas de memória foram sempre na perspectiva do presente, com a reflexão de algo que já passou e com o objetivo de trazer alguma lição para o futuro, no entanto, acreditamos que o uso da *internet*, principalmente das redes sociais, tem modificado a forma como o registro da memória é feito pelos nativos digitais. Ao postar fotos e textos em tempo real no Facebook, os usuários da *internet* estão produzindo registros e postando-os no momento exato da produção do fato. Assim, torna-se um registro sobre o momento instantâneo para um presente também instantâneo, quase como um presente-passado e um presente-presente, que podemos chamar de atual. Essa memória do presente é uma memória efêmera e imediata, compartilhada em tempo real com seus amigos e familiares. Esta, que podemos chamar de memória compartilhada, seria uma espécie de memória imediata e, ao mesmo tempo mediada pelo espaço virtual da *internet*, o ciberespaço. Nesse sentido, Canavilhas (2004) aponta que a *internet* comprime o tempo, não o tempo entre emissão e recepção da mensagem, mas o tempo da memória. Este autor afirma que desta forma, passamos a ter um passado-presente e um presente-presente.

Para a realização da pesquisa sobre memória dos jovens nativos digitais no Facebook, optamos por criar uma metodologia de coleta de dados utilizando o conteúdo postado nesta rede, uma vez que o nosso objeto empírico são as redes sociais e suas especificidades. Assim, surgiu a ideia de produzir um piloto com um grupo de jovens com o objetivo de entender o universo dos nativos digitais a partir de suas postagens no Facebook. O primeiro passo foi convidar amigos do nosso círculo social no Facebook para indicar jovens com o perfil selecionado, no entanto, esta primeira abordagem não obteve resultados satisfatórios, pois apenas três pessoas responderam ao apelo. A segunda abordagem foi mais direta. Entramos em contato por mensagem pelo próprio Facebook com jovens de nosso círculo social, para convidá-los diretamente e aos seus amigos, ao mesmo tempo em que conversávamos com colegas para indicar seus filhos e sobrinhos para participarem da pesquisa.

Para a apresentação desse projeto, selecionamos 31 jovens com idades entre 15 e 25 anos e produzimos um piloto durante o mês de março de 2012. Para realização do piloto, a escolha desses jovens obedeceu a três critérios básicos: possuir idades entre 15 e 25 anos, ter perfil no Facebook e ser ativo nessa rede social. No caso da pesquisa, era necessário que este jovem fosse bem ativo, ou seja, que postasse comentários, textos e fotos na rede social, uma vez que somente por meio desse material seria possível uma análise do conteúdo compartilhado. Embora uma grande parcela de jovens possua perfil, muitos deles não têm uma postura ativa na rede. Nesse caso, a análise do conteúdo ficaria prejudicada devido à escassez de dados. Algumas técnicas estatísticas foram aplicadas para definir os grupos analisados. A análise fatorial foi utilizada para determinar variáveis (fatores) conceituais a partir de algumas opiniões mensuradas sobre a internet e o Facebook. E, finalmente, foram

8 Tecnologias de Informação e Comunicação.

9 *Griots* são os contadores de histórias, geralmente idosos, nas culturas tradicionais africanas.

criados grupos (segmentos) de usuários a partir de fatores usando a análise de agrupamento (clusters). (HAIR et al, 2005).

O processo de pesquisa teve continuidade com este mesmo grupo de 31 jovens com idades entre 15 e 25 anos no Facebook, no período de outubro a dezembro de 2012. Por se tratar de um universo muito grande de usuários, mas também por possuir características bem específicas, estabelecemos que deveríamos estudar apenas jovens brasileiros. Esta observação virtual ou acompanhamento virtual será feita diariamente e terá como objetivo analisar cada tipo de conteúdo postado.

Esta pesquisa encontra-se atualmente em fase de processamento dos dados coletados. Para a coleta dos dados, utilizamos dois tipos de ferramentas, para dois tipos diferentes de estratégias: uma primeira estratégia é contabilizar o tipo de informação postada na rede social Facebook com vistas a analisar o fluxo e a frequência das postagens. Para isso, foram preenchidos formulários do programa Microsoft Excel com os códigos estabelecidos em uma tabela por tipo, formato e assunto e posteriormente proceder à análise estatística do material, tal como fizemos no projeto piloto. A segunda estratégia tem como objetivo entender o universo do material postado na rede Facebook e se debruçou sobre o conteúdo propriamente dito. Para isso, utilizamos o aplicativo Evernote. Lançado em 2008, este aplicativo permite salvar conteúdos de sites e organizá-los por notas ou assuntos. Cada postagem efetuada por um dos 31 jovens nativos digitais escolhidos para a pesquisa foi devidamente arquivada e categorizada no aplicativo e poderá ser acessada por meio de buscas pelas anotações. O uso desse aplicativo irá facilitar a análise do material, uma vez que a organização da informação no Facebook não permite a busca por tipo de conteúdo. Ao finalizar o processo de coleta do material, iremos analisar o conteúdo postado por cada jovem, estudando o tipo de postagem e a postura do mesmo diante do Facebook. Para cada jovem pesquisado, deveremos produzir um dossiê digital, que servirá para explicitar o papel da memória no âmbito da *internet*.

## Considerações Finais

A *internet* é uma realidade ainda nova em termos históricos e, por isso, a metodologia para trabalhar conteúdos nessa ferramenta também deverá ser nova. Como em qualquer pesquisa nas Ciências Humanas, também no campo da Memória Social, o objeto a ser pesquisado deve ser construído pelo pesquisador. E como se tratam de novas ferramentas de comunicação, é necessária a construção de uma metodologia que torne elucidativo o material coletado, pois conforme nos alerta Vigotski (2007, p. 59), “qualquer abordagem fundamentalmente nova de um problema científico leva, inevitavelmente, a novos métodos de investigação e análise”. E a construção de um objeto de pesquisa pressupõe a pesquisa em documentos que possam comprovar ou refutar a hipótese sugerida no escopo do trabalho.

Embora ambas pesquisas se encontrem ainda em andamento, podemos tirar algumas conclusões sobre o uso de fontes digitais para pesquisas em memória. A primeira delas diz respeito à própria metodologia de pesquisa, ainda de certa forma, em estado de experimentação. Conhecida como netnografia, o uso de técnicas e métodos tradicionais da pesquisa de campo, adaptadas às fontes digitais ainda é recente e carece de bibliografia. No primeiro caso, o Facebook não será a única fonte e, portanto, deverão ser utilizados outros tipos de fontes complementares, tais como metodologia de história oral e diários de campos, que muito nos auxiliarão na análise do objeto empírico escolhido. No caso da segunda pesquisa, a grande questão reside no fato de que o próprio uso do Facebook é o objeto de estudo. Nesse caso, uma simples coleta de informações, sem uma análise do conteúdo postado, pode ser superficial e leviana, uma vez que os hábitos e os costumes de uso do Facebook poderão levar a análises equivocadas. A segunda questão diz respeito ao conceito de narrativas e suas relações com o espaço virtual da internet. Analisar este conceito torna imprescindível para quem trabalha utilizando a internet como fonte de pesquisa.

## Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas vol.1. São Paulo, Brasiliense, 1994.

- CANAVILHAS, João. A internet como memória. BOCC: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. 2004 <http://bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-internet-como-memoria.pdf>. Consultada em 08/06/2013.
- HAIR JR, Joseph et al. **Análise multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- LIVINGSTONE, Sonia. *Internet literacy: a negociação dos jovens com as novas oportunidades on-line*. **Matrizes**. ano 4 – n° 2 jan./jun. 2011 - São Paulo - Brasil pp-11-42
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 4a ed. 2006.
- PRENSKY, Marc. **Digital Natives, Digital Immigrants**. In: MCB University Press, Vol. 9 No. 5, October 2001. Disponível em: <http://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf> consultada em 08/06/2013.
- RICOUER, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- SARAMAGO, José. Entrevista A Capital, Lisboa, 1995. In: AGUILLERA, Fernando Gómez (org). **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SIBILLA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- STRECKER, Marion. Novo 'Catálogo da Terra inteira', Facebook faz das pessoas marqueteiros de si mesmos. Disponível em <http://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/05/18/novo-catalogo-da-terra-inteira-facebook-transforma-pessoas-em-marqueteiros-de-si-mesmos.htm> Consultado em 08/02/2013.
- VIGOTSKI, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- GLOBO TECNOLOGIA. <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/09/facebook-apresenta-linha-do-tempo-para-registrar-vida-do-usuario-no-site.html> consultada em 08/06/2013.

# Memórias sobre os cuidados: a tuberculose e o modelo sanatorial no início do século passado

Memories on the cares: the tuberculosis and modelo sanatorial at the beginning of the last century

*Cristiane P. C. Lacaz*

Enfermeira e professora-doutora da UFRJ em lotação no ITA  
cristianelacaz@uol.com.br

*Lúcia Pedroso da Cruz*

Bióloga e doutoranda da Faculdade de Educação da Unicamp

*Maria Helena S. Bagnato*

Enfermeira e professora doutora da Faculdade de Educação da Unicamp

## Resumo

Pesquisa de natureza qualitativa que se propõe a descrever a atuação de personagens que cuidavam dos pacientes reclusos no Sanatório Vicentina Aranha, no início do século passado. O primeiro sanatório de São José dos Campos foi inaugurado em 1924, sob a direção da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e recebeu o nome de Vicentina Aranha. O presente estudo elegeu como método de pesquisa, para coleta e análise dos dados, a história oral. Por meio das entrevistas, conseguimos informações descrevendo tratamentos, cuidados, o medo da doença e os estigmas que tuberculosos e seus familiares sofriam.

**Palavras-chave:** Fase Sanatorial; Tratamento da Tuberculose; Cuidados em Saúde; História Oral.

## Abstract

Research of qualitative nature that if considers to describe the performance of personages who took care of the patient inmates in the Vicentina Sanatorium Spider, at the beginning of the last century. The first sanatorium of Is Jose of the Fields was inaugurated in 1924, under the direction of the Brotherhood of the Saint Casa de Misericórdia of São Paulo and received the name from Vicentina Spider. The present study it chose as research method, for collection and analysis of the data, verbal history. traverse of the interviews, we obtain information describing treatments, cares, the fear of the illness and the stigmata that tuberculosos and its familiar ones suffered.

**Keywords:** Sanatorial phase; Treatment of the Tuberculosis; Cares in Health; Verbal history.

## Considerações Iniciais

Na primeira metade do século XX tem início a Fase Sanatorial no município de São José dos Campos - SP, seguindo a tendência de medicalização dos diversos espaços urbanos que vinha se destacando desde o século XVIII.

A cidade de São José dos Campos está situada a 660 metros do nível do mar, com temperaturas anuais médias de 15 e 20 graus centígrados e quase equidistante da Capital, das praias do Litoral Norte e das montanhas de Campos de Jordão e cidades do sul de Minas Gerais, todas localizadas num raio de, aproximadamente, 90 quilômetros.

Os sanatórios eram edificações hospitalares, criadas e mantidas, principalmente, por ordens religiosas e que ofereciam aos pacientes algum amparo médico e assistência filantrópica.

Para Bittencourt (1998, p. 36), os sanatórios fazem parte da história da evolução das instituições hospitalares e dos estabelecimentos destinados ao isolamento de enfermos, sendo considerados precursores na introdução de novos sistemas de higiene, disciplina e do controle social.

O período sanatorial marcará toda a organização espacial e social de São José dos Campos, com a introdução de novas profilaxias e meios de tratamento dos doentes tuberculosos. Na época houve um grande fluxo migratório de tuberculosos, vindos, principalmente, de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Os doentes se dirigiam para lá por conta da crença sobre propriedades terapêuticas do clima da cidade e uma possível cura, o que a fazia conhecida como “Cidade Esperança”. Diante da ausência de drogas curativas na época, restava à medicina a exposição a determinados climas como recurso de tratamento dos enfermos.

Os sanatórios, utilizados como promissora tentativa de cura dos tuberculosos, partilhavam de princípios como a mudança do clima e a exposição do doente a uma região de ar puro, sendo a higiene, tanto do local quanto do paciente, principal aliada no tratamento da doença.

A Inglaterra foi o berço da concepção segundo a qual a doença poderia ser limitada por meio da atuação dos sanatórios, isso em 1854, quando o número de doentes e de óbitos causados pela chamada “Peste Branca”, crescia de forma alarmante.

Segundo Foucault (1986:107), no fim do século XVIII, mecanismos disciplinares como o controle, o registro e o isolamento do doente no espaço do hospital criam a medicalização dos espaços que podem ser entendidos como “o preço atribuído ao desejo de evitar que as doenças se propagassem”.

No Brasil, o tratamento da tuberculose não esteve desvinculado da concepção adotada pelo governo a respeito da saúde pública, ou seja, da política de saúde da época.

Apesar de proposta encaminhada ao Congresso Nacional, em 1907, pelo médico e diretor-geral do Departamento Nacional de Saúde, Oswaldo Cruz, sobre a aprovação de uma lei que estabelecia a obrigatoriedade clínica de notificação dos casos de tuberculose e a criação de um serviço especializado na enfermidade, o projeto foi rejeitado.

Foi o Estado de São Paulo que iniciou a primeira campanha nacional contra a tuberculose, tendo à frente o higienista Emílio Ribas, então diretor do Serviço Sanitário estadual entre os anos de 1898 e 1917, além do clínico carioca Clemente Miguel da Cunha Ferreira.

O doutor Clemente Ferreira, paralelamente às suas atividades como “médico de crianças”, foi o responsável por organizar junto com o Serviço Sanitário Paulista, a Associação Paulista de Sanatórios Populares para Tuberculosos. Ele presidiu a instituição no período de 1899 até 1945 e, a partir de 1902, passou a ser chamada de Liga Paulista Contra a Tuberculose<sup>1</sup>, adotando os serviços dos dispensários, como principal eixo da assistência aos infectados.

Segundo Ribeiro (1993), a ação da Liga

(...) restringiu-se à propaganda, à confecção de cartazes, avisos, instruções populares com noções básicas de higiene, e ao apelo junto aos poderes públicos, às companhias de estradas de ferro e às gerências de fábricas e oficinas para que ajudassem na divulgação na execução de medidas profiláticas<sup>2</sup> [...] (RIBEIRO, 1993:126).

1 A primeira experiência no continente americano em criar uma Liga para a luta contra a tuberculose se deu na cidade de Santiago de Cuba, em 1890. A segunda foi exatamente a Liga Paulista, em 1899.

2 “proibição de escarrar no chão e no soalho de estabelecimentos públicos e locais com concentração humana”; “adoção de escarradeiras com líquido anti-séptico”, “varredura úmida dos locais públicos e das fábricas e oficinas”; “vagões próprios para tuberculosos”, “exame clínico do pessoal operário nas fábricas e afastamento dos operários com tuberculose aberta” e “adoção de escarradeiras de bolso para tuberculosos” (Revista Médica de São Paulo, São Paulo, ano V, n.3, p. 41-9, 1902, APUD RIBEIRO, 1993:126).

Com o apoio de outros colaboradores e auxiliado por uma subvenção municipal, o doutor Clemente Ferreira conseguiu abrir, em São Paulo, o primeiro dispensário para o tratamento e profilaxia das moléstias pulmonares, localizado à Rua Libero Badaró e inaugurado em 1904.

O primeiro sanatório de São José dos Campos foi inaugurado em 1924, sob a direção da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, recebendo o nome de Vicentina Aranha, esposa do Senador Olavo Egídio.



Foto: Lúcia Pedroso da Cruz

Em 1914, uma doação feita pela Câmara Municipal de São Paulo permitiu que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia adquirisse uma chácara na cidade de São José dos Campos, escolhida, conforme comentário anterior, devido ao clima considerado ideal para o tratamento da doença e por oferecer as condições de infraestrutura necessárias.

A obra foi projetada pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, um dos arquitetos mais importantes do Brasil, na época. A distribuição dos ambientes, isolados e independentes, permitia uma inspeção sempre zelosa e imediata dos pavilhões, realizada pelas freiras e funcionários.

O Vicentina Aranha foi constituído por mais de um edifício, o que fez dele um sanatório do tipo pavilhonar<sup>3</sup>, formando um conjunto arquitetônico, onde cada edificação justificava-se simultaneamente, como abrigo para uma atividade específica, mas integrando um sistema maior.

O desenvolvimento de áreas e edifícios especialmente destinados à saúde, segundo Miquelin (1992), parece estar intimamente relacionado à evolução da prática médica, entretanto, a forma das construções está relacionada ao desenvolvimento das técnicas de engenharia e arquitetura, bem como às modificações estéticas dos diversos períodos históricos.

O complexo do Sanatório Vicentina Aranha está distribuído em um terreno que, na época da inau-

3 O modelo do tipo pavilhonar surgiu no século XVIII e durou até finais do século XIX. Caracterizou-se por uma série de edificações isoladas as quais tinham funções específicas (BITTENCOURT, 1998).

guração, ocupava uma área de 488.000 metros quadrados (m<sup>2</sup>). Seus limites iniciavam-se na Rua Engenheiro Prudente Meireles de Moraes, que corresponde à parte frontal até os dias de hoje, descendo as laterais pelas avenidas São João e Nove de Julho até atingir as margens do Ribeirão Vidoca, atualmente os bairros Jardim Apollo e Vila Ema.

Grande parte da área ocupada originalmente pelo sanatório foi loteada para fins habitacionais na década de 1970, dando origem a bairros residenciais.

Atualmente, a área do antigo Sanatório Vicentina Aranha é de 84.500 m<sup>2</sup>, abrigando importante espaço cultural e de lazer<sup>4</sup>. Nesta área estão distribuídas 15 edificações existentes, sendo elas: Pavilhão São João – 998.93 m<sup>2</sup>, Pavilhão São José – 1178.62 m<sup>2</sup>, Pavilhão Central 3775.35 m<sup>2</sup>, Pavilhão Mariana Crespi – 403.62 m<sup>2</sup>, Refeitório 1056.53 m<sup>2</sup>, Pavilhão Alfredo Galvão 181.30 m<sup>2</sup>, Pavilhão Paulista 827.58 m<sup>2</sup>, Lavanderia – 520.45 m<sup>2</sup>, Caldeira 376.88 m<sup>2</sup>, Laboratório – 167.80 m<sup>2</sup>, Manutenção 360.52 m<sup>2</sup>, Necrotério 56.44 m<sup>2</sup>, Portaria 105.26 m<sup>2</sup>, Capela 339.71 m<sup>2</sup>, Gruta – 34.60 m<sup>2</sup>. Além das edificações, o sanatório é circundado por um bosque com área de 43.887,90 m<sup>2</sup>, separados em canteiros com paisagismo e canteiros com bosque, contendo ainda algumas espécies raras e centenárias como: mogno, peroba-rosa, jequitibá, jacarandá da Bahia, Jatobá, Cabreúba Vermelha, Louro Pardo e outros<sup>5</sup>.

As técnicas utilizadas para a construção do Vicentina Aranha foram: para a vedação, alvenaria de tijolos maciços, com paredes que chegam a 0,30 m de espessura, todas embocadas, rebocadas e pintadas, tendo barra impermeável em tinta a óleo ou azulejo branco nas áreas úmidas. A cobertura, feita com telhas do tipo francesa, repousa sobre estrutura de madeira. As galerias, ligando os diferentes edifícios, não tem vedação lateral e, na cobertura, em duas águas, usou-se madeira aparelhada para dispensar forros e demais revestimentos. Os forros são executados, geralmente, com estuque de gesso francês, sendo que o encontro com as paredes é arredondado por razões assépticas. (Ver Nota de rodapé n° 5).

A ventilação e a entrada dos raios solares nas instalações, propriedades consideradas terapêuticas, são particularidades do projeto que conferiram ao sanatório as melhores condições para o tratamento da doença.

A cozinha também merece destaque dentro de um sistema sanatorial porque para o tratamento da tuberculose, além do repouso e do isolamento, a boa alimentação é aspecto fundamental.

Este conjunto arquitetônico é amplamente reconhecido pela comunidade como um dos mais importantes da fase sanatorial. Além disso, a construção é uma referência das primeiras manifestações da modernidade no Vale do Paraíba.

Apesar da grande procura para o tratamento de tuberculose pulmonar em São José dos Campos, foi somente em 1935, quando o município foi transformado em Estância Climática e depois Estância Hidromineral, que a cidade passou a receber recursos oficiais que puderam ser aplicados na área sanatorial.

Vianna e Ribeiro (2011) explicam que:

Nesse espaço dinâmico, as políticas nacionais ganham vida e são modificadas, criam-se novas proposições e possibilidades para a consecução de fins não visualizados inicialmente: em São José dos Campos, a tuberculose foi o motor para a entrada do município no circuito modernizador paulista, por mais antagonica que essa relação possa parecer a princípio (VIANNA; RIBEIRO, 2011:259).

Outra mudança, São José dos Campos passou a ter prefeitos nomeados, chamados de “prefeitos sanitaristas”. Apenas em 1977, pela lei estadual, a cidade pode voltar a eleger seus prefeitos, sendo que a primeira eleição para prefeito, se deu, então, em 15 de novembro de 1978.

A cidade de São José dos Campos contou com diversos sanatórios, dentre os quais se sobressaíram O *Vicentina Aranha*, pertencente à Santa Casa de São Paulo, inaugurado em 1924, pelo presidente de São Paulo Dr. Washington Luís; o *Vila Samaritana*, pertencente à comunidade evangélica; o *Ezra*, pertencente à comunidade judaica, o *Maria Imaculada* e o *Sanatório Antoninho da Rocha Marmo*, pertencentes à Igreja Católica; o *Ruy Dória*, criado

4 O Vicentina Aranha foi tombado pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - em janeiro de 2001, tornando-se patrimônio do estado. Posteriormente, em 2004, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia encerrou as suas atividades. Atendendo ao desejo da população de ver o Vicentina Aranha preservado, em 2006 a Prefeitura de São José dos Campos comprou a propriedade e o reabriu, no ano seguinte, como Parque Cultural Vicentina Aranha.

5 Fonte: [HTTP://www.fccr.org.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=21&Itemid=157](http://www.fccr.org.br/index.php?option=com_content&view=section&id=21&Itemid=157) Acesso em 2/6/2013

e pertencente ao médico Dr. Ruy Rodrigues Dória; e o Sanatório *Ademar de Barros*, criado pelo governador Dr. Adhemar Pereira de Barros e dirigido e mantido pela “Liga de Assistência Social”. Existiu também na Rua Parai-buna, o *Sanatório São José*, do doutor Jorge Zarur.

Em 1941, foi criado o Serviço Nacional de Tuberculose e entre seus objetivos estavam os de disseminar programas de prevenção à doença no país e construir sanatórios e dispensários. Os primeiros atendiam, em geral, doentes dotados de condições para pagar seu tratamento. O outro tipo de instituição, mantida com verba pública, servia a população carente (VIANNA; RIBEIRO, 2011).

Cesco (1992), em seu estudo, salienta que o município, durante a fase sanatorial, passou a receber todos os tipos de pessoas como médicos, doentes, poetas, escritores, padres, freiras, pobres e indigentes.

Como médicos sanitaristas, destacaram-se na região, principalmente: Ruy Dória,

Jorge Zarur, Orlando Campos, João Batista de Souza Soares, Ivan de Souza Lopes, Décio Lemes Campos, Amaury Louzada Velozo e Nelson Silveira D’Avila.

Muitos dos doentes que não conseguiam vagas nos sanatórios ou sem recursos para pagar pelo tratamento oferecido em tais instituições, hospedavam-se naquelas pensões que aceitavam pessoas enfermas.

## Percurso da Pesquisa

Com base nestas considerações iniciais, o presente artigo teve como objetivo conhecer a atuação de personagens que executavam cuidados aos pacientes portadores de tuberculose, bem como quais os cuidados prestados aos doentes, reclusos no Sanatório Vicentina Aranha, no início do século passado.

Para isto, elegemos como método de pesquisa, para coleta e análise dos dados, a história oral. Composto a amostra do estudo, foram encontradas duas funcionárias que atuaram no cuidado ao paciente portador de tuberculose no Vale do Paraíba Paulista.

Entre os autores do campo da história que servem de suporte teórico para este trabalho estão aqueles que propuseram nova maneira de “se fazer história”, isto é, construir uma história questionadora – a “história-problema” – sem respostas definitivas, em oposição à produção uma história real, objetiva e acabada, com um encadeamento linear de causas e efeitos. Os historiadores adeptos da Escola dos *Annales*<sup>6</sup> valorizam, em suas investigações, a história do homem comum, do operário, da mulher, da família. Ampliaram a noção de documento, considerando que a fonte escrita não é a única possibilidade de resquício da ação humana a ser utilizada pelo pesquisador. Para Marc Bloch, qualquer documento tem uma intenção e anunciá-la faz parte da análise inescapável do pesquisador que trabalha sob a perspectiva do campo da História. Diante da impossibilidade de se colocar no passado, o pesquisador precisa se perguntar qual a rede de relações em que determinado testemunho está inserido. Isto é, um testemunho é sempre uma perspectiva e, como tal, precisa ser analisado nas intenções do sujeito (BLOCH, 2001).

Le Goff acrescenta que “devemos fazer o inventário do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos” (LE GOFF, 2005:109).

Outro historiador, Carlo Ginzburg (2006), em seu trabalho intitulado *O queijo e os vermes*, propõe uma ampla reflexão sobre os desafios, as barreiras e as possibilidades na escrita da história, ou melhor, história(s) – porque, em seu entender, cabe ao historiador revelar verdades possíveis sobre homens do passado, fazendo a leitura das fontes a contrapelo ou às avessas, como sugere Marc Bloch.

Ginzburg não trabalhou com o conceito de certo ou errado; não quis julgar, e sim interpretar as razões que fizeram com que o protagonista da pesquisa agisse da forma como o fez. Tal proposta serve de alerta, portanto, quando são utilizados como fontes, depoimentos e narrativas de pessoas envolvidas em determinado momento que o pesquisador se dispõe a estudar.

Mais uma vez lembrando Bloch (2001): “O historiador não observa diretamente os fatos que estuda”. “Das épocas que estudamos, só podemos falar a partir de testemunhas” (Bloch, 2001:69). O conhecimento ocorre por meio de vestígios, pois os fatos não pululam das fontes. É preciso, portanto, saber interrogar os documentos; fazê-los falar. Para isso, é fundamental que se amplie o conceito de fontes (não se limitando apenas àquelas escritas e em documentos oficiais). Qualquer tipo de vestígio da atividade humana pode servir como elemento capaz de informar a respeito da experiência humana.

6 A revista ANNALES foi fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre na França, em 1929, apresentando inovações marcantes nos estudos do campo da história.

Peter Burke (1992) chama a atenção para que temas relativos a alimentação, vestuário, vida privada, loucura, mulheres, negros, entre outros sejam retomados sob a ótica de que toda em toda produção humana e em cada tipo de ser humano existe uma história a ser desvelada e compreendida.

Padilha e Borenstein (2006) lembram que:

A pesquisa histórica tem o propósito de demonstrar os sucessos, fracassos, ocorrências em geral ou eventos no âmbito de interesse do historiador [...] O conhecimento que se procura por meio da investigação histórica depende inteiramente da informação que tenha sido transmitida ao longo do tempo por aqueles que viveram o evento ou assunto que se investiga em lugar e tempo apropriado (PADILHA; BORENSTEIN, 2006:577).

Diante da ampliação do conceito de história e de fontes históricas, o advento do gravador trouxe uma nova possibilidade de se obter testemunhos, por meio de entrevistas registradas com o novo aparelho. Assim, a história oral é uma metodologia que “consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea<sup>7</sup>”.

Foi trazida ao Brasil nos anos de 1970 e, nesta ocasião, foi criado o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), que é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. E Meihy (2000), acrescenta:

Pode-se dizer que a moderna história oral brasileira definiu-se entre nós a partir de 1979, florescendo principalmente depois de 1983 no processo de redemocratização política do País. Ainda que houvesse um esforço anterior, nos anos 70, como prática assumida com vigor, somente depois de um amadurecimento que implicou aproximação de diferentes tendências foi que se afinaram os debates capazes de promover espaços coletivos para a combinação de opiniões (MEIHY, 2000:89).

A história oral possibilita a construção e a reconstituição da história por meio dos relatos individuais ou coletivos.

[...] o maior desafio da história oral [...] é contribuir para que as lembranças continuem vivas e atualizadas, não se transformando em exaltação ou crítica pura e simples do que passou, mas sim em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado (NEVES, 2003:29).

Ronald J. Grele (2001) e Guita G. Debert (2001) explicam sobre a importância da história oral como método de pesquisa, pois, segundo o autor, ela possibilita reconstruções históricas por meio de informações não documentadas, histórias ocultas, inclusive daqueles seres humanos oprimidos ou excluídos ou dados que possam contribuir para a compreensão de cotidianos da vida doméstica, de relações pessoais ou ainda sobre organizações clandestinas.

E nas palavras de Philippe Joutard (2000):

A força da história oral, todos sabemos, é dar voz àqueles que normalmente não a têm: os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão de um pioneiro da história oral, Nuno Revelli, os “derrotados”. Que ela continue a fazê-lo amplamente, mostrando que cada indivíduo é ator da história. [...]É através do oral que se pode apreender com mais clareza as verdadeiras razões de uma decisão; que se descobre o valor de malhas tão eficientes quanto as estruturas oficialmente reconhecidas e visíveis; que se penetra no mundo do imaginário e do simbólico, que é tanto motor e criador da história quanto o universo racional (JOUTARD, 2000: 33-34).

Durante as entrevistas, as falas revelaram o cotidiano do Sanatório Vicentina Aranha, principalmente no que diz respeito aos cuidados prestados, sendo estes determinados pela classe social; ao controle exercido pelas freiras, nos espaços e nas pessoas envolvidas com os cuidados; aos escassos recursos terapêuticos da época e ao estigma da doença.

A pesquisa com a metodologia de história oral compreende todo um conjunto de atividades anteriores e posteriores à gravação dos depoimentos. É necessário, anteriormente, a compreensão do contexto da pesquisa e o levantamento de dados para a preparação do roteiro da entrevista. Por outro lado, foi primordial levar em

7 Fonte: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 05/06/2013.

conta a idade e a disposição das entrevistadas para narrar sobre particularidades de uma etapa de suas vidas. Iniciamos a entrevista com a seguinte questão: *Fale sobre sua atuação no cuidado ao portador de tuberculose no início do século passado, no Sanatório Vicentina Aranha*. Perguntas iam sendo propostas, na medida em que a pessoa oferecia espaços para que fossem solicitados complementos para as informações.

A este respeito, Alister Thomson trouxe o aporte, quando colocou em discussão a “maneira certa” de se conduzir uma entrevista, argumentando:

(...) os historiadores orais vieram a perceber, nos últimos anos, o fato crucial - derivado, em parte, da antropologia e de estudos sobre as comunicações e promovido por pesquisadoras feministas - de que a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única “maneira certa” de entrevistar, e a maneira que o “bom senso” indica como “certa” para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais (THOMSON, 2000:48).

## Tuberculose: Histórias Pessoais e Familiares



Foto: Lúcia Pedrosa da Cruz

Dona Dolores<sup>8</sup>, uma de nossas entrevistadas, aos 98 anos e com muita lucidez, nos recebeu carinhosamente e aceitou falar sobre sua vida e sobre os anos de trabalho junto as doentes do Vicentina Aranha, indicando também, um possível segundo nome para a outra entrevista que acabamos também realizando.

Aos 17 anos, Dona Dolores deixaria de ser uma trabalhadora rural, da fazenda Jacira, no município de Santa Branca/ SP, para se tornar uma cuidadora<sup>9</sup> no Sanatório Vicentina Aranha. A opção foi forçada por razões econômicas, ainda que o novo salário também fosse baixo e os riscos para a saúde, talvez, não muito conhecidos pela jovem trabalhadora.

Observamos nos relatos das duas entrevistadas que era comum as pessoas que já trabalhavam no sanatório indicarem futuros funcionários, quando isso era preciso. Sempre no âmbito da própria família, os indicados e admitidos tinham pouco ou nenhum estudo, aceitavam baixa remuneração e raras folgas, além da vantagem do conhecimento das normas pelo contato com o parente.

A rotina começava bem cedo para os funcionários. Primeiro, a missa diária e só após, o café da manhã. O uniforme, lavado e passado na lavanderia da própria instituição, era composto de avental, gorro e um tipo de alpargatas.

A moça baixa e franzina era responsável por atender seis quartos do longo corredor, localizado na ala superior e destinado

apenas a mulheres que tinham condições de pagar pelo tratamento, o qual, para a realidade da época, era considerado diferenciado.

Quando o sino tocava era o momento de ação: ou a paciente precisava de algo, ou um dos médicos adentrara o portão principal. No primeiro caso, a orientação era clara: seria necessário respirar fundo, prender o ar e entrar no quarto para execução de rápido e preciso cuidado, que poderia ser, por exemplo, ajudar a paciente a sentar no leito ou na poltrona localizada ao lado da cama. Em outro momento, a colocação de bolsa de água quente nos pés traria conforto térmico e relaxamento para a doente.

As pacientes da ala superior recebiam várias refeições por dia e diversos tipos de caldos, servidos bem aquecidos. Como não havia nenhum tipo de comunicação com os pacientes das alas destinadas aos indigentes e com os que ali trabalhavam, esta nossa entrevistada desconhece as rotinas dos espaços diferentes aos de sua atuação.

8 Dolores de Godoy Quintino, nascida em Santa Branca em setembro de 1914.

9 O termo cuidadora está sendo utilizado por opção das autoras e define atitude zelosa e de cuidado.

Ainda no quarto, a lavagem das mãos deveria ser realizada na pequena pia existente para esta finalidade. Com a saída do recinto, vinha o alívio por poder restabelecer a respiração normal.

Na segunda possibilidade, para o badalar do sino, Dr. Nelson D'Ávila ou Dr. Soares haviam chegado para as consultas médicas. Então, o silêncio deveria ser absoluto. A jovem cuidadora fora orientada a permanecer sentada no corredor, de cabeça baixa, sem conversar com as outras, igualmente, jovens cuidadoras. Os médicos examinariam as pacientes e trocariam informações, apenas, com as freiras. Estas sim acompanhavam as visitas, liam e escreviam nos prontuários e poderiam livremente se dirigir às autoridades médicas.

Poucas doentes recebiam visitas e, com o avançar do tempo de internação, elas se tornavam mais raras. A única companhia constante das pacientes, sempre isoladas em quartos individuais, era o rádio, que deveria estar com som baixo e sempre desligado diante da presença do médico.

O tempo livre das cuidadoras era preenchido por leituras, exclusivamente, religiosas, para as que sabiam ler e por trabalhos manuais simples, do tipo crochê e tricô.

O merecido repouso, conta Dona Dolores, era realizado em quarto compartilhado com outras cinco moças que tinham a mesma atuação no sanatório e com uma freira, sempre vigilante e que não seria condescendente com nenhuma postura não condizente com a seriedade esperada para o ambiente.

Na memória e na conversa dessa simpática senhora, ainda hoje, surgem nomes de alguns personagens e suas respectivas ocupações no Sanatório: Dona Cotinha era responsável pelos cuidados aos mortos; a Irmã Caetana cuidava do refeitório; Irmã Paula e Irmã Ida tomavam conta da ala superior...

O nome da doença não é pronunciado por Dona Dolores, que do mesmo modo, não admite que contraiu tuberculose, sendo detectada a cicatriz pulmonar, segundo seus familiares, há tempos atrás.

Percebemos que os sinais e sintomas que a floravam do corpo das pacientes, permanecem na memória da nossa entrevistada. Porém, ela foge o quanto pode do assunto, preferindo falar detalhes do seu trabalho. As hemoptises e dispneias vêm à tona quando Dona Dolores, emocionada, se permite falar de uma jovem que morreu em seus braços, durante a execução de um cuidado.

Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpelar o presente enquanto valores e referências (KHOURY, 2004: 116-138).

A nossa segunda entrevistada, uma senhora de 72 anos, recebeu o nome de Vicentina<sup>10</sup> em homenagem ao Sanatório, local de trabalho de sua mãe, Dona Florípedes Rodrigues, que ali prestou serviços até a aposentadoria.

A própria Vicentina também teve uma rápida passagem pelo sanatório como trabalhadora, porém, não entra em detalhes sobre os quatro meses como funcionária.

Dona Florípedes já faleceu. Trabalhava na lavanderia e conhecia boa parte das cuidadoras e das freiras, já que, independente da ala de trabalho, era na lavanderia que as cuidadoras iam buscar roupas de cama e banho limpas e passadas. As roupas eram sempre entregues em grandes cestos, carregados por duas cuidadoras e supervisionados pelas religiosas.

Sua avó, conta Dona Vicentina, trabalhou e morreu no sanatório. Ela também teve outros parentes que trabalharam no Vicentina Aranha, o que corrobora o que já mencionamos sobre os familiares indicarem uns aos outros para as vagas disponíveis na instituição.

## Comentários Finais

A falta de maior conhecimento sobre a doença na época fazia com que se criasse uma relação entre a enfermidade e crenças não consideradas científicas. Assim, o estigma emerge sobre as vítimas da tuberculose e se acreditava que a melhor solução para o problema era retirar os doentes do convívio de familiares, amigos, vizinhos, sendo, portanto, o isolamento o único caminho.

A história oral, como mais que um fértil recurso para o tipo de pesquisa aqui apresentada, representou oportunidade ímpar de contato com pessoas que nos trouxeram informações importantes, como os cuida-

<sup>10</sup> Vicentina de Paula Godói, nascida em São José dos Campos, em 21 de dezembro de 1941.

dos utilizados na época, os principais tratamentos, o medo da doença, que era vista como uma sentença de morte além dos estigmas que os tuberculosos e seus familiares sofriam.

Os nossos agradecimentos a nossas entrevistadas e a seus familiares, que, por meio das falas, deixaram aflorar lembranças, registros, observações, silêncios, emoções e reflexões que nos fizeram, também como ouvintes, viajar através da história narrada.

## Referências bibliográficas

- BITTENCOURT, T. M.M. 1998. *Arquitetura Sanatorial*. São José dos Campos, Unidades Gráficas e Editora Ltda.
- BLOCH, M. 2001. *Ofício de historiador* (ou Apologia da História). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BURKE, P. (organizador). 1992. *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. Unesp.
- \_\_\_\_\_. 1990. *A escola dos Annales (1929- 1989): a revolução francesa da historiografia*. Tradução de ODA-LIA N. , São Paulo: Ed. Unesp.
- CESCO, N. de T. 1992. *São José dos Campos: uma visão sanatorial*. 1 ed. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo.
- DEBERT, G. G. 2001. Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos & abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV. 304 p.
- FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; A., V. (org.). 2000. *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 204 p.
- FOUCAULT, M. 1986. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e tradução de MACHADO R. 6ed. Rio de Janeiro: Graal.
- GINZBURG, C. 2006. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GRELE, R. J. 2001. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva a história oral. In: AMADO, J. FERREIRA, M. M. In: *Usos & abusos da história oral*. 4 ed. Rio de Janeiro: FGV. cap. 4 , p. 267-277.
- JOUTARD, P. 2000. Desafios à história oral do século XXI. In: ALBERTI, V.; FERNANDES, T.M.; FERREIRA, MM. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 204p.
- KHOURY, Y. 2004. Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na História. In: FENELON, D.; MACIEL, L.; A., P. e KHOURY, Y. (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água. p. 116-138.
- LE GOFF, J. 2005. *História e memória*. Campinas, SP: UNICAMP.
- MEIHY, J. C. S. B. 2000. Desafios da História Oral Latino-Americana: o caso do Brasil. In: ALBERTI, V.; FERNANDES, T.M.; FERREIRA, MM. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 204p.
- MIQUELIN, L.C. 1992. *Anatomia dos edifícios hospitalares*. São Paulo: Cedas.
- NEVES, L. A. 2003. *Memória e história: potencialidades da história oral*. Uberlândia: ArtCultura, nº 6, 27-38.
- PADILHA, M. I. C. de S.; BORENSTEIN, M. S. 2005. O método de pesquisa histórica na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis. 14(4):575-84.

- RIBEIRO, M. A. R. 1993. *História sem fim... Inventário da Saúde Pública. São Paulo – 1880-1930*. São Paulo: Editora da UNESP.
- SIMSON, O. R. de M. V. 2000. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: O exemplo do centro de memória da UNICAMP. In: Faria Filho, L. M. de (org.). *Arquivos, Fontes e Novas Tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco.
- VIANNA, P. V. C.; RIBEIRO, F. A. 2011. Sanatórios, tecnologia médica e cultura urbana: uma visita à cidade sanatorial de São José dos Campos na primeira metade do século XX. In: MOTA, A.; MARINHO, G. S. M. C. *Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas: a história e suas interfaces*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e Editora.

## Referências eletrônicas

- [www.fccr.org.br/comphac/vicentina.htm](http://www.fccr.org.br/comphac/vicentina.htm). Acesso em 12/05/2013.
- [http://www.fccr.org.br/index.php?option=com\\_content&view=section&id=21&Itemid=157](http://www.fccr.org.br/index.php?option=com_content&view=section&id=21&Itemid=157). Acesso em 02/06/2013.
- <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>>. Acesso em 05/06/2013

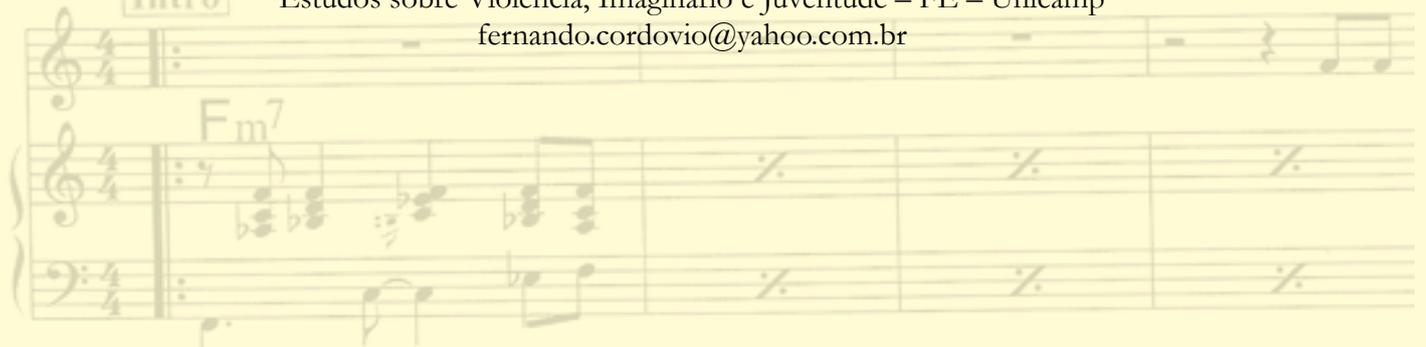
# Percurso metodológico: história oral de jovens músicos instrumentistas em Campinas (SP)

Methodological route: oral history of young musicians instrumentalists in Campinas (SP, Brazil)

*Cantaloupe Island*  
Fernando Costa Cordovio

Herbie Hancock

Psicólogo - PUC - Campinas/ Mestre em Educação e Pesquisador do Violar - Laboratório de Estudos sobre Violência, Imaginário e Juventude – FE – Unicamp  
fernando.cordovio@yahoo.com.br



## Resumo

O presente artigo é parte de pesquisa de mestrado que objetiva compreender sentidos e significados acerca de processos educativos vivenciados por jovens músicos instrumentistas que frequentam uma ONG (Organização Não Governamental) situada em Campinas (SP). O foco aqui apresentado pauta-se na metodologia utilizada na investigação: a história oral. São pormenorizados alguns de seus fundamentos, bem como os recursos audiovisuais – fotografias, vídeos, partituras e músicas em MP3 – utilizados durante as entrevistas como “muletas” da memória. Com esta pesquisa, foi possível constatar a efetividade do percurso metodológico escolhido, considerando, principalmente, o uso desses recursos em virtude da ampla gama de significados e sentidos expressos pelos jovens colaboradores.

**Palavras chaves:** História Oral - Juventudes – Ensino de música

## Abstract

This article is part of master dissertation research which aims to comprehend senses and meanings about educational processes experienced by young musicians instrumentalists who attend an NGO (Non Governmental Organization) located in Campinas (SP). The focus here presented is guided on the methodology used in the research: oral history. They are detailed some of its fundamentals as well as audio visual resources - photographs, videos, music and MP3 music - used during the interviews as “crutches” from memory. With this research, we determined the effectiveness of the methodological approach chosen, considering, mainly, the use of these resources taking into account the wide range of meanings and feelings expressed by the young volunteers of the research.

**Keywords:** Oral History - Youth - Teaching of Music

## Introdução

No intuito de contribuir com o debate acadêmico acerca da temática das juventudes na contemporaneidade, particularmente aqueles atrelados ao lazer, ao consumo e à sociabilidade dos jovens, desenvolvi pesquisa em nível de mestrado na Faculdade de Educação da Unicamp com o objetivo de compreender sentidos e significados dos processos educativos vivenciados por jovens músicos instrumentistas que frequentam uma ONG – Organização Não Governamental – do município de Campinas – SP. Este artigo apresenta algumas considerações acerca da metodologia utilizada, a história oral, e sua efetividade diante do propósito exposto.

As investigações acerca da temática das juventudes em território brasileiro iniciadas na década de 1960 objetivavam a melhor compreensão em relação à inserção e participação dos jovens da classe média de nosso país no cenário político nacional e sua rejeição à condição adulta socialmente imposta, simultânea à identificação do movimento estudantil com as camadas sociais menos favorecidas, despertando o interesse dos estudiosos acerca do potencial transformador daqueles atores sociais.

Mais recentemente, todavia, evidenciam-se significativas alterações nesse trajeto em virtude do surgimento de outros elementos que vêm aguçando os estudiosos que se debruçam sobre a categoria das juventudes, tais como o consumo simbólico juvenil e a ampliação dos mercados de consumo destinados a esta parcela da sociedade por meio das ações das indústrias culturais e de marketing desenvolvidos desde então (ZAN, 2010).

Em estudo que remota ao histórico brasileiro acerca das juventudes, Zan (2010) observa esta alteração nos rumos das investigações enfatizando argumento utilizado por Abramo, segundo o qual o consumo seria uma das dimensões de elaboração identitária e elemento fundamental na construção e na expressão das referências culturais dos jovens das camadas populares. De acordo com Zan,

Se nos anos de 1960 os estudos levavam em conta a inserção dos jovens em processos sociais globais, buscando muitas vezes reconhecer o potencial de determinados segmentos de atuarem enquanto sujeitos de mudanças e transformações sociais mais amplas, para os pesquisadores mais recentes a ênfase recai sobre as particularidades e a diversidade. (ZAN, 2010: p. 9).

Nesse movimento, Brenner, Dayrell e Carrano (2005) destacam a investigação da utilização do tempo livre por parte dos jovens no intuito de compreender seus significados. Em suas palavras: “a dinâmica socio-cultural da vida juvenil expressa, em grande medida, a realidade efetiva dos aspectos que organizam a vida dos jovens nas culturas vividas no lazer e no tempo livre” (Idem: 175). Tais autores denunciam a hegemonia do universo adulto ao considerar o lazer juvenil de forma negativa em relação ao trabalho e contrapõem os momentos de lazer na juventude como “campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais” (Idem: 176).

A partir dessa ótica, Dayrell (2005) alude ao conflito de gerações e identifica uma comunicabilidade deficitária entre as mesmas, aliada ao pretensão poder do adulto em relação à juventude, destacando a arte como o grande caminho de inserção social dos jovens: “os adultos, muitas vezes imbuídos de preconceitos em relação ao jovem, não percebem que eles estão propondo outras formas de participação social que têm na arte seu principal veículo” (DAYRELL, 2005: 110).

Dados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” corroboram o valor atribuído pelos jovens quanto ao uso de seu tempo livre e às possibilidades a ele vinculadas no que tange ao seu desenvolvimento como seres humanos. Desta forma, os jovens

Inquiridos sobre a atividade com a qual mais se ocupam nos fins de semana, revelam a alta importância que conferem à circulação e desenvolvimento da sociabilidade ligada à diversão... Além de serem as mais realizadas... são, para a grande maioria, as mais valorizadas... E ainda é possível verificar que nessa categoria reside a maior parte do desejo não atendido (ABRAMO, 2005: p. 54).

Com base em constatações como esta, os acadêmicos brasileiros que se dedicam à compreensão das juventudes passam a se ocupar das inúmeras possibilidades de manifestações artísticas e culturais dos jovens em seu tempo livre, dentre os quais, a investigação que origina este artigo.

## O Instituto Anelo

Assim, o objeto deste estudo se refere às atividades desenvolvidas pelo Instituto Anelo, localizado no Jardim Florence II, periferia do município de Campinas – SP. Fundado em 2000 por iniciativa de Luccas, então morador do mesmo bairro, a instituição tem se proposto a “prover acesso à cultura, através do ensino da música, proporcionando conhecimento, integração social e desenvolvimento humano para crianças e adolescentes” (INSTITUTO ANELO, 2010).

Atualmente a instituição atende aproximadamente duzentos alunos na faixa etária dos sete aos dezesseis anos e que compõem parte da população economicamente carente daquela metrópole. Sua localização, nesse sentido, é estratégica.

Suas ações concentram-se em três projetos: *Musicalização* (iniciação musical), *Instrumentos Musicais/Canto* (aulas de diversos instrumentos musicais) e *Prática de Bandas* (encontros de alunos que já dominam seus instrumentos musicais, podendo assim, exercitar sua prática e o trabalho em equipe).

Diante da carência de recursos econômicos, a instituição vem desenvolvendo inúmeras ações cujo sentido é continuar sua jornada focada em seus objetivos e, quiçá, difundir e ampliar suas possibilidades de alcance. Mesmo indicando considerável avanço nesse quesito, visto que parte de seus integrantes vêm desenvolvendo habilidades e se aprimorando na construção de documentos que objetivam pleitear recursos junto à administração pública e à iniciativa privada para custear parte de suas atividades, sua fragilidade econômica ainda se presentifica.

Este é o cenário no qual se encontram os atores que têm, ao longo da última década, desenvolvido ações procurando viabilizar os objetivos a que se propõe essa instituição. Uma particularidade desses sujeitos é seu envolvimento com a música instrumental, procurando estimular o desenvolvimento da mesma ao longo da história institucional. Não é raro nos eventos e recitais nos quais estão envolvidos os jovens alunos e professores o repertório ser composto por esse gênero musical. Inúmeras também são as apresentações de colaboradores de renome da música instrumental brasileira em sua sede.

No intuito de compreender significados e sentidos dos processos educativos vividos pelos jovens ao longo da trajetória institucional, vinculada que está ao gênero música instrumental, utilizo a metodologia da história oral.

### História oral

A situação de vulnerabilidade da instituição e o fato de seus componentes e participantes serem jovens configura este espaço como propício para um estudo sobre sua história. Nesse sentido, a importância dessa investigação se evidencia por se voltar a um grupo social que tem vivenciado condições precárias e violentas, segundo dados de pesquisas como a desenvolvida por Zan (2010: p. 151) e que, segundo ela, “tem atingido a maior parte da população na faixa etária dos 15 a 24 anos no nosso país”.

Não uma *História*, baseada em documentos tidos e ditos como “oficiais”, mas uma *história* no sentido apontado por Benjamim (1994: p. 226) ao afirmar que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. De acordo com esse autor, “precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade”.

Nessa mesma direção, pesquisadoras como Guedes Pinto e Zan (2003), também apoiadas em autores como Benjamim, Bergson, e Bosi, valorizam a reconstrução da memória e da história por meio da narrativa, argumentando que a última evidencia a complexidade do acontecimento histórico em contraposição à unila-



teralidade de um documento ‘oficial’, valorizando o aspecto descontínuo das pequenas histórias, superando, assim, um ponto de vista determinista e, geralmente, dominante.

Baseada em tais pressupostos, a presente investigação pretende oferecer a possibilidade para que esse grupo, como minoria cultural, encontre espaço que valide e registre sua experiência (MEIHY, 2007).

Como visto, trata-se de uma investigação que vislumbra relatar o caráter histórico de uma instituição e dos atores que fizeram e fazem sua história. Aspira compreender seu nascimento e sobrevivência a partir dos olhares desses agentes, pertencentes a um grupo socialmente excluído, sem perder de vista os significados atribuídos ao gênero musical que ali é aprofundado e difundido: a música instrumental.

Desta forma, ao ancorar-se nas narrativas desses sujeitos, o caráter subjetivo torna-se o foco central das atenções, justamente pelo fato de a história oral nos contar “menos sobre eventos que sobre significados” (PORTELLI, 1997: p. 31) e sentidos.

Assim, a memória, longe de ser considerada “um depósito passivo de fatos”, é tida como “processo ativo de criação de significações”. Suas mutações expressam parte do esforço dos colaboradores na busca pelos sentidos do passado e a procura por dar forma às suas vidas ao mesmo tempo em que as contextualizam no momento da entrevista (PORTELLI, 1997: p. 33).

Em busca desses sentidos e significados acerca dos processos educativos experienciados pelos jovens constituintes da trajetória do Instituto Anelo e da reconstrução de parte de sua história, entrevisto 14 sujeitos que por ali transitam/transitaram. Assim, a entrevista é considerada tal qual a concepção de Meihy (2007) como epicentro da pesquisa, sobre a qual os resultados são efetivados. Os colaboradores da pesquisa são: o fundador da ONG, sua atual presidente, o músico responsável pela inserção da música instrumental na mesma, oito ex-alunos (dentre os quais quatro docentes da mesma) e quatro alunos.

O resultado deste processo é considerado o produto de meu encontro com cada colaborador e a totalidade das narrativas coletadas e (co)construídas. Portelli (1997: p. 35) ilustra esta ponderação ao afirmar que “os documentos de história oral são sempre o resultado de um relacionamento, de um projeto compartilhado no qual ambos, entrevistador e entrevistado, são envolvidos, mesmo se não harmoniosamente”.

A entrevista individual é concebida levando-se em conta o respeito à experiência de cada entrevistado, sendo o mesmo valorizado na medida em que se valida no conjunto das enquetes os aspectos que se repetem, ou mesmo os que contrastem do conjunto. Desta forma, o que se pretende é iluminar o *conjunto das individualidades*, visando à construção e ao estabelecimento de um *corpus documental* (MEIHY, 2007).

Inicialmente, os encontros são filmados, para posterior tratamento dos dados coletados. Para tal, o principal recurso utilizado é uma filmadora SONY *Handycam* AVCHD, bem como um tripé FANCIER WT – 3730, que funciona como seu suporte. Além de recurso de gravação, aquela serve como instrumento que facilita o trabalho de transposição das narrativas do oral para o escrito, baseado no pressuposto de que a eletrônica e seus aparatos da “modernidade”, segundo Meihy (2007), são considerados meios essenciais e condições para a realização da história oral e auxiliam a diferenciá-la de *outras histórias*.

Em seguida, as entrevistas passam por duas fases<sup>1</sup>: a primeira, denominada transcrição “literal”, ou absoluta, na qual as palavras são transpostas para a escrita em sua forma bruta, as perguntas e respostas de entrevistador e entrevistado permanecem “tal e qual” no momento da entrevista, todavia, apesar do esforço nesta empreita, dificilmente ele pode ser considerado “exato” (PORTELLI, 2001: p. 27). Onomatopeias e sons do ambiente também são reproduzidos na escrita. Na segunda fase, denominada textualização, são eliminadas as perguntas e retirados os erros gramaticais, procurando-se reordenar o texto a partir do “tom vital”, a frase guia que é utilizada pelo pesquisador nesta tarefa (MEIHY, 2007).

Assim, os textos estabelecidos ganham um novo formato, já que inicialmente são construídos pelo pesquisador e levados, posteriormente, à apreciação de cada colaborador. Em virtude da supressão dos posicionamentos, verbalizações e questionamentos do primeiro, pode-se supor que a narrativa em seu formato

1 Em história oral existe uma terceira fase denominada de transcrição. Nessa etapa, o objetivo é a criação de um texto que supere a dicotomia sujeito-objeto (CALDAS, 1999), cedendo lugar aos aspectos sociais como fluxo de ficcionalidades, como rede viva de ficcionalidades, plasma vivo, essencialmente ideológico. Apesar de minha intenção inicial ser de trabalhar com o corpus documental todo transcrito, objetivando o postulado epistemológico de encontro de subjetividades, em função do curto tempo disponível para completar a investigação em razão do prazo delimitado para conclusão do programa de mestrado, não transcrio as entrevistas.

final depende, ou dependeu, exclusivamente do segundo, desconectada da circunstância de sua cocriação. A efetivação de tais procedimentos convoca a reflexão de Portelli a respeito dos mesmos. Em suas palavras:

as entrevistas, como é frequentemente o caso, são arrumadas para a publicação, omitindo inteiramente a voz do entrevistador, uma sutil distorção tem lugar: o texto dá as respostas sem as questões, dando a impressão que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importando as circunstâncias. (PORTELLI, 1997: p. 36).

Considerando, então, que o corte da voz do pesquisador distorce automaticamente a voz do narrador, o passo subsequente neste processo é constituído pelo retorno das narrativas aos colaboradores para sua conferência e validação.

Desta forma, é a partir das entrevistas textualizadas que a pesquisa é desdobrada, ou seja, é neste formato que ocorre a análise das mesmas.

Segundo Meihy (2007), o modo de condução das entrevistas sugere gêneros de história oral, dentre os quais a história oral de vida (HOV) e a história oral temática (HOT).

Guimarães (2010: p. 26), apoiada em Meihy, afirma que “a história oral de vida é realizada por meio de entrevistas livres, sem questionário ou perguntas diretamente indutivas. As gravações são longas e devem captar o sentido da experiência vivencial do entrevistado”.

Por sua vez, na história oral temática, o estabelecimento de um foco “justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta e conduz a possíveis objetividades” (MEIHY, 2007: p. 35). Nesse caso, inclusive, a existência de um questionário é “prática decisiva”.

Ainda que não utilize propriamente um questionário na presente investigação, o uso de roteiros de entrevistas elaborados especificamente para cada colaborador é efetivo. Este instrumento contém temas relativos aos meus interesses na pesquisa, tais como a solicitação para comentários sobre a música instrumental, o *jazz* e a bossa nova, compondo com isso, a pergunta de corte. Segundo Meihy (1996: p. 53), pergunta de corte é a que deve estar presente em todas as entrevistas. Desta forma, soa pertinente aproximar esta pesquisa ao gênero história oral temática.

Há outro aspecto a ser ponderado: também pretendo que o colaborador traga para a entrevista seu próprio eixo narrativo e sua temporalidade pessoal (CALDAS, 1999), elementos próprios da subjetividade. Assim, logo após explicar os objetivos do projeto<sup>2</sup>, proponho a cada colaborador que se apresente, diga quem é. Com isso, geralmente a primeira incursão realizada na entrevista é sobre a vida do colaborador.

Assim, compreendo que em minha empreita investigativa exista uma aproximação também com o gênero história oral de vida, pois, em minha compreensão, ela coaduna-se com a proposição de Meihy de que:

Uma história de vida deve contemplar alguns aspectos gerais do comportamento social dos colaboradores. Questões como vida social, cultura, situação econômica, política e religião devem compor a história de quem é entrevistado. De igual relevância é o alcance possível de ser feito em termos de vida privada e vida pública. (MEIHY, 2005: p. 151).

Apesar de Meihy (2007: p. 33) afirmar que “as entrevistas em história oral sugerem gêneros que se distinguem fundamentalmente”, Leite (2008) argumenta que este mesmo autor faz referência, mesmo que “num pequeno parágrafo”, à uma possível combinação das duas abordagens (HOV e HOT). Ressalta ainda que, para Meihy, as propostas são excludentes. Possivelmente, Leite se remete ao seguinte trecho de sua obra:

Há projetos temáticos que combinam algo de história oral de vida. Nestes casos o que se busca é o enquadramento de dados objetivos do depoente com as informações colhidas. Essa forma de história oral tem sido muito apreciada porque com a mescla de situações vivenciais a informação ganha mais vivacidade e sugere características do narrador. (MEIHY, 2005: p. 165).

Ora, ao analisar meu modo de condução das entrevistas, recolhendo inicialmente material acerca das

2 Em termos gerais, antes de cada entrevista, retomo meu papel de pesquisador relatando meus interesses acerca da história do Instituto Anelo ao longo de sua existência, já me remetendo nesse momento ao desenvolvimento da música instrumental em seus projetos. Após esta apresentação vem a proposta para que o colaborador se apresente. Na sequência, os temas elencados no roteiro são observados de acordo com o desencadeamento do encontro.

vidas dos colaboradores para, num segundo momento, me valer do roteiro preestabelecido para cada um deles levando em conta o tema proposto, me inclino a considerar que, efetivamente, o projeto aqui desenvolvido se aproxima da combinação das abordagens história oral de vida e história oral temática, ainda que Meihy pouco tenha desenvolvido teoricamente esta proposta, ou que as considere excludentes.

Em pesquisa sobre a literatura específica a respeito da discussão em torno da distinção entre os gêneros história oral de vida e história oral temática encontro também posicionamentos de pesquisadores como Leite (2008) e Guimarães (2010): ambos consideram as duas caracterizações propostas como idealizações. Para Leite (2008: p. 72), toda entrevista de história oral de vida já é “recortada por um ou mais temas específicos trazidos pelo pesquisador”, bem como “pela própria definição [...] dos critérios de seleção de entrevistados”; para Guimarães (2010), a existência de uma pergunta de corte reafirma aquela proposição. Tais considerações, inclusive, me induzem a ponderar a respeito da própria proposição combinatória como nova idealização.

## Muletas da memória

No intuito de suscitar lembranças para auxiliar a reconstrução das histórias narradas pelos colaboradores, utilizo materiais diversos que Von Simson (1998, *in* GUEDES PINTO, 2002) denominou muletas da memória. Também empregadas por Guedes Pinto (2002: p. 123) são definidas como recursos que auxiliam “na ativação da memória das pessoas entrevistadas a partir do uso e manipulação de objetos que possam ser portadores de lembranças e recordações antigas”.

Desta forma, antes de cada entrevista recolho fotografias de cada colaborador junto ao acervo da instituição ou em meu arquivo pessoal, composto ao longo do tempo como admirador do projeto ali desenvolvido.

Para cada colaborador, o número médio de fotos utilizadas é seis, variando de um a nove. É a existência ou não de arquivos de cada um deles que determina, ao menos, o número mínimo de uma fotografia exibida em cada entrevista.

Nesta investigação, o uso destas imagens se aproxima do intuito descrito por Zan (2010: p.150) em seu estudo vinculando os temas do currículo e do cotidiano escolar. Segundo ela “a foto passa a ser reconhecida como reveladora de uma verdade interior, de aspectos culturais que passam a ser traduzidos a partir da imagem fotográfica”. Apoiada em Martins (2002), a autora assume o entendimento de que a fotografia pode ser meio de compreensão imaginária da sociedade.

Com isso, procuro facilitar o trabalho de reconstrução de lembranças e o acesso às memórias dos colaboradores, além de identificar nuances de cunho subjetivo, dos aspectos, significados e sentidos atribuídos individualmente por eles no aqui e agora de cada entrevista para, posteriormente, compreender os sentidos coletivos e sociais acerca da história da instituição. A título de exemplo, eis um trecho da narrativa de Rômulo ao observar uma fotografia no decorrer de sua entrevista:

Esse instrumento ele foi o mais importante que eu já tive assim. Por que é... foi ele que me possibilitou é aprender a fazer coisas que eu resolvo hoje muito rápido no palco, por exemplo... Então, se eu não tivesse esse instrumento eu não saberia fazer esse tipo de coisa. (Rômulo, professor, p. 206 da transcrição).

Além das imagens citadas, também utilizo como muletas da memória, em parte das entrevistas, algumas reportagens sobre o Instituto Anelo. Ao longo de sua história, em virtude de sua aproximação com a mídia campineira, muitas delas foram concedidas e estão disponíveis em forma de vídeos no site Youtube<sup>3</sup>, ou impressas por jornais de Campinas, acessíveis nos arquivos da instituição. Na ocasião desses encontros, reproduzo alguns dos filmes nos quais os colaboradores da pesquisa estão presentes, ou exibo um pôster contendo a cópia de uma dessas reportagens<sup>4</sup>.

3 [www.youtube.com](http://www.youtube.com). A título de exemplo, na entrevista realizada com Hernani, utilizei o vídeo Instituto Anelo no Jornal da EPTV Campinas. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=llRafimZK2s>>. Acesso em 19 de dezembro de 2011.

4 Correio Popular. Instituto Anelo começa a exportar talentos musicais – Caderno C 04 de março de 2006.

Ainda compocho parte do material utilizado como muletas da memória com um repertório encadernado contendo partituras musicais exibido durante parte das entrevistas. Trata-se de uma apostila utilizada na instituição com diversas obras do gênero música instrumental e que, em virtude de meu interesse particular pelo mesmo, me fora emprestada por Dorival, um de seus professores. Futuramente ele também viria a se tornar um dos colaboradores desta pesquisa.

Imagino, todavia, que o material musical impresso possa ser incrementado por sua faceta acústica, por supor o terreno pesquisado como propício a isso, ou seja, o ensino de música óbvia e diretamente ligado a sua audição. Assim, compilo via *Internet* parte do mesmo repertório<sup>5</sup> das músicas em versões MP3 com o intuito de propiciar um momento não só de fruição na investigação, mas, principalmente, que ele funcione também como muleta da memória nos moldes propostos por Olga Von Simson. Assim, o uso dos referidos materiais é simultâneo: os colaboradores folheiam o repertório encadernado durante a execução dos arquivos em MP3.

Para minha surpresa, o uso deste material apresenta resultados consideravelmente importantes no que tange às histórias relatadas pelos colaboradores, já que a partir de sua escuta e concomitante manuseio, eles passam a incorporar diversos sentidos às narrativas, evidenciando o contato com sentimentos diversos, tais como alegria, saudades, entusiasmo, observados em suas expressões faciais, corporais, além de onomatopeias e versões das músicas simultaneamente cantaroladas por eles. Com isso, é possível afirmar o caráter subjetivo composto pelos elementos trazidos à tona na pesquisa que combina os gêneros história oral de vida e história oral temática. Exemplo destas manifestações pode ser observado no trecho abaixo:

*Autum Leaves* toquei bastante... pam, pam, pam, pam...ts, ts, ts, ts, pam, pam, pam...ts, ts, ts, ts. Eu sinto falta! Principalmente do Janilson da molecada que tocava junto. Principalmente quando era os meninos. A gente tocava sem compromisso. Num tinha a pretensão de ganhar dinheiro com isso. Então era uma coisa muito, muito natural assim. Tocava porque a gente gostava. A gente num tocava porque ‘puxa, vamo tocar porque mais pra frente vai rolar um trampo e a gente precisa tirar uma grana’. Não, a gente tocava mesmo porque uma coisa que a gente gostava. (Levi, professor, p. 15 da textualização).

Além dos sentidos anunciados, é possível observar outros, tais como a ênfase na sociabilidade e no aspecto afetivo decorrente dela, evidenciando-se “a importância dos campos do lazer e da cultura, principalmente na constituição da sociabilidade, das identidades e da formação de valores” (ABRAMO, 2005: p.43) das juventudes.

Com a utilização do recurso auditivo, vislumbro aproximação ao “lembrar-cantando” como detonador da memória de um dos entrevistados pela pesquisadora Olga Von Simson (2005) em sua investida acerca da memória de velhos dirigentes do carnaval paulistano. Segundo a autora:

Muitas vezes ele se utilizava do recurso de lembrar-cantando o samba enredo de determinado ano para, em seguida, reconstituir as lutas e dificuldades para “colocar na rua” o carnaval daquele ano. A utilização do recurso da música como detonador da memória deveria ser para ele uma experiência já vivenciada anteriormente, pois esse entrevistado não dispensava a companhia do seu pandeiro para realizar a tomada dos depoimentos orais. (VON SIMSON, 2005: p. 22).

A proximidade do relato de Von Simson com a entrevista realizada com Michel Leme é no mínimo curiosa, já que, mesmo antes de iniciarmos a conversa, ele me pergunta se fará uso da guitarra, ao que respondo que possivelmente não. Ainda assim, ele pluga o instrumento e fica com ela no colo durante todo o tempo do encontro.

Outros fatos importantes, a meu ver, decorrem desta proposta metodológica: apesar de ser executadas em média quatro ou cinco músicas em cada entrevista, a resposta despertada por elas é quase que instantânea, visto que os colaboradores quase imediatamente após o primeiro acorde da música inicial já passam a se manifestar a respeito, desencadeando os elementos supracitados, evidenciando seu caráter de “detonador da

5 As músicas que compõem o arquivo auditivo da pesquisa e seus respectivos intérpretes são: The chicken - Jaco Pastorius; Affirmation - George Benson; Black Orpheus - Luiz Bonfá; Blue Bossa - George Benson; Cantalupe Island & Dolphin Dance - Herbie Hancock; Goodbye Pork Pie Hat – versão de Jeff Beck; Equinox - John Coltrane; Autum Leaves - Miles Davis & John Coltrane; All Blues - Miles Devis; Stella By Starlight - Tommy Flanagan & Kenny Barron e Tune Up - Wes Montgomery.

memória”. Por sua vez, o número de músicas executadas fica submetido ao próprio andamento da entrevista e às manifestações de cada colaborador.

Uma variável considerada quando destas execuções diz respeito ao nível de concorrência entre os volumes da música tocada e da voz do colaborador, sendo priorizada sempre a última. Ao se mostrarem fortemente aquecidos para falar a partir da proposta, a diminuição do volume do dispositivo eletrônico<sup>6</sup> utilizado facilita a audição de nossas vozes, bem como a continuidade da entrevista.

Desta feita, identifico o momento de audição das músicas em conjunto com o repertório encadernado, como elementos que vão ao encontro dos propósitos da presente investigação, já que se mostram facilitadores na emissão de sentidos e significados acerca dos processos educativos vivenciados pelos colaboradores ao longo da história da instituição a partir do trabalho mnemônico de cada um deles no momento da entrevista.

## Conclusão

Diante do desafio de compreender sentidos e significados acerca dos processos educativos experienciados pelos jovens constituintes da trajetória do Instituto Anelo – Campinas (SP) é possível afirmar a efetividade da metodologia da história oral e, em particular, o uso de muletas da memória.

Além de registrar sua história, foi possível identificar múltiplos significados desta experiência para aqueles sujeitos, propensos ao esquecimento e à exclusão social.

Ao auxiliar na reconstrução de parte da história da instituição e problematizar sua ação na construção da identidade e memória coletivas daqueles jovens, a metodologia da história oral se evidencia viável para pesquisas em torno das juventudes e se mostra significativa em relação a projetos desenvolvidos em torno de práticas culturais, tais como a música.

Nesse sentido, o uso de muletas da memória se ratifica com alto potencial de ativação mnemônica. Ressalto, dentre os objetos utilizados com este propósito, os arquivos em MP3 executados durante as entrevistas. Ao suscitar ampla e intensa gama de respostas dos colaboradores observáveis nas entrevistas filmadas, é possível afirmar sua viabilidade e eficácia diante das intenções elencadas na pesquisa.

Por fim, ainda que neste artigo não aprofunde teoricamente a discussão acerca da combinação entre os gêneros história oral de vida e história oral temática, reconheço como apropriada esta articulação.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. W. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. *In: ABRAMO H.W. & BRANCO P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BONFÁ, Luis. *Black Orpheus*. Paulo Flores, Book 5R – II V IM/m, p. 6. Sem data.
- BRENNER, A. K, DAYRELL, J. e CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. *In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. P. (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. SP: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história – Para ler a história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- COLTRANE. John. *Equinox*. Sem data, p. 1.
- DAVIS, Miles. *All Blues*. Sem data.
- \_\_\_\_\_. *Tune – up*. Sem data.

<sup>6</sup> Os dispositivos eletrônicos utilizados como reprodutores de arquivos de áudio e vídeo na pesquisa são: um notebook Itautec N8320, um tablet IPAD 1 - 32 Gb da APPLE e um telefone celular SAMSUNG B7320 Omnia Pro 3G.

- DAYRELL, Juarez e GOMES, N. *A juventude no Brasil* (2005), (no prelo).
- DORHAM, Kenny. *Blue Bossa*. Paulo Flores, Book 5R – II V IM/m. Sem data.
- FELICIANO, Jose. *Affirmation*. Feliciano Enterprises, 1976. Sem data.
- GUEDES PINTO, Ana Lúcia. *Rememorando trajetórias da professora alfabetizadora: a leitura como prática constituinte de sua identidade e formação profissionais*. Campinas: Mercado das Letras: Faep/Unicamp: São Paulo: Fapesp, 2002.
- GUEDES PINTO, A. L. G. e ZAN, D. D. P. e, História Oral e Educação: relato de experiência com a rede de ensino de Jarinu/SP. In: *Idéias e argumentos: revista de divulgação científica do Centro Unisal*. Ano 3 - ns 7 e 8 - 1 e 2 semestres de 2003.
- GUIMARÃES, Áurea Maria. “Vidas de Jovens Militantes”. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação. Universidade estadual de Campinas, 2010.
- HANCOCK, Herbie. *Cantaloupe Island*. Sem data, p. 1.
- \_\_\_\_\_. *Dolphin Dance*. Paulo Flores, Book 5R – II V IM/m, p. 16. Sem data.
- INSTITUTO ANELO. *Instituto Anelo - 10 anos: Cultura, Arte e Educação*. Documento de apresentação do Projeto. Campinas, 2010.
- INSTITUTO ANELO no Jornal da EPTV Campinas. EPTV Campinas. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=llRafimZK2s>>. Acesso em 19 de dezembro de 2011.
- LEITE, Tarcísio de Arantes. (2008) O dilema da interferência na História Oral: novos problemas e novas respostas. In: *Revista de História Oral*. Núcleo de Estudos em História Oral do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Ano 2, nº 3 (jan./jun.). S.P. NEHO, p. 65-82.
- MARTINS, Joszee de Souza. A imagem incomum: a fotografia dos atos de fé no Brasil. In: \_\_\_\_\_ Fotografia, currículo e cotidiano escolar. *Pro-Posições*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação – Campinas, SP, v. 1, n. 1, mar. 1990, pp. 149-161.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *(Re) Introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- MERCER, Johnny. *Autumn Leaves*. Sem data, p. 1.
- MINGUS, Charles. *Goodbye Pork Pie Hat*. Paulo Flores, Book 5R – II V IM/m, p. 2. Sem data.
- PASTORIUS, Jaco. *The Chicken*. Sem data.
- PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Proj. História*. São Paulo, (2), jun. 2001, pp. 09-36.
- \_\_\_\_\_. O que faz a história oral diferente. *Proj. História*. São Paulo, (14), fev. 1997, pp. 25-39.
- VON SIMSON, Olga R. de Moraes. Imagem e memória. In: SAMAIN, Etienne (Org.). *O Fotográfico*. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Senac São Paulo, 2005.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade sócio-cultural. In: GUEDES PINTO, Ana Lúcia. *Rememorando trajetórias da professora alfabetizadora: a leitura como prática constituinte de sua identidade e formação profissionais*. Campinas: Mercado das Letras: Faep/Unicamp: São Paulo: Fapesp, 2002.
- YOUNG, Victor. *Stella by Starlight*. Paulo Flores, Book 5R – II V IM/m, p. 28. Sem data.
- ZAN, Dirce Djanira Pacheco e. *Estudos sobre juventude no Brasil dos últimos 50 anos* (no prelo).
- \_\_\_\_\_. Fotografia, currículo e cotidiano escolar. *Pro-Posições*. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação – Campinas, SP, v. 1, n. 1, mar. 1990, pp. 149-161.

# Instituto Anelo começa a exportar talentos musicais

Augusto de Paiva/AAN

## / DEDICAÇÃO /

Alunos da ONG que ensina música na periferia de Campinas ganham bolsas de estudo em escolas de prestígio

Carlota Cafiero

DA AGÊNCIA ANHANGÜERA  
carlota@rac.com.br

O que era para ser apenas hobby de adolescente se transformou em um projeto social que hoje abrange 150 jovens por ano e já beneficiou mais de 1,5 mil pessoas ao longo dos seis anos de existência. O Instituto Anelo, fundado no Jardim Florence I, na região do Campo Grande, periferia de Campinas, foi "obra" do pianista Luccas Soares, de 26 anos, que cresceu no mesmo bairro, onde formou uma banda musical, hoje a ONG (Organização Não-Governamental) Instituto Anelo.

A ONG ensina, de graça, música para crianças, adolescentes e jovens através de uma equipe de cerca de 30 voluntários. Os alunos recebem os instrumentos musicais e aprendem teclado, piano, cavaco, baixo, bateria, flauta e canto. Além da música, há aulas de pintura em tecido, artesanato e reforço escolar nível primário e preparatório para vestibular.

"O Anelo surgiu em minha casa, quando eu e alguns amigos músicos nos reuníamos pa-



Integrantes da ONG Anelo: reconhecimento pelo trabalho

para arrecadação de instrumentos, e o resultado foram 50 doações (inclusive um piano).

Dessa forma, a Anelo pôde abrir 50 novas vagas. "Antes, atendíamos cem crianças e adolescentes por ano. Em 2006, poderemos atender 150", comemora Soares, que revela que a procura pelos cursos ultrapassa a região do Campo Grande. "Aqui temos gente até de cidades vizinhas, e não fazemos distinção de classe social. Há alunos cursando música que são trazidos pelos pais, de carro."

Este ano, o Anelo firmou parceria com a Faculdade Souza Li-

bolsas integrais para o Berklee College of Music, em Boston, nos Estados Unidos. A parceria foi possível graças à ponte feita pelo pianista Guilherme Ribeiro (que foi voluntário na ONG) entre o Anelo e o Souza Lima.

Soares comemora também a admissão do clarinetista Raphael Henrique Moraes de Silva, de 20 anos, no Conservatório Dramático e Musical "Dr. Carlos de Campos", de Tatuí, considerado um dos melhores da América Latina.

A ONG conta com apoio de comerciantes da região e do Estação Santa Fé Pizza Bar, redu-

# Máscaras, flores e divinos: a cultura material da Festa do Espírito Santo de Pirenópolis/GO

Masks, flowers and divines: the material culture of the Feast of the Holy Spirit in Pirenópolis (Goiás, Brazil)

*Amanda Alexandre Ferreira Geraldês*

Mestranda em História na PUC-SP – Bolsista do CNPq  
amandaalexandre@gmail.com

## Resumo

A Festa do Divino Espírito Santo da cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás, ocupa um espaço especial no imaginário coletivo da comunidade. Neste artigo, cuja pesquisa se encontra em desenvolvimento para a elaboração da dissertação de mestrado, iremos apresentar uma breve descrição dos tempos da festa e as muitas formas de celebrar o Divino. A pesquisa propõe analisar objetos da cultura material produzidos para a festa e busca identificar a relação estabelecida entre os significados dos símbolos e suas representações na coletividade da comunidade. Para tanto, entendemos que os saberes, as artes de fazer e a tradição são sustentados por uma memória e constroem identidades coletivas e individuais. A escolha metodológica parte do trabalho com fontes da Cultura Material, História Oral e Iconografia.

**Palavras-Chave:** Festas. Memória. Cultura Material.

## Abstract

The Feast of the Divine Holy Spirit in the city of Pirenópolis, in the state of Goiás (Brazil), occupies a special place in the collective imaginary of the community. In this article, whose research is being developed for the preparation of the Master's thesis, we will present a brief description of the times of the feast and the many ways of celebrating the Divine. The research aims to analyze objects of material culture produced for the feast and seeks to identify the relation between the meanings of the symbols and their representations in the collectivity of the community. Therefore, we believe that knowledges, arts of making and the tradition are supported by a memory and builds collective and individual identities. The methodological choice part of the work with sources of Material Culture, Oral History and Iconography.

**Keywords:** Celebrations. Memory. Material Culture.

A Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis é uma festa religiosa que acontece tradicionalmente na cidade desde 1819. Consolidando sua relevância e sua memória, a celebração obteve pelo IPHAN, em 2010, o registro como Patrimônio Cultural Imaterial, sendo então a segunda manifestação registrada no Livro das Celebrações, na qualidade de bem imaterial, realizada no país. A festa tem duração de quase dois meses, mas seu auge acontece no Domingo de Pentecostes, 50 dias após a Páscoa, data que representa a vinda do Divino Espírito Santo sobre os apóstolos de Cristo. Essa data marca na festa o início das famosas Cavalhadas – uma encenação que representa a luta dos cristãos liderados por Carlos Magno nas Cruzadas contra os mouros. De origem medieval, a celebração chegou ao Brasil na época colonial, prestando-se como forma de catequização e expressão religiosa.

Celebrar Pentecostes é parte da liturgia católica. A Festa do Divino é uma celebração muito comum em todo o país, no entanto, em Pirenópolis, a festa tem suas particularidades. São muitas as manifestações que compõem as comemorações ao Divino: além do Império do Divino, lá encontramos as folias, as novenas, as missas e as procissões, as pastorinhas, as cavalhadas e os mascarados, as congadas e os congos, as bandas de música, os reinados e juizados. É uma festa de grande porte, que reuniu ao longo do tempo todas essas manifestações para celebrar o Divino.



**Benção e levantamento do Mastro, 2012.** Foto: Amanda Alexandre e Antonio Bandeira



**Auto natalino “As Pastorinhas”, 2012.** Foto: Amanda Alexandre e Antonio Bandeira

a tradicional banda Phôenix. Fogos e roqueiras são disparados nesses nove dias de alvorada que se seguem com a missa e a novena, já no período noturno, às 19 horas. No último dia da novena – sábado, véspera de Pentecostes – ocorre

<sup>1</sup> As Folias mais tradicionais partem a cavalo, percorrendo um trajeto pelas fazendas da zona rural da cidade. Com o objetivo de recolher donativos para a festa, os foliões fazem os giros com a bandeira do Divino, acompanhados pela comunidade que participa do evento e pelos anfitriões da casa que oferecem o pouso e o alimento. A dinâmica alimentar é característica primordial no processo das folias, constituindo um ato de fé e um comportamento festivo compartilhados socialmente.

## Os Tempos da Festa e as Festas Dentro da Festa

O cronograma da festa é complexo: cerca de 20 dias antes de Pentecostes iniciam as Folias do Divino Espírito Santo<sup>1</sup>. Atualmente, são dois grupos de folias que fazem os giros e os pousos: a “folia do povo” e a “folia do padre”, essa organizada pela Paróquia Nossa Senhora do Rosário – local onde se concentram as atividades religiosas da festa. As folias (que podem ser rural e urbana) saem e chegam em datas diferentes e têm cerca de dez dias de duração cada uma. Por volta de 15 dias antes do domingo de Pentecostes, iniciam os ensaios dos cavaleiros das Cavalhadas. Faltando nove dias para o domingo de Pentecostes inicia-se a Novena do Divino Espírito Santo, sempre numa sexta-feira. O início da novena marca no calendário oficial, a “abertura” da festa. Durante os nove dias de novena, a cidade amanhece com duas alvoradas – a primeira às 4 horas, com a banda de Couro, e a segunda às 5 horas, com

a procissão dos membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento<sup>2</sup> para a bênção e o levantamento do mastro, acontecendo em seguida a tradicional queima de fogos e a apresentação do auto de natal “As Pastorinhas”, no teatro da cidade. É também no sábado do Divino que os mascarados saem pelas ruas da cidade, anunciados pelos seus guizos e fazendo brincadeiras, trazendo à festa alegria, irreverência e o colorido de suas máscaras e flores de papel.

É chegado o dia mais esperado: o Domingo de Pentecostes. Após as alvoradas, segue o Cortejo Imperial, saindo da casa do Imperador<sup>3</sup> rumo à igreja. Depois da missa é realizado o sorteio do próximo Imperador e dos mordomos. Terminado o sorteio, um novo cortejo sai da igreja rumo à casa do atual imperador. Nesse cortejo, seguem: o Imperador e sua família, ocupando lugar de honra na procissão, a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a Procissão das Virgens (meninas vestidas de branco), as bandas de Couro e Phôenix e, por fim, a comunidade que acompanha para receber do Imperador os cumprimentos e as tão esperadas Verônicas de Alfenim e os pãezinhos do Divino<sup>4</sup>. Na casa do Imperador, fica exposto o altar em homenagem ao Divino, exibindo a Bandeira, a Coroa e o Cetro – símbolos do Espírito Santo.



Da esq. para dir.: 1 - Chegada do Cortejo Imperial à Igreja, 2012; 2 - Saída do Cortejo Imperial após a missa, 2012; 3 e 4 - Procissão das Virgens no Cortejo Imperial, 2012. Fotos: Amanda Alexandre e Antonio Bandeira



Da esq. para dir.: 1 - Chegada do cortejo à casa do Imperador, 2012; 2 - Bandeira do Divino em residência, 2012; 3 - Altar do Divino na casa do Imperador, 2012; 4 - Embalagem com as Verônicas de Alfenim e os pãezinhos do Divino, 2012. Fotos: Amanda Alexandre e Antonio Bandeira.

2 A Irmandade do Santíssimo Sacramento foi criada em 1732 e constitui-se como um grupo de devotos que preservam os valores religiosos, promovendo solenidades e encontros relacionados à fé cristã e cuidando dos bens e interesses da igreja.

3 O Imperador é o festeiro, figura responsável pela administração e divulgação da festa. Ele representa grande autoridade e status, pois foi escolhido pelo Divino para ocupar tal posição de honra e carregar seus símbolos do Império: a coroa e o cetro.

4 Quando o cortejo chega à casa do Imperador, as bandas entram para a área preparada para o evento (geralmente um pátio ou a área externa da casa) que é onde fica o altar ao Divino. Todas as pessoas que participaram da procissão se organizam em uma fila para receber as lembrancinhas. A banda toca o Hino do Divino e após esse momento os familiares do festeiro começam a distribuir as verônicas, que são doces feitos de açúcar – o alfenim, uma massa branca e muito delicada – que são trabalhadas à mão e moldadas em formato circular com motivos do Divino, e os pãezinhos do Divino, ambos embalados especialmente para a ocasião.

Esses objetos possuem um *status sacro*: na procissão as pessoas debruçam para tocá-los e pedir graças. Todas essas atividades – que iniciaram às 4 horas da manhã – se prolongam até o horário do almoço. E é preciso estar atento: a abertura das Cavalhadas começa às 13 horas no campo conhecido como “Cavallódromo”<sup>5</sup>. Durante toda a tarde do domingo acontece o primeiro dos três dias de encenação das Cavalhadas. Ainda no domingo, na missa à noite, temos a posse do novo Imperador, que com os mordomos, já começam a pensar os preparativos para a festa do próximo ano. O novo ciclo se inicia antes mesmo que o ciclo corrente termine.



Da esq. para dir.: 1 - Mascarado – A morte de chapéu, 1992; 2 e 3 - Mascarado Curucucu, 1992; 4 - Rei e Cavaleiros Mouros, 1992. Fotos: Amanda Alexandre e Antonio Bandeira.

A segunda-feira começa com o Reinado de Nossa Senhora do Rosário: o cortejo, a missa e a festa do Reinado – os reinados e juizados seguem a mesma estrutura dos cortejos do Imperador do Divino: o cortejo busca o rei e a rainha em sua residência, seguindo para a igreja onde acontecerá a missa. Após a missa o cortejo retorna da igreja para a residência do rei e rainha onde acontece a “festa” e são servidos os quitutes para a comunidade. Esse movimento ocupa todo o período da manhã e às 13 horas dá-se continuidade ao segundo dia da encenação das Cavalhadas. Na terça-feira, acontece o Juizado de São Benedito – nos mesmos moldes do Reinado – e no período da tarde o último dia das Cavalhadas. A festa termina oficialmente em meados de junho, no dia de *Corpus Christi*, data em que o mastro é descido e se comemora o encerramento da festa com um grande almoço, que é oferecido para todos os envolvidos na festa. E nesse mesmo final de semana, ainda acontecem na cidade as Cavalhadinhas Mirins, onde as crianças participam e atuam, nos mesmos moldes da festa ocupada pelos adultos.

## Memória e Representação na Cultura Material

É interessante observarmos alguns aspectos na dinâmica da festa: 1. como a memória é construída na vida cotidiana coletiva e nos ritos da festa; 2. como é estabelecido o calendário das atividades de produção dos objetos da cultura material; 3. a teatralidade que reveste toda a dinâmica dos ritos e representações; 4. as relações de poder e suas tensões que são mascaradas pela ordem própria da festa; 5. a dominação simbólica presente na cultura material. Para compreender esses aspectos apontados, primeiro precisamos pensar nos conceitos das palavras-chave que norteiam o trabalho.

Buscamos conceituar a *festa* para compreender melhor as relações entre a dinâmica dessa prática social e a produção da cultura material. Fundamentamos em Bakhtin esse conceito, uma vez que se tratando de uma festa religiosa, nota-se a profunda relação com o sagrado nas manifestações e suas representações. Segundo Bakhtin, a *festa* é algo maior que a experiência puramente humana:

As festividades (qualquer que seja o seu tipo) são uma forma primordial, marcante, da civilização humana. Não é preciso considerá-las nem explicá-las como um produto das condições e finalidades práticas do trabalho coletivo nem, interpre-

5 Cavallódromo é o espaço onde se encena a performance das Cavalhadas. Foi construído especialmente para esse fim e sua inauguração é recente, em 2006. Essa mudança, conseqüentemente, alterou toda a cartografia da festa e também a relação do público x espetáculo e toda essa dinâmica presente no ritual.

tação mais vulgar ainda, da necessidade biológica (fisiológica) de descanso periódico. As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo. Os “exercícios” de regulação e aperfeiçoamento do processo do trabalho coletivo, o “jogo no trabalho”, o descanso ou a trégua no trabalho nunca chegaram a ser verdadeiras festas. Para que o sejam, é preciso um elemento a mais, vindo de uma outra esfera da vida corrente, a do espírito e das ideias. A sua sanção deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa. (BAKHITIN, 1987: 7-8)

Entendemos a festa como uma expressão fundamental presente na dinâmica cultural. Sua ordem própria revela concepções de mundo e, no âmbito religioso, pensamos na relação metafísica existente que desenvolve na comunidade vivências de profundo respeito, devoção e sacralização, culminando em verdadeiras experiências de contato com o sublime.

A cultura material é o suporte material físico de reprodução da vida social e que é apropriado socialmente pelo homem. Por apropriação social entendemos como uma intervenção humana, segundo padrões e normas culturais, sendo essa ação coletiva e não aleatória ou individual. Esses artefatos, no entanto, precisam ser considerados em duas vias: como *produtos* e como *vetores* de relações sociais, cumprindo ambas funções: como resultado de práticas sociais, mas também como possibilitadores de novas relações sociais. (Bezerra de Meneses, 1983: 112-113). A abordagem da cultura material é, portanto, um campo de reflexão que é associado a uma fonte, um objeto, um suporte material que é utilizado para compreender as práticas sociais, mas que, no entanto, não se limita a esse artefato.

E qual a relação que podemos estabelecer entre cultura material e memória? Naturalmente existe uma tradição, provavelmente oral, na transmissão dos saberes quanto à feitura desses objetos. Podemos também pensar numa memória coletiva relacionada aos artefatos e ao espaço material que os cercam. Para tanto, Halbwachs explica que:

Assim, não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (Halbwachs, 2006: 170)

Pensando no espaço da cidade de Pirenópolis e também na cartografia da festa, podemos afirmar que tal relação espaço-memória coletiva se dá quase naturalmente na rotina da comunidade, uma vez que a cidade carrega uma história em suas ruas calçadas de pedra, nas paredes das casinhas do século XVIII e em todo o festejo ao Divino. Perceber a cidade também como objeto de cultura material faz parte da dinâmica, pois não podemos nos esquecer que a cidade propriamente é material. Os objetos materiais também são responsáveis na construção dessa memória. Os saberes e os fazeres permeiam o cotidiano e possuem um calendário específico que antecede o calendário das celebrações. A proposta de identificar quais as representações estabelecidas nos objetos da cultura material se baseia na compreensão defendida por Gonçalves:

Na medida em que os objetos materiais circulam permanentemente na vida social, importa acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações (ou reclassificações) através dos diversos contextos sociais e simbólicos. [...] Acompanhar o deslocamento dos objetos ao longo das fronteiras que delimitam esses contextos é em grande parte entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva. (Gonçalves, 2007: 15)

Assim, buscamos analisar as transformações desses objetos ao longo do tempo e quais são as representações e os significados simbólicos que esses carregam em cada tempo-espaço compreendido. Além da relação do espaço com a construção de uma memória coletiva, temos nesse acervo vivo de memória um importante aspecto: as identidades que são construídas e sustentadas, tanto individualmente quanto coletivamente:

A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou

privada, como uma família. A memória é inseparável da vivência da temporalidade, do fluir do tempo e do entrecruzamento de tempos múltiplos. A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente. (Delgado, 2010: 38)

Essas distinções em grupos privados podem ser atribuídas ao caráter da festa aos papéis que cada pessoa/grupo representa na “encenação” ritualística apresentada. Recorremos ao conceito de representação proposto por Chartier para entender como essa base teórica se aplicaria no trabalho proposto:

*Assim construído, o conceito de representação foi e é um precioso apoio para que se pudessem assinalar e articular, sem dúvida, melhor do que nos permitia a noção de mentalidade, as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e hierarquização que produzem as configurações múltiplas mediante as quais se percebe e representa a realidade; em seguida, as práticas e os signos que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um status, uma categoria social, um poder; por último, as formas institucionalizadas pelas quais uns “representantes” (indivíduos singulares ou instâncias coletivas) encarnam de maneira visível, “presentificam” a coerência de uma comunidade, a força de uma identidade ou a permanência de um poder. A noção de representação, assim, modificou profundamente a compreensão do mundo social. (Chartier, 2011: 20)*

A cultura material e suas representações se significam na prática. Essa teatralidade encontrada nos ritos da festa desempenha distintos papéis e funções sociais. Para compreender o que cada um representa, precisamos identificar os cenários, os atores e seus papéis na festa. Compondo essa teatralidade, os objetos representam, portanto, simbolicamente um status na dinâmica da festa. São poderes invisíveis que correspondem a uma dominação, que segundo Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 2011: 11)

Entendemos os *sistemas simbólicos* de Bourdieu na festa quando percebemos tensões presentes na dinâmica social, mas que, no entanto, são mascaradas, de certa forma, na prática festiva. Não atribuímos esse caráter da dominação simbólica a uma estrutura de separação da comunidade em classes ou conflitos visíveis durante a festa, até porque toda a manifestação ao Divino tem uma característica muito forte de união em toda a comunidade, contudo, os símbolos representados pela cultura material são claramente divididos em funções e aspectos muito delimitados para cada grupo e para cada atuação no cenário da festa. Podemos exemplificar essa questão com o fato de o próprio sorteio do Imperador e dos Mordomos exigir padrões e regras sociais e de valores religiosos específicos para participação, que são regulamentados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Atualmente, o sorteio é restringido aos membros desta Irmandade.

## Os Saberes e as Artes de Fazer

Os saberes, as artes de fazer e a tradição são sustentados por uma memória e constroem identidades coletivas e individuais. Por saberes, entendemos como as táticas dos modos de saber e das artes de fazer os objetos da cultura material. Permeando a tradição, a oralidade e o cotidiano, “essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural.” (Certeau, 1994: 41). Assim, entendemos que na produção da cultura material não há técnica e não há transmissão se não houver tradição. (Mauss, 2003: 407). Dessa forma, buscamos compreender as relações estabelecidas entre a memória e a tradição e como são construídas as identidades coletivas e individuais. Gonçalves explica que “enquanto ‘objetos cerimoniais’, eles não apenas demarcam posições sociais, mas permitem que os indivíduos e os grupos sociais percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto os objetos materiais que os simbolizam”. (Gonçalves, 2007: 21), portanto, ao analisar as representações simbólicas dos objetos, identificamos o sistema simbólico do grupo.

Segundo Lemonnier (apud Zuse, 2008):

As escolhas técnicas são representações sociais que formam uma tecnologia ou uma ação tecnológica; são componentes do grande sistema simbólico e indicadores de significados e símbolos. São opções adotadas pelos artesãos, de maneira consciente ou inconsciente, como a escolha de usar ou não certos materiais disponíveis, dos instrumentos a ser utilizados numa ação técnica, a escolha dos processos tecnológicos - conjunto de ações e seus efeitos sobre a matéria - e os resultados desses processos, a escolha de como a ação deve ser executada. (Lemonnier, 1992: 5)

Esse imaginário participa diretamente no desenvolvimento dos produtos culturais utilizados na festa. Para compreender a produção dessa cultura material, iremos investigar a construção desse imaginário. A memória sustenta a tradição e a continuidade da Festa do Divino. Propomos registrar os saberes que constituem essa memória coletiva para compreender a construção identitária nas manifestações. Bosi diz que “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 1994: 55). Para isso, propomos verificar as experiências nas “memórias dos velhos” que participam da festa tradicionalmente para construir um memorial comparativo da festa, que seria um inventário de memórias para registro e análise desse *corpus documental* da memória oral, possibilitando assim um comparativo das memórias ao longo do tempo.

## Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.
- BEZERRA DE MENESES, Ulpiano T. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. In: Revista de História n° 115, p. 103-117, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 2ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHARTIER, Roger. **Defesa e ilustração da noção de representação**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória, tempo, identidades**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, Depto de Museus e Centro Culturais, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LEMONNIER, Pierre. **Elements for an Anthropology of Technology**. Ann Arbor: Michigan, 1992.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ZUSE, Silvana. **Cerâmica Guarani e de Contato: Permanências e Mudanças Técnicas em uma Redução Jesuítica do Início do século XVII**. In: Anais do IX Encontro Estadual de História, ANPUH-RS, 2008.

# Narrando a diáspora: deslocamentos e fluxos populacionais de bolivianos para o Brasil

## Narrating the diaspora: displacements and population flows of bolivians to Brazil

*Vanessa Generoso Paes*

Mestre em História Social pela USP e pesquisadora no Núcleo de Estudo em História Oral – USP e Diversitas/USP\*  
vanessa.narracao@gmail.com

### Resumo

Este artigo propõe uma análise sobre o deslocamento dos bolivianos para o Brasil a partir das histórias de vida dos sujeitos envolvidos em tais tramas históricas. Por este trabalho ser desdobramento da dissertação de mestrado, que nos permitiu uma imersão profunda no cotidiano de imigrantes desde os seus lugares de origem aos de destino, em busca de saberes qualificados pelas experiências dos que sazonalmente se deslocam como andorinhas entre os altiplanos dos Andes e a cidade de São Paulo. No referido trabalho, foram abordados os processos históricos envolvendo um clã familiar boliviano (os Patzi), sua rede social e afetiva. Duas entrevistas foram realizadas com uma família transnacional que vive na Bolívia e no Brasil. Uma entrevista permitiu que visualizássemos a formação de uma rede de trabalhadores e donos de oficinas de costura em São Paulo. Duas nos levaram a uma rede de feirantes que trabalham na Praça Kantuta, em São Paulo, uma rede de intelectuais bolivianos e outra de retornados. As entrevistas foram analisadas a partir de um diálogo entre as próprias narrativas e suas linhas de argumentação temática. A partir dessa perspectiva, foi possível constatar que as identidades são concebidas como heterogêneas, em processo, em trânsito, articuladas por zonas de contato e trocas culturais. As memórias dos narradores revelam campos de disputas, manifestam a diversidade, as ambiguidades das reminiscências e de seus esquecimentos. As lembranças passaram por reapropriações culturais no processo de deslocamentos continentais e transfronteiriços no cenário latino-americano.

**Palavras chaves:** Narrativa, diáspora, deslocamento populacional, bolivianos.

### Abstract

This article proposes an analysis about the displacement of bolivians to Brazil from the life history of the people involved in such historical wefts. Fort he reason that this article is a deployment of the master thesis, that allowed a deep immersion in the daily life of the immigrants from their places of origin to destination, seeking qualified knowledge by the experience of the people that move therseves like sawallows among the Andes's highlands ans the city of São Paulo. In the mentioned thesis were addressed the historical process involving a bolivian family clan (the Patzi) and their social and affective network. Two interviews were made with a transnational family that lives in Bolivia and Brazil. One interview allowed the shapping of a nework ok employees and owners of the sewing workshops in São Paulo. Two interviews led us to a network of stallholders that Works in Kantuta's Square in São Paulo, a network of bolivians intellectuals, and, another of returned. The interviews were analized from a dialogue between the narratives themselves and their lines of thematic argumentation. It is clear, from this perspective, that the indentities are conceived as heterogeneous, in process, in traffic, articulated by zones of contact and cultural exchanges. The narrator's memories shows disputes, manifest the diversity, the ambiguities of the reminiscences and their forgetfulness. The remembrances go though cultural reapropriations in the process of borders and continental displacements in latin american scene.

**Key-words:** Narrative, diáspora, populational displacements, bolivians.

## Apresentação

Este artigo analisa, por meio das histórias de vida dos bolivianos<sup>1</sup>, o trânsito e o processo diaspórico de bolivianos perante os deslocamentos latino-americanos que ocorrem entre a Bolívia e o Brasil. Utilizamos os procedimentos da história oral de vida (HOLANDA; MEIHY, 2007) para a constituição das narrativas. Para compor o *corpus* documental das entrevistas confeccionadas neste artigo foram empregadas algumas etapas metodológicas que são exemplificadas neste texto como: pré-entrevista (primeiros contatos, esclarecimento de como se chegou aos colaboradores, de quais os objetivos do projeto e alguns procedimentos, conhecimento prévio da história pessoal e preparação do material e da pauta), entrevista (gravação, agradecimentos e meios de contato), caderno de campo, transcrição, textualização, transcrição, pós-entrevista (conferência, autorização para uso da entrevista e carta de cessão), elaboração de resumo para arquivamento, arquivamento, publicação e devolução aos entrevistados.

Os discursos explicativos dos imigrantes bolivianos apontam, em tempos diferentes, os porquês da escolha de determinadas cidades do Brasil em detrimento de outras. Sabemos que existem diferenciados fatores que impulsionam a emigração, assim como existem variados condicionantes que interagem na escolha da cidade, ou, de países, em sua grande medida, condicionantes econômicos. Na sequência, visualizaremos os relatos dos sujeitos e suas explicações pessoais para o deslocamento.

### Ensejos para a emigração

Elencar os objetos de escolha do país e da decisão de emigrar não é tarefa fácil; imbuídos pela mídia, que quase sempre repete a frase que se tornou um chavão da imigração boliviana: “migram porque buscam melhores condições econômicas e qualidades de vida”; e muitas vezes repetidas e interiorizadas como a explicação macro para os motivos da emigração, quase sempre utilizadas pelos narradores da pesquisa. Foi somente com a inserção em campo e nos desdobramentos das entrevistas que pudemos nos aproximar das explicações pessoais, e em alguns momentos, até de cunho coletivo para entender como os emigrantes bolivianos construíram suas justificativas para a emigração. Partindo dessa premissa, não queremos negar os aspectos econômicos embutidos nas vidas das pessoas, mas apontar que, vinculados aos condicionantes macroestruturais, as pessoas criam justificativas pessoais, que expressam a subjetividade, como mecanismos que podem ser interpretados como condicionante sócio-histórico.

Existem variados posicionamentos sobre os motes que condicionam os sujeitos a emigrarem. Duas correntes explicativas, a marxista e freudiana, mobilizam argumentos específicos sobre os condicionantes sociais. As vertentes marxistas percebem a afirmação de

que os homens (sic) fazem a história, mas apenas sob condições que lhe são dadas'. Seus novos intérpretes leram isso no sentido de que os indivíduos não poderiam de nenhuma forma ser os 'autores' ou os agentes da história, uma vez que eles podiam agir apenas com base em condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores (Hall, 2003, p.35).

Por sua vez, a vertente freudiana promove uma ruptura do sujeito racional iluminista, pois

A teoria de Freud de que nossas identidades, nossa sexualidade e a estrutura de nossos desejos são formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, que funciona de acordo com uma 'lógica' muito diferente daquela da Razão, arrasa o conceito do sujeito cognoscente e racional provida de uma identidade fixa e unificada (Hall, 2003, p.36).

Percebemos com as vertentes acima, que existem variadas possibilidades interpretativas para entender

<sup>1</sup> Os trechos das entrevistas utilizadas neste artigo encontram-se na íntegra na pesquisa de mestrado **Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. E-mail: vanessa.narracao@gmail.com

o deslocamento das pessoas no tempo e no espaço contemporâneo. Aqui, elencamos os argumentos dos colaboradores da pesquisa para entender a complexidade dessa emigração.

Ao se tratar do contexto histórico boliviano, em grande parte, é difícil perceber em meios às dificuldades locais outras explicações que legitimam a manutenção da emigração, mesmo para os entrevistados que partiram do seu país sem o planejamento para o ato da emigrar.

A colaboradora Aidé disse que os motivos de escolha estiveram diretamente relacionados aos problemas da relação conjugal que sua irmã, Carmen, vivenciava no momento. Carmen estava passando por um processo de separação, tendo de arcar com os cuidados da criação de três filhos. Preocupada com a situação da irmã, Aidé resolve vir para o Brasil para trabalhar na oficina de costura coordenada por seu ex-cunhado. Ao chegar, percebeu que não foi bem-aceita no círculo do trabalho e, como a relação conjugal da irmã passava por problemas, as duas resolvem evitar as humilhações empregadas pelo seu cunhado e irem trabalhar na oficina do primo do cunhado, local onde também depara com a violência psíquica deflagrada pelo patrão. Vejamos abaixo as explicações que Aidé elaborou sobre esse momento de sua vida.

Eu cheguei em São Paulo, no Brasil, em dezembro de 2005. Cheguei com gana, com vontade de trabalhar. Também porque vim com a intenção de ajudar a minha irmã que na época estava em processo de separação, porque tinha muitos problemas com o seu esposo. Quero muito ajudá-la, ajudar os seus filhos e também ajudar os meus pais, pois ficaram na Bolívia. (Aidé, mais de 30 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 16/7/2006)

Conflitos e problemas no cenário migratório foram frequentes nos relatos dos bolivianos entrevistados. Estudiosos, tais como Valéria Magalhães<sup>[2]</sup>, Samira Adel Osman<sup>[3]</sup> descrevem em suas pesquisas momentos onde os papéis sociais e os níveis de cobrança individual e familiar reconfigurados nos países de destino são comuns, desenvolvendo ‘brigas’ entre os indivíduos.

As explicações construídas por Luis Vasquez é de que seu deslocamento estava associado aos planos de continuidade aos estudos. O colaborador, com sua esposa Lordes, não tinham a intenção de vir para o Brasil, mas sim seguir para a Espanha ou Estados Unidos; mas como a sua esposa havia finalizado a curso de medicina e ouviu de um amigo que a melhor opção de trabalho seria investir na continuidade de estudo no Brasil, resolveram arriscar as ‘fichas’ no Brasil.

Lembro que eu e a Lordes ficamos no terminal de Campo Grande sem saber o que fazer... “O que fazer da vida? Voltar para Bolívia? Vai ser um fracasso.” A família ficou na expectativa porque viemos para o Brasil para estudar. A família fica muito entusiasmada. “O seu filho tá indo para outro país.” (Luis Vasquez, mais de 40 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 05/10/2006)

Marta, seus dois irmãos e seu pai – diferindo das explicações acima - resolveram sair da Bolívia durante a década de 1960 em decorrência do falecimento da matriarca da família. Victor Patzi, o patriarca, decepcionado com os rumos que a vida havia desenhado, pois não queria continuar com a prática de ‘beber sem limites’ como muitos irmãos e primos tinham o costume de fazer, resolveu emigrar para o Brasil para não continuar com os hábitos do local. Vejamos abaixo os argumentos de Marta.

A minha mãe trabalhava e ganhava de um lado e papai ganhava de outro, ela acabou ficando doente. E o que aconteceu? Ela começou a sofrer do coração, isso foi o que diziam na época, que era hereditário porque a minha avó faleceu com o mesmo problema que a minha mãe, do coração, e o ácido foi indo pros pulmões; onde ela ficou com problema de pulmão também, era a tuberculose, que hoje tem cura, mas naquele tempo não havia, as pessoas morriam. Tanto que ela faleceu com trinta e um anos, eu fiquei com oito anos de idade, o meu irmão ficou com quatro ou cinco anos, e a minha irmãzinha caçula ficou, deve ter ficado com três a dois anos, ela ainda mamava... (Marta Patzi, mais de 60 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 24/4/2009)

O parceiro de Marta resolveu sair da Bolívia com o projeto de estudar e ter uma profissão. Preten-

2 **O Brasil no Sul da Flórida: Identidade, Subjetividade e Memória.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

3 **Entre o Líbano e o Brasil: Dinâmica Migratória e História Oral de Vida.** Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

diam desenvolver esses objetivos no Brasil, até porque Marcos veio em um período em que o Brasil detinha um acordo bilateral com algumas universidades bolivianas na década de 1970 e, ao mesmo tempo, pretendia realizar um curso técnico e retornar para a Bolívia. O projeto do retorno não foi efetivado, pois acabaram casando-se e constituindo família em São Paulo. Os vínculos familiares foram maiores, e Marcos desenvolveu o ofício de técnico de máquina de escrever no Brasil.

Havia um projeto de partida, tinha muita vontade de sair, mas a minha necessidade era aprender, queria ter um ofício, queria sair da Bolívia para aprender uma profissão. (Marco, mais de 60 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 14/5/2009)

Marcos continuou com suas explicações ao descrever alguns acontecimentos históricos que podem servir, também, como uma explicação possível para sua escolha.

Sei que essa revolução que ocorreu na Bolívia em 1952 mudou um pouco a configuração das cidades andinas e do altiplano boliviano. Antes desse movimento uma minoria de pessoas eram donas das terras, tinham grandes fazendas. O pessoal da fazenda tinha trabalho, tinham serviços. Mas o pessoal fez a reforma agrária. Como não tinha mais fazenda o pessoal começou a migrar para a cidade, para La Paz, mas não achou emprego. Claro, no primeiro momento foram as famílias que saíram, onde muitos enviavam seus filhos a ir para a escola e, quando cresciam conquistavam trabalho. Atualmente, faz uns dez ou vinte anos que essas pessoas do interior da Bolívia estão vindo para o Brasil. Antes, partiam só os filhos da revolução, daqueles que antes não tinham terras para morar. (Marco, mais de 60 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 14/5/2009)

A revolução que Marcos cita é a revolução de 1952, que acarretou uma melhoria ao incluir os camponeses indígenas nas terras que foram repartidas. Para a historiadora Mota (2009), esses processos refletiam as condições de vida dos camponeses originários e, embora tenha alcançado níveis de distribuição de terras, nem todos puderam usufruir das reformas empregadas pelo governo.

Como não encontram empregos nas cidades, o que eles iriam fazer na Bolívia? Simplesmente uns foram para as cidades próximas da fronteira, outros migraram porque achavam que iriam melhorar de vida e que iriam ganhar rios de dinheiro. E outros, como eu, seguiam alegres pensando em estudar e trabalhar. Acho que ocorreu o mesmo para a Argentina.

Sei que Argentina e o Brasil são polos de atração. Muitos vão para Chile, para o Peru porque faz fronteira com a Bolívia, outros partiam para a Argentina porque tinha indústria ou para trabalhar na agricultura ou hortifrutivi. Os bolivianos vêm para o Brasil por causa das indústrias, só que assim que chegam aqui se deparam com a falta de documentos e aí o único lugar que podem trabalhar é na costura. A costura é uma coisa mais simples para trabalhar, pois não é necessário ter documentos. A pessoa que tem firma precisa dos bolivianos que são mão de obra barata, ainda sem documentos, você pode pagar ou não pagar porque não tem quem regule isso. O pessoal que volta para Bolívia com pouco dinheiro tem outra visão. (Marco, mais de 60 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 14/5/2009)

Ainda durante a década de 1970, Marcos atrelou ao fator de escolha de migrar para o Brasil o fato de as cidades como São Paulo e Buenos Aires estarem num patamar industrial diferenciado das cidades bolivianas. Quando não direcionados para indústrias, dirigiam-se para o comércio de frutas e verduras<sup>4</sup>. Marcos ainda atrela a necessidade de ter um trabalho digno como a premissa para migração de seus patrícios às capitais industrializadas.

Atualmente é assim, uma parte das pessoas que saem vão para o exterior, grande parte vai para os Estados Unidos, para Europa e tem outra visão. Essa ideia é semelhante na Bolívia. Quem vem de cidade pequena, do interior, chega em La Paz e tem outra visão, mas se chega em São Paulo a visão amplia. Muitos saem de suas cidades para ampliarem suas concepções de mundo, outros por necessidade de trabalhar, e outros por diversos motivos, pois não existe apenas um padrão de escolha. (Marco, mais de 60 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 14/5/2009)

4 Principalmente as pessoas que escolhiam a Argentina como destino, grande parcela das pessoas não tinham documentos e acabavam sendo inseridas na colheita de frutas e verduras das províncias argentinas. Para maiores detalhes consultar o artigo de CAGGIANO, Sergio. ¿Bolivianos? En dos ciudades ¿argentinas?. Identidades sociales en procesos migratorios contemporáneos. Informe final del concurso: Culturas e identidades en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2001. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/becas/2000/caggiano.pdf>. acesso em 20/06/2009.

São diferenciados os motes explicativos da migração, querer enquadrar todas as explicações por meio de um único modelo analítico seria empobrecedor. E é com a perspectiva de ampliar os fatores explicativos que envolvem o processo migratório boliviano que essa pesquisa se justifica. Relativizar as explicações é uma das perspectivas deste artigo. Sendo assim, é importante entender tanto o cenário social da qual saíram muitos emigrantes dessa pesquisa quanto as suas explicações pessoais, que comumente estão amparadas nas experiências de vida, como também, no entrelaçamento com outras experiências na metrópole paulistana.

As pessoas com menores poderes aquisitivos escolhem os países circunvizinhos da Bolívia; mas aqueles que detêm recursos para custear passagens e maiores deslocamentos vão para Europa, principalmente, Espanha e Itália para trabalhar nos setores de serviços femininos: cuidados de crianças e de idosos. Alguns sociólogos bolivianos que estudaram as migrações para a Europa declaram que as mulheres formaram o grande contingente de mão de obra, redesenhando, assim, os papéis sociais exercidos na migração, pois se num período de menos de 40 anos, quando os homens eram os responsáveis a enviar as remessas para suas casas e famílias; agora, em virtude dos campos de trabalho, as mulheres bolivianas estavam deixando os filhos aos encargos dos maridos, tias, avós; e seguiam para o exterior para trabalhar e enviar as remessas para suas famílias.

O irmão de Marcos, Leo, atrela as explicações de partida ao fator trabalho, pois muitos chegaram a terminar os estudos e cursarem graduação, mas não há campos de aplicação da força produtiva e acabam optando pela emigração como forma de minimizar a frustração, justificando, assim, a falta de oportunidade em dar continuidade aos projetos não desenvolvidos em sua pátria.

Acredito que muitas pessoas tenham vindo para o Brasil em busca de trabalho, porque na Bolívia não tem emprego, apesar de ter um custo de vida barato. Você consegue comprar comida, roupas, calçados; mas trabalho não se arruma, e me pergunto por quê? Acho que nós não temos indústria, não temos montadora, não temos fábrica; as que temos são pequenas e não comporta o número de desempregados que existe por lá. Então, a juventude, pessoas com dezoito, dezenove, vinte anos, termina o ensino médio, entra na faculdade, e ao saírem não sabem em que aplicar os seus conhecimentos porque não há campo de trabalho. Então, alguém chama e diz: “No Brasil você vai ganhar, na Argentina está melhor ou no Chile.” São três países escolhidos pelas pessoas para trabalharem. Antigamente, a Europa era a escolhida, agora ficou difícil ir para Europa. (Leo, mais de 40 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 13/4/2010)

Na sequência, Leo explicou que mesmo aqueles que terminam os cursos universitários emigraram com a intenção de realizar seus estágios no Brasil, para em seguida tentar permanecer por meio de vínculos empregatícios, mas a concretude dos fatos não permitiu tal situação, pois se para os nacionais ter um emprego digno na contemporaneidade tornou-se uma meta e não uma realidade, para os estrangeiros tal realização ficou apenas no plano do desejo, pois muitos problemas se impõem, principalmente os relacionados ao estatuto jurídico de falta de documentos para permanecerem “legais” no Brasil.

Por que vem da Bolívia? A maioria vem de La Paz, Potosí e Oruro. Podemos fazer a mesma comparação com o pessoal do norte, do nordeste, do Ceará, da Bahia que vem trabalhar em São Paulo ou no sul do Brasil. Agora, a maioria dos bolivianos ia para Europa, principalmente, pessoas que terminaram cursos universitários e que tem condições de arcarem com os gastos do deslocamento. Muitos engenheiros foram para os Estados Unidos trabalhar de pedreiro na construção civil; tem formação, mas no exterior tem que trabalhar, mesmo não sendo no seu setor. Então, é sempre a mesma coisa; e o boliviano vem para cá para trabalhar. A não ser que ele vá estudar; não são todos, um ou outro terminaram a faculdade e ficam trabalhando, outros vem realizar estágio e ficam. (Leo, mais de 40 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 13/4/2010)

As regiões do altiplano boliviano, como os estados citados por Leo, são tidos como departamentos onde um grande número de pessoas sai para outros estados bolivianos, principalmente para cidades como Santa Cruz de la Sierra. O movimento de pessoas para as metrópoles bolivianas é de fluxo contínuo. Informação que revela que são desses departamentos que partem as pessoas que vêm para o Brasil.

Diferentemente das informações acima, o senhor Guillermo, revelou que a primeira vez que ouviu um amigo falar do Brasil estava relacionado à cidade do Rio de Janeiro, tão caricata por representar um dos berços do samba e da bossa nova. As lembranças de Guillermo relacionadas ao Rio de Janeiro são repercussões de uma mídia internacional que pregava a crença no Brasil como “país do futuro”, como apanágio do

Carnaval, ou como “país tropical”. Por vivermos numa nação onde as contradições sociais se transformam em samba, chega ao cenário boliviano como uma atitude da cidade desejada para se viver, pois aglutina em seu espaço religião, música e futebol; esferas sociais fortes na cultura hispano-americana.

Também gosto de ouvir as músicas bolivianas, ultimamente, não tanto porque já ouvi muito, me cansei. Gosto de conhecer coisas novas, saber de outras coisas, desde que sejam boas. Acredito que tenha vindo para o Brasil porque os meus amigos comentavam muito do Rio de Janeiro, que o Rio era maravilhoso, sonhava em viver no Rio. Na época, era fabricante de para-água, fabricava guarda-chuvas no Bom Retiro, onde vendia para Rio, Belo Horizonte, Juiz de Fora, e mais algumas cidades. (Guillermo Salazar, mais de 70 anos, residente em São Paulo/SP, entrevista realizada em 7/7/2009)

O narrador Guillermo Salazar revela o motivo, em sua esfera subjetiva, que o trouxe até o Brasil. Isso demonstra que o campo da subjetividade é um motor fértil das escolhas pessoais, de tal modo, não podemos negar a flexibilidade do devir que pode motivar a escolha de tais países em detrimento de outros.

Penso que saí da Bolívia por que não tinha mais família, meus pais tinham falecido; e depois juntou a minha curiosidade em conhecer outro país, o gosto pela música e filmes brasileiros. Essas coisas me chamavam atenção, mas nunca havia planejado permanecer durante tanto tempo, para mim é um sonho ter ficado até hoje. Quando penso o que passei, parece mentira ter conseguido ficar tanto tempo em São Paulo e só tenho noção de quanto tempo passou quando volto para Bolívia. Desde pequeno vivo sozinho, mas como sou muito religioso, acabei preenchendo com a fé os vazios da minha vida. (Guillermo Salazar, mais de 70 anos, residente em São Paulo/SP, entrevista realizada em 07/7/2009)

O senhor Guillermo é órfão desde criança; os percalços que teve que enfrentar e continuar em ‘pé’ podem ser explicados pela sua matriz religiosa, já que é um católico convicto, mas que não deixa de agradecer o sucesso de ter se tornado um comerciante conhecido no Brasil. Ele arremata com o seu sincretismo à moda brasileira:

“ascendemos as velas e oferecemos a Mãe Yemanjá, agradecemos pela minha vitória, meus fracassos, minhas penas, minhas alegrias e pedi por todos os meus amigos. Eu acho que é um agradecimento muito lindo, sou muito religioso, muito espiritualista. Sempre agradeço a Deus por tudo”. (Guillermo Salazar, mais de 70 anos, residente em São Paulo/SP, entrevista realizada em 7/7/2009)

Percebemos que as matrizes culturais, religiosas e familiares são campos que configuram as visões de mundo dos sujeitos em diferentes culturas e que interferem nos padrões de escolha das pessoas.

Em seguida, a narradora Ema traçou o porquê de seu deslocamento para o Brasil, fazendo jus a um setor de trabalho que foi desempenhado por muitas bolivianas que vieram na década de 1960: o trabalho doméstico.

Eu estou no Brasil há 54 anos. Na época que cheguei não havia boliviano. Os Bolivianos começaram a chegar depois de 20 anos que estava aqui. Até então, era raro ver um. Quando vim da Bolívia, vim com contrato de trabalho, como pacho; vim com uma família de judeus, a mulher era judaico-alemã e o marido dela era sírio. Tinha um contrato de trabalho que perdurariam dois anos. (Ema, mais de 70 anos, residente de São Paulo, em São Paulo, entrevista realizada em 5/11/2009)

O setor de serviços tidos como femininos: cuidar de idosos, babás e empregadas domésticas<sup>[5]</sup> tem crescido nos últimos tempos com relação à mão de obra boliviana no sudeste do Brasil, uma vez que muitas mulheres conseguiram dar entrada no pedido de regularização da documentação com a anistia que ocorreu em 1990, e outras saíram do setor da costura e foram trabalhar em outros campos de serviços. Tal escolha é visível devido ao fato de muitas mulheres não terem vínculos familiares no Brasil, o que facilita com relação ao quesito de ter que dormir no emprego; exigência de algumas famílias de classe média brasileira. Um dado importante a ser considerado é com relação à faixa salarial desses empregos, pois geralmente estão cotados

---

5 Matéria vista no Jornal Folha da São Paulo e publicado no blog <http://sergyovitro.blogspot.com/2011/02/latina-busca-vaga-de-domestica-no-pais.html> acesso em 20/2/2011.

acima de R\$ 800; o que tem agradado às pessoas que seguem para esses serviços, pois ao ser convertido em moeda boliviana, quadruplicam o valor somado; além de somar o fato de não pagar aluguel e alimentação no trabalho. No entanto, a narradora Lídia argumenta outros fatores que a trouxeram para o Brasil.

Nasci na Bolívia na capital Trinidad, departamento de Beni. Foi lá que cresci e me criei até o início da fase adulta. Quando fui fazer vinte e dois anos apareceu um grupo de amigos que vinham para o Brasil e acabei embarcando junto, pois tinha paixão de conhecer o Brasil, de entrar em contato com a música e cultura brasileira, daí resolvi ir também. (Lídia, mais de 70 anos, residente de São Paulo, em São Paulo, entrevista realizada em 24/5/2010)

Diferentemente das explicações acima, a narradora Lídia, residente no bairro de Higienópolis em São Paulo e pertencente à rede social dos amigos de Marta e Ema, descreveram os motivos de emigrar como atrelados à curiosidade de conhecer de perto a cultura brasileira e estudar português. É importante apontar que durante a década de 1960 os expoentes da cultura brasileira no cenário internacional estavam atrelados ao cinema novo, ao futebol de Pelé, às músicas do gênero bossa nova e aos sambas, internacionalmente reverenciados por Carmen Miranda. As lembranças culturais de Lídia e do narrador Guillermo estão diretamente vinculadas às expressões de seu tempo.

O cine Olido era luxuoso; o metrô e o cinema pareciam um palácio. Avenida São João, onde desfilavam os blocos de Carnaval e as Escolas de samba, era magnífico. O carnaval começava na avenida São Bento e descia a avenida São João. Nesse tempo não tinha viaduto, era só a Avenida São João. Na praça da Avenida São João havia uma arquibancada que descia para a avenida, inclusive, o prefeito da época era o Faria Lima. Olha a minha cabeça, o Faria Lima mandou fazer isso. Depois da Ipiranga, ele mandou fazer outra arquibancada para incluir o número de pessoas. O atual cine Olido era na Avenida São João, na Avenida Ipiranga tinha outro cinema enorme; sei que eram quatro cinemas que tinham na Avenida São João e um teatro com o nome da atriz que morreu aos 102 anos, Teatro Derci Gonçalves, atualmente fechado. Aos poucos os lugares bonitos da cidade foram se perdendo. (Lídia, mais de 70 anos, residente de São Paulo, em São Paulo, entrevista realizada em 24/05/2010)

Assim como a paisagem transforma-se com a ação humana, as lembranças e os espaços modificam as concepções que temos do mundo.

Meu nome é Carlota Munhoz Torrico e vim para o Brasil porque os meus pais não queriam que eu namorasse, pois o rapaz que gostava era humilde e trabalhava com conserto de bicicletas. Atualmente, os pais querem que seus filhos se casem com médicos, advogados, pessoas que possam oferecer estabilidade. Naquele tempo, antes de sair da Bolívia a minha irmã disse: “Você irá para o Brasil estudar, trabalhar.” Ainda na minha terra formei-me em contabilidade geral e trabalhei durante um período num escritório. Lembro que minha irmã falou: “Acho que se você for para o Brasil irá ganhar muito mais.” (Carlota, mais de 50 anos, residente de São Paulo/SP, entrevista realizada em 19/5/2010)

As histórias de amor raramente aparecem como fatores da escolha de emigrar. Às vezes, as pessoas camuflam essas informações por meio dos condicionantes macroeconômicos, mas Carlota inicia a narrativa revelando o que poderia ser apenas um detalhe, porém, essa minúcia reconfigurou sua vida. O Brasil não foi sua primeira passagem por terras estrangeiras. Ainda na juventude, Carlota foi para os Estados Unidos morar com uma de suas tias; ficou um período e voltou porque seu visto de estudante havia vencido. Carlota planejou ao retornar para a Bolívia, realizar um curso de inglês e tentar a sorte nos Estados Unidos, mas seu pai não deixou isso acontecer. Carlota fez um curso superior e já estava trabalhando quando surgiu a vontade de ir para o Brasil. A colaboradora tem uma irmã que morou em São Paulo, que por sua vez foi dona de uma oficina de costura. Assim, a narradora descreve que veio com o intuito de trabalhar como contadora e prosseguir em seus estudos, porém acabou no nicho da costura.

Sou Maria Luiza Mamani Vasquez, morava em La Paz, Bolívia. Era comerciante, mas como perdi muito capital acabei perdendo tudo que tinha conquistado; assim, resolvi vir para o Brasil junto com o marido e os filhos. (Maria, mais de 50 anos, residente de São Paulo, em São Paulo, entrevista realizada em 7/7/2010)

A narradora Maria, muito próxima dos argumentos de seu esposo Ilfredo, descreve que veio devido aos prejuízos nos negócios da família. Em La Paz era comerciante e trabalhava com seu marido nas vendas

de mercadorias estrangeiras que seu esposo comprava no Brasil, na Argentina e no Paraguai. Assim, Alfredo descreve abaixo:

Meu nome é Alfredo Flores Aguilar e durante um bom tempo da minha vida trabalhei com transporte de mercadorias no circuito Bolívia, Paraguai, Argentina, Peru e Brasil. Só parei de trabalhar nesse ramo devido ao fato de ter perdido muito dinheiro com a Receita Federal porque as mercadorias não tinham nota fiscal. Na Bolívia nós dizemos “Aduana de polices”, mercadorias sem documentação. Perdi o meu caminhão cheio de mercadorias, um valor de quase 80 mil dólares. E esse foi o fator primordial pelo qual resolvi vir para o Brasil. (Ilfredo Flores, mais de 50 anos, residente de São Paulo, em São Paulo, entrevista realizada em 4/2/2010)

As motivações de Maria e Alfredo são da esfera econômica. Buscavam compor uma renda no Brasil, retornar e pagar as dívidas que deixaram em seu país, porém acabaram ficando e hoje produzem e vendem pães bolivianos na praça Kantuta e adjacências.

A narrativa de Jenny Caballero foi norteadada pelas divergências e pelos questionamentos dos papéis sociais de gênero presenciados em sua vida. Jenny não titubeia e é enfática desde o início ao dizer:

Meu nome é Jenny, tenho 26 anos e nasci em La Paz. A minha vida na Bolívia era muito mais tranquila, estudava, trabalhava, gostava de passear. E foram por variadas razões, algumas que ainda não sei explicar, que vim parar no Brasil. Uma das razões é que casei com um rapaz que é filho de boliviano e sua família é dona de uma oficina de costura na cidade de São Paulo. (Jenny Cabalero, mais de 25 anos, residente de São Paulo/, entrevista realizada em 14/4/2010)

As motivações do plano afetivo são tidas como complementares quando encaradas com o olhar marxista de análise, mas aqui tem um peso equivalente aos problemas sociopolíticos, pois Jenny não foi para o Brasil somente porque casou, mas porque quer construir projetos de futuro fora do contexto “machista” da qual advinha. Jenny quer ditar as regras de sua vida sem a autoridade da palavra legítima do provedor de sua velha morada: seu pai. Quando a mãe de Jenny faleceu, a narradora encontra um campo fértil para a libertação do seu ‘eu’ aprisionado, pois almeja dar continuidade nos estudos em outro país, trabalhar e viver neste país. Tão diferente da vida de advogada na qual vivia, a entrevistada teve que rearticular sua vida dentro de um casamento onde teria que viver, a princípio, com a família de seu marido, com um agravante que vai reposicionar sua percepção de mundo: trabalhar e residir no Brasil na oficina de seus sogros. Sabendo apropriar-se dos meios nos quais vivia, Jenny estuda e aprende português em dois anos, trabalhou como voluntária durante um período na Pastoral do imigrante de São Paulo; e com o processo de anistia, saiu do nicho das oficinas e trabalha como tradutora de espanhol/português em uma ótica na Rua Celso Garcia, no Brás; sendo mediadora de vendas para a clientela hispânica e africana do bairro.

A seguir, a narradora Claudia, entrevistada em La Paz, argumentou os motivos que a levaram a partir para São Paulo, como também, o que motivou o seu retorno para La Paz.

Quando o meu irmão resolveu ir para o Brasil, foi algo improvisado, o meu irmão estava lá há dois anos, voltou e disse que queria que eu fosse com ele. Eu não queria ir, os meus planos não eram sair da Bolívia. Ele foi e depois de uns meses voltou, depois de um ano lá, se não estou enganada; e no penúltimo ano que ele veio, acho que foi em 1998, queria que eu fosse. Mas estava namorando e não queria deixar o namorado só. O namorado já tinha ido para o Brasil uns anos atrás. Depois de alguns meses que estávamos juntos, ele resolveu ir para tentar abrir um negócio no Brasil, um escritório próprio, não, as pessoas que trabalhavam com ele decidiram abrir uma oficina, e ele perguntou se eu poderia ir para ajudá-lo. Sei que resolvi ir, mas tinha que deixar o meu filho na Bolívia, não podia levá-lo porque ele era bebê; tinha 3 anos e meio, fiquei pensando: “Deixo com quem?”, e aí deixei com a senhora que trabalha aqui na pousada onde atualmente trabalho, com a Sandra. (Claudia, mais de 25 anos, residente em La Paz/Bolívia, entrevista realizada em 1/9/2010)

Apesar de Claudia ter um irmão residindo em São Paulo, a colaboradora resolveu partir em virtude do convite de seu namorado, pois ambos tinham parentes e amigos que trabalhavam no setor da costura, mas todos os convites feitos até o presente momento foram recusados em consequência da existência de seu filho. Claudia teve uma infância difícil, aprendeu cedo o valor do trabalho, uma vez que seus pais faleceram quando era adolescente. No momento em que a entrevista foi gravada, ela trabalhava na pousada El Carretero na parte central da cidade de La Paz. Quando resolveu seguir para São Paulo, não imaginou que fosse

compartilhar a casa com outros grupos de pessoas, o que fez que a relação entre ela e seu namorado ficasse conflituosa. E depois de um período de desentendimentos entre os sócios e a esposa do seu namorado, resolveu retornar para sua terra e cuidar de seu filho.

Um fator importante para refletirmos é que Claudia não foi a primeira mulher boliviana que partiu para trabalhar em outro país e deixa seu filho e irmãos menores aos cuidados de parentes ou amigos próximos; pois, segundo pesquisas recentes que foram realizadas por sociólogos, antropólogos e psicólogos, esse processo reflete a feminização da migração boliviana, porque se outrora eram os chefes de família que deixavam a Bolívia à procura de trabalho para encaminhar as remessas para seus entes queridos, nos últimos 20 anos, cada vez mais, mulheres deixam seus lares em busca de melhores alternativas para a manutenção da família que ficou na Bolívia. Esse elemento foi relevante, pois afeta as relações parentais e afetivas das pessoas que partiram e dos que ficaram, porque a partir desse episódio, haverá uma redefinição dos papéis de gênero, onde homens ficam para a criação dos filhos e a mulheres saem para ocupar nichos de trabalho tidos como ‘femininos’.

A senhora que ficou cuidando do meu filho quando parti para o Brasil é madrinha dele e gosta de cuidar dele desde pequenininho. Nesse período que estava com o meu filho, comecei a trabalhar aqui na pousada e o meu irmão mais novo deixou de estudar, antes ele até trabalhava durante as férias; mas depois dos 15 anos ele se apaixonou, começou a andar em más companhias, deixou de estudar; estava na idade da loucura, queria namorar, mas só tinha 15 anos. Quando nos inteiramos que ele estava andando em má companhia, começamos a ficar preocupados; e ele estudava à noite, e às vezes faltava à aula, às vezes não dormia em casa e nessa ocasião, falei com o Roberto e decidimos que o David, irmão mais novo, iria para o Brasil trabalhar.

Fomos conversar com o meu irmão caçula: “David, queres ir para o Brasil? Tu vais, trabalha dois anos, volta para cá e vai estudar de noite.” Porque aqui existe a possibilidade de fazer em dois anos o ensino médio. Eu dizia para o meu irmão estudar porque eu comecei a trabalhar e não terminei os estudos. Ele terminou o ano e foi com o Marco Antônio trabalhar no Brasil. (Claudia, mais de 25 anos, residente em La Paz/Bolívia, entrevista realizada em 1/9/2010)

Além de Claudia, o irmão mais novo também foi para o Brasil trabalhar com seu irmão mais velho, que se encontrava em São Paulo. Claudia e outro irmão que ficaram na Bolívia resolveram conversar com irmão caçula em virtude de ele andar em más companhias, resolvendo assim, que a melhor opção para o mesmo seria desvincular-se dos ‘vícios’ que estava exposto e passasse uma temporada trabalhando no Brasil para depois retornar e prosseguir os estudos.

Essa perspectiva micro, que surge com a história do tempo presente, impõe a necessidade de construirmos novas formas de compreendermos os movimentos migratórios humanos, pois, para o sociólogo e estudioso da migração Abdelmalek Sayad (1998), o fenômeno da migração contemporâneo é complexo e precisa ser entendido a partir de diversos setores do conhecimento. Em sua concepção, a migração é o movimento de pessoas no espaço físico e social, em caráter definitivo ou por tempo longo. É um jogo de paradoxos entre i/emigração como um processo constituinte de duas faces de um mesmo fenômeno: o processo migratório em seus diversos ângulos: à saída do país de origem e imigração e a chegada e permanência no país que o abriga. Em suma, Sayad compreende o fenômeno da migração como “fato social total”, pois é um processo que carece ser interpretado a partir de várias perspectivas do conhecimento. Neste complexo jogo, poderemos entender o fenômeno da migração como ascendência, como experiências de deslocamentos, mudanças de espaços e valores, sendo que “o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente.”<sup>6</sup>

## Considerações sobre a diáspora

A Bolívia, assim como o México, Porto Rico e Equador, é um país diaspórico; e a emigração é um fenômeno histórico-estrutural em que uma parcela significativa de pessoas escolhe outros países como formas estratégicas para sua sobrevivência. O crescimento acelerado de diversos grupos de pessoas dentro da Bolívia nos obriga a pensar no caso boliviano como sendo significativo para os estudos migratórios internacionais da América Latina.

<sup>6</sup> Ver SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. SP, EDUSP, 1998, p.15.

O sociólogo boliviano Alfonso Hinojosa Gordonava descreveu em um dos seus livros que um dos elementos importantes ao analisarmos a migração dos bolivianos deve ser a constituição da Bolívia enquanto nação, pois

Trata-se de reconhecer que em nosso país, sumamente heterogêneo, se sobrepõem diferentes tempos, culturas, economias e nacionalidades; e, portanto, dinâmicas e lógicas demográficas distintas. A Bolívia não terminou de resolver o problema nacional e não pode constituir-se num Estado que reflete a nação. É dizer que o projeto de um Estado-nação que, em termos clássicos, representa uma nacionalidade, culturas (homogênea) e um território, foi um projeto inacabado, inconcluso. O projeto nacional tratou por implementar-se de diferentes maneiras durante nossa vida republicana. Em um primeiro momento, por meio da total negação e exclusão das diferenças e da existência de culturas e diferentes nações; assim se constituiu uma dupla República, com uma bolivianidade que se reproduziu em alguns centros urbanos, rodeada por outra bolivianidade em que prevalecia uma variedade de culturas que eram ignoradas e as quais só era lembrada no momento da cobrança de impostos, quando queriam mão de obra barata ou de soldados dóceis para as aventuras militares da outra Bolívia. Posteriormente, com a Revolução de 1952, tratou-se de constituir um Estado-nação por meio de transformações, desenvolvidas e administradas pelo Estado, que buscava a integração do conjunto da população boliviana. Com este objetivo decretou-se o voto universal, nacionalizou-se as empresas produtivas mais importantes, apostou-se na constituição de um mercado nacional, e a reforma agrária foi implementada (para expandir o mercado e integrar os indígenas, desde então proprietários de suas terras) inicia-se a denominada marcha para o Oriente e já se incentivava o desenvolvimento de um polo econômico em Santa Cruz como uma maneira de integrar geograficamente o país. Finalmente, aboliu-se a palavra índio para nomeá-los como povos originários, rebatizando-os como campesinos (delimitando sua identidade no âmbito produtivo). Em todo caso, os movimentos populacionais vividos intensamente dentro das fronteiras nacionais devem ser também considerados a partir de uma perspectiva maior que os vínculos entre Estados nacionais, e as análises da dinâmica interna e externa. (HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. 2009, p.18, tradução minha).

Os argumentos levantados por Alfonso Hinojosa Gordonava são de que não podemos entender o processo migratório boliviano como um fator recente, pois os deslocamentos dos povos originários dentro do território bolivianos advêm de um longo processo histórico pré-hispânico, de tal modo, para o autor, as migrações contemporâneas possuem elementos que a vinculam com processos históricos anteriores, principalmente, os vínculos de parentesco e a dimensão de complementaridade socioeconômica onde grupos familiares ou circunvizinhos ajudam outros grupos no deslocamento.

Nessa linha argumentativa, Alfonso Hinojosa Gordonava aponta que na Bolívia, principalmente nas regiões de vales, a dimensão cultural desenhou que, desde o período pré-hispânico, diversos povos originários que residiam no altiplano e nos vales centrais “movimentaram uma cosmovisão espaço-cêntrica que se manifestava em sua permanente mobilidade e utilização de diferentes espaços geográficos e ecológicos, de tal maneira que as migrações foram uma invariável em suas práticas de sobrevivência e reprodução social” (2009, p.18. tradução minha). Essa perspectiva de análise traz alguns elementos que foram discutidos na dissertação de mestrado: uma visão particular dos narradores ao entrelaçarem seus deslocamentos a elementos culturais, e às vezes de cunho religioso. Assim, o sociólogo explicou em sua entrevista que

a migração boliviana é um problema estrutural da sociedade e de sua composição, por exemplo, não faz parte de um desenvolvimento recente, é um fator histórico antigo e que passou por vários momentos históricos, obedecendo diferentes dinâmicas. A maioria é migração laboral. As pessoas partem cedo, são trabalhadores adjacentes que seguem com destino a Espanha e aos Estados Unidos, vão sem titubear, e os outros países são destinos limítrofes, principalmente Argentina e Brasil, o Chile também foi uma escolha do passado, para onde foram muitos bolivianos. (Alfonso Hinojosa Gordonava, mais de 40 anos, residente de La Paz, na Bolívia, entrevista realizada em 4/10/2010, tradução minha).

As análises desenvolvidas por Alfonso Hinojosa Gordonava desconstruem as explicações que tentam vincular o processo migratório boliviano como sendo uma problemática recente, motivada, somente, por crises econômicas. O sociólogo estabelece que a migração boliviana é uma questão cultural, onde prevalece uma cosmovisão do espaço e do tempo manifestado no contínuo processo de deslocamento dos povos. De acordo com ele, o processo migratório obedece tal composição integrando as práticas de sobrevivência dos grupos, uma vez que o clima e a composição do espaço dos Andes influenciam o deslocamento em

virtude das geadas, onde o ambiente produz ciclos naturais, os quais por sua vez, interferem no constante deslocamento de tais povos, principalmente de algumas regiões de Oruro, La Paz, Potosí. Atualmente, interpretações como estas voltaram a ser discutidas em virtude do aquecimento global, que provoca o degelo das montanhas interferindo no espaço desses povos, motivando as conhecidas migrações forçadas.

Esta dimensão histórico-cultural dos processos migratórios nacionais e particularmente cochabambinos faz-se necessário na medida em que fixamos nela uma determinada maneira de perceber e fazer os movimentos populacionais nestas altitudes. Em todo caso, não se trata simplesmente de estratégias de sobrevivência moderna, mas de um *habitus*, de uma prática associada a uma cosmovisão particular, de um saber de vida que permitia e permite ainda uma melhor e mais sustentável utilização dos recursos naturais e não para a sobrevivência de uma família, mas para a vida e reprodução de toda uma comunidade e sociedade. (HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. 2009, p.18, grifo do autor, tradução minha).

Para Hinojosa Gordonava (2009), atualmente a Bolívia é tida como um país em diáspora, devido ao crescimento da migração nesse país, e seu impacto dentro das fronteiras obrigam a considerar o caso boliviano como um dos mais significativos para o estudo da migração internacional no âmbito da América Latina. Uma das explicações possíveis está pautada na ideia de crise que o país vive no cenário atual.

Assim, percebemos que as linguagens, as imagens e as práticas aglutinadas para reinventar uma comunidade boliviana em São Paulo conduzem à conclusão de que “a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBSBAWN, 1997, p.21). Com isto, notificamos que as reinvenções das tradições são construídas por meio de afetos sociais constituídos pelas comunidades dos bolivianos residentes em São Paulo.

Percebemos que reinventar uma Bolívia faz parte de uma estratégia social para que as pessoas se sintam pertencentes a uma comunidade afetiva, mesmo que essa seja apenas uma projeção idealizada no discurso. Partilhamos, assim, do conceito postulado pelo historiador Benedict Anderson que, em seu livro “Comunidades Imaginadas” (2008), diz que as nações são “imaginadas” no sentido de fazerem sentido para a “alma” e constituírem objetos de desejos e projeções porque possuem uma validade emocional densa. As nações são

imaginadas porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora, todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. [...] ‘O nacionalismo não é o despertar das nações para a autoconsciência: ele *inventa* nações onde elas não existem’. [...] Imagina-se a nação *ilimitada* porque mesmo a maior delas, que agregue, digamos, um milhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. [...] ela é imaginada porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes últimos séculos, tantos milhões de pessoas tenham-se não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (2008, p.34, grifo do autor).

É precisamente para não cair no tempo vazio e homogêneo de um passado longínquo que muitos narradores atrelaram suas memórias, recriadas em um presente, a uma comunidade imaginada, pois mesmo desconhecendo a multiplicidade das vozes dos seus outros patrícios, projetam a ideia de comunidade por meio de ritos culturais. Por estarem atrelados a uma memória afetiva amalgamadas em seus símbolos cívicos e religiosos, são possíveis recriações de uma Bolívia mítica, sempre ressignificada na metrópole de São Paulo.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

- ALBÓ, Xavier; Sandoval, Godofredo; Greves. **Chuquiawu: La cara aymara de La Paz**. La Paz: CIPCA, 1982.
- CHIRINO, Fabiana; JÁUREGUI, Maggie; JORDÁN, Nelson; HOLLWEG, Karin. **Huellas Migratorias: duelo y religión em las familias de migrantes del Plan Tres Mil de la ciudad de Santa Cruz**. Santa Cruz: Fundación PIEB, 2009.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. (Org.) SILVA, Tomaz Tadeu da. Woodward, Kathryn. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HINOJOSA GORDONAVA, Alfonso R. **Buscando la Vida: familias bolivianas transnacionales en España**. La Paz: CLACSO: Fundación PIEB, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Migración Transnacional y sus efectos en Bolivia**. Las Paz: Fundación PIEB, 2009.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Fabíola; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral: como fazer como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- LESSER, Jeffrey. **A negociação da Identidade Nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- LEVITI, Peggy; GLICK, Nina Schiller. **Perspectivas internacionales sobre migración: conceptualizar la simultaneidad**. In: *Migración y Desarrollo*. 2004
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Brasil fora de si: experiências de brasileiros em Nova York**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Manual de História oral**. 5 ed., São Paulo: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. Palavras aos jovens oralistas: entrevistas em história oral. **Oralidades**: Revista de História Oral, São Paulo, Ano I, n. 03, jan./jun. 2008, p. 141-150.
- \_\_\_\_\_. Mas há fronteiras? **Migrações internacionais: desafios para o século XXI**. São Paulo: Memorial do Imigrante, p.31-50.
- PAES, Vanessa Generoso. **Trânsito de Identidades e Estratégias de Negociação Familiar: deslocamentos populacionais entre a Bolívia e o Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. SP: EDUSP, 1998.
- THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração**. In *Rev. Bras. Hist.*, 2002, vol.22, no.44, p.341-364. ISSN 0102-0188.
- ZAMBERLAM, Jurandir. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

# Procedimentos metodológicos de pesquisa com jovens infratores: a importância da história oral

Methodological procedures of research with young offenders: the importance of oral history

*Andréa Souza Marzochi*

Pedagoga, Mestranda em Educação, Faculdade de Educação – Unicamp

## Resumo

Neste artigo pretendo discorrer sobre a perspectiva da História Oral adotada na pesquisa de mestrado com o título “*História de Vida dos jovens da Fundação CASA: o lugar da escola nessas vidas*”, que seguiu as orientações do Núcleo de História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO/USP), principalmente os escritos do professor José Carlos Sebe B. Meihy. Com objetivo de aprofundar os estudos sobre os jovens que cumprem medida socioeducativa de internação no Estado de São Paulo, entrevistei sete internos que se tornaram colaboradores da pesquisa. Seguindo as referências do NEHO, não realizei somente a transcrição das entrevistas, mas ainda a textualização e a transcrição, que foram de suma importância para a elaboração de um texto final que permita refletir sobre a sociedade contemporânea a partir das experiências de grupos socialmente excluídos.

**Palavras-chave:** História Oral; Fundação CASA; Juventude.

## Abstract

In this article I intend to discuss the perspective adopted in the Oral History Master thesis with the title “*History of Life youth CASA Foundation: the place of the school in these lives,*” which followed the guidelines of the Center for Oral History at the University of São Paulo (NEHO / USP), especially the writings of Professor Jose Carlos Sebe B. Meihy. Aiming to deepen youth studies that meet socio-educational measure of hospital in São Paulo, interviewed seven inmates who become research collaborators. Following the results of Neoh, did not realize only the transcription of the interviews, but still textualisation and transcreation, which were critical for the development of a final text that will reflect on contemporary society from the experiences of socially excluded groups.

**Keywords:** Oral History; CASA Foundation; Youth.

Este texto é fruto de minha pesquisa de mestrado, em que busquei conhecer a trajetória de vida dos jovens que cumprem medida socioeducativa de internação na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), problematizando sua relação com a escola. A pesquisa teve como trabalho de campo uma unidade da Fundação CASA localizada na cidade de Campinas, com perfil de internos reincidentes, de onde foram selecionados sete jovens colaboradores para entrevistas realizadas dentro da unidade de internação.

Iniciei contato com a Fundação CASA no ano de 2011, pedindo autorização para frequentar uma unidade e realizar entrevistas individuais com os jovens internos que tivessem interesse em colaborar. O pedido foi feito respeitando todas as normas da instituição para realização de pesquisa, expressas na portaria normativa 155/2008. A autorização veio quatro meses depois e, em janeiro de 2012, passei a frequentar a unidade selecionada.

O número de sete entrevistados se deu depois que realizei rodas de conversa para me aproximar dos jovens e de aplicar um questionário que elaborei com o intuito de colher informações mais pessoais dos meninos e saber quem estava interessado em participar da entrevista. Na verdade, num primeiro momento, minha vontade era entrevistar a todos. No entanto, me mantive focada no objetivo central da pesquisa e selecionei jovens que haviam passado por escolas particulares, por escolas públicas, que aprovavam a escola da Fundação, que reprovavam, que haviam estudado em escolas fora do estado e que tinham lembranças positivas com professores ou que não tinham lembranças nenhuma da escola.

Cheguei a um número de 20 possíveis entrevistados, era ainda um número bem alto, mas que foi diminuindo conforme fui tentando entrevistá-los. Isso porque, alguns dos adolescentes que selecionei, em um prazo de quinze dias até retornar contato novamente para dar início às entrevistas, já haviam saído da instituição. Outros - um total de oito - não encontrei a família para pedir autorização formal para a entrevista, pois não visitavam o jovem. Dessa maneira, consegui fechar um número de sete entrevistados para a pesquisa.

Meu interesse na pesquisa realizada deve-se principalmente ao fato de entender que cada um tem uma história que deve ser contada e conhecida, principalmente para que as experiências vividas nessas histórias não sejam perdidas. Neste sentido, a História Oral estudada e orientada pelo Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo, apresentou-se como melhor possibilidade para registrar as experiências de pessoas por meio da fala.

Os estudos do professor José Carlos Sebe B. Meihy foram o referencial teórico metodológico adotado na realização da pesquisa. Segundo o professor a História Oral é:

“Um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistados. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.” (MEIHY e HOLANDA, 2010: 15)

A História Oral, na perspectiva dos autores é uma parte do conjunto de fontes orais, tendo como principal manifestação a entrevista. Sobre isso, chamam a atenção para o fato de não ser (a entrevista) exclusividade da história oral. Entrevistar não é fazer história oral, seria um equívoco de pesquisa supor que, ao fazer uso de entrevistas, está se fazendo história oral. No entanto, toda história oral utiliza-se da entrevista, que acaba sendo o epicentro da pesquisa, tudo deve girar em torno dela, pois atuam como força centrífuga das preocupações. (Ibid: 72).

Caldas (1999: 96), concordando com esta perspectiva da história oral, também chama atenção para a importância da entrevista como momento de troca de experiência que não deve ter um fim em si mesma:

“É um processo de busca de significados da sociabilidade enquanto presente, por meio dos fluxos narrativos próprios de indivíduos, grupos e comunidades. A busca não é pela oralidade, por textos ou pelo estabelecimento de outra ciência, mas pela comunicabilidade, pela repolitização das falas, por outra maneira de criar o conhecimento e compreender as realidades, por um tipo de desdobramentos vivo do presente.”

A história oral permite apreender dados não registrados em documentos, os pequenos detalhes da trajetória de um indivíduo, além de conhecer as percepções de cada pessoa sobre determinado assunto, isso porque está focada no sujeito. “Em termos sociomoraís, a história oral tem vocação a valorizar o indivíduo em detrimento do exclusivismo da estrutura social.” (MEIHY e HOLANDA, 2010: 37).

Caldas (1999: 81), citando o professor Meihy, observa ainda que a meta da história oral é valorizar o indivíduo, o ato de narrar e exaltar o valor da experiência como resultado da vida, “... sem perder a dimensão coletiva, interpretativa e política, tanto dos procedimentos como da reflexão em geral, pois são exatamente essas dimensões repolitizadas do presente que exigem um novo redimensionamento teórico.”

Ao mesmo tempo, segundo os autores, a história oral tem um compromisso social com os colaboradores de suas pesquisas. Os trabalhos que a utilizam como metodologia devem visar serem facilitadores de políticas públicas para os sujeitos estudados:

“... cabe ao oralista, normalmente, lutar pela identidade da voz e da vida daquele que não deve ser mais uma-coisa-sendo-estudada, mas indivíduos plenos, texto vivo que, antes de se tornar documento, se tornará ficção textualizada ao se plasmar em parte num texto escrito.” (Ibid: 88)

O termo “colaborador” (MEIHY e HOLANDA, 2010) para se referir aos entrevistados, é empregado justamente por se reconhecer o trabalho cooperativo que existe, dentro da história oral, entre pesquisador e sujeitos. Esta ligação vai além da relação entrevistador/entrevistado, porque exige do pesquisador uma devolutiva de seus estudos frente às vidas relatadas.

“Nossa *missão* não é a de domá-lo (o entrevistado), transforma-lo em conhecimento, mas ambos nos tornarmos mais conscientes de nós mesmos e do mundo que nos *u*, dando nitidez aos horizontes e aos eixos dos nossos presentes, apreendendo melhor as ficções que somos e em que o mundo nos transformou.” (CALDAS, 1999: 100)

Dessa maneira, acaba sendo um grande desafio o trabalho com história oral, pois entendê-la como algo maior que a entrevista, exige pensar a estruturação de procedimentos capazes de garantir a ela seu mérito de ir além do possível valor informático que possa conter.

Neste sentido o projeto em história oral acaba tendo grande valor, pois é a partir dele que se terá claro qual o objetivo do trabalho a ser realizado. Meihy e Holanda (2010) explicam que há três questões que devem estar esclarecidas no projeto em história oral: *de quem? Como? e Por quê?*

Os autores entendem que a história oral é um conjunto de procedimentos, por isso a importância do projeto, para que se reflita nos procedimentos necessários a toda história oral e de que maneira isso será resignificado pelas especificidades da pesquisa que se pretende realizar.

É importante que se tenha claro que um conjunto de procedimentos não pode ser entendido como um método fechado, que amarre o pesquisador. Caldas (1999:70) discorrendo sobre o sentido do método em história oral, afirma:

“Método em história oral é inflexão livre e consciente do oralista sobre si mesmo, sobre seu presente e todas as espessuras, todos os nódulos, dimensões, brechas, mistérios, perversidades, língua e linguagens do presente. Não é camisa-de-força (como se o presente pudesse ser apreendido por meio de normas específicas e só existisse um presente, uma realidade, um corpo, uma interioridade, uma imagem, um sentido, um significado, uma voz), mas a maneira possível de o presente se deixar seduzir e a vontade do oralista em criar até o fim sobre e dentro desse determinado presente.”

Um dos primeiros procedimentos a ser referenciado em um projeto que se proponha fazer uso da história oral é ter bem claro qual gênero pretende-se estudar, caso contrário, poderá comprometer o projeto, já que as entrevistas e o modo como elas se darão dependem desta clareza. Meihy e Holanda (2010) explicam que, dependendo dos objetivos do projeto, a história oral poderá ser: *temática, de vida ou tradição oral*.

A história oral temática levanta dados orais de um mesmo tema por meio de diferentes colaboradores. Já a tradição oral tenta apreender o cotidiano e a cultura do outro, se aproximando bastante da etnografia<sup>1</sup>.

Minha pesquisa está dentro do gênero *História Oral de Vida* que tem como enfoque maior a vida de

<sup>1</sup> Ver mais em MEIHY e HOLANDA, 2010: 34.

quem é entrevistado. A ideia não é fazer sua biografia, porque não se exige seguir o tempo cronológico, mas as lembranças que surgem durante a entrevista.

Este tipo de entrevista não necessita de muitas perguntas, por não ser um questionário ou interrogatório sobre a vida do colaborador, mas apenas perguntas abertas, que possibilitem a ele relatar sua história da melhor maneira para si. Neste caso, durante a entrevista, o papel principal do pesquisador é saber ouvir e estimular a fala do entrevistado.

“No caso da história oral de vida, o que a distingue é exatamente a independência dos suportes probatórios. As incertezas, descartabilidade da referência exata, garantem às narrativas decorrentes da memória um corpo original e diverso dos documentos convencionais úteis à História. Em particular, a história oral de vida se espraia nas construções narrativas que apenas se inspiram em fatos, mas vão além, admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções.” (MEIHY e HOLANDA, 2010: 34)

A preocupação com o gênero em história oral é válida porque só a partir dele que se pode pensar nas estratégias de como se dará as entrevistas, que é a parte determinante dos estudos.

Novamente estamos diante da entrevista, agora já realizada. Neste momento surge o seguinte questionamento: se ela é a parte central do trabalho em história oral, como proceder a partir de sua gravação?

A entrevista em história oral é sempre um momento determinante. Como vimos, é um espaço de troca, é um diálogo: “...mas não é somente entre *pessoas*, mas entre *tempos, imaginários, ideias, corpos, experiências, vozes, imagens diferentes*. E deve ser nessa, com essa e para essa *diferença* que deve acontecer o diálogo.” (CALDAS, 1999: 100)

Esse diálogo continua depois que a entrevista termina, no texto, no trabalho textual final, o qual deve expressar, trazer nele, toda a riqueza do diálogo estabelecido na conversa, para além de uma pobre objetificação científica. Por isso que, para todos os autores referenciados, depois de realizada a entrevista, o pesquisador deve proceder a três etapas: transcrever a fala, textualizá-la e transcriá-la.

A *transcrição* é a passagem do oral para o escrito, é a transformação da fala do colaborador num texto, registrando todos os vícios de linguagem da forma oral, sem alterar a fala.

Para a perspectiva teórica adotada, esta é a primeira etapa do trabalho com as entrevistas, no entanto, em outras perspectivas podemos encontrar esta como sendo a última etapa “... o que ocorre em geral quando a preocupação não se concentra na narrativa em si, mas nas informações ali contidas e que já neste momento conseguem dar conta de suprimir as lacunas observadas pela pesquisa.” (EVANGELISTA, 2010: 175)

Caldas (1999: 105) explica porque é importante ir além da transcrição nesta perspectiva da história oral: “Nossa grande busca é pelo *sentido do outro*, por seu *significado social*, por sua *integralidade vital*, não somente por pretensas palavras fiéis.” (Grifo do autor)

Ainda segundo o autor, transcrever uma entrevista para utilizar-se dela como suporte teórico, como exemplo daquilo que a teoria discute, pode ser uma atitude discriminatória de classe, tendo em vista que, ao citar trechos da obra de um autor, dá-se a referência para que o leitor busque posteriormente na íntegra a citação. No entanto, recortar uma fala e colocá-la no meio do texto interpretativo é desrespeitar a experiência narrada, pois não há como consultar o todo da entrevista.

“Na verdade, aquilo que se faz com nome de História Oral é tão somente um preconceito de classe (classe média que, ao se sentir culpada, quer redimir-se conversando com os miseráveis), que não escuta os desgraçados, que usa pedaços do que eles dizem, mistura depois com suas perguntas direcionadoras e está feito o suporte para suas brilhantes palavras: e tudo fica em paz.” (Ibid: 84)

Na *textualização*, ocorre a “limpeza” da escrita, as falas orais são transformadas em falas escritas, respeitando a norma culta e retirando a voz do entrevistador, deixando fluir as falas do colaborador.

A última etapa, a mais admirável talvez dentre as formas de se trabalhar com os dados da entrevista, e possivelmente a mais difícil, é a *transcrição*. Transcriar é acrescentar sensações ao texto, aquilo que não foi dito, mas percebido ou visto pelo entrevistador. É o momento do pesquisador se colocar também no texto que está sendo escrito, é o encontro das experiências do colaborador com as do pesquisador, e deste encontro nasce uma narrativa:

“A noção de *transcrição* ganha novos sentidos na história oral, pois sugere a fatalidade da transcrição como ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado.” (Ibid, p. 136)

Não reconheço nas minhas entrevistas uma transcrição fiel à orientada por Meihy, acredito que a realização da transcrição exige um tempo que eu não possuía para conseguir alcançar este texto criado, no entanto, não acho que o que apresento seja apenas a textualização das entrevistas, pois consegui, de certa maneira, colocar nos textos palavras que não foram ditas, mas percebidas.

Estas etapas, tão importantes para o trato com os dados coletados na entrevista tem uma razão de existir nesta proposta de trabalho com a história oral. Não é por acaso que se propõe o não recorde das falas, mas a sua transformação em um texto final que imprima não exatamente aquilo que o colaborador disse, mas tudo que ele queria dizer.

Caldas (1999: 86), explica que o texto oriundo destas três etapas tem uma função política porque, quando o oralista não recorta o texto, não o destitui de sua complexidade e de seu contexto maior, está, na verdade, respeitando e garantindo a esse texto sua verdadeira função, é “um tipo de trabalho, forma de pensar o texto com destinação social, não aos membros da seita, mas ao processo político de compreensão e modificação do real.”

Ou seja, todo o processo de transcrição, textualização e transcrição não é apenas um meio de facilitar a leitura da entrevista para o leitor, mas uma forma de garantir a força política daquela história e, consequentemente, daquela escrita. Porque, ainda segundo o mesmo autor:

“A ideia de “suprimir as perguntas para proporcionar ao leitor um texto corrido e fácil de ser lido” é a que vai ser o centro da criação textual e a que permitirá maior compreensão não somente do texto e da leitura, mas, fundamentalmente, daquelas dimensões interiores que é preciso conhecer e criar de maneira a se respeitar aquele que fala do vivido na sua dimensão de sujeito, ou melhor, na tradicional dimensão de sujeito da história.” (Ibid, 87)

Com isso, importante também pensar nos procedimentos que devem ser tomados depois da transcrição realizada, ou seja, do texto pronto.

A primeira providência a ser tomada assim que o processo de transcrição for finalizado, é a devolutiva do texto para o colaborador da pesquisa, para a sua verificação e aprovação. Caso haja divergência do colaborador com o texto final de sua entrevista, este deverá ser refeito, pois o importante é que o colaborador se identifique com o texto criado e não seja um estranho àquela história.

Somente depois da aprovação pelo colaborador, o texto transcrito poderá ser publicado - observando o fato de ser, a história oral, uma possibilidade de trabalho a ser utilizada não somente no universo acadêmico. Na apresentação de seu livro, Meihy e Holanda (2010: 10) dizem que:

“Entre outras alternativas, a história oral se apresenta como solução moderna disposta a influir no comportamento da cultura e na compreensão de comportamentos e sensibilidade humana. O fato de ser amplamente aceita pelo público a faz desafiadora do exclusivismo acadêmico, ainda que as disciplinas universitárias também a disputem.”

No âmbito acadêmico, a publicação de trabalhos exige que se avance para além da publicação das entrevistas transcritas. Torna-se importante uma análise daquilo que foi apreendido.

Caldas (1999:110), atentando-se para esta necessidade acadêmica observa que o texto transcrito não é um texto que se explica em si mesmo, cada leitor é chamado a reinterpretá-lo “... os textos transcritos tornam-se realidades abertas que exigem abertura e enfrentamento (...). Como os textos são resultantes de uma poética da experiência, clamam por uma poética da leitura e por uma poética da interpretação.”

O que entendo com isso é que a “análise das entrevistas” seria um termo que não caberia neste tipo de trabalho, a função do pesquisador, mesmo no meio acadêmico, não é decifrar o colaborador, fazer de sua história um suporte para um aporte teórico, mas elaborar com aquele texto, com aquela história, um diálogo: daquilo que foi aprendido pelo pesquisador, por meio das narrativas, com sua bagagem teórica.

Caldas (1999: 112) diz que, para este diálogo, o pesquisador deve levar em conta tudo aquilo que o ajuda a entender o mundo que o cerca. É uma conversa feita do pesquisador para o colaborador a partir das narrativas:

“Interpretar é dialogar não um diálogo de aceitação, mas de desdobramento, de enriquecimento de sentidos e significados. É dizer mais, é relacionar, é fazer frutificar os múltiplos sentidos simbólicos e vivenciais do vazio, do silêncio, das palavras, do corpo e das interioridades.”

A partir disso, o autor atenta-se para aquilo que interpretar não é: não é ficar no âmbito das falas; documentar ou entrelaçar assuntos; contar a história do texto com as suas palavras; explicar a história; expor a história; fazer uma simples análise de palavras. (Ibid: 111/112)

Explicada desta maneira, a interpretação passa a ser um grande desafio para quem se propõe a trabalhar com esta perspectiva da história oral. Entendo que, quando Caldas chama atenção para aquilo que interpretar não é, está expondo também que não há uma receita pronta a interpretação em história oral.

Não por acaso, Meihy e Holanda (2010) chamam a atenção para o fato de que a história oral deva sempre estar vinculada aos interesses sociais, pois se fosse apenas mais uma fórmula acadêmica de análise da realidade, não exigiria que o trato com as entrevistas fosse tão completo, transformando esta no epicentro da pesquisa.

A partir dessas considerações sobre a história oral proposta e realizada pelo NEOH, é possível refletir a respeito da sua importância para uma escrita mobilizadora do social.

“Por essa visão, nada do que é humano deve ser alheio ao oralista. Todas as realidades, todos os materiais, todas as linguagens, todas os símbolos pertencem ao seu universo de paixões. Uma de suas metas é restabelecer homens concretos em relações sociais vivas e dinâmicas. A busca não é pelo estabelecimento de outra ciência, mas pela comunicabilidade da experiência, pela expressão da coletividade, pela repolitização das falas, por outra maneira de criar o conhecimento e compreender a realidade por meio de novas maneiras de reflexão que consigam alcançar estas metas.” (CALDAS, 1999: 75)

Em minha pesquisa, a história oral fez sentido como maneira de garantir a troca de experiência entre pessoas e também uma nova possibilidade de expressão para aqueles que compartilham das experiências relatadas pelos colaboradores.

É dessa maneira que entendo a importância desta forma de pensar e fazer história oral, pela conotação política que tem e por buscar, por meio das histórias, transgredir o real.

## Referências bibliográficas

- CALDAS, A. L. **Oralidade, texto e história: para ler a história oral**. 1999. Editora Loyola: São Paulo, 133 p.
- EVANGELISTA, M. B. 2010. **A transcrição em história oral e a insuficiência da entrevista**. *In*: Revista de História Oral Oralidades. São Paulo. NEHO/ LEI – USP. p. 169 – p. 181.
- MEIHY, J. C. S. B. 1991. **Canto de morte kaiowá: história oral de vida**. Editora Loyola: São Paulo, 1991, p. 11 – 33.
- \_\_\_\_\_; HOLANDA, F. 2010. **História oral: como fazer, como pensar**. Editora Contexto: São Paulo. 2 ed. 175 p.

# Professores narradores: potenciais e desafio da pesquisa sobre formação de professores de História (2000-2013)

Teachers and narrators: potential and challenges on history teacher's education (2000-2013)

*Caroline Pacievitch*

Doutora em Educação (Unicamp, bolsa Capes) e professora substituta da FE/Unicamp

## Resumo

Esta comunicação trata do uso de fontes orais em pesquisas sobre formação de professores de História no Brasil, com foco nas narrativas de docentes. O objetivo é discutir desafios da relação entre História Oral e pesquisa em formação de professores de História. As fontes documentais em análise são teses de doutorado sobre formação de professores de história, em que se verificou: como se interpretaram referenciais da História Oral; quais pesquisas sobre formação de professores de História foram utilizadas e como os instrumentos metodológicos foram construídos. Os dados foram cruzados entre si e com as considerações teórico-metodológicas. Os resultados mostram a necessidade de construir sínteses críticas dessas investigações, que podem contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa e para a compreensão do papel das narrativas docentes entendidas como expressão de experiência e de sabedoria.

**Palavras-chave:** formação de professores, história oral, didática da história.

## Abstract

This paper deals with the use of oral sources on researches on history teachers' education in Brazil, focusing on the teachers' narrative. The intent of this work is to discuss the challenges of the relationship between oral history and research on history teachers' education. The analyzed documental sources are PHD thesis on history teachers' education. It has been verified: the way the references of oral history are understood; which researchers on history teachers' education are used and how methodological instruments are built. The data is crosschecked among theoretical and methodological considerations. The results indicate the need of building critical synthesis on these investigations, which may contribute to the improvement of the instruments of research as well as to the comprehension of the teachers' narratives role as expression of experience and wisdom.

**Key-words:** teacher's education, oral history, history didactics.

Esta comunicação tem por tema o uso da história oral ou de fontes orais em pesquisas sobre formação de professores de História no Brasil, nos últimos 13 anos, com foco nas narrativas dos professores. O objetivo geral é discutir desafios da relação entre História Oral e a pesquisa em formação de professores de História. Pretendo, em primeiro lugar, apresentar um panorama de pesquisas em nível de doutorado que incluem a História Oral (ou fontes orais) como meio para discutir formação de professores de História. Em segundo lugar, verifico a possibilidade de levantar regularidades no uso das fontes orais e nos resultados obtidos nas pesquisas, principalmente na configuração do professor como narrador de suas práticas.

As 12 teses aqui apresentadas foram rastreadas no banco de teses da Capes e lidas na íntegra. Nos próximos parágrafos, busco entender como se interpretaram e utilizaram os referenciais da História Oral, identificando quais instrumentais (questionários, entrevistas) foram construídos pelas(os) autoras(es) e como foram utilizados.

Os dados foram cruzados entre si e com algumas considerações teórico-metodológicas sobre a História Oral e a formação de professores de História, a fim de construir uma interpretação possível das contribuições e dos desafios da História Oral para a investigação na área. Para finalizar, interpreto, em linhas gerais, como os autores constroem narrativas dos e sobre os professores.

### As teses – panorama

A ideia de investigar o papel das fontes orais e das narrativas docentes para as pesquisas sobre formação de professores de História surgiu quando realizava estudos exploratórios para a escrita de minha tese de doutorado, defendida em 2012, na Faculdade de Educação da Unicamp. Na ocasião, percebi que as fontes orais eram bastante usadas e valorizadas na maioria das pesquisas de doutorado da área do Estado de São Paulo, principalmente naquelas defendidas a partir de 2002. Com a oportunidade de participar do X Encontro Estadual de História Oral, decidi iniciar um ensaio interpretativo do uso de fontes orais na pesquisa sobre formação de professores de História, tendo como problemática o papel do professor como narrador.

Daniel Chiozzini, Ilka Miglio de Mesquita e Magda Madalena Tuma (2007) escreveram sobre o papel das fontes orais e da memória para a pesquisa com professores de História, em busca de suas singularidades. Para os autores, as renovações historiográficas, principalmente as provenientes da Escola dos Annales, ofereceram novos temas, fontes e abordagem e problematizaram o conceito de verdade na pesquisa. A História Oral é entendida ora como campo de pesquisa, ora como método de investigação, sendo que a ênfase principal do texto está na última perspectiva. Segundo eles, as fontes orais permitem visualizar memórias e esquecimentos em disputa, bem como os processos de construção de identidades. Assim, afirmam que a pesquisa ganha o caráter de interrelação e de tessitura de significados, na tentativa de “(...) recuperar a figura do narrador” (Chiozzini *et al.*, 2007: 115), produzindo narrativas baseadas nas experiências de docentes. Várias características discutidas neste capítulo aparecem também nas fontes que apresento na Tabela 1:

**Tabela 1: Dados básicos sobre as teses.**

Autoria	Título	Área	Instituição	Ano	Orientador
1 ROCHA, Raimundo	Identidades e ensino de História: um estudo em escolas do Rio Grande do Norte	Educação	USP	2001	Circe Bittencourt
2 GUSMÃO, Emery	Memória, identidade e relações de trabalho: a carreira docente sob o olhar de professores de história Marília	Educação	Unesp	2002	Tullo Vigevani
3 MONTEIRO, Ana Maria	Professores de História: entre saberes e práticas.	Educação	PUC-Rio	2002	Creso Franco
4 RICCI, Claudia	A formação do professor e o ensino de história. Espaços e dimensões de práticas educativas (Belo Horizonte, 1980/2003)	História Social	USP	2003	Marcos Silva
5 PAIM, Elison	Memórias e experiências do fazer-se professor	Educação	Unicamp	2005	Carolina Galzerani
6 MESQUITA, Ilka de	Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de história: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais	Educação	Unicamp	2008	Ernesta Zamboni
7 SOUTO, Paulo Heimar	“É como se tivesse a roça e faltasse a enxada”: formação em serviço de professores de História no interior sergipano	Educação	UFRN	2008	João Maria Valença de Andrade
8 CARVALHO, Silvana	A formação do professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes.	Educação	UFPR	2010	Marcus Aurélio Taborda de Oliveira
9 LOURENÇO, Elaine	Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista (1970-1990)	História Social	USP	2011	Marcos Silva
10 SILVA, Gizelda Costa da	O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática docente	Educação	UFU	2011	Selva Guimarães
11 PACIEVITCH, Caroline	Responsabilidade pelo mundo: utopias político-educacionais na formação de professores de História de São Paulo e Barcelona	Educação	Unicamp	2012	Vera Lúcia Sabongi De Rossi
12 DA SILVA Jr., Astrogildo	Identidades e consciência histórica de jovens estudantes e professores de história: um estudo em escolas no meio rural e urbano.	Educação	UFU	2012	Selva Guimarães

Todas as teses foram localizadas por meio do Banco de Teses da Capes. A palavra-chave utilizada no campo “Assunto” foi “professor”. Incluí a variável “Nível doutorado” e fiz a busca para cada um dos anos desde 2000 até 2012. Pretendia incluir também teses de 2013, mas elas não constam no banco de dados. Tenho conhecimento de um trabalho defendido na Faculdade de Educação da Unicamp que se encaixaria no perfil, mas ainda não foi disponibilizado publicamente. Então, as teses mais recentes são as de 2012. É possível que existam outros trabalhos, mas que não estejam incluídos na base da Capes ou que, por falha minha, tenham passado despercebidas. Fiz a seleção pela leitura dos resumos. Em alguns casos, foi necessário ler o capítulo introdutório para decidir pela inserção ou exclusão do trabalho. Os critérios foram a adequação à problemática deste trabalho e o acesso ao texto completo. Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU) lideram o número de teses na área. A maioria das teses pertence a universidades da região Sudeste, pois apenas uma foi defendida no Paraná e outra no Rio Grande do Norte. Selva Guimarães – ela mesma autora de uma tese sobre vidas de professores de História (Fonseca, 1997) – e Marcos Silva lideram o número de orientações, com duas teses cada um. Todos os autores continuam envolvidos com formação de professores, seja em projetos de pesquisa atuais, seja na atuação profissional.

Os problemas de pesquisa variam, mas todas as teses preocupam-se em interpretar programas de formação de professores com foco nas tensões entre teoria e prática e entre historiografia e ensino de história. Rocha (2001) investiga a construção de identidades regionais, cotejando inovações curriculares às perspectivas docentes. Quem também trabalha com inovações curriculares é Emery Gusmão (2002), dedicada à ideia de “inovador” presente nas identidades docentes em história. Claudia Ricci (2003), Paulo Souto (2008) e Elison Paim (2005) avaliam programas de formação inicial e continuada, preocupados com a diversidade de espaços e de dimensões para a vida dos sujeitos, com o papel da formação em serviço e com o papel das subjetividades docentes, respectivamente. Próximas à história da educação, Elaine Lourenço (2011) e Silvana Carvalho (2010) utilizam memórias de professores de História para interpretar diferentes momentos da formação docente institucional (Carvalho, 2011) e na prática (Lourenço, 2010). Os saberes docentes, as identidades docentes e as utopias político-educacionais incentivaram as pesquisas de Monteiro (2002), de Da Silva (2012) e de Pacievitch (2012), que procuram compreender, a partir de conceitos explicativos do trabalho docente, características fundamentais de seu processo formativo. Com um escopo mais fechado, Silva (2011) interroga a formação docente para a prática da história e cultura africana e afrodescendentes nas aulas de História de ensino fundamental.

Para explicar as concepções de professor de História que acompanham as problemáticas de cada pesquisa, notou-se que os autores mais citados são Dea Fenelon, Selva Guimarães, Ilka Mesquita, Elison Paim e Ana Maria Monteiro. Em linhas gerais, estes autores propõem um perfil baseado no profissional crítico, reflexivo, transformador e politizado. Apesar de valorizarem as dimensões políticas do professor de História, utilizam em grande medida termos como autonomia e crítica. As teses sugerem que a formação se concentre na ruptura da dicotomia entre teoria e prática, oferecendo maiores possibilidades de articulação com a realidade da escola pública brasileira e das possibilidades transformadoras do ensino de História. O debate sobre os problemas políticos, econômicos e sociais não são desconsiderados, mas não devem se sobrepor ao educacional.

Acredito que estas informações ajudam a construir um panorama geral sobre as teses, seus problemas de pesquisa e os referenciais que as embasam. Estas informações são relevantes para a posterior articulação com o uso das fontes orais, que apresento a seguir.

### Fontes orais – instrumentos e usos

As fontes orais são portadoras de uma objetividade própria, que as torna diferentes das escritas e dependentes de um tratamento específico, conforme Alessandro Portelli (1997). Nelas, a voz do pesquisador fica mais clara e presente, pois a entrevista só existe a partir da pergunta expressa do entrevistador (p.37). Entendo que a coleta de fontes orais não se limita a “ouvir o professor”, mas em estabelecer ligações com ele. É o pesquisador quem o incentiva a falar, é ele quem faz as perguntas e espera determinadas respostas.

Esta expectativa não acontece apenas pelas interrogações teóricas, mas também pela subjetividade do entrevistador (Meihy, 1996).

Portelli (1997) e Mercedes Vilanova (1994) ressaltam de diferentes formas a responsabilidade do pesquisador sobre o texto que produz. Segundo Portelli (1997), as fontes orais são artificiais, variáveis e parciais e se diferenciam da fonte escrita, embora não sejam menos confiáveis – por isso, o que garante a objetividade é a responsabilidade do pesquisador perante a fonte que ele mesmo está produzindo. Para Vilanova (1994), a subjetividade inerente à fonte oral deve ser defendida, posto que necessária para a construção de uma história completa. Vilanova (1994: 54) resume: “(...) *queremos saber quem são e como são, mas, sobretudo, falando com eles, queremos saber quem somos nós*”. Pensando nisso é que, em vários casos, as narrativas são apresentadas com o contexto da entrevista, o que enriquece a compreensão do leitor.

As questões éticas são relevantes em qualquer trabalho acadêmico, mas ganham uma dimensão ainda maior nos trabalhos que envolvem a coleta de narrativas ou depoimentos orais. É importante, pois, que os autores das teses demonstrem como construíram os instrumentos de pesquisa e as relações com os entrevistados. O formato da transcrição, o uso de gravador ou de notas de campo, esclarecimentos sobre alterações na fala do entrevistado ou de trechos inaudíveis são importantes para manter a fidelidade à fonte e oferecer ao leitor a maior transparência possível (Ferreira & Amado, 2002). Algumas universidades costumam exigir o parecer do Comitê de Ética em pesquisa para validar a investigação, como se nota na tese de Pacievitch (2012: 257). Na tabela 2, apresento quais foram os instrumentos utilizados pelos autores nas suas teses.

**Tabela 2: Instrumentos de coleta de fontes orais utilizadas nas teses.**

	Autoria	Instrumentos utilizados
1	ROCHA, Raimundo	Entrevistas semiestruturadas. Não constam informação sobre gravações e transcrições. Critérios de seleção claros.
2	GUSMÃO, Emery	Roteiro de questões sobre vida escolar e fragmentos da história de vida pessoal e familiar. As entrevistas foram gravadas, mas não há maiores explicações sobre a forma de transcrevê-las. Critérios de seleção claros.
3	RICCI, Claudia	Entrevista oral com professores, gestores e ex-alunos das instituições pesquisadas. Roteiro não disponibilizado. Critérios de seleção pouco claros. Entrevistas gravadas.
4	PAIM, Elison	Questionário semiestruturado a partir de questões claramente expostas. Depoimentos gravados. Critérios claros.
5	MESQUITA, Ilka de	Reproduz o questionário na íntegra, no corpo do texto. Depoimentos gravados. Critérios claros.
6	CARVALHO, Silvana Maura	Roteiro da entrevista em anexo. Detalha o processo de gravação, autorização e transcrição. Critérios claros.
7	LOURENÇO, Elaine	Roteiro de temas (não de perguntas prontas) disponível no anexo. Entrevista gravada. Critérios claros e bem detalhados.
8	SILVA, Gizelda Costa da	Roteiros disponíveis nos anexos. Detalha a concretização das gravações e formas de transcrição. Critérios claros.
9	SOUTO, Paulo Heimar	Roteiros semiestruturados (questões fechadas e abertas) em anexo (anexos não disponíveis na versão eletrônica). Reflete teoricamente sobre o uso do gravador, instrumento que às vezes sequer é mencionado em outras teses. Critérios claros.
10	PACIEVITCH, Caroline	Questionários em anexo. Detalha processo de gravação e transcrição. Critérios claros.
11	DA SILVA Jr., Astrogildo	Não apresenta os instrumentos em anexo. Critérios claros.
12	MONTEIRO, Ana Maria	Informa que utilizou entrevistas com roteiro semiestruturado. Entrevistas gravadas. Critérios claros.

Todas as investigações aqui em análise são de tipo qualitativo. Algumas, etnográficas (Gusmão, 2002; Da Silva, 2012), outras, optaram pelo método histórico (Carvalho, 2010; Monteiro, 2002). Certos autores prezaram pela interlocução com fontes escritas (Ricci, 2003; Rocha, 2001; Souto, 2008; Pacievitch, 2012) enquanto outros privilegiam as orais (Paim, 2005; Mesquita, 2008; Silva, 2011), embora também consultem outros tipos de documentos.

As justificativas para o uso da História Oral variam. Autores como Rocha (2001), Ricci (2003) e Mesquita (2008) lançam mão de reflexões epistemológicas em torno da verdade na pesquisa qualitativa. Os significados mais utilizados, porém, são de que as fontes orais permitem observar perspectivas inacessíveis por outras fontes (Paim, 2005; Carvalho, 2010; Silva, 2011; Souto, 2008; Da Silva, 2012; Gusmão, 2002) ou pela busca de aproximação com a concretude da prática docente, em diálogo direto com os docentes (Lourenço, 2011; Pacievitch, 2012; Monteiro, 2002).

Os autores do campo da História Oral ou das fontes orais mais citados nas teses estão dispostos na Tabela 3.

Tabela 3: Autores sobre História Oral mais citados nas teses.

Autor	Número de citações
Alessandro Portelli	11
Marieta Ferreira e Janaína Amado	11
José Carlos Sebe Bom Meihy	7
Verena Alberti	5
Paul Thompson	5
Antonio Torres Montenegro	3

Nota-se a recorrência a obras que podem ser consideradas clássicas sobre o uso de fontes orais no Brasil: “Usos e abusos da História Oral” (Ferreira & Amado, 2002) e a diversos textos de Portelli (1997), além do “Manual de História Oral” de Meihy (1996). É relevante, ainda, a citação a autores que auxiliam a tratar do tema da História Oral junto com as questões éticas, as memórias e as identidades, como Verena Alberti, Paul Thompson e Antonio Torres Montenegro. É justamente o passo seguinte da maioria das teses, quando explicam a opção pela História Oral: as reflexões teóricas sobre memória (Gusmão, 2002; Paim, 2005; Mesquita, 2008; Carvalho, 2011; Lourenço, 2011; Souto, 2008; Monteiro, 2002) e, em alguns casos, sobre narrativa (Paim, 2005; Silva, 2011; Da Silva, 2012; Monteiro, 2002).

## Narrativas de professores e narrativas sobre professores

Por buscar o entendimento dos processos formativos a partir das perspectivas docentes, as teses constroem críticas profundas sobre as possibilidades de constituir programas de formação inicial ou continuada que abarquem todas as dimensões necessárias à preparação profissional daquele que ensinará História. Para Raimundo Rocha (2001: 76), por exemplo, “(...) a universidade deixa lacunas no processo de formação, na medida em que não prepara o aluno (futuro professor) para trabalhar com os ensinamentos fundamental e médio”. Para Elaine Lourenço (2011: 180), é preciso ouvir os professores para poder escrever sobre o ensino de história e a sua formação. Considera imprescindível saber sobre a vida deles para definir o que e como pensam e ressalta as crenças de que bons professores fazem a diferença na escola. Entrevistados se identificavam com a profissão e a executavam com seriedade, compromisso e dedicação.

No caso de Emery Gusmão (2002), destaca-se a posição política dos professores entrevistados, guardadas todas as ressalvas cabíveis a estudos parciais, que caracteriza cada uma das três gerações de docentes participantes. Para a autora, a segunda geração foi a mais marcada pela consciência política e pela renovação pedagógica – uma minoria que assume “*postura contestatária, tende às ideologias esquerdistas e inova em termos educacionais*” (Gusmão, 2002: 53). A terceira geração mostra que o novo é parte da identidade dos professores mais jovens, apesar da incerteza. Identificam-se com os currículos construídos por professores da segunda geração, mas não com todos os seus ideais, por possuírem outra concepção de cidadania. Na visão de Gusmão, cria-se um “mal-estar docente”: os professores querem “(...) *afirmar o caráter crítico e emancipatório da História*” (Gusmão, 2002: 110), mas encontram novas ideias pedagógicas, que privilegiam a educação em valores. Eles também valorizam sua formação acadêmica e procuram identificar-se com as camadas populares, oscilando entre a ruptura e o resgate. Gusmão questiona se os professores de gerações mais recentes teriam outro perfil – fato que Ricci (2003) constata, porém, nas conclusões, verifica que o engajamento político é muito mais discursivo do que ativo (Gusmão, 2002:170):

(...) No lugar de um posicionamento pessoal perante o ensino, encontram-se, nas falas dos professores, chavões sobre o engajamento político e a necessidade de transformação social. (...) A outra face do professor atual é a desmotivação, ausência de justificativas pessoais para o ofício ou do espírito missionário tantas vezes criticado em nome da profissionalização do ensino.

Na tese de Silvana Batista de Carvalho (2011), nota-se a valorização da dedicação à instituição e da abnegação nas vozes dos próprios docentes entrevistados, que aceitavam as reformas como naturais, sem vínculo com alterações políticas ou legislativas. Ela também dividiu seus entrevistados em gerações, ou etapas, como Gusmão (2002). Carvalho (2011) constatou que os professores que atuaram na primeira etapa da formação do curso investigado estavam marcados pela dicotomia entre teoria e prática e entre conteúdo, historiografia e didática, havendo concepções historiográficas positivistas e pedagógicas da Escola Nova mesclada com a Tradicional, que também influenciaram os docentes da segunda etapa, mas com inovações como a inclusão da historiografia, da pesquisa de campo, a presença dos Annales, da educação tecnicista e do uso dos audiovisuais.

Outro pesquisador que explorou as narrativas docentes preocupado com o impacto de programas de formação foi Paulo Heimar Souto (2008). Para ele, o professor precisa ser o agente transformador das reformas, e as narrativas dos participantes mostram as lutas de poder pelo saber. O currículo do curso de História precisaria romper com a visão de professor como assimilador e transmissor de informações. Coletou as narrativas porque “(...) *tais informações são relevantes para a análise e compreensão da relação existente entre experiências de vida e a relação com a opção docente bem como com sua prática profissional*” (Souto, 2008: 115). Seus narradores demonstram a influência da família e de outros professores, bem como da militância política, assim como a paixão pela disciplina e vontade de compreender a realidade, como em Monteiro (2002) e Pacievitch (2012).

O autor critica políticas públicas que deixam o professor de lado e que não melhoram as condições de trabalho. As narrativas dos professores corroboram os estudos sobre a fragilidade das escolas rurais. Mesmo assim, os próprios docentes reconhecem melhorias na sua vida profissional (Souto, 2008: 167):

(...) Após a conclusão do curso superior, a organização do trabalho docente sofreu várias mudanças em face aos novos saberes adquiridos na academia, sobretudo na perspectiva de proporcionar aos alunos a construção de conhecimentos com maior grau de criticidade e consciência social.

Uma tese que também trabalha com escolas rurais é a de Astrogildo da Silva Jr. Seu foco principal são os jovens estudantes, mas ele dedica também um capítulo aos professores de história e sua formação. Da Silva (2012) apresenta os professores na introdução, em linhas gerais, mostrando nome verdadeiro, cor, religião, idade, tempo de formação e instituição. Depois, por meio de citações diretas e extensas, cada um apresenta a trajetória de vida escolar. São profissionais que possuem jornada de trabalho elevada. Escolheram História por gosto ou influenciados por professores marcantes. Tem dificuldade em atribuir significado para as disciplinas didáticas, como também entre os professores apresentados em Pacievitch (2012). Da Silva (2012) elogia programas de formação continuada que partem de demandas provenientes da própria escola e aqueles cursos que, embora de demandas externas, dialogam com a prática dos professores, pois o professor é um “aprendiz adulto” que pode mudar de perspectivas ao longo da vida (Da Silva, 2002: 228). Como crítica, da Silva afirma que os professores não tinham clareza sobre como desenvolver pensamento crítico com bases científicas.

As bases que a formação pode oferecer para o trabalho do professor de História, especificamente para o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira, são discutidas por Gizelda Costa da Silva. Ela ressalta, na narrativa sobre sua própria trajetória, a presença da política e da legislação educacional (Silva, 2011: 28-29 e 40):

(...) considero a História uma escolha feita para melhor conhecer o mundo e a humanidade, para que eu possa fazer inter-relações do mundo, com as pessoas que vivem, sonham, sofrem, constroem, pensam e compreendem o mundo  
(...) cabe ao professor a tarefa de lidar, cotidianamente, com temas que afetam a vida humana.

A autora apresenta várias dimensões do trabalho docente que seriam bem investigadas por meio das narrativas dos professores. Na sua tese, os professores é que oferecem as sugestões para sua formação. Claudia Ricci (2003) percebeu que, mais ou menos mobilizados a partir dos anos 1980, os professores apareceram como protagonistas dos processos de mudanças das políticas públicas educacionais, porém, o licenciado

formado nos últimos anos não é mais vinculado a movimentos políticos ou sociais, e sim caracterizado pelo «*narcisismo social*» (Ricci, 2003: 272). A autora notou, ainda, que os profissionais que participavam das iniciativas de formação continuada eram motivados, apaixonados e mobilizados politicamente (Ricci, 2003: 265-256).

Além de Elaine Lourenço (2011), Ana Maria Monteiro (2002: 172) explorou a temática dos saberes docentes no ensino de História. Ela mostrou que

a História escolar contribui para formar identidades e a memória coletiva, mas não é a responsável por isso como um saber que está formalizado em textos de manuais didáticos. Para além dos conteúdos (...), modos de agir, de ensinar, de se relacionar com os alunos e de vê-los, modos de agir e de expressar a satisfação (ou não) de ensinar, definições de prioridades, ênfases, omissões e ocultações contribuem para a apropriação e desenvolvimento da história crítica e da história interiorizada. (...) A História escolar só existe na relação construída cotidianamente pelos professores, seus alunos e os saberes. Militantes anônimos, travam cotidianamente o bom combate pela História que, assim, continua....

Entender a formação a partir dos saberes faz o professor ser visto como autor e sujeito de suas práticas, com autonomia relativa. Monteiro (2002: 237) conclui sua pesquisa com uma boa dose de esperança e confiança no trabalho docente:

Essa pesquisa fica, assim, como contribuição para formar professores competentes porque dominam saberes que lhes permitem fazer o que pensam e pensar sobre o que fazem, desenvolvendo um trabalho de qualidade (...). Qualidade que possibilite formar professores que ensinem, como nos ensinou Paulo Freire, a ler o mundo com os pés no chão, com dignidade, ética e respeito pelo outro na conquista da justiça social, e a dizer a palavra para o encontro do outro e de si mesmos.

Algo semelhante motivou Caroline Pacievitch (2012: 189) a conhecer perspectivas acadêmicas e de professores de História sobre a presença de utopias político-educacionais na formação docente em história. A autora percebeu que

o desejo de articular pensamento e ação em busca de um mundo melhor pode ganhar outros sentidos e ajuda a pensar a profissão de ensinar História como Responsabilidade Docente pelo Mundo. Ela valoriza a docência, ao evitar a confusão com voluntarismo ou ativismo. Esta compreensão, entretanto não exclui a possibilidade de atuar politicamente, em outras instâncias. A formação de professores de História – e a prática do ensino – convertem-se em diálogo em torno da construção de conhecimentos e saberes abertos para o novo.

Preocupado com afirmativas redentoras sobre a profissão docente, justamente por seu objeto de estudo se localizar nas subjetividades das professoras, Elisa Paim (2005: 457 – grifos adicionados) afasta-se de dois discursos: o da vitimização do professor e o da politização “vazia” do trabalho docente, que valoriza uma

(...) retórica da importância dos professores para as *mudanças* das condições injustas das *sociedades* atuais. Entendo que não há mais lugar para esses discursos vazios [e] ser necessária uma outra atitude ao abordar a questão, especialmente, (...) de *diálogo* com os professores, entendendo-os como *sujeitos* do seu fazer.

Segundo ele, o diálogo com as professoras para atribuir significado ao ensino e sua formação ainda não é predominante nas pesquisas sobre formação docente. Na presente comunicação, porém, percebo que a significativa presença de fontes orais nas teses dos últimos dez anos pode indicar uma direção contrária.

## Considerações Finais

(...) o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como os provérbios, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador

assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida. (...) O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo (Benjamin, 1987: 221 – grifos originais).

Tratando da narrativa literária no seu trabalho de crítico, Walter Benjamin apresenta características sensíveis do narrador que, em meu entender, dialogam com as razões pelas quais os autores das teses aqui analisadas decidiram utilizar fontes orais. Percebi que existe a necessidade de construir sínteses críticas dos resultados dessas investigações, que podem contribuir para o refinamento dos instrumentais da pesquisa. Entender melhor como e por que os pesquisadores têm buscado mostrar os professores como narradores ajuda a compor sentidos para a profissão a partir da experiência e da sabedoria.

Para Benjamin, a experiência é uma ideia pouco valorizada na sociedade moderna, principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Quase ninguém ousa expor as suas ou experimentar diante dos outros. Da mesma forma, as narrativas encontram-se pouco valorizadas como fontes de sabedoria, pois “(...) a experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores” (Benjamin, 1987: 198).

O narrador é alguém que está entre o próximo do ouvinte e, ao mesmo tempo, distante. Reside entre o fantástico e o prático. Talvez por viver nesta zona de fronteira, o narrador é quem sabe dar conselhos, porque verbaliza sua vida e vivência a sabedoria. Para Benjamin, a arte de narrar e dela emergir a sabedoria está em extinção devido à evolução das forças produtivas dos últimos séculos (como, por exemplo, a imprensa, o livro, o romance moderno, o pensamento individual *versus* a tradição oral).

A narração compete com a transmissão de informações, aparentemente mais útil que a partilha de experiências, que aconselha sem a necessidade de enumerar explicações (Benjamin, 1987: 203). Isso libera o interlocutor a interpretar como quiser. É o diálogo de que tratam os pesquisadores que recorrem às fontes orais, pois suscitam o espanto e a reflexão. E, para Ginzburg (2001), o espanto com o trivial é essencial para o pesquisador que recorre a indícios, que é o caso das teses apresentadas.

Além da distinção com a informação, Benjamin (1987) afirma que outro ponto de força das narrativas é a renúncia às sutilezas psicológicas, pois permite que se esqueça de si mesmo e se crie uma comunidade de ouvintes. O trato com as fontes orais com metodologia rigorosamente explicada na maioria dos trabalhos impediu a confusão da narrativa com terapia, o que não impede, em absoluto, que sentimentos e afetos compareçam nas entrevistas e nas interpretações como parte constituinte da fonte. Trata-se de assumir perspectivas epistemológicas que acreditam na presença do autor como produtor das fontes de informação e que se reconhece, nas técnicas de pesquisa e nas análises, como tal.

Afinal, tanto os professores entrevistados como os pesquisadores são os artesãos dos significados partilhados. Em várias das teses, a imagem da “trama” ou da “tessitura” são evocadas para explicar o diálogo entre narradores e autores (eles também narradores, em outra dimensão). Daí a importância das discussões sobre memória, presentes na grande maioria das teses, principalmente nas que discutem com mais vagar suas escolhas pelas fontes orais. Para Benjamin (1987: 210), isso pode ser entendido na luta entre a vida e a morte, isto é, no interesse de conservar:

Não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução. A memória é a mais épica de todas as faculdades. Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado, com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte.

Assim, se a rememoração é a musa do romance, a memória é a musa da narrativa. Para Benjamin (1987), porém, a memória já não encontrava mais herdeiros, embora seja a responsável pela continuidade das coisas, ao ser vivificada pela narrativa. Talvez por isso alguns dos autores desejem “dar voz” a sujeitos que outrora não eram ouvidos: “(...) *quem escuta uma história está em companhia do narrador; mesmo quem a lê partilha dessa companhia*” (Benjamin, 1987: 213).

## Referências bibliográficas

- AMADO, J.; FERREIRA, M.(coords.). 2002. *Usos e abusos da história oral*. 5ª Ed, Rio de Janeiro, Editora FGV.
- BENJAMIN, W. 1987. O narrador. In: *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3ª ed, São Paulo, Brasiliense, p.197-221.
- CHIOZZINI, D. *et al.* 2007. Potencialidades da história oral e da memória para o diálogo com professores e professoras em suas singularidades. In: ZAMBONI, E. *Digressões sobre o Ensino de História*. Memória, História Oral e Razão Histórica. Itajaí, Maria do Cais, p.103-145.
- FONSECA, S. 1997. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. São Paulo: Papyrus.
- GINZBURG, C. 2001. Estranhamento. Pré-história de um procedimento literário. In: *Olhos de madeira*. nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo, Companhia das Letras, p.15-41.
- MEIHY, J. C. S. 1996. *Manual de história oral*. São Paulo, Loyola.
- PORTELLI, A. 1997. O que faz a história oral diferente. *Revista Projeto História*, n.14: 25-39.
- VILANOVA, M. 1994. Pensar a subjetividade: estatísticas e fontes orais. In: MORAES, M. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Diadorim.

## Fontes

- CARVALHO, S. 2010. *A formação do professor de História na Faculdade de Filosofia da Universidade Estadual de Ponta Grossa de 1950 a 1970: propostas curriculares e memórias docentes*. Curitiba, PR. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná.
- DA SILVA, Jr., A. 2012. *Identidades e consciência histórica de jovens estudantes e professores de história: um estudo em escolas no meio rural e urbano*. Uberlândia, MG. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.
- GUSMÃO, E. 2004. *Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente*. São Paulo, Unesp.
- LOURENÇO, E. 2011. *Professores de História em cena: trajetórias de docentes na escola pública paulista (1970-1990)*. São Paulo, SP. Tese (Doutorado em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo.
- MESQUITA, I. 2008. *Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de História: diálogos com fóruns acadêmicos nacionais*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 263f.
- MONTEIRO, A.M. 2007. *Professores de história: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- PACIEVITCH, C. 2012. *Responsabilidade pelo mundo: utopias político-educacionais na formação de professores de História em Barcelona e São Paulo*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- PAIM, E. 2005. *Memórias e experiências do fazer-se professor*. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, 532 f.
- RICCI, C. 2003. *A formação do professor e o ensino de História: espaços e dimensões de práticas educativas (Belo Horizonte, 1980/2003)*. São Paulo, SP. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, 327 f.
- ROCHA, R. 2001. *Identidades e ensino de História: Um estudo em escolas do Rio Grande do Norte*. São Paulo, SP. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 327 f.
- SILVA, G. 2011. *O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática do*

cente. Uberlândia, MG. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

SOUTO, P. 2008. *“É como se tivesse a roça e faltasse a enxada”*: formação em serviço de professores de História no interior sergipano. Natal, RN. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

# Na travessia da profissão docente – aproximações e limites do ofício docente em Minas Gerais (1960 – 1970)

## Crossing the teaching profession – approximations and limitations of the teaching career in Minas Gerais (1960-1970)

*Mauro Passos*

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Pontifícia Salesiana de Roma (UPS), Itália, pós-doutorado em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Centro de Estudos da Religião “Pierre Sanchis” (UFMG). Professor e pesquisador visitante do mestrado do IPT e UTAD do Instituto Politécnico de Tomar, em Portugal.  
mauruspax@yahoo.com.br

### Resumo

A profissão docente comporta diversos tipos de relações e sentidos. Povoada de muitas relações, chama a atenção dos historiadores pelos seus diversos aspectos – social, político, cultural e religioso. Profissão e vocação ressoam diferentemente, embora se entrecruzem. O magistério é um fenômeno social, historicamente situado num quadro de relações mais amplas. Os diversos temas sobre o magistério demarcam projetos políticos em disputa. Traçam um desenho para as ações e se relacionam com outros discursos e outros atores, particularmente, o Estado. Este artigo destaca questões sobre a história da profissão docente em Minas Gerais, onde, na década de 1960, o atraso no pagamento das professoras públicas gerou uma movimentação da categoria. Aqui é considerada a experiência de uma professora, cujo depoimento aponta uma dessas visões diferentes da docência.

**Palavras-chave:** profissão docente, história da educação, salário.

### Abstract

The teaching profession includes several kinds of relations and meanings. Full of many relationships, it draws the attention of historians because of its various aspects -- social, political, cultural and religious. Profession and vocation resonate differently, although they mutually intersect. The teaching profession is a social phenomenon, historically situated within a framework of broader relations. The various themes on the teaching profession signal political projects in dispute. They delineate a drawing for action and are related to other speeches and other actors, particularly the State. This article highlights issues about the history of the teaching profession in the State of Minas Gerais, Brazil, where, in the decade of 1960, the delay in the payment of public teachers generated a novel movement of the category. Herein it is considered the experience of a female teacher, whose statement demonstrate these different views about teaching.

**Keywords:** teaching profession, teaching history, income.

No século XX, diversas mudanças foram-se operando no cenário brasileiro. Uma série de questões objetivas e subjetivas relevantes acenava para as instituições republicanas. Novos horizontes assinalaram/assinalam a história da escola e da cultura escolar. As reformas de ensino, a escola primária e a formação dos professores estavam/estão articulados na história da educação brasileira. Vários estudos contribuem para a compreensão do processo que se desencadeou para sua organização<sup>1</sup>. Em Minas Gerais, a cultura escolar encontra nos Grupos Escolares um novo jeito de educar e formar o cidadão republicano:

O processo de racionalização pelo qual vinha passando o “sistema público de instrução primária”, que atingia desde a maior definição, divisão e controle dos espaços e tempos escolares, passando pela afirmação e controle dos espaços escolares, passando pela afirmação das classes e disciplinas escolares até atingir os processos e os métodos de ensino, significava, naquele momento, um movimento de expansão da abrangência escolarizada, que passava a ocupar-se de tarefas cada vez mais amplas e complexas. (Faria Filho, 2000: 179-180).

É importante destacar o deslocamento que vai ocorrendo no campo educacional. Das mãos da instituição religiosa, vai passando para o domínio do Estado. A laicidade do ensino não era uma questão isolada do cenário político. Compunha com outras mudanças, pois o ideário positivista pretendia modificar a sociedade brasileira. Dessa forma, os princípios educacionais emanados por essa corrente identificavam a liberdade de ensino com a prosperidade da nação. Merecem destaque a formação e a composição docentes desse período. Os pressupostos da modernidade já vinham sendo anunciados e vividos, de modo fragmentário, no cotidiano social. A mudança na política e na sociedade não ocorreu de modo linear nos períodos subsequentes. Nesse contexto, o saber prático, um novo humanismo e a ciência vão contribuindo para o estabelecimento de uma nova tendência cultural e educacional.

Os processos educacionais são parecidos com os processos históricos. Não são tão simples, nem se desenrolam com mudanças repentinas. Sabemos que no cenário educacional se mesclam iniciativas avançadas, com situações de abandono e atraso. Com todas as carências, a escola passa a ser um instrumento de capital importância para a difusão dos novos valores, da nova ordem social e da modernidade. O Estado prega uma educação laica, pública e gratuita. Assim, a educação ganha destaque no discurso republicano, pois fazia parte do projeto político. A escola passa a ser uma ponte entre a sociedade civil e a sociedade política. Os meios e as formas educacionais se articulam para desenvolver as habilidades que convinham a um cidadão moderno. Isso confere um novo papel à educação naquele contexto. A profissão docente e a escola pública fazem parte do projeto civilizatório. A escola deveria se firmar com uma nova forma de socialização, pois era vista como o *locus* privilegiado para a renovação social e política do país, e o professor se torna funcionário do estado, com um papel importante – formar as novas gerações dentro desses princípios e valores. As práticas educacionais deveriam moldar maneiras de ser. Como sabemos, esse processo não contemplava toda a população brasileira, já que o discurso republicano pela igualdade e liberdade traduzia-se mais em projetos e propostas do que em concretização histórica.

As famílias tradicionais mineiras educavam suas filhas em colégios católicos, pois a escassez de escolas públicas era grande em Minas Gerais (e em todo o Brasil!). Isso favorecia a formação religiosa, ainda mais que as estudantes ficavam, em sua grande maioria, em regime de internato. A educação nesses colégios pautava-se pelos rígidos padrões morais, com uma visão espiritualizante do mundo e da vida e uma exigente disciplina. Em Minas Gerais, foram abertos diversos colégios católicos e, no período de 1930 a 1960, formavam um significativo número de normalistas que atuavam no estado. Com o objetivo de formar professoras, o apostolado educativo das escolas normais católicas tinha um efeito multiplicador, através do exercício do magistério, por um lado, e, por outro, as diversas formas de representação, símbolos e práticas contribuíam para a manutenção dos princípios cristãos na formação da criança, dos adolescentes e dos jovens.

Irei considerar neste estudo o movimento das professoras mineiras, na década de 1960. Várias situações balançam a luta e as reivindicações do magistério: a questão salarial, no entanto, é norteadora.

<sup>1</sup> Entre outros estudos, faço menção à pesquisa de Faria Filho (2000). Nesse trabalho, o autor analisa a criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais.

## 1. Um baú de lembranças: palavra de mulher

Tudo tem uma história. Os sonhos, as formas de sociabilidade, o trabalho. Tudo muda ao longo dos séculos e as mudanças podem ser mais bem compreendidas quando as relacionamos com os acontecimentos da época. As lembranças e a memória têm esse papel.

Helena Morley, em sua obra *Minha vida de menina*, relata suas memórias escolares, sua primeira experiência como regente de uma classe escolar e suas dificuldades para “ensinar meninos pretos e burros”. Como esse relato, há muitas histórias que compõem o diário do(a) professor(a). Como parte do mundo, a educação ocupa a vida e é essencialmente convivência, participação socialização. Com o processo de urbanização e modernização do País e das diversas formas de organização social, foi ocorrendo uma mudança nos padrões de comportamento, formação humana e educacional. A modernidade não é somente modernização, mas é, sobretudo, tempo de autonomia e emancipação do ser humano, sentimento e criatividade, arte, corpo e afetividade.

É sobre uma professora do interior de Minas Gerais que ilustrarei este trabalho. Ela tem muitas histórias para contar. Narra seus sonhos, lutas e dificuldades. Este texto se dispõe, portanto, a olhar para a memória de uma mulher-professora e percorrer um itinerário de muitos anos. Ela estudou interna depois de terminar o quarto ano primário em Itaguara, cidade de Minas Gerais:

Primeiro fui para Belo Horizonte e estudei no Colégio Imaculada. Era um colégio interno de freiras. Eu gostava do colégio interno. No início não, Depois acostumei e gostava muito da convivência. A decisão por este colégio foi de minha mãe. Depois fui para Oliveira e fiz o curso ginásial e o Curso Normal no Colégio Nossa Senhora de Oliveira, das Irmãs Escolápias.

Por meio de seu depoimento oral, reconstituí a ponta de uma memória dessa mestra. Tive acesso a uma história de lutas tanto no cotidiano quanto nos aspectos da vida social e profissional dessa professora. Com seus 79 anos, continua na guarda da esperança por questões sociais mais justas e por mais ética na política. Memória não é apenas uma sombra do passado, é uma luz para um novo futuro, ainda mais que história é essencialmente memória dos vivos. Diante dos acontecimentos internacionais, dos problemas sociais e políticos que invadem o cotidiano dos brasileiros como ficar indiferente? Assim comenta sobre a situação social e política do Brasil:

A gente pensava que as coisas fossem melhorar depois da eleição do PT. O Brasil acreditava em um futuro diferente. Pena. Aquela frase emocionante “trocamos o medo pela esperança” não chegou a ser escrita. Foi apenas falada. Tenho pena dos jovens. Como será o amanhã, quando estiverem no poder, trabalhando, constituindo suas famílias? E o pior é que estão muito parados. Fazem muito barulho quando há música, cerveja e festa. Mas são acomodados diante dos problemas! Às vezes penso que não tem mais jeito não. Depois chego a pensar que nós, mais experientes, podemos fazer muitas coisas ainda. Não estamos mortas. Olha, fiz um movimento muito grande quando lecionava. Eu e outras professoras lideramos um grande movimento de professoras em Minas Gerais, em 1967. Foi um movimento forte e começamos escrevendo cartas para inúmeras cidades do Estado. Desse jeito, queríamos mobilizar o professorado e pressionar o governo, pois o pagamento atrasava meses. Muita gente precisava do dinheiro para viver. Além disso, quem trabalha deve receber, ainda mais do governo. Naquela época a gente não tinha as facilidades de hoje. Tudo era mais difícil. Para ir a Belo Horizonte não havia tantos ônibus. A dificuldade ficava maior porque o pagamento estava atrasado e ninguém viaja de graça. Por isso, penso que os jovens podem mudar muita coisa. Temos muitas riquezas no Brasil. A sociedade pode ser melhor, a política mais limpa. E mesmo com tantos problemas, muitas coisas mudaram. Mas precisam mudar mais.

A leitura cuidadosa dos temas que a professora aborda compõe o corpo social e político de hoje. Mesmo sem desvendar o discurso político, ela projeta perspectivas para o amanhã, particularmente para os jovens. Seu texto ultrapassa os dados informativos e se transforma numa narração que reflete, analisa e avalia. Como se sabe, os discursos não estão soltos, nem são apenas um conjunto de enunciados. Mais do que isso, funcionam como condições de possibilidades para que seu significado seja assimilado e praticado numa determinada época. Nesse sentido,

é preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma, o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições, mas também afrouxam seus laços e dão margens a tolerâncias mais ou menos obscuras (Foucault, 1993: 96).

Meu maior interesse está situado no tratamento dado às questões educativas e ao papel da professora na sociedade e, particularmente, sua luta por questões salariais. Esse é um tema que comporta um sentido plural, uma rede de significações que justificam e orquestram a prática educativa<sup>2</sup>. Na década de 1960, o atraso no pagamento das professoras primárias em Minas Gerais motivou uma movimentação da classe. Elas tiveram grande apoio do jornal católico *O Diário*. Assim a Prof.<sup>a</sup> Maria Geralda relata essa experiência:

Em 1967, tivemos um grande atraso em nossos vencimentos. Ficamos 7 meses sem receber. Escrevemos várias cartas ao governador. Enviamos mensagem para “O Diário”. Esse jornal nos deu muito apoio, sempre publicava o que a gente enviava. Tivemos apoio de outros jornais também [...] “Estado de Minas”, “Diário de Minas” e até do jornal “O Globo”. Fomos guardando todo o material que a gente enviava para o jornal, o secretário, o governador e tudo o que saía publicado. Fizemos uma pasta com este material. São documentos daquele período, se eu encontrar vou te dar de presente. A gente fazia muito abaixo-assinado. Nem todas as professoras assinavam. Algumas eram medrosas porque não eram formadas e tinham medo de perder o emprego. Outras o marido mandava. Tinha que obedecer. E havia a gente que corria, reunia e escrevia. Isso tudo que aconteceu merece um estudo.

Resgatar a memória, contar a história de vida significa considerar a noção de experiência pessoal e coletiva. O sujeito se constitui com outros sujeitos e, ainda, por meio de experiências diversas, condicionadas pelo meio familiar e social. As experiências vão sendo marcadas, ainda, pela condição econômica, social e cultural. Experiência tem o significado daquilo que produz o sujeito, através de lutas, vitórias e fracassos. Segundo Bakhtin: “Não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação” (Bakhtin, 1992: 112).

Essa professora vivenciou uma dupla experiência, isto é, de aluna e professora. Lembrar foi um exercício de reconstrução, no momento presente, de fatos que estavam silenciados no baú da memória. Esses fatos foram “ressignificados”, pois a leitura dos acontecimentos passados é feita a partir da condição do presente: eles se alteram na fala, na reconstrução e, particularmente, no seu significado. O passado é sempre um presente revivido, como lembra Jacques Le Goff :

Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é, ao mesmo tempo, passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo “objetivo” do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira “objetividade”, mas nenhuma outra história é possível (Le Goff, 1992: 51).

Na confluência de diversas práticas, os sujeitos vão constituindo suas identidades. A verdade incorpora a subjetividade da pessoa, sem se esgotar nessa dimensão, no entanto. Não apenas unitária, tem uma marca plural, fruto das relações pessoais, sociais e da prática profissional. Nesse sentido, a narrativa nos conduz a um desafio singular, segundo Jacques Revel, isto é, nos conduz “a levar a sério migalhas de informações e a tentar compreender de que maneira aqueles retalhos de experiências dão acesso a lógicas sociais e simbólicas que são as lógicas do grupo” (Revel, 1998: 13).

No decorrer da entrevista, perguntei-lhe sobre o significado da profissão docente, ou melhor, se o exercício do magistério era considerado profissão. Ela fez a seguinte observação:

Sim, pois essa era uma profissão. A gente quando estudava já pensava em ser professora. A minha turma, por exemplo, inventou de chamar o Gabriel Passos para paraninfo. Ele nem veio, mandou representante. Como era ministro, iria ajudar a turma a encontrar uma colocação. Uma bobagem. Mas, a gente pensava em viver disso. Vou te contar a minha experiência. As Irmãs exigiam um uniforme para a gente trabalhar. Um vestido azul marinho e de mangas compridas. Quando eu comprei o meu vestido, gastei três meses para pagar, de tão pouco que a gente ganhava. Hoje, professora aposentada, eu vejo que as coisas não mudaram muito. O salário dos professores deixa a desejar. Houve algumas melhoras em outros aspectos.

Ao tratar da questão salarial, a professora reconstrói alguns aspectos do presente e do passado. Os fatos do

2 Sobre esse tema, cito o estudo de Passos (2011) e sua pesquisa: “O mito da era de ouro do magistério: salário e profissão docente em Minas Gerais (1889-2004)”.

seu tempo de professora continuam presentes. Tão presentes que quase se identificam e formam uma experiência conjunta com o atual: – o salário é/era uma questão para o magistério.

Os documentos legais sobre a profissão docente daquele período mostram que as verdadeiras demandas do professorado não eram atendidas, como até hoje continuam não atendendo. A análise dos fatos e a busca de sua reconstituição demonstram que o processo de profissionalização docente em Minas Gerais foi-se corporificando graças a um conjunto de fatores internos e externos<sup>3</sup>. Os fatos registrados nos jornais, nos documentos do estado e nas associações retratam as questões do magistério, seus problemas e perspectivas. Os documentos encontrados, no período sob estudo, são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas e moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la.

Os diversos temas sobre o magistério demarcam projetos políticos em disputa<sup>4</sup>. Não são apenas documentos. Traçam um desenho para as ações e se relacionam com outras ações e outros discursos. Isso significa que o registro não é simples memória, é parte integrante da prática. Além disso, o significado da memória e o valor do documento têm sido reavaliados nas novas concepções e práticas historiográficas. Segundo Michel de Certeau:

O discurso “científico” que não fala de sua relação com o “corpo” social não seria capaz de articular uma prática. Deixa de ser científico. Questão central para o historiador: essa relação com o corpo social é precisamente o objeto da história (...). De forma mais geral, um texto “histórico” (ou seja, uma nova interpretação, o exercício de métodos próprios, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento na definição e no uso do documento, um modo de organização característico, etc.) enuncia uma operação que se situa no interior de um conjunto de práticas (Certeau, 1995: 22-23).

Isto implica novas possibilidades para o conhecimento da história da profissão docente. Os embates e as conquistas nas instituições governamentais, as práticas e os saberes escolares, as relações com o Estado e as diversas formas de organização da categoria ajudaram na sua constituição. É fundamental, portanto, compreender a documentação histórica além das aparências e integrá-la com os elementos sociais, culturais e políticos.

A educação no Brasil, historicamente, é um campo que apresenta diferenciações e vários condicionamentos, permeados por intencionalidades, temporalidades múltiplas, disputas e alterações de poder. Durante um largo período de tempo, o conceito de profissão docente não esteve associado a sua prática social, mas à representação que deveria ser cumprida por quem ocupava esse papel. Em lugar de profissão, falava-se em vocação docente.

Também foi possível observar que as professoras não estavam acomodadas naquele período. Embora não falassem explicitamente em greve, a professora entrevistada usa a expressão “revigorização”:

Nós guardávamos toda a documentação em uma pasta. Fizemos um histórico de tudo o que escrevíamos de tudo que saía nos jornais e das respostas que recebíamos do governo e da Secretaria da Educação. A gente não falava em greve, falávamos em “revigorização” do magistério. Isso era realmente necessário, pois não era possível trabalhar 3, 4, 5, 6 meses ou mais e ficar sem o pagamento. A gente não aguentava. A gente ainda era injustiçado quando saía o pagamento, o professorado era o último a receber na escala feita pelo governo. Os funcionários da Coletoria recebiam primeiro e depois era feito o pagamento do pessoal do magistério. Um dia, fui à Coletoria e conversei com o coletor sobre esse privilégio. Ele me respondeu que era pelo fato de que eles mexiam com o dinheiro. E eu falei: “você não acha que nós mexemos com as cabeças dos meninos e é muito mais perigoso o que podemos fazer com essas cabeças”?

3 A propósito, lembro uma pesquisa mais ampla: “Magistério e profissionalização: um estudo a partir da ação governamental. Minas Gerais – período republicano” feita, com financiamento do CNPq, pelos professores Ana Maria Casasanta Peixoto e Mauro Passos, e que gerou um banco de dados, disponível no site da PUC Minas <http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>. No banco de dados estão documentos selecionados sobre a profissão docente em Minas Gerais, no período republicano.

4 Nesse aspecto, cito o estudo de Peixoto (2004): nesse trabalho, a autora assinala a disputa entre o grupo católico e o movimento reformador desencadeado por Francisco Campos. A preocupação com um corpo docente que tivesse embasamentos nas diversas áreas da ciência (psicologia, sociologia, biologia) fez com que a escola adquirisse um caráter ativo. Por isso, a autora usa a expressão “Escola Ativa”. Essa era uma forma de envolver o professor num novo corpo de conhecimento, qualificando-o para o exercício do magistério. Isso esteve presente nos cursos de licenciatura até recentemente.

O entendimento do valor da palavra aparece no depoimento. Na perspectiva “foucaultiana”, a palavra/o discurso tem um valor representativo. As práticas discursivas moldam as maneiras de construir o mundo (o mundo da educação!). Os artigos publicados são práticas discursivas, pois expressam interesses, demandas, moldam maneiras de constituir a profissão docente e de compreendê-la. Segundo Foucault: “Os discursos formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato de fala” (Foucault, 1987: 56). Não são, portanto, apenas um ato de fala, traçam um desenho para as ações e se relacionam com outras ações e outros discursos. A palavra não é só voz, é linguagem. Isso é o que podemos perceber quando a professora afirma que: “nós mexemos com as cabeças dos meninos”. Ela mobiliza a palavra numa dimensão de linguagem.

Essa situação caótica sobre o atraso do pagamento do magistério não foi resolvida tão prontamente. Ainda não existia um documento legal sobre a carreira do magistério. Somente em 1977 foi sancionado o novo Estatuto do Magistério, em Minas Gerais, pelo governador Aureliano Chaves (lei nº 7.109/1977), que irá regulamentar alguns pontos referentes ao exercício e ao ingresso na carreira do magistério:

#### Título I

##### Capítulo II: Do magistério como Profissão

Art. 2º - O exercício do magistério, inspirado no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tem em vista a promoção dos seguintes valores:

I – amor à liberdade;

II – fé no poder da educação como instrumento para a formação do homem;

III – reconhecimento do significado social e econômico da educação para o desenvolvimento do cidadão e do país;

IV – participação na vida nacional mediante o cumprimento dos deveres profissionais;

V – constante autoaperfeiçoamento como forma de realização e de serviço ao próximo.

#### Título III

##### Capítulo I: Do ingresso no Quadro do Magistério

Art. 15 - A nomeação para cargos da classe inicial e final de professor e de especialista da educação depende de habilitação legal e de aprovação e classificação em concurso público de provas e títulos<sup>5</sup>. (BRASIL, 1977:167-171).

O texto legal, ainda, se refere ao magistério como uma atividade vocacional, no entanto, um avanço já aparece no título do capítulo com o uso da palavra “profissão” (*Do magistério como profissão*). Seu papel formativo, o empenho no ensino, a dedicação e o amor às crianças, bem como o compromisso de formar o bom cidadão estão presentes, segundo o documento, no trabalho docente<sup>6</sup>.

*Leitmotiv* na rede de significações, destaco a pertinência da matriz professor(a) – educação – dedicação. Isso está sempre presente na maioria dos textos, reforçando o papel do(a) professor(a)-mediador entre o Estado e a Sociedade. Ele deve persuadir, seduzir, penetrar no espírito dos estudantes, fazendo-os aderir aos códigos, comportamentos e hábitos que lhes são passados. Eles devem também perceber a missão de amor, dedicação e interesse que os(as) mestres(as) lhes passam por meio de uma prática discursiva, conforme análise de Foucault. Dessa forma, será possível moldar as maneiras de construir o mundo, a sociedade, a cultura e as novas gerações, no entanto, o depoimento da professora ouvida extrapola essa expectativa comum quando apresenta e ressalta outros aspectos referentes ao trabalho docente: salário, relação professor(a) x aluno, significado político do trabalho docente.

## 2. A educação: recomendações e reflexões

A escola é um rico espaço para dar forma à criança e ao jovem. Deve criar hábitos e atitudes nos alunos, a partir dos hábitos e atitudes dos professores.

Outro aspecto que existia nos anos 1960 continua presente no período atual é a comparação da

<sup>5</sup> Todo o texto está disponível em <http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>

<sup>6</sup> A propósito, lembro os estudos de Passos e Peixoto (2005).

profissão docente com o sacerdócio. O/a mestre(a) é como o sacerdote. A ênfase nesse lugar do profissional da educação desconstrói o aspecto profissional do magistério. E, com a feminização do magistério, são-lhe atribuídas também as qualificações de mãe, amor, dedicação, etc. A importância atribuída à educação, em nível de discurso, faz com que o Estado difunda essa imagem no tratamento dado a essa categoria. Além do mais, o(a) professor(a) é uma peça fundamental na reconstrução da nação<sup>7</sup>. A profissão docente tem seu ponto de origem, mas lhe falta o percurso profissional, no entanto. Como constituir a carreira docente? Os textos e os documentos demonstram um caminho de representações que os professores devem assimilar para a constituição desse exercício, mas fogem das questões da profissão enquanto atividade profissional. Seus direitos lhes são fechados, enquanto cidadãos, trabalhadores e profissionais.

A concepção que se tem de profissão está situada na qualificação do professor. Percebe-se que ser profissional é sinônimo de uma boa preparação acadêmica. Requer estudo e especialização. A marca do(a) professor(a) está centrada nas dimensões acadêmicas e afetivas (dedicação, amor, formação, especialização, estudo). A questão salarial e a categoria profissional não são enfatizadas. As condições para o exercício profissional não são sinalizadas nem respeitadas. O atraso semestral no pagamento dos(as) professores(as), segundo o depoimento da professora em questão, comprova isso. Como situar a relação do professor com o Estado? E com os órgãos governamentais? Essa é uma singularidade da profissão docente, se a compararmos com as demais profissões, no entanto, o(a) professor(a) é o elemento-chave para a mediação entre estudante e cultura, estudante e valores, estudante e moral. Nisso está o seu poder, sua responsabilidade, seu dever. Num Estado liberal, é atribuída ao professor/à professora essa qualidade do exercício do poder, o que interessa aos governantes. Há uma extensão do poder político ao professor, naquilo que lhes interessa. Segundo a contribuição da filosofia política de Hobbes, esse direito é concedido como instrumento para instaurar uma gramática de obediência. O Estado torna possível a cooperação dos indivíduos – os(as) professores(as), neste caso específico – com um fim comum: manter a ordem, a disciplina, a norma<sup>8</sup>. Ao mesmo tempo em que o professorado tem nas mãos certo poder, é também controlado pelo Estado.

A professora Maria Geralda descreve o nascimento dos embates, ainda que sob pressão contrária, das professoras primárias no período em análise. Mesmo com 79 anos, ela é uma mulher jovem. Não está nos padrões das pessoas da terceira idade. Uma prova disso é sua intensa atividade atual na cidade e na região em prol das questões sociais – crianças carentes, casa do menor, associação de artesãos. Não se prende somente às questões da escola, mas se remete às situações de vida das camadas populares.

Considerando as dificuldades de mobilização daquele período histórico, o grupo de professoras de Itaguara, liderado por ela, encontrou um caminho para dinamizar o movimento dos professores. Usou um instrumento muito presente na cultura tradicional – as cartas. Por meio desse instrumento, procurou mobilizar o professorado mineiro:

Como forma de mobilizar o professorado mineiro, começamos a escrever cartas para quase todas as cidades de Minas Gerais. Recebemos inúmeras respostas. Escrevemos para cidades grandes e com mais experiência – Itajubá, Mariana, Oliveira. As respostas despertaram nossa atenção. Foram inúmeras e, muitas vezes, encontramos erros absurdos de português nas respostas. Foi um verdadeiro “derrame”. Recebemos respostas do Secretário do Governador, da Secretaria de Educação e de deputados. Uma cidade fazia greve, o Estado pagava os professores daquela cidade. E isso foi aumentando. Algumas afirmavam que entrariam em greve se nós entrássemos. Uma vez, fiquei quase o dia todo no telefone. Ao final da tarde estava rouca. Conversei com professoras o dia todo. Veja, chegamos a liderar um movimento no estado e Itaguara era/é uma cidade pequena.

Maria Geralda narra uma história tecida pelo coletivo. O grupo de professoras construiu e vivenciou uma história singular sobre a profissão docente.

Vivemos hoje um período histórico que está perdendo a arte de narrar. Está em vias de extinção. Não são todas as pessoas que conseguem alinhar os pontos do bordado narrativo. O jovem é a grande vítima

7 A propósito, lembro o estudo de Müller (1999) que analisa o papel das professoras primárias na construção da nação em três estados brasileiros: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Mato Grosso. Ao longo da pesquisa, a autora mostra como se operou essa contribuição. Esse exercício demandou diversos esforços, ações, regras e operações.

8 Cf. Lambert (1930).

disso. Nossa sociedade capitalista e globalizada deixa na sombra a memória e a tradição. Segundo Marilena Chauí: “Lembrar não é viver, mas refazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (Chauí, 1998: xx). A nova geração tende a viver só o presente, pois não tem memória do passado e não consegue enxergar o seu futuro, que se tornou demasiado incerto. A falta de referência ao passado, à memória da comunidade humana em que cada um, bem ou mal, está inserido, tira qualquer referência e a própria possibilidade de os jovens fazerem projetos coletivos. Segundo essa mesma autora: “eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (Chauí, 1998: xx). Assim, a juventude arrisca-se a viver segundo o gosto do momento, levada pela última novidade que conseguiu atraí-la ou seduzi-la. Como ilustração, transcrevo o trecho de uma carta da Professora Maria Geralda enviada ao Secretário da Educação, em 1967:

A professora primária sempre foi relegada a último plano, quando se trata de fixar e regularizar vencimentos aos funcionários do estado. Nosso país e nosso estado jamais conseguirão combater o analfabetismo de seu povo enquanto der às responsáveis pela resolução deste angustiante problema tão desumano tratamento. Não pedimos aumento, queremos que nossos parcos e irrisórios vencimentos sejam pagos em dia.

Segundo Nóvoa, “é preciso conjugar a lógica da procura (definida pelos professores e pelas escolas) com a lógica da oferta (definida pelas instituições de formação), não esquecendo nunca que a formação é indissociável dos projetos profissionais e organizacionais” (Nóvoa, 1997:10). A pesquisa “Magistério e profissionalização: um estudo a partir da ação governamental. Minas Gerais – período republicano”, em parceria com a Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Casasanta Peixoto, nos permitiu um entendimento maior dessa questão. Sua significação está articulada com o contexto social, cultural e político. Como o magistério foi-se constituindo como profissão? Profissão ou ocupação, segundo o estudo de Sarmiento (1994: 40)? Para esse autor, a desqualificação do trabalho docente, que foi ocorrendo com o tempo, operou uma cisão entre concepção e execução.

O depoimento da Professora Maria Geralda recompôs um fato não muito conhecido. Ajudou-me a revisitar a história de um grupo de professoras e sua capacidade de articulação para tornar sua ocupação reconhecida como uma verdadeira profissão. Uma memória em movimento. Suas lembranças reconstróem trajetórias. Como afirma Maria Célia Paoli: “Faz com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica” (Paoli, 1992: 27). Seu depoimento não teve a pretensão de apenas buscar uma versão sobre o ofício docente na década de 1960, mas entender sua significação e a reinterpretação dada aos fatos. Essa é uma característica da história oral: potencializar a ação dos sujeitos envolvidos na prática e saber escutá-los, sem invadir suas narrativas.

O ofício docente é exercício contínuo e em interação com a totalidade social. Cada tempo traz novos sujeitos sociais, novas dimensões dos processos humanizadores e desumanizadores da história. Por isso, as proposições e os princípios do ofício não estão prontos. Seguem seu caminho de elaboração, com problemas e dificuldades. Na realidade, a profissão é susceptível de novas articulações e modificações. A quem a qualificação docente está sendo levada a servir realmente? Como contribuir para uma nova agenda da educação brasileira, imprimindo-lhe o adjetivo *humano*?

Ao final deste trabalho, pudemos perceber que as questões salariais e, mais que isso, o respeito à profissão docente ficaram e ainda ficam na sombra. Um ponto que me parece importante nesse aspecto é a necessidade de reconstituir com relevância o cotidiano do magistério, sua relação com o Estado e sua luta na perseguição do reconhecimento da categoria como *profissional* e não *devocional*. Tal reconstituição será o resultado de outras pesquisas e mais estudos.

Em face dessas reflexões, pode-se constatar que a formação docente tem hoje, particularmente, seu significado ampliado. O sujeito (a docência) se constitui nas múltiplas relações sociais, políticas e culturais, como foi analisado neste trabalho. É uma construção que interage de forma complexa com diferentes práticas e lugares, “numa perspectiva de futuro, mais que do passado”, como está na epígrafe deste trabalho. O todo de uma profissão é também fragmento. Fragmentos.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e educação: paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.
- BRASIL. Lei n. 7109, de 13 de out. 1977. Contém o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1977.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação: Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Campinas: Papirus, 1997.
- LAMBERT, Levindo. A disciplina na escola. *Revista do Ensino*, Anno V, n. 47, jul. 1930, p. 58.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- LOPES, Eliane M. S. Teixeira. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria e educação*, v. 4, 1991, pp. 22 - 40.
- MUNIZ, Diva Couto. Mineiras trabalhando em silêncio: subjetividade e experiência no “fazer-se” professoras de Minas no século XIX. *Proposições*, Brasília, v. 9, n. 1, mar. 1998, pp. 8-31.
- MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação: professoras primárias na primeira república*. Niterói: Intertexto, 1999.
- NÓVOA, Antônio (org.). Formação e profissão docente. In: NÓVOA, Antônio. *Os professores e a sua formação*. 3ª ed. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1997.
- PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *São Paulo* Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio histórico. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania / DPH. São Paulo, DPH, 1992.
- PASSOS, Mauro; PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PASSOS, Mauro (org.). *A mística da identidade docente: tradição, missão e profissionalização*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A reação de Minas Gerais ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. In: XAVIER, Maria do Carmo (org.). *Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 271-300.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. *A vez e a voz dos professores*. Contributo para o estudo da cultura organizacional da escola primária. Porto: Porto Editora, 1994.
- <http://www.pucminas.br/magisterioeprofissionalizacao>

## Fonte Oral

DEPOIMENTO PESSOAL DA PROFESSORA MARIA GERALDA COSTA, concedido em 18/09/2006 ao Prof. Mauro Passos.